

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Relatório de Gestão 2021



Justiça,
Cidadania
e Serviço



Relatório de Gestão 2021

Apresentação

Este Relatório apresenta aos órgãos de controle e ao público em geral a prestação de contas do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, referente ao exercício de 2021, com fundamento na Instrução Normativa TCU n.º 84, de 22 de abril de 2020 combinada com a Decisão Normativa TCU n.º 187, de 9 de setembro de 2020, que objetiva evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos públicos recebidos, bem como o resultado das ações empreendidas para cumprir os objetivos estabelecidos pelo órgão, possibilitando uma visão clara e concisa do valor gerado para a sociedade em curto, médio e longo prazos.

O Relatório de Gestão apresenta a seguinte estrutura:

- ▶ **Palavra do Presidente**
- ▶ **Visão geral organizacional e ambiente externo**
- ▶ **Riscos, oportunidades e perspectivas**
- ▶ **Governança, estratégia e desempenho**
- ▶ **Informações orçamentárias, financeiras e contábeis**
- ▶ **Anexos, apêndices e *links***

Palavra do Presidente



Inúmeras **transformações sociais e tecnológicas** marcaram o ano de 2021, principalmente em razão da **continuidade da pandemia pelo novo Coronavírus**. Superar desafios, mitigar riscos e aprimorar as competências do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para cumprir a missão de garantir a legitimidade do processo eleitoral, prestando **serviços de qualidade para a sociedade** e promovendo cidadania, foram os direcionadores estratégicos desta casa de Justiça.

No exercício de 2021, ficaram ainda mais evidentes os marcos evolutivos do Eleitoral baiano, com superação dos indicadores de desempenho monitorados pelos órgãos de controle, como o TCU e o CNJ. Do mesmo modo, o **desempenho dos objetivos estratégicos e indicadores correlacionados demonstraram o excelente desempenho do Tribunal**, mesmo em tempos de pandemia e com alteração substancial das formas de trabalho de seus magistrados, servidores e colaboradores.

Considerando a implementação de ações alinhadas à sua Missão, a Justiça Eleitoral da Bahia conduziu os seus

projetos de modo a desburocratizar os serviços prestados à sociedade, priorizando os pilares de **Governança, Inovação, Tecnologia, Sustentabilidade e Prestação Jurisdicional**.

Desse modo, foi criada a Secretaria Judiciária Remota do 1º Grau de Jurisdição, estruturada para auxiliar as zonas eleitorais no saneamento dos dados processuais, além de orientar e uniformizar o uso do Processo Judicial Eletrônico (PJe) pelos cartórios de todo o estado.

Evidencia-se, também, o investimento em tecnologia sem, todavia, comprometer os custos despendidos pelo Tribunal. Nessa linha, procedeu-se a contratação de novo serviço de telecomunicação de dados para todos os cartórios eleitorais do Estado, envolvendo o provimento de conexão de alta velocidade à sede do Tribunal por meio de fibra óptica, além do acréscimo do acesso à Internet através de rede sem fio para servidores e clientes e de solução de segurança no tráfego de dados, com redução de despesas em comparação à contratação anterior, que provia apenas links de comunicação.



Ademais, este Regional apresentou o sistema de inteligência artificial Janus, que **reduz em até 40% o número de ações repetitivas dos servidores, eliminando erros nos processos**. A ferramenta, que é pioneira no país, também auxiliará no registro de candidaturas nas Eleições Gerais 2022.

Nessa linha, o TRE da Bahia também consagrou-se pioneiro na sistematização e lançamento da robô **Maia** e do Núcleo de Atendimento Virtual ao Eleitor (NAVE) que **proporciona a desburocratização dos serviços eleitorais**. Disponível no site do TRE-BA, no Telegram (@maiatrebot) e por telefone, o NAVE conta com recursos inclusivos, pois possibilita **atendimento em Língua Brasileira de Sinais** e concede ao eleitor uma carta de serviços com **eficiência e comodidade, eliminando a necessidade de comparecimento presencial** ao Tribunal e às Zonas Eleitorais.

Ainda no campo tecnológico, foi lançado o sistema eletrônico **Coletacand**, que possibilitou aos partidos e candidatos não eleitos a protocolização e o encaminhamento, pela internet, da prestação de contas referente às Eleições

Municipais de 2020, o que outrora só poderia ser feito presencialmente na sede do Tribunal. Também consagrou-se como primeiro órgão do Poder Judiciário do país a implementar e utilizar o PagTeseuro, sistema desenvolvido para a quitação on-line de multas eleitorais, inclusive por meio de cartão de crédito ou pix.

O compromisso do TRE-BA com a **sustentabilidade e a racionalização de recursos públicos** foi reafirmado com o início da implantação, a custo zero, do projeto de **eficiência energética**. Essa parceria com a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) contemplou 14 zonas eleitorais e resultou em significativa **redução de custos** para o Tribunal.

Neste mesmo ano, o TRE-BA reformou 28 cartórios eleitorais do interior, com serviços de pintura externa e interna, instalações elétricas, telefônicas, reparos em coberturas, manutenção em ar condicionado e instalação de lâmpadas tipo LED.

Em busca da excelência e valorizando a sua função social, o TRE-BA assinou o termo de adesão à Campanha Sinal Vermelho, promovida pelo CNJ em parceria com a Associação de Magistrados da Bahia para fortalecer as ações de combate à violência doméstica.



Palavra do Presidente

Desse modo, cabe à Justiça Eleitoral baiana apoiar a divulgação do projeto que visa conscientizar a população e colaborar para que o Brasil deixe de ser o quinto país mais perigoso do mundo para as mulheres.

Ainda no que diz respeito à ação social deste Órgão, frise-se a criação das **Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual** em duas instâncias. Estabelecidas a partir de resolução do CNJ, as comissões são instrumentos essenciais para **monitorar, avaliar e fiscalizar a adoção da política de enfrentamento ao assédio**, contribuir para **inibir e coibir a prática de atos absolutamente reprováveis e incompatíveis com os valores cidadãos**.

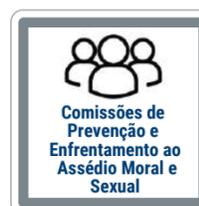
Sob o enfoque de gestão e governança, há a preocupação permanente deste Tribunal com a **transparência**, demonstrada através da **divulgação de conteúdos confiáveis e seguros**. Nesse cenário, inclusive, o TRE da Bahia passou a integrar a **Rede Nacional de Enfrentamento à Desinformação**, tema que está sempre em pauta, uma vez que atinge frontalmente a democracia. Em 2021, jovens baianos foram convidados a participar do **I Concurso de Vídeos para TikTok e Instagram**. Organizado pela Comissão de Enfrentamento à Desinformação do Regional. A ação contou com o apoio do **Projeto Eleitor do Futuro – Educação para a Cidadania**. O concurso aproximou, ainda mais, a Justiça Eleitoral da sociedade, promovendo debates sobre os **efeitos das fake news (notícias falsas) para a democracia e estimulando a conscientização de estudantes quanto ao uso responsável das mídias sociais**.

Também merece destaque, a realização das **eleições suplementares** de Firmino Alves e de João Dourado, ambas com **apuração de resultados em tempo record**, com **transmissão ao vivo dos procedimentos da auditoria de votação eletrônica** pelo Youtube, conferindo ao cidadão de ambos os municípios a possibilidade de confirmar a segurança da urna eletrônica e acompanhar a simulação da votação com urnas oficiais alimentadas com as listas, também oficiais de candidatos e de eleitores.

Registre-se, ainda, que no ano de 2021 foram **empossados 42 novos servidores**, representando um reforço significativo na força de trabalho desta casa Especializada.

Por entender que a melhoria da prestação jurisdicional e administrativa perpassa, necessariamente pelo viés humano, junto às inovações tecnológicas, este Regional **investiu na capacitação dos servidores** lotados nos cartórios eleitorais, por meio de um **curso de gestão cartorária e de acervo processual**.

2021



Nesse contexto, a retrospectiva dos esforços empreendidos à frente da gestão do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia traz ainda mais **disposição para continuar percorrendo os caminhos com foco na superação de desafios**. Para isso, seguimos criando um ambiente propício para projetos baseados nos pilares estabelecidos no Planejamento Estratégico Institucional, cujo tripé conta com **iniciativas voltadas à sociedade, ao aprimoramento dos processos internos e ao aprendizado**.

Mesmo com um **balanço positivo em 2021**, referendado inclusive pelo Conselho Nacional de Justiça, quando alcançamos o **Prêmio de Qualidade na categoria Diamante**, a Justiça Eleitoral da Bahia seguirá amparando as suas atividades com base em indicadores que primam pela **excelência na prestação do serviço de qualidade** e fortalecimento institucional com a sociedade; pela **agilidade e alta produtividade na prestação jurisdicional**, assim como no **aperfeiçoamento da governança, da gestão administrativa, financeira, orçamentaria e igualmente nos processos de tecnologia, educação, conhecimento e gestão de pessoas**.

Do cenário pandêmico vivido nos últimos dois anos, o TRE-BA espera deixar para a sociedade um legado pautado na inovação e também nas **boas práticas** que estão contribuindo para **qualificar os trabalhos prestados no serviço público**.

Por fim, como representante máximo pela governança do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, consigno reconhecer a responsabilidade a mim atribuída por assegurar a integridade deste relatório de gestão e afirmo a aplicação do pensamento coletivo na preparação e na apresentação do presente documento, ressaltando, que sua elaboração ocorreu em conformidade com os requisitos estabelecidos na Estrutura Internacional para Relato Integrado do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) apresentando-o como instrumento de prestação de contas à sociedade sobre todas as atividades que compõem e **definem a missão constitucional da Justiça Eleitoral da Bahia**.

Desembargador Roberto Frank Maynard
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Sumário

Visão geral organizacional e ambiente externo

1. Quem somos	7
2. Nossa missão, visão e valores	8
3. Estrutura organizacional	8
i) Organograma	9
ii) Tribunal Pleno e principais instâncias administrativas	10
4. Cadeia de valor	11
5. Estrutura de governança	12
6. Relação com o ambiente externo	13
7. Relação com destinatários dos bens ou serviços	14
8. Determinação da materialidade das informações	15
9. Modelo de negócio	16
10. Eleições suplementares 2021	17
11. Plano Integrado de Eleições - PLANEL 2022	18

Riscos, oportunidades e perspectivas

1. Gestão de riscos e controles internos	20
i) Principais ações em gestão de riscos em 2021	20
ii) Principais riscos enfrentados em 2021	21
iii) Principais riscos para enfrentamento em 2022	22
iv) Contexto, fontes de riscos e de oportunidades	23

v) Oportunidades e ações de aproveitamento	23
2. Perspectivas futuras	24

Governança, estratégia e desempenho

1. Planejamento estratégico institucional	26
i) Mapa Estratégico	27
2. Como o TRE-BA buscou atender sua missão e visão	28
i) Objetivos estratégicos priorizados em 2021 e principais iniciativas relacionadas	29
3. Como a Governança contribuiu para a geração de valor em 2021	30
i) Atuação da governança em 2021	31
ii) Indicadores de Governança	32
iii) Avaliações de órgãos de controle	34
4. Ações de supervisão, controle e correição	36
5. Atendimento aos órgãos de Controle	37
6. Resultados e desempenho da gestão	40
i) Estratégia em foco	40
a) Painel de indicadores	41
b) Foco em objetivos estratégicos	42

ii) Resultados das principais áreas de atuação	62
a) Gestão orçamentária e financeira	62
b) Gestão de custos	70
c) Gestão de pessoas	72
d) Gestão de licitações e contratos	81
e) Gestão patrimonial e infraestrutura	84
f) Gestão documental e memória	86
g) Gestão de tecnologia da informação e comunicação	87
h) Sustentabilidade ambiental	94

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

1. Declaração do Contador	99
2. Principais critérios e políticas contábeis	101
3. Demonstrativos contábeis	104
4. Notas explicativas às demonstrações contábeis	108

Anexos, apêndices e links

1. Lista de figuras, tabelas, quadros e gráficos	121
2. Lista de links	123
3. Lista de siglas e abreviaturas	127

Capítulo 1

Visão geral organizacional
e ambiente externo

Quem somos



O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) é um Órgão integrante do Poder Judiciário Federal, nos termos do art. 92, V, da Constituição Federal de 1988. Juntamente com o Tribunal Superior Eleitoral, os demais Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais, compõe a Justiça Eleitoral, prevista no art. 118 da Constituição Federal.

No primeiro grau de jurisdição, atua por meio de zonas eleitorais, unidades que podem englobar mais de um município ou parte dele. Atualmente, a Justiça Eleitoral baiana é composta por 199 zonas. Em segunda instância, o TRE-BA, que tem sede em Salvador, capital do Estado da Bahia, é composto por 07 (sete) desembargadores eleitorais, sendo 02 (dois) desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, 02 (dois) juízes de direito, 01 (um) juiz do Tribunal Regional Federal e 02 (dois) advogados (art. 120 da CF).

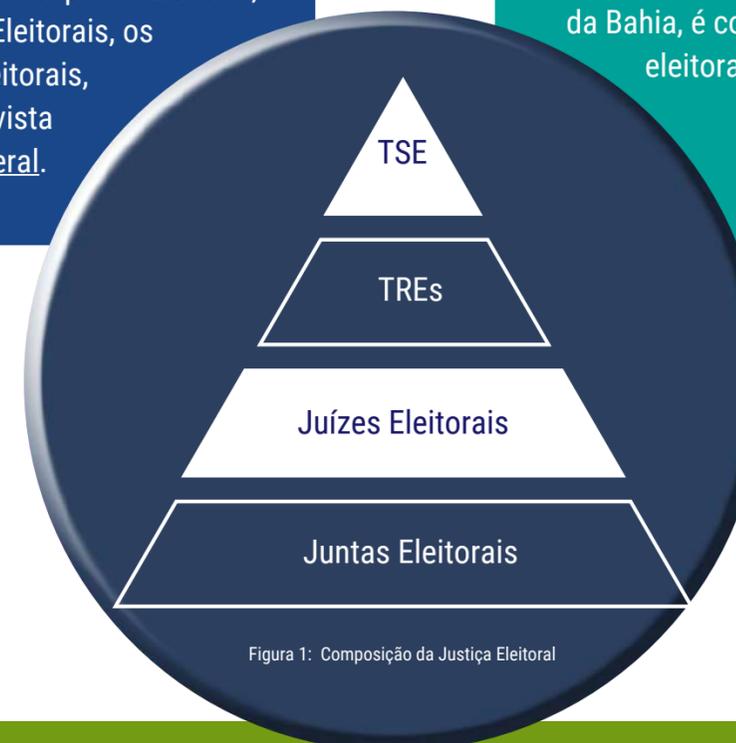


Figura 1: Composição da Justiça Eleitoral

199 Zonas Eleitorais

417 Municípios

4º maior Colégio Eleitoral do país

Sede: 1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - CAB, Salvador/BA - CEP: 41.745-901 - Brasil

CNPJ: 15.873.971/0001-13

A competência e atribuições da Justiça Eleitoral estão disciplinadas no art. 121 da Constituição Federal, no Código Eleitoral e em outras normas complementares. Tem como finalidade primordial garantir o respeito à soberania popular e assegurar os direitos de cidadania - essencialmente o de votar e ser votado. Como órgão do Poder Judiciário Federal exerce a função jurisdicional, que consiste no julgamento dos feitos pertinentes à matéria eleitoral. A função administrativa destaca-se pelo planejamento, organização e execução das eleições e consultas populares, além da realização de ações de cunho social com o propósito de promover o desenvolvimento da consciência política dos eleitores. Já a função consultiva, está materializada no pronunciamento, sem caráter decisório, diante de questões que lhe são apresentadas em tese. A composição, organização e funcionamento do TRE-BA, bem como os procedimentos relativos ao julgamento dos processos de sua competência também estão disciplinados em seu Regimento Interno.

Nossa missão, visão e valores



Missão **Para que existimos?**

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia



Visão **O que queremos?**

Ser reconhecido como uma instituição pública independente e imparcial, referência na prestação de serviços e na conscientização para a cidadania



Nossos Valores **Como pretendemos atuar?**

- Ética
- Imparcialidade
- Transparência
- Respeito ao Ser Humano
- Responsabilidade Socioambiental

Estrutura organizacional

Há duas formas de perceber a estrutura organizacional do TRE-BA: uma visão hierárquica-funcional, a partir do entendimento da sua Estrutura Regimental e Organograma; e uma visão transversal, a partir do entendimento dos seus macroprocessos de negócio, organizados na forma da sua Cadeia de Valor. Essas duas visões são diretamente relacionadas, complementares e fundamentais para a realização das suas atividades institucionais com eficácia, eficiência e efetividade.

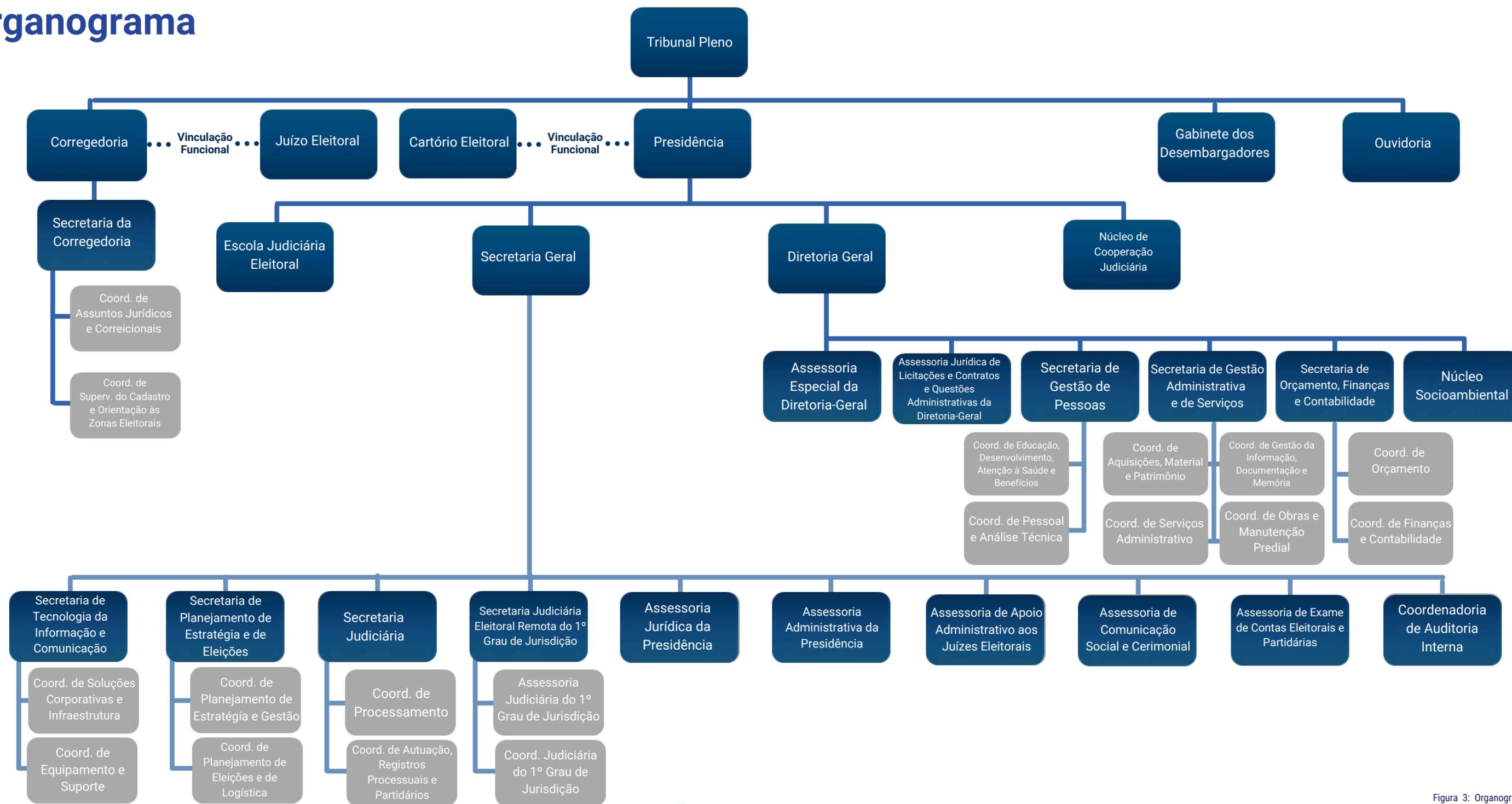
A atual estrutura organizacional da Secretaria do Órgão, resultado de uma reestruturação administrativa ocorrida em 2021, contempla o desenvolvimento do corpo funcional, privilegiando a observância da missão, dos valores e da visão de futuro do Tribunal e das técnicas organizacionais, em consonância com os critérios de hierarquização das unidades em linha de, no máximo, três níveis - Secretaria, Coordenadoria e Seção – com vistas a aproximar os âmbitos decisório e operacional e agilizar a tomada de decisão.

As competências das unidades que compõem a estrutura do Tribunal estão disciplinadas nos seguintes normativos:

- [Resolução Administrativa n.º 01/2017](#) (Regimento Interno do Tribunal) - disciplina aspectos como composição, organização e funcionamento do Tribunal
- [Resolução Administrativa n.º 26/2022](#) (Regulamento da Secretaria) – regulamenta a estrutura organizacional, competências das unidades e atribuições dos titulares de funções comissionadas
- [Resolução Administrativa n.º 01/2015](#) (Regulamento Interno da Corregedoria)
- [Resolução Administrativa n.º 31/2018](#) (Regulamento Interno da Escola Judiciária Eleitoral)
- [Resolução Administrativa n.º 08/2021](#) (Regulamento Interno da Ouvidoria)

Figura 2: Missão, Visão e Valores do TRE-BA

Organograma



Para ver o organograma completo do TRE-BA e os contatos das unidades, acesse <https://www.justicaeleitoral.jus.br/imagens/imagens/tre-ba-organograma-geral-resolucao-no-04-2021#galeria>

Tribunal Pleno



Des. Roberto Maynard Frank
Presidente



Des. Mário Alberto Hirs
Vice-Presidente e Corregedor
Regional Eleitoral



**Freddy Carvalho
Pitta Lima**
Ouvidor



**Henrique Gonçalves
Trindade**
Cooperador



**Ávio Mozar José
Ferraz de Novaes**
Diretor da EJE-BA



**Zandra Anunciação
Alvarez Parada**
Desembargadora Eleitoral



Vicente Oliva Buratto
Desembargador Eleitoral



**Cláudio Alberto
Gusmão Cunha**
Procurador Regional Eleitoral

MPE

Secretaria-Geral da Presidência



**Maria Thaís
Pinheiro Habib**
Secretaria-Geral
da Presidência



**Victor Araújo
Mesquita Xavier**
Secretaria de
Planejamento de
Estratégia e de
Eleições



**Marta Maria
Barreiros Gavazza
de Brandão Lima**
Secretaria Judiciária



**Hercília Boaventura
Barros**
Secretaria Judiciária
Remota do 1º Grau
de Jurisdição



**Catiúscia Dantas
Abreu Oliveira**
Coordenadoria de
Auditoria Interna



**André Luiz
Cavalcanti e Cavalcante**
Secretaria de Tecnologia
da Informação e Comunicação

Diretoria-Geral



**Raimundo de
Campos Vieira**
Diretoria-Geral



**Luciana Maria
Freitas Fonseca**
Secretaria de
Gestão de Pessoas



**Antônio Moisés
Almeida Braga**
Secretaria de Gestão
Administrativa e de
Serviços



**Carla Lustosa
Pinto da Silva**
Secretaria de Orçamento,
Finanças e Contabilidade

Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor do TRE-BA vigente em 2021 foi definida no Planejamento Estratégico Institucional – ciclo 2016/2021, com base nas competências, atribuições e estrutura organizacional do Tribunal. Ela representa o relacionamento das principais atividades desenvolvidas pelo Órgão para a geração de valor e satisfação das necessidades dos seus clientes. Está dividida em dois níveis: o 1º nível é formado por 8 macroprocessos, distribuídos nas categorias Governança, Apoio e Finalístico. Já o 2º nível resulta do desdobramento desses macroprocessos, dando origem a 31 processos, conforme figura abaixo.

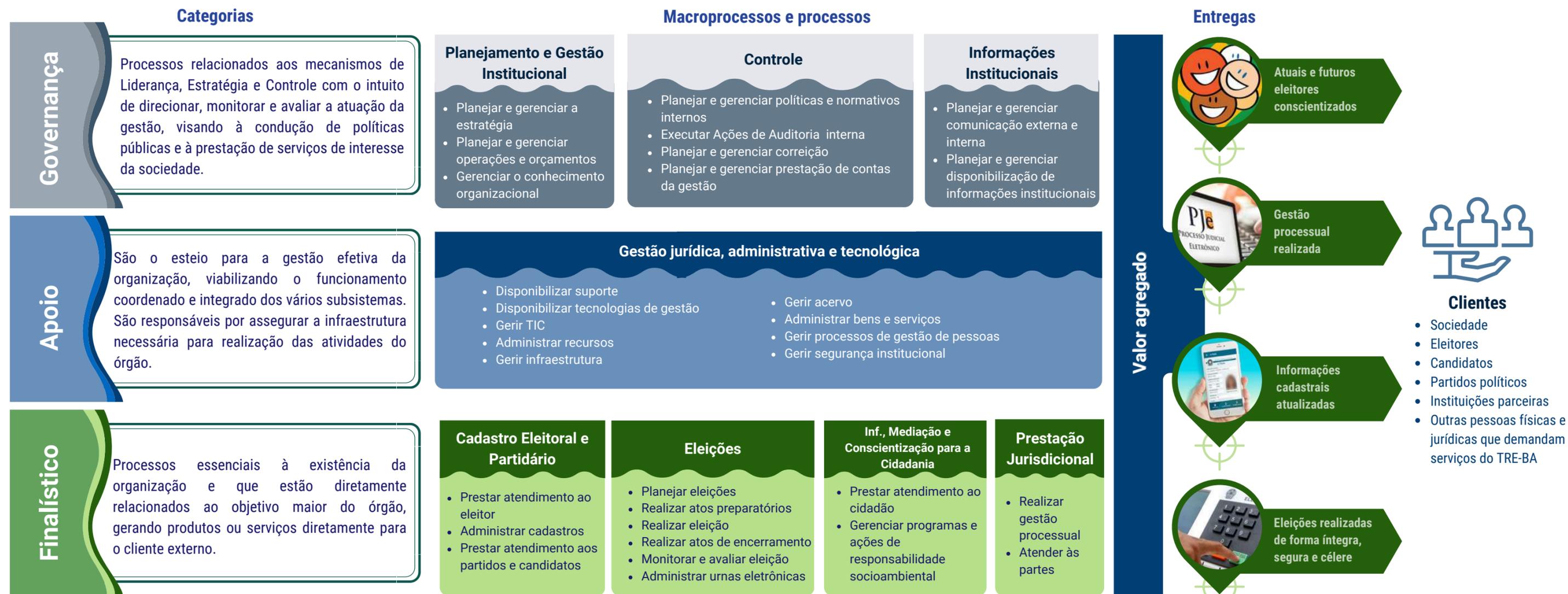


Figura 4: Cadeia de Valor

Para saber mais sobre Gestão de Processos no TRE-BA, acesse <https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/gestao-de-processos-e-da-qualidade>

Estrutura de Governança

O Sistema de Governança e Gestão do TRE-BA foi instituído em 2018 com base nas normas de regência que disciplinam a matéria no âmbito do Poder Judiciário (especialmente editadas pelo CNJ) e nas boas práticas de governança e gestão, incluindo, o Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública do TCU.

Com a edição do novo Regulamento Interno da Secretaria, definido pela Resolução Administrativa nº 04 de 12 de abril de 2021, houve necessidade de alteração do normativo que dispõe sobre o Sistema de Governança e Gestão deste Regional, Resolução Administrativa n.º 33/2019, para adequar a composição das instâncias internas de Governança, de modo a contemplar os titulares de unidades administrativas criadas na nova estrutura organizacional, com a finalidade de assegurar a participação dos responsáveis no processo de definição e avaliação da estratégia e das políticas do Tribunal, bem como no monitoramento da conformidade e do desempenho destas.

Destaca-se que o Sistema de Governança e Gestão definido para esta Corte, permite a legitimação das decisões das instâncias internas. A matéria atualmente está regulamentada pelas Resoluções Administrativas n.º 17/2018 e n.º 33/2019.

A imagem ao lado contempla as principais instâncias e apresenta os responsáveis pelas funções de Governança e Gestão deste Regional.

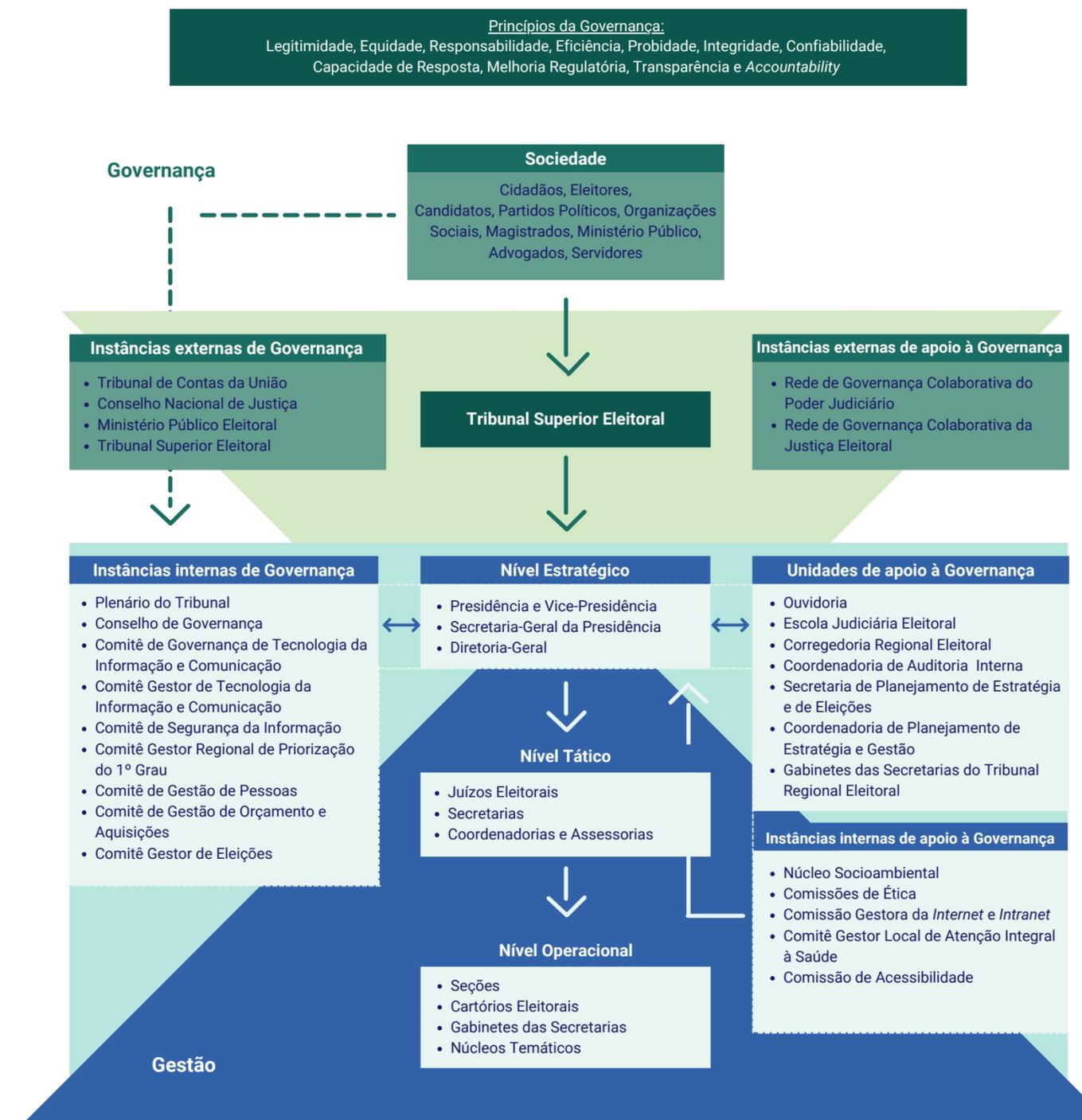


Figura 5: Estrutura de Governança do TRE-BA

Relação com o ambiente externo



Figura 6: Variáveis externas ao TRE-BA

Os efeitos da pandemia provocada pela COVID-19 no ano de 2020 repercutiram significativamente na atuação da Justiça Eleitoral da Bahia no decorrer de 2021. Nesse passo, as ameaças advindas da restrição orçamentária em virtude da [EC 95/2016](#), além do déficit da força de trabalho, mais uma vez, exigiram a busca por melhorias para o atendimento à missão do TRE-BA, inclusive, através de soluções inovadoras, com o uso de inteligência artificial, além de processos de atendimento ao público automatizados.

Desse modo, ferramentas importantes foram desenvolvidas para acelerar a prestação jurisdicional, como a central de vídeo-chamadas para atendimento ao eleitor, à distância, além de aplicativo de mensagens que, de forma automática, tira dúvidas, gera guias de multa, dentre outros serviços eleitorais.

Outro desafio que embasou as ações do TRE-BA em 2021 foi o reflexo da crise política sobre a credibilidade da Justiça Eleitoral como também da pouca informação da sociedade sobre o processo eleitoral. Desse modo, esta Justiça Especializada promoveu a divulgação de campanhas de esclarecimento, assim como aprimorou as formas de diálogos com a sociedade, a exemplo da página "Fato ou Boato" no *site* do Regional, além de firmar parcerias com agências de checagem de notícias.

Também merecem registro, como norteadoras da atuação do Órgão em 2021, as exigências e premiações promovidas pelo CNJ e pelo TCU. Em atenção a elas, o Tribunal, por exemplo, aprimorou a transparência ativa (o que possibilitou o alcance do 2º lugar no Ranking da Transparência do Judiciário). Em virtude do estabelecimento das Metas Nacionais, bem como do saneamento de inconsistências junto ao Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário (DATAJUD), também foi impulsionado a aumentar sua produtividade. Por fim, as avaliações realizadas, os questionários aplicados pelos órgãos de controle, para dimensionar o nível de governança, a utilização de boas práticas de gestão e a implementação de plano de ação, possibilitaram que este Regional evoluísse para o estágio "Aprimorado", conforme relatório individual sobre a autoavaliação, que trata sobre o Levantamento do Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas - iGG2021.

Relação com destinatários dos bens ou serviços

PORTAL DA JUSTIÇA ELEITORAL



www.tre-ba.jus.br

Acesso a

- Título Net
- Certidões
- Quitação de débitos
- Serviços judiciais

Consulta a

- Título e Local de Votação
- Andamento processual
- Portal da Transparência
- Perguntas frequentes
- Dados sobre eleições
- Locais e horários de atendimento

REDES SOCIAIS

Instagram



Facebook



Twitter



YouTube



ATENDIMENTO AO ELEITOR



Tendo em vista o momento pandêmico, o TRE-BA priorizou o atendimento *on-line*. Nesse sentido, foram realizados atendimentos por meio do Título Net, sistema disponibilizado pelo TSE, que oferece ao eleitor, de forma remota a possibilidade de solicitar o alistamento eleitoral transferir o município de votação, revisar os dados cadastrais ou regularizar

inscrição cancelada. Com isso, os cartórios foram autorizados a realizar as operações no Cadastro Nacional com base nos requerimentos encaminhados por meio eletrônico, sem a necessidade de comparecimento pessoal do eleitor.

NÚCLEO DE ATENDIMENTO VIRTUAL AO ELEITOR - NAVE

- Reduz a necessidade de atendimentos presenciais

BALCÃO DE ATENDIMENTO VIRTUAL

- Possibilita o atendimento virtual a diversos serviços prestados pelo TRE-BA

<https://balcaovirtual.tre-ba.jus.br/>

CARTA DE SERVIÇOS

- Informa a sociedade sobre os serviços prestados pela Justiça Eleitoral baiana e a forma de obtê-los

www.tre-ba.jus.br/eleitor/cartas-de-servicos/cartas-de-servicos

OUVIDORIA TRE-BA

Atende demandas relativas a reclamações, sugestões e elogios.

592

DEMANDAS RECEBIDAS ATRAVÉS DO SISTEMA DA OUVIDORIA

CENTRAL DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO DA OUVIDORIA



À disposição do público para prestar esclarecimentos sobre o serviço eleitoral e informar local de votação.

29.980

LIGAÇÕES RECEBIDAS PELA CENTRAL DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO

ATENDENTE VIRTUAL CLARA



Fale com Clara
71 99602-7777

94.341

MENSAGENS TROCADAS PELA ASSISTENTE VIRTUAL CLARA

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

105

PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO RECEBIDOS EM 2021
Atende pedidos de informação, em conformidade com a Lei n.º 12.527/2011.

Gráfico 1: Demandas recebidas através do sistema da Ouvidoria

DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

O processo para determinar os temas a serem abordados neste Relato Integrado e sua forma de quantificação e avaliação teve início com a análise minuciosa dos conteúdos exigidos pela Instrução Normativa n. 84/2020 do Tribunal de Contas da União, na Decisão Normativa TCU nº 187, de 9 de setembro de 2020, e detalhamentos trazidos no Guia TCU para elaboração do Relatório de Gestão na forma de relatório integrado – 3ª edição/2020, e considerando, ademais as diretrizes instituídas para a Justiça Eleitoral pelo TSE e órgãos de controle externo, a exemplo do CNJ .

Nesse contexto, e tendo em vista a Cadeia de Valor do TRE-BA, foram registradas as prioridades da gestão definidas para o exercício de 2021, em alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional, com as boas práticas de governança e gestão.

Desse modo, tais conteúdos foram distribuídos, através de processos administrativos individuais, para as unidades identificadas como responsáveis pela informação, para a construção do presente relatório.

Os temas foram dispostos por capítulo e, no tocante às informações a serem divulgadas, buscou-se contemplar os cenários nacional e institucional, as lições aprendidas, as projeções de futuro e os pontos positivos e negativos das iniciativas envolvidas.

Quanto aos limites do presente Relato Integrado, este Regional adotou abordagem ampla, visando à demonstração da totalidade dos gastos, com informações postas à disposição da sociedade de forma clara e conferindo maior transparência dos atos de gestão ao cidadão e aos órgãos de controle.

Bem por isso, restaram identificados os temas demonstrados na Matriz de Materialidade, adiante destacados.



Figura 7: Matriz de Materialidade

Modelo de negócio

RECURSOS



07 Juízes Membros
199 Magistrados
01 Procurador
199 Promotores
1.370 Servidores
102 Estagiários
433 Terceirizados



Orçamento (milhões)

Créditos recebidos
R\$ 413,37

Total pago (exceto Restos a Pagar - RP) R\$ 388,75



Estrutura

199 Zonas Eleitorais
134 Postos de Atendimento
9.684 Locais de Votação
36.955 Seções Eleitorais
184 Imóveis ocupados



Parcerias

Públicas com órgãos federais, estaduais e municipais e com organizações privadas

ATIVIDADES DE NEGÓCIO



Cadastro Eleitoral e Partidário

Prestar atendimento ao eleitor, partidos e candidatos e administrar os cadastros, mantendo-os atualizados



Informação, mediação e conscientização para a cidadania

Prestar atendimento ao cidadão e gerenciar programas e ações de responsabilidade socioambiental



Eleições

Planejar, realizar, monitorar e avaliar eleições oficiais, referendos e plebiscitos. Administrar urnas eletrônicas



Prestação Jurisdicional

Realizar gestão processual (tramitar e julgar processos) e atender partes e advogados

PRODUTOS GERADOS E IMPACTOS EM 2021

244.910 Atendimentos a eleitores	90,3% Satisfação do público com atendimento	
592 Demandas recebidas pelo "Fala Cidadão", da Ouvidoria	195.766 Público atingido pelas Ações de Cidadania	
1.482 Postagens em redes sociais	566 Ações sociais	2º Lugar no Ranking da Transparência
R\$ 3,91 Custo das Eleições 2020 por eleitor*	2 Eleição Suplementar realizadas em 2021	60,7% Índice de confiança aferido no ano de 2020
79,4% Comparecimento eleitorado no 1º turno (média nacional: 76,86%)*	273% Aumento das seções acessíveis em relação a 2018*	113% Aumento do mesários voluntários em relação a 2016*
3.627 Casos Novos	100% Tramitação eletrônica de Casos Novos	100% Metas Nacionais e Específicas alcançadas
51.028 Processos julgados	49.439 Processos finalizados em menos de 1 ano	1º lugar Entre os TRE's Prêmio CNJ de Qualidade - Diamante
1.586 Acórdãos lavrados		

*Dados referentes às Eleições 2020

CLIENTES



- Sociedade
- Eleitores
- Candidatos
- Partidos Políticos
- Advogados
- Instituições parceiras
- Outras pessoas físicas e jurídicas que demandam serviços do TRE-BA
- 10.206.054 Eleitorado
- 1.919.356 Eleitorado Salvador
- 8.286.698 Eleitorado interior
- 62.304 Eleitorado com deficiência

ELEIÇÕES SUPLEMENTARES 2021

Nos municípios de Firmino Alves e de João Dourado foi realizada, concomitantemente, as Eleições Suplementares, auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, a fim de demonstrar o funcionamento e a segurança das urnas. A organização e condução dos trabalhos de auditoria ficaram a cargo da Comissão de Auditoria instituída por este Tribunal por meio das Resoluções Administrativas nº 30/2021 (Firmino Alves) e nº 35/2021 (João Dourado) com alteração dada pela Resolução Administrativa n.º 39/2021. Para acompanhar a execução dos procedimentos, o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil, os partidos políticos/coligações e demais entidades fiscalizadoras foram devidamente convocados(as) por edital.

Eleição Suplementar de Firmino Alves - integrante da 137ª Zona Eleitoral- Itororó/BA

Realização: 3/10/2021

Eleitorado apto: 4.518

Comparecimento às urnas: 4.102 (90,79%)

Abstenção: 416 (9,21%)

Custo: R\$ 124.247,26

Prefeito eleito: Fabiano de Jesus Sampaio (PSD)

Eleição Suplementar de João Dourado - integrante da 199ª Zona Eleitoral- João Dourado/BA

Realização: 07/11/2021

Eleitorado apto: 18.573

Comparecimento às urnas: 15.108 (81,34%)

Abstenção: 3.465 (18,66%)

Custo: R\$ 169.795,09

Prefeito eleito: Diamerson Costa Cardoso Dourado (Coligação PL/PSB e PCdoB).

Custo por eleitor nas Eleições Suplementares no exercício de 2021
Firmino Alves - R\$ 27,50
João Dourado - R\$ 9,14

Quadro 1: Custo por eleitor nas Eleições Suplementares em 2021

Comparecimento às Urnas

Eleição Suplementar de Firmino Alves (03/10/2021)

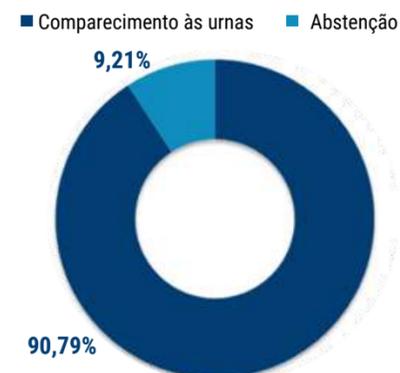


Gráfico 2: Eleições Suplementares de Firmino Alves

Eleição Suplementar de João Dourado (07/11/2021)

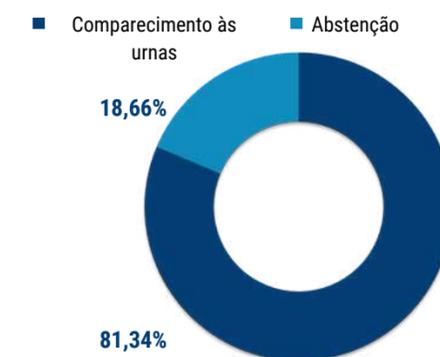


Gráfico 3: Eleições Suplementares de João Dourado

Custo das Eleições Suplementares

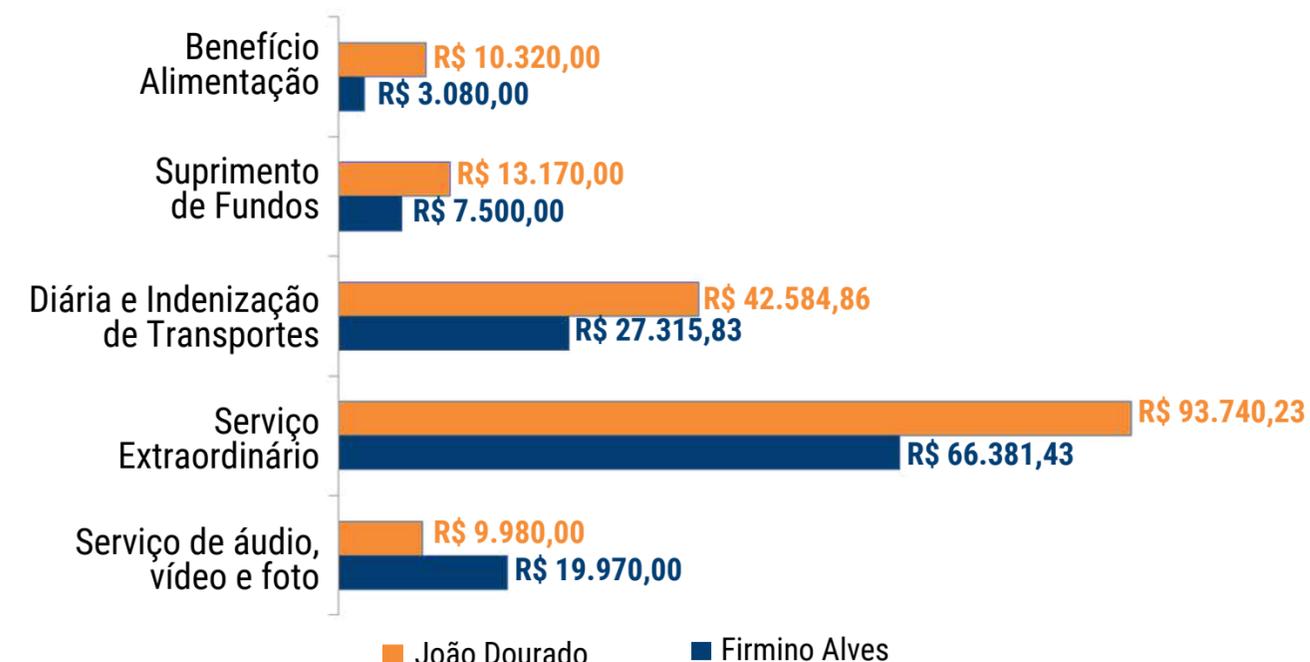


Gráfico 4: Custo das Eleições Suplementares

Fontes: SOF e Tesouro Gerencial

Nota: Os Custos da auditoria da votação eletrônica, já estão inclusos nos valores acima apresentados.

PLANO INTEGRADO DE ELEIÇÕES – PLANEL 2022

O Plano Integrado de Eleições – PLANEL 2022, aprovado pela [Resolução Administrativa n.º 40/2021](#), é um instrumento de gestão deste Regional que tem como objetivo principal promover um conjunto de ações integradas e convergentes, visando à realização de um processo eleitoral legítimo, transparente e seguro, com economicidade de recursos públicos e entrega célere e eficiente de resultados à população.

O Plano Estratégico Institucional (PEI) deste Tribunal para o ciclo 2021-2026, aprovado pela [Resolução Administrativa n.º 18/2021](#), foi um dos pilares para a elaboração do PLANEL 2022, que sofreu o impacto direto dos objetivos estratégicos "Fortalecer a Relação Institucional com a Sociedade" e "Prestar Serviço de Qualidade ao Público".

Para a elaboração do PLANEL, foram realizadas reuniões temáticas de planejamento, com a participação das unidades da Secretaria do Tribunal e de representantes da Comissão Especial de Servidores do Interior do Estado e da Comissão de Chefes de Cartório da Capital, a fim de identificar as ações/tarefas relacionadas às Eleições, seus respectivos gerentes, líderes, executores e períodos de realização. Para cada processo, foi elaborado um quadro analítico correspondente, com vistas a facilitar o controle das atividades necessárias ao bom andamento dos trabalhos relativos às Eleições.

O detalhamento das atividades revelou-se de imperiosa importância para o planejamento das Eleições 2022, proporcionando à Secretaria de Planejamento de Estratégia e de Eleições – SPL e à Alta Administração melhor gerenciamento das atividades pertinentes às Eleições e maior agilidade na tomada de decisões.

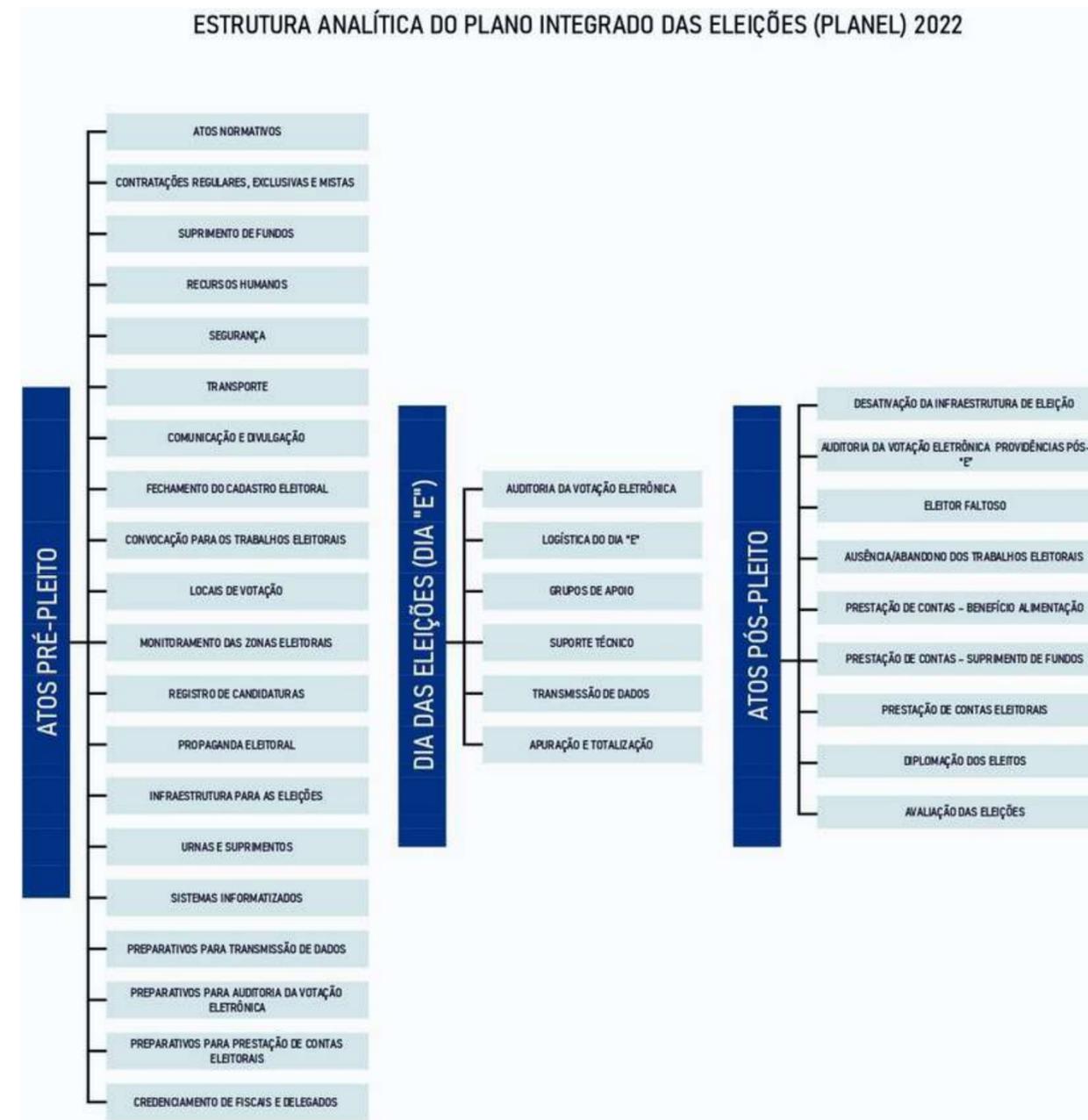


Figura 8: Estrutura analítica do Plano Integrado das Eleições

Capítulo 2

Riscos, oportunidades
e perspectivas

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Sistema de Gestão de Riscos (SGR)

O Sistema de Gestão de Riscos (SGR) do TRE-BA é regulamentado pela [Resolução Administrativa n.º 16/2018](#) e suas revisões e possui metodologia própria para o gerenciamento dos riscos inerentes às atividades do Tribunal ([acesse o Manual de Gestão de Riscos aqui](#)).

O SGR adota o modelo das 3 linhas do Instituto de Auditores Internos (IIA). Veja a seguir maiores detalhes sobre o modelo implantado:

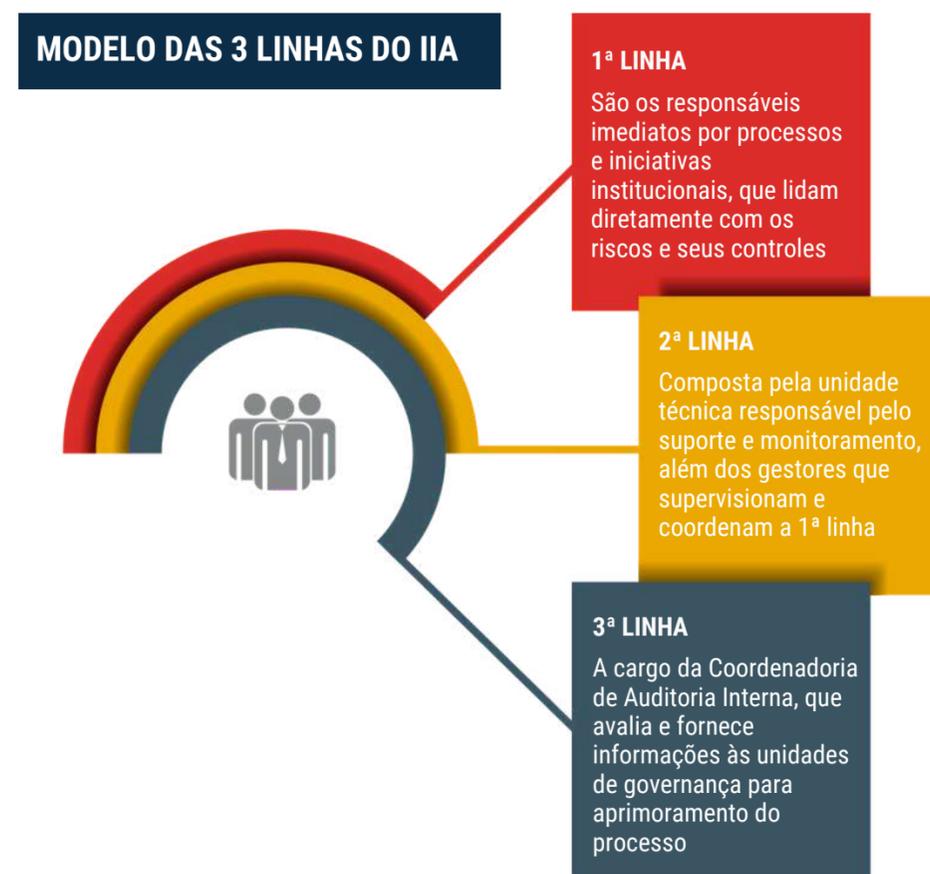


Figura 9: Modelo das 3 Linhas do IIA

Principais ações em 2021

Gestão de riscos à integridade para elaboração do Plano de Integridade

Em cumprimento à Política de Integridade estabelecida na [Resolução Administrativa n.º 38/2018](#), foram identificados riscos relacionados a fraudes, corrupção e desvios de conduta de áreas que, em razão das atribuições, são mais susceptíveis a riscos à integridade. Com base nesses riscos e nos tratamentos propostos, foi apresentada à Alta Administração minuta de plano envolvendo ações que buscam fortalecer a cultura da integridade no âmbito interno. No infográfico abaixo, estão especificadas as áreas e os processos que tiveram riscos à integridade identificados, avaliados e tratados pelo TRE-BA.

Área gestora	Processos priorizados para a gestão de riscos à integridade
SGA	<ul style="list-style-type: none"> Licitação Fiscalização de contratos Contratação direta de bens e serviços Inventário físico dos bens patrimoniais e de materiais de consumo
SOF	<ul style="list-style-type: none"> Planejamento orçamentário Acompanhamento orçamentário Débito com o erário Pagamento de terceirização de mão de obra
SGP	<ul style="list-style-type: none"> Folha de pagamento Recadastramento de aposentados e pensionistas Concessão de aposentadoria Provimento de cargo efetivo Nomeação de servidores para cargo em comissão ou função comissionada

Gestão de riscos para melhoria de processos considerados críticos

Os processos relacionados abaixo foram priorizados pelo Programa Estratégico Evolução da Maturidade dos Processos Organizacionais para passarem por projetos de melhoria em 2021. A escolha foi feita com base em critérios de criticidade. Dentre outras ferramentas, os projetos utilizam-se da gestão de riscos para identificar gargalos e propor aprimoramento aos fluxos de trabalho.



[clique aqui](#) e confira o resultado deste trabalho
(aba "Processos mapeados" - acesse o manual do processo e veja plano de tratamento de riscos ao final)

Revisão dos riscos-chave das Zonas Eleitorais

Também foram revisados os riscos-chave identificados pela zonas eleitorais, a fim de atualizar e aprimorar a gestão dos riscos inerentes ao processo eleitoral, em vista das Eleições 2022.

Revisão da Política de Gestão de Riscos

Dentre outras alterações, foi incluído dispositivo que atribui à Presidência decidir, em caso de não concordância entre o supervisor de riscos e a unidade responsável por tratamento planejado.

[clique aqui](#) e veja a política revisada

Principais riscos* enfrentados em 2021

LEGENDA:

- Muito alto
- Alto
- Médio
- Baixo
- Muito baixo

Risco inerente: é o risco próprio, agregado ou inerente à atividade desenvolvida, anterior a qualquer tratamento.

Risco residual: é parcela do risco inerente não modificada por tratamento.

*Riscos referenciados nos objetivos estratégicos do PEI 2016-2021

OBJETIVO IMPACTADO: Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis

RISCO
Inobservância de normas de sustentabilidade e de acessibilidade nos imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral na Bahia.

CAUSAS
 Reduzido quadro de servidores da área técnica e insuficiência de capacitação; alocação de cartórios em imóveis cedidos ou locados, sem possibilidade de adequações; indisponibilidade de imóveis adequados.

RISCO INERENTE
 ■ PROBABILIDADE
 ■ IMPACTO

CONTROLES E TRATAMENTOS

- Contratação de pessoal técnico de apoio
- Prévia análise e avaliação dos imóveis a serem ocupados
- Exigência contratual de realização, pelo locador, de adequações no imóvel a ser ocupado
- Inclusão no plano de obras de ações passíveis de execução nos imóveis cedidos e locados

✓ **RISCO RESIDUAL** ■

OBJETIVO IMPACTADO: Assegurar a adoção de boas práticas de gestão

RISCO
Aproveitamento insuficiente de boas práticas institucionalizadas

CAUSAS
 Institucionalização de boas práticas para atendimento de exigências de órgãos superiores e de controle, sem suficiente capacitação prévia dos gestores; baixa maturidade em planejamento, gestão de processos, de projetos e de riscos; alta rotatividade de lotação; reestruturações organizacionais.

RISCO INERENTE
 ■ PROBABILIDADE
 ■ IMPACTO

CONTROLES E TRATAMENTOS

- Existência e atuação de unidades específicas para apoio e disseminação da gestão de riscos e de processos, bem como de unidade que funciona como escritório de projetos
- Cumprimento de metas estratégicas relacionadas à gestão de riscos, à maturidade de processos e ao desdobramento da estratégia
- Constante capacitação dos gestores e da equipe operacional

✓ **RISCO RESIDUAL** ■

OBJETIVO IMPACTADO: Aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

RISCO
Julgamento intempestivo de processos judiciais

CAUSAS
 Reiterados deferimentos de dilação de prazo; aceite de documentos apresentados intempestivamente por partidos e candidatos; sobrecarga sazonal de processos para julgamento; monitoramento ineficiente, por deficiência de informações extraídas de sistemas; ausência de quadro próprio de juízes e oficiais de justiça.

RISCO INERENTE
 ■ PROBABILIDADE
 ■ IMPACTO

CONTROLES E TRATAMENTOS

- Adoção do JANUS, software que realiza automaticamente atividades repetitivas em processos, com o uso de inteligência artificial
- Criação e utilização de business intelligence para monitoramento dos processos judiciais
- Orientação a juízes de 1ª e 2ª instâncias para não concessão de dilação de prazo e não aceitação de documentos apresentados intempestivamente
- Fiscalizações e inspeções da Corregedoria
- Mapeamento e manualização de procedimentos

✓ **RISCO RESIDUAL** ■

OBJETIVO IMPACTADO: Aperfeiçoar a qualidade do gasto público

RISCO
Surgimento de demandas de gastos não previstas no planejamento orçamentário

CAUSAS
 Planejamento deficiente de despesas pelas unidades; surgimento de despesas inesperadas ou não planejadas; ausência de priorização e diretrizes para o gasto; descontinuidade da gestão; reestruturações organizacionais.

RISCO INERENTE
 ■ PROBABILIDADE
 ■ IMPACTO

CONTROLES E TRATAMENTOS

- Acompanhamento e controle do planejamento orçamentário
- Monitoramento da movimentação do orçamento
- Mapeamento e manualização de processos
- Avaliação periódica do indicador de aderência da execução ao planejamento orçamentário
- Análise periódica e realocação dos créditos orçamentários

✓ **RISCO RESIDUAL** ■

Principais riscos* para enfrentamento em 2022

LEGENDA:

- Muito alto
- Alto
- Médio
- Baixo
- Muito baixo

Risco inerente: é o risco próprio, agregado ou inerente à atividade desenvolvida, anterior a qualquer tratamento.
Risco residual: é parcela do risco inerente não modificada por tratamento.
 *Riscos referenciados nos objetivos estratégicos do PEI 2021-2026

OBJETIVO IMPACTADO: Fortalecer a relação institucional com a sociedade	OBJETIVO IMPACTADO: Prestar serviço de qualidade ao público
<p>RISCO </p> <p>Disseminação de desinformação sobre o processo eleitoral e candidatos(as)</p> <p>CAUSAS </p> <p>Intenção de causar o descrédito da Justiça Eleitoral; desconhecimento da população acerca do funcionamento da urna eletrônica; intenção de causar dano à imagem de candidato(a) em campanha.</p> <p>RISCO INERENTE ■</p> <p>■ PROBABILIDADE ■ IMPACTO</p>	<p>CONTROLES E TRATAMENTOS</p> <ul style="list-style-type: none"> Campanhas institucionais do TSE e TRE-BA de combate à desinformação Fiscalização da propaganda eleitoral Atuação da Comissão de Enfrentamento à Desinformação Criação e divulgação de página da Internet de checagem de notícias <p><input checked="" type="checkbox"/> RISCO RESIDUAL ■</p>
<p>RISCO </p> <p>Disseminação da COVID-19 no dia do pleito</p> <p>CAUSAS </p> <p>Permanência da pandemia até o dia do pleito; ocorrência de aglomerações em decorrência das filas para votação; ausência ou uso incorreto de máscaras de proteção por eleitores e mesários; desrespeito a outros protocolos de segurança estabelecidos; negação do risco.</p> <p>RISCO INERENTE ■</p> <p>■ PROBABILIDADE ■ IMPACTO</p>	<p>CONTROLES E TRATAMENTOS</p> <ul style="list-style-type: none"> Disponibilização de EPI's nos locais de votação Orientação e fiscalização acerca do cumprimento dos protocolos de segurança nos locais de votação Marcação de distanciamento nas filas de votação Pleitear junto ao TSE a dispensa da identificação biométrica e a ampliação do horário de votação Adoção do e-título para realizar justificativa <p><input checked="" type="checkbox"/> RISCO RESIDUAL ■</p>
OBJETIVO IMPACTADO: Promover a melhoria contínua da Governança e Gestão de TIC	OBJETIVO IMPACTADO: Aperfeiçoar a Governança e a Gestão Administrativa
<p>RISCO </p> <p>Atraso na conclusão de sistemas necessários ao pleito</p> <p>CAUSAS </p> <p>Interrupção de contrato de fábrica de software; interrupção do contrato de suporte terceirizado de TIC; déficit de pessoal na área de TIC; Surgimento de demandas imprevistas e inadiáveis para a área de TIC.</p> <p>RISCO INERENTE ■</p> <p>■ PROBABILIDADE ■ IMPACTO</p>	<p>CONTROLES E TRATAMENTOS</p> <ul style="list-style-type: none"> Conclusão de licitação para reestabelecer equipe de suporte terceirizado Priorização de chamados referentes a sistemas de eleições Revisão da Portaria DG n.º 87/2021, que estabelece critérios para desenvolvimento de sistemas, de modo a favorecer a priorização de sistemas voltados para a realização de eleições <p><input checked="" type="checkbox"/> RISCO RESIDUAL ■</p>
<p>RISCO </p> <p>Impossibilidade de realização da transmissão remota dos resultados da votação</p> <p>CAUSAS </p> <p>Falta de visitação prévia aos locais de votação por indisponibilidade de veículo; não realização ou realização deficiente de testes de transmissão; Internet ou computadores deficientes nos locais de votação; treinamento inadequado dos responsáveis pela transmissão remota; veículos insuficientes para transporte exclusivo de mídias de resultados.</p> <p>RISCO INERENTE ■</p> <p>■ PROBABILIDADE ■ IMPACTO</p>	<p>CONTROLES E TRATAMENTOS</p> <ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade de recursos tecnológicos pelo TRE Contratação de técnicos de apoio operacional Treinamento prévio para a transmissão remota Realização de contrato de serviços de transporte (TaxiGov) para vistorias nos locais de votação/transmissão Realização de simulados nos pontos de transmissão Atualização do Sistema SATRE <p><input checked="" type="checkbox"/> RISCO RESIDUAL ■</p>

Contexto, fontes de riscos e de oportunidades



Figura 10: SWOT - TRE-BA 2021

Com base na análise de contexto realizada para a elaboração do PEI 2021-2026, que contou com a participação dos principais gestores do TRE-BA, e em matrizes SWOT elaboradas com foco específico nos indicadores estratégicos vigentes, apresenta-se, acima, o resumo dos principais atributos internos e externos que podem impulsionar ou atrapalhar a Instituição no atingimento de seus objetivos estratégicos.

Chama a atenção no documento compilado a permanência de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças identificadas inicialmente em 2015, quando da elaboração do PEI 2016-2021. Atributos referentes à qualificação dos servidores, ao aumento do controle social e da inclusão digital continuam a favorecer oportunidades que podem ser aproveitadas para a melhoria dos serviços prestados. Por outro lado, fatores negativos relacionados à insuficiente informatização de processos, à restrição orçamentária e à desconfiança sobre a urna eletrônica persistem como fontes de risco, merecendo atenção contínua da governança e da gestão.

Oportunidades e ações de aproveitamento

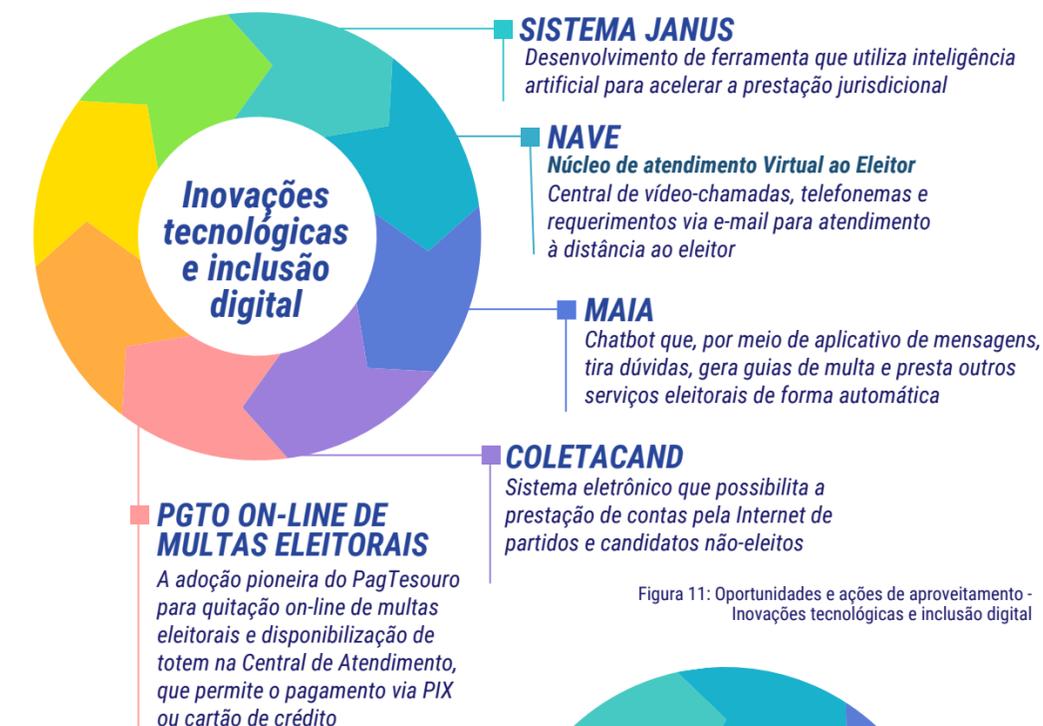


Figura 11: Oportunidades e ações de aproveitamento - Inovações tecnológicas e inclusão digital



Figura 12: Oportunidades e ações de aproveitamento - Parcerias com outras instituições

Oportunidades e ações de aproveitamento continuação

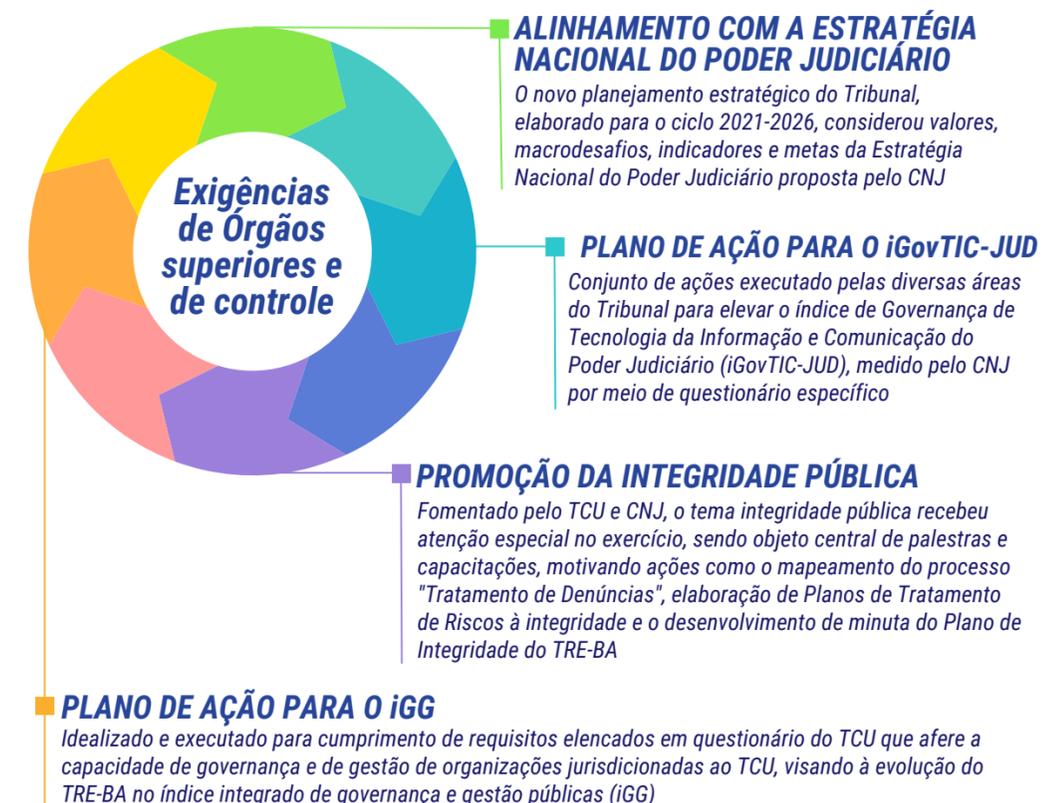


Figura 13: Oportunidades e ações de aproveitamento - Exigências de Órgãos superiores e de controle



Figura 14: Oportunidades e ações de aproveitamento - Aumento do controle social



Perspectivas futuras

No ano de 2021, foi elaborado o planejamento estratégico que norteará as ações do Tribunal até 2026. Os objetivos formulados tomaram por base o contexto da Instituição e a Estratégia Nacional do Poder Judiciário estabelecida pelo CNJ. Para a consecução da estratégia planejada, alguns desafios devem ser considerados. Por outro lado, há oportunidades já identificadas que podem auxiliar o Tribunal a transpor esses obstáculos.

A conjuntura econômica nacional e o cenário que desponta para os próximos anos sinalizam para a permanência das restrições de recursos para o funcionamento do Órgão. Em contrapartida, as inovações tecnológicas contínuas, a inclusão digital dos cidadãos e a previsão de chegada da tecnologia 5G no Brasil favorecem a ampliação da oferta de serviços *on-line* e a realização do trabalho remoto, o que pode resultar em significativa redução de despesas correntes com a infraestrutura física da Organização. Se por um lado já é sentido o impacto da redução da força de trabalho no Tribunal, por outro há espaço para maior automação de processos e desburocratização de rotinas. Não por acaso, valores como "Inovação" e "Efetividade" e objetivos voltados ao aprimoramento da gestão administrativa, da gestão orçamentária e da área de TIC constaram no PEI 2021-2026 e devem direcionar o TRE-BA na busca pela prestação de um serviço de qualidade, mesmo diante da limitação de recursos.

Outra preocupação a curto prazo é a permanência da pandemia da COVID-19 em ano eleitoral. Em vista desse panorama, espera-se que as Eleições Gerais 2022 ocorram sob cuidados semelhantes aos adotados em 2020. Ainda sobre 2022, é certo que a disseminação de desinformação continue a ameaçar a credibilidade da Justiça Eleitoral e a lisura da disputa entre os próprios candidatos, sobretudo diante da polarização política em que o país se encontra. Ataques cibernéticos à rede interna também são eventos de risco potencializados com a proximidade do pleito. Tais ameaças, já enfrentadas antes, continuarão a demandar grandes esforços do TRE-BA para a efetiva mitigação.

Nesse contexto, conquanto tenham sido avistados alguns obstáculos para o PEI 2021-2026, possibilidades de contorná-los existem e devem ser bem aproveitadas pelo TRE-BA, com vistas ao cumprimento da sua missão de garantir a legitimidade do processo eleitoral.

Capítulo 3

Governança, estratégia e desempenho

Planejamento estratégico institucional

O QUE É

Planejamento estratégico é uma ferramenta de gestão que traça os objetivos a serem alcançados pela organização, levando-se em conta seus pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades e ameaças a que está sujeita, de maneira a direcioná-la para o cumprimento de sua missão institucional e para o atingimento de sua visão de futuro, pautando suas ações em princípios ou valores a serem seguidos por todos que a integram.



DIRECIONADORES

Além das competências legais e regimentais do Órgão, o PEI do TRE-BA levou em conta a Estratégia do Poder Judiciário (ciclo 2015-2020), instituída pela Resolução CNJ n.º 198/2014, as diretrizes estratégicas da Justiça Eleitoral, bem como políticas nacionais e outras orientações e determinações do Conselho Nacional de Justiça, do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal de Contas da União.

PROCESSO DE ELABORAÇÃO

O atual Planejamento Estratégico do TRE-BA foi concebido para o período de 2016 a 2021 e foi instituído pela Resolução Administrativa n.º 14/2015. Sua elaboração ocorreu nos anos de 2014 e 2015 e contou com a participação de magistrados do 1º e 2º graus, servidores lotados na secretaria do Tribunal e nos cartórios da capital e do interior, que atuam nos níveis estratégico, tático e operacional, e representantes da associação de classe dos servidores.

PEI 2021-2026

Ao longo de 2021, último ano do ciclo estratégico, foi construído o novo Planejamento Estratégico para o período 2021-2026, fundamentado na estratégia anterior e na Resolução n 325/2020 do CNJ que trata da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026. Observadas as questões relacionadas ao TRE-BA e as demandas externas e internas, o novo ciclo fundamenta-se na metodologia do *Balanced Scorecard*, instrumento de planejamento que distribui os objetivos em diferentes perspectivas, alinhando metas, indicadores e iniciativas

ALINHAMENTO DA ESTRATÉGIA

O desdobramento da estratégia é um meio de viabilizar o atingimento dos objetivos. Assim, o PEI também orienta os planos institucionais e as propostas orçamentárias, de modo que as prioridades estratégicas sejam devidamente implementadas. Alguns dos principais planos do TRE-BA são: planos estratégicos setoriais, Plano de Logística Sustentável, Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Plano Integrado de Eleições, Plano Anual de Contratações, Plano Anual de Capacitação.

Mapa estratégico

O Plano Estratégico do TRE-BA compreende 15 objetivos, que sintetizam o que a instituição pretende alcançar ao longo de um determinado período de tempo, assim como os desafios primordiais a serem enfrentados para o alcance da sua visão de futuro e para o cumprimento da sua missão. Esses objetivos estão escalonados em três perspectivas (Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento), conforme **Mapa Estratégico** ao lado.

Para possibilitar o alcance desses objetivos, foram definidos projetos a serem priorizados no ciclo e indicadores estratégicos que representam o desempenho do Tribunal em relação às metas definidas.

Em 2021, o PEI do TRE-BA teve 22 projetos em andamento e 35 indicadores estratégicos medidos.

A Estratégia do Órgão é monitorada continuamente, através do acompanhamento bimestral da execução dos projetos, inclusive com identificação e reporte de riscos que possam interferir nos seus cursos, com apresentação de planos de respostas, apreciados pela Alta Administração. Os resultados atinentes aos indicadores de desempenho estratégicos também são levantados, trimestralmente, acompanhados de reflexões e justificativas sobre os fatores que facilitaram ou dificultaram o atingimento das metas traçadas.

O desempenho da Estratégia Institucional é avaliado, pelo menos, quadrimestralmente, nas Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs) pelo Conselho de Governança que, se for o caso, adota decisões preventivas para que os objetivos estratégicos sejam alcançados.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA Mapa Estratégico 2016-2021

MISSÃO: GARANTIR A LEGITIMIDADE DO PROCESSO ELEITORAL E O LIVRE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTAR E SER VOTADO, A FIM DE FORTALECER A DEMOCRACIA

Valores Organizacionais: Ética, Imparcialidade, Transparência, Respeito ao Ser Humano e Responsabilidade Socioambiental

2016 VISÃO DE FUTURO 2021
SER RECONHECIDO COMO UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA INDEPENDENTE E IMPARCIAL, REFERÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E NA CONSCIENTIZAÇÃO PARA A CIDADANIA

Atributos de Valor para a Sociedade: Acessibilidade, Celeridade, Credibilidade, Efetividade e Modernidade

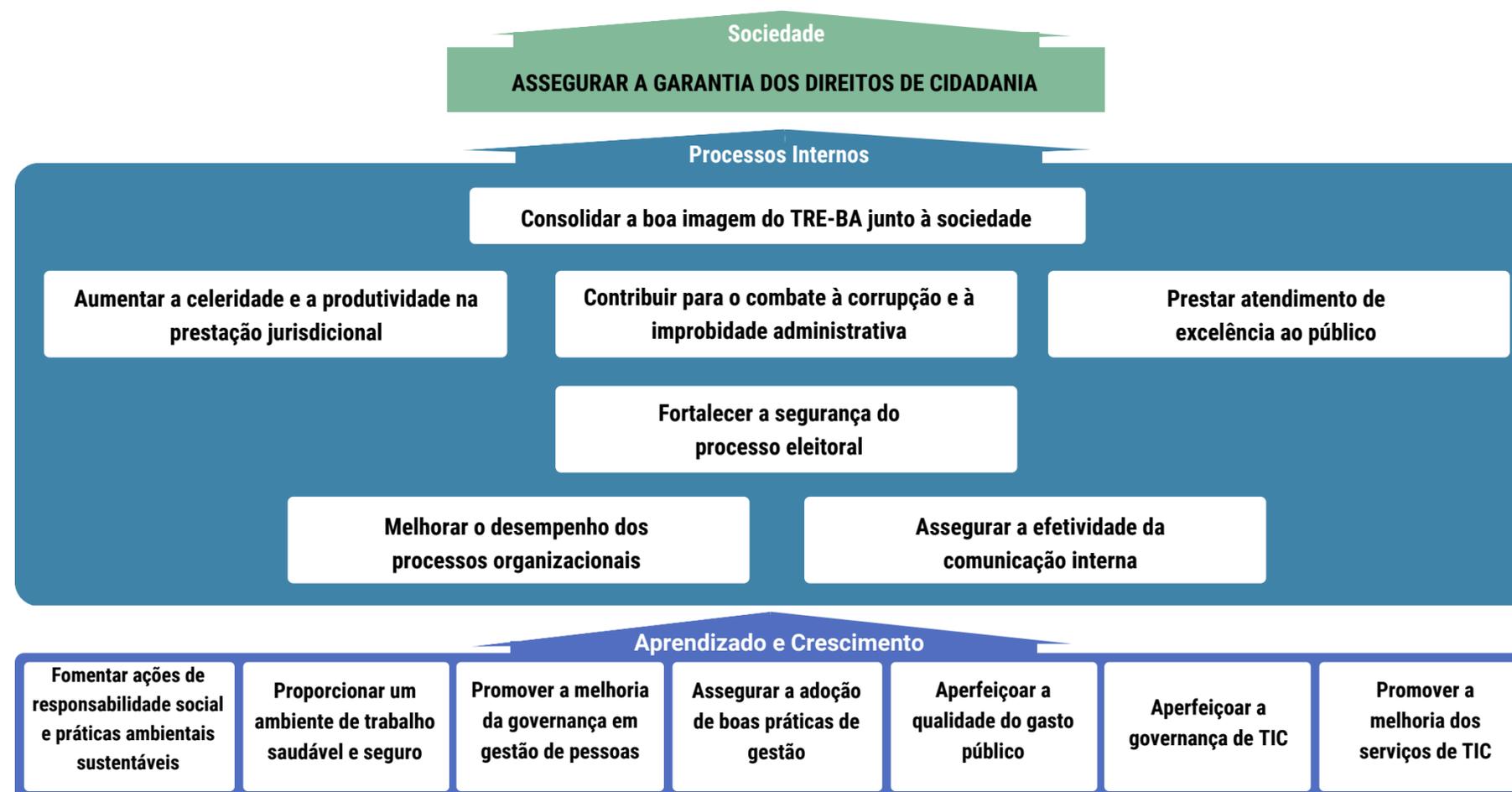


Figura 15: Mapa Estratégico do TRE-BA

Como o TRE-BA buscou atender sua missão e visão

O planejamento do TRE-BA para o exercício 2021 visou à realização da sua missão com foco nos resultados para os cidadãos e usuários dos seus serviços, apesar dos desafios provocados em razão da pandemia da COVID-19.

Assim, o Tribunal incumbiu-se da tarefa de assegurar a garantia dos direitos da cidadania, objetivo estratégico maior do TRE-BA e norteador de toda atuação organizacional. Foram priorizados os objetivos institucionais relacionados à prestação de atendimento de excelência ao público; ao aumento da celeridade e da produtividade na prestação jurisdicional e à consolidação da boa imagem do Órgão junto à sociedade. Apesar de não relacionado às finalidades institucionais do TRE-BA, o objetivo estratégico que visa a proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro também foi privilegiado no exercício tendo em vista a preocupação com a preservação da saúde dos servidores, notadamente pelo momento pandêmico.

De igual modo, merece destaque a melhoria dos serviços voltados à tecnologia da informação e comunicação, que proporcionou, por meio da ampliação de serviços digitais, facilidade no acesso à Justiça. Disponibilizou-se, também, atendimento virtual ao eleitor, favorecendo a desburocratização dos serviços eleitorais, além de evitar o comparecimento pessoal aos cartórios. Ademais, a criação de inteligência artificial para garantir o julgamento célere e efetivo de processos, denotou estratégia estabelecida para alcançar melhor performance no objetivo acima referido, em prol da inovação.

Nesse sentido, importante ressaltar que alinhado às demandas e diretrizes dos órgãos de controle, especialmente CNJ e TCU, foi aperfeiçoada a governança através da adoção das boas práticas de gestão o que resultou na evolução do índice integrado de governança (iGG), no aprimoramento da divulgação de dados (Ranking da Transparência), além do índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC).

Os objetivos estratégicos não priorizados foram contemplados no ano através de iniciativas ou projetos estratégicos a eles relacionados.



Objetivos estratégicos priorizados em 2021 e principais iniciativas relacionadas

Quadro 2: Objetivos estratégicos priorizados em 2021 e principais iniciativas relacionadas

	Objetivos priorizados	Direcionadores no exercício	Principais iniciativas, ações e projetos relacionados
	Prestar atendimento de excelência ao público	<ul style="list-style-type: none"> • Canais eficazes de diálogo com a Justiça Eleitoral • Capilaridade da prestação de serviços eleitorais • Prestação de serviços digitais aprimorada • Monitoramento da satisfação dos clientes • Estatísticas de serviços prestados disponibilizadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto "Fala, Cidadão!" • Projeto "TRE-BA em Rede" • Projetos de obras
	Aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de prestação jurisdicional continuamente melhorado • Priorização do 1º grau • Sobrecarga de processos judiciais nas zonas eleitorais identificada e equacionada 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto "Evolução da Maturidade dos Processos" • Projeto "Justiça em Dia" • Criação da Secretaria Judiciária Eleitoral Remota do 1º Grau de Jurisdição
	Consolidar a boa imagem do TRE-BA junto à sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Informações institucionais disponibilizadas de forma abrangente, clara e tempestiva para a sociedade • Diretrizes, processos, ferramentas e padrões de comunicação externa estabelecidos • Promoção campanhas voltadas ao combate à <i>fake news</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento e evolução da transparência ativa • Regulamentação interna da gestão de conteúdo no sítio da <i>internet</i> do TRE-BA • Plano de ação para cumprimento da Meta Específica 1
	Proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro	<ul style="list-style-type: none"> • Organização do trabalho humanizado • Instalações físicas adequadas e seguras em todas as unidades • Condições ergonômicas de trabalho • Aprimoramento das relações socioprofissionais • Saúde do servidor monitorada e melhorada 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto "PQVT - Desenvolvimento, Capacitação, Valorização e Reconhecimento do Servidor" • Projeto "PQVT - Condições Ergonômicas no Ambiente de Trabalho" • Plano de ação para promoção da Qualidade de Vida no Trabalho • Projetos de obras
	Promover a melhoria dos serviços de TIC	<ul style="list-style-type: none"> • Processos internos de TIC otimizados • Desenvolvimento de inteligência artificial • Ampliação dos serviços <i>on-line</i> para clientes 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Residência de TIC • Criação robô JANUS • Instituição do Balcão Virtual

Como a Governança contribuiu para a geração de valor em 2021

A governança no setor público é a aplicação de práticas de liderança, de estratégia e de controle, que permitem aos mandatários de uma organização pública e às partes nela interessadas avaliar sua situação e demandas, direcionar a sua atuação e monitorar o seu funcionamento, de modo a aumentar as chances de entrega de bons resultados aos cidadãos, em termos de serviços e de políticas públicas, nos termos do Referencial Básico de Governança, publicado pelo TCU.

Assim, a boa governança pública pressupõe a existência de uma liderança forte, ética e comprometida com os resultados, bem como de uma estratégia clara, integrada, eficiente e alinhada aos interesses sociais e estruturas de controles que possibilitem o acompanhamento das ações, o monitoramento dos resultados e a tempestiva correção de rumos, quando necessário.

O Sistema de Governança e Gestão do TRE-BA está regulamentado pela Resolução Administrativa n.º 33/2019. As atividades essenciais de governança (dirigir, avaliar e monitorar) são realizadas, com apoio das instâncias internas de governança, pelo Tribunal Pleno e Alta Administração, representada pela Presidência, Vice-Presidência e Diretoria-Geral. As funções de planejar, executar e controlar são realizadas pelas secretarias do TRE-BA, que também são apoiadas pelas instâncias internas de governança. Nesse contexto, tais instâncias exercem fundamental papel para que o Órgão atinja os seus objetivos e, conseqüentemente, atenda a sua Missão e Visão.

Ao Conselho de Governança, principal instância de governança no Tribunal juntamente com o Plenário, compete discutir e definir questões afetas à estrutura interna de governança, estabelecer diretrizes sobre segregação de função para tomada de decisões críticas, aprovar modelo de seleção e avaliação de desempenho para membros das instâncias gerenciais e de modelo de execução e monitoramento, propostos pelas respectivas áreas ou por comitês gestores e/ou comissões temáticas. Também é ele quem acompanha e analisa o alcance dos objetivos estratégicos, ações e metas nas Reuniões de Análise da Estratégia. As demais instâncias, no âmbito de suas competências, também impulsionam a efetivação da estratégia por meio de deliberações e iniciativas, tendo se destacado, em 2021, os aspectos demonstrados na página seguinte.

Modelo de Governança e Gestão

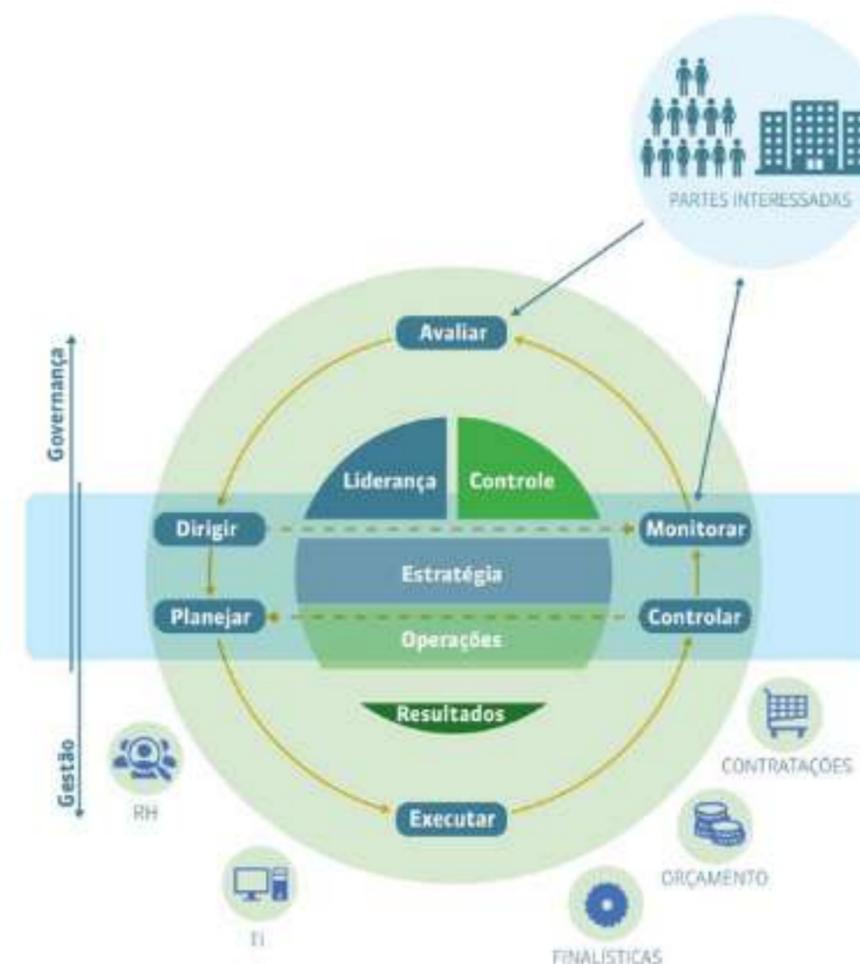


Figura 16: Modelo de governança e gestão

Fonte TCU: Referencial Básico de Governança, 3ª ED. pág. 20.

Atuação da Governança em 2021

Conselho de Governança



- Participação nas RAEs - efetivo monitoramento da Estratégia
- Revisão de 5 (cinco) indicadores e 12 (doze) projetos estratégicos
- Ratificação do Plano Anual de Contratações (PLANCONT) 2021
- Ratificação da 3ª Revisão do Plano de Logística Sustentável
- Deliberação pela inclusão do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau no rol de Supervisores de Risco
- Definição do período de execução das iniciativas estratégicas do Plano Estratégico Institucional (PEI) 2021 - 2026



Comitê de Gestão de Pessoas

- Monitoramento e avaliação dos resultados alcançados pela gestão de pessoas, com aprovação de deliberações e redirecionamentos para aperfeiçoamento de indicadores e ações propostas
- Acompanhamento das ações realizadas no Plano de Ação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – PQVT 2021
- Aprovação das diretrizes do Plano de Ação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – PQVT 2022
- Monitoramento da execução do Plano Anual de Capacitação – PAC 2021
- Aprovação das diretrizes do Plano Anual de Capacitação – PAC 2022



Comitê de Gestão de Orçamento e Aquisições

- Aprovação do Plano de Contratações (PLANCONT), alinhado aos objetivos estratégicos e ao orçamento
- Deliberações de propostas de novas contratações no plano original
- Deliberação de limite temporal para tramitação de processos de contratação não precedidos da realização de Estudos Técnicos Preliminares (ETP)



Comitê de Governança de TIC

- Aprovação de diversos Estudos Técnicos Preliminares - ETP
- Aprovação do estabelecimento de critérios para orientar a seleção e priorização das iniciativas (projetos e ações) de TIC ([Portaria DG nº 87/2021](#))
- Atualização do normativo que estabelece o processo de Gestão de Ativos de Tecnologia da Informação ([Portaria da Presidência nº 546/2021](#))
- Aprovação do Plano de Trabalho da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - ENTIC-JUD
- Aprovação da revisão de norma do PETIC, apreciação do PDTIC e do caderno de indicadores
- Aprovação do Plano de Contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação 2022 (PLANCONT-STIC 2022)
- Revisão das Normas de Segurança da Informação (NSI)



Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde

- Monitoramento dos dados e ações no âmbito deste Regional relativas ao alcance da Meta 10 do CNJ
- Acompanhamento do resultado alcançado na pesquisa de satisfação dos servidores com os serviços de saúde oferecidos pelo Tribunal
- Supervisão das ações para cumprimento do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – PQVT 2021
- Auxílio na definição de medidas e campanhas para o retorno gradual de servidores, magistrados e colaboradores ao trabalho presencial, considerando a melhoria dos indicadores relacionados à pandemia da COVID-19, o avanço da vacinação e a flexibilização das medidas protetivas pelas autoridades de saúde
- Acompanhamento do ciclo vacinal contra o coronavírus dos servidores da Casa, com vistas a garantir maior segurança no retorno às atividades presenciais
- Participação ativa, com emissão de pareceres técnicos, para definição dos servidores autorizados para continuidade de suas atividades de forma remota, levando-se em consideração possíveis comorbidades, cobertura vacinal e condições de saúde mental



Comitê Gestor de Eleições

- Deliberações sobre demandas referentes às Eleições 2022
- Aprovação do Plano Integrado das Eleições 2022



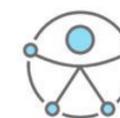
Comitê Gestor de Segurança da Informação e Proteção de Dados

- Aprovação da implementação do plano de ação para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)
- Apresentação de proposta de implantação de protocolos previstos na Portaria CNJ nº 162/2021 (Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário - ENSEC-PJ)



Comissões de Ética

- Realização de ações para a disseminação do Código de Ética
- Monitoramento do cumprimento do Código de Ética nas Zonas Eleitorais
- Mapeamento do processo de "Apuração de Denúncia de Ato Contrário à Ética".
- Revisão do Código de Ética dos Servidores da Justiça Eleitoral da Bahia com ampliação do quantitativo de membros da CPE



Comissão Permanente de Acessibilidade

- Realização de ações voltadas à valorização da pessoa com deficiência
- Realização da Semana de Acessibilidade e inclusão



Núcleo Socioambiental

- Realização de ações para a redução do consumo de recursos naturais e resíduos poluentes
- Elaboração do Plano de Logística Sustentável-[PLS para o ciclo 2021-2026](#)
- Aplicação de pesquisa de avaliação da qualidade do material de limpeza
- Ações de repactuação de preços de contrato, readequação de instalações hidrossanitárias e aquisição de aparelhos de telefonia, visando ao aperfeiçoamento do gasto público



Demais instâncias /unidades internas

- Proposição de revisão dos Sistemas de Governança e Gestão de Riscos
- Implantação e disponibilização de novos canais efetivos de comunicação com a sociedade
- Realização de ações com vistas à assegurar à transparência e accountability
- Realização de auditorias internas, com avaliação e monitoramento de riscos e controles internos
- Realização de Correições



Para saber mais sobre competências e deliberações dos Comitês e Comissões do TRE-BA, acesse <https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/comissoes-e-comites/comissoes-e-comites>

Indicadores de Governança

Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas - iGG

Em 2021, o TCU realizou novo ciclo de Levantamento do Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas do TCU – iGG2021. Conforme Relatório de Fiscalização do TCU, desde 2007, o Órgão de controle vem realizando trabalhos para levantar informações sobre a situação da Governança na Administração Pública Federal e estimular as suas organizações jurisdicionadas a adotarem as boas práticas no tema. As questões relativas ao iGG estão agrupadas nos seguintes temas: Governança Pública Organizacional; Governança e Gestão de Pessoas; Governança e Gestão de Segurança e Tecnologia da informação; Governança e Gestão de Contratações e Governança e Gestão Orçamentária.

A aplicação do questionário do Levantamento do Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas do TCU – iGG2021 foi realizada em junho de 2021. Este Regional apresentou crescimento no seu desempenho, com o cumprimento do percentual de 72,2%, de acordo com a categorização de respostas e limites de estágios de capacidade estabelecidos no Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas – 2021. Ressalta-se que 378 organizações públicas participaram do levantamento de 2021 com respostas válidas.

Com o índice de 72,2% alcançado em 2021, o TRE-BA evoluiu do estágio "Intermediário", atingido em 2018, com o percentual de 59% (40 a 70%), para o "Aprimorado" (70,01% a 100%), figurando em 2º lugar entre os Regionais Eleitorais.

Em 2020, foi elaborado plano de ação, com base no questionário disponibilizado pelo TCU, identificados os itens deficitários, passíveis de melhoria e definidos planos factíveis para evolução a curto e médio prazo. Esse plano atingiu sua meta de elevar o TRE-BA ao nível "Aprimorado" de capacidade de governança no ciclo do iGG 2021. Ressalta-se que esse trabalho contou com a participação e comprometimento das unidades responsáveis por efetivar as iniciativas que necessitavam ser implementadas ou aprimoradas.

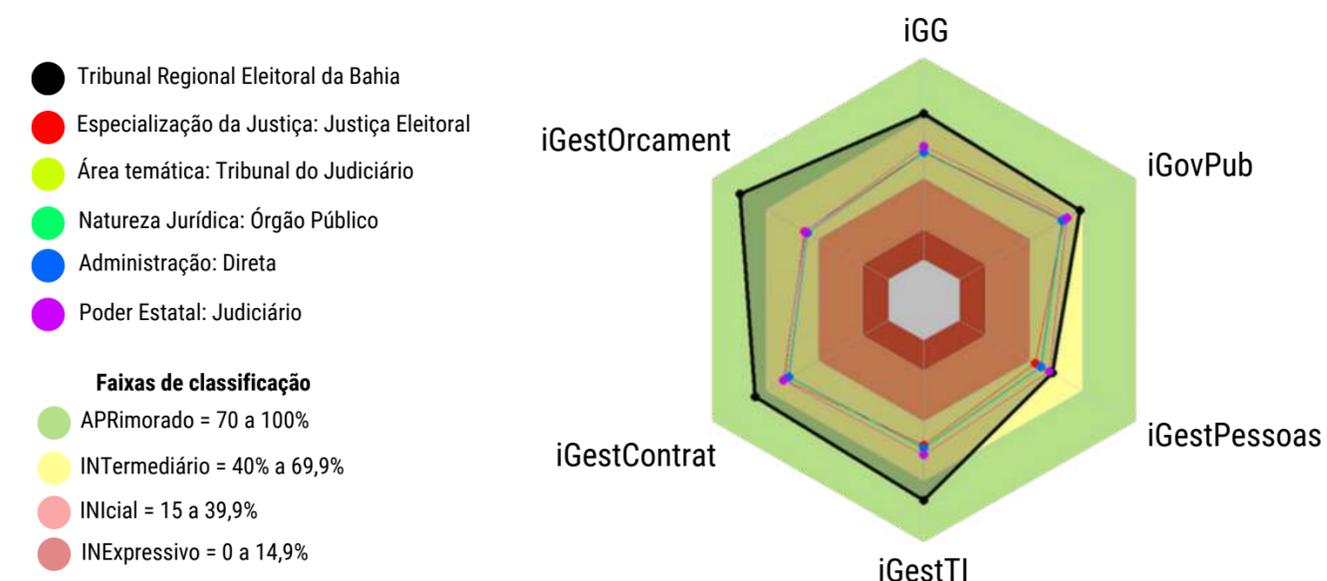
Cabe destacar que, mesmo com o crescimento alcançado em seu desempenho, o TRE-BA permanece atento aos controles sugeridos e vem trabalhando no sentido de traçar diretrizes para assegurar a manutenção desse desenvolvimento e resultados para a sociedade.

No gráfico ao lado, afere-se a evolução do TRE-BA, entre os anos 2018 a 2021, no Levantamento do Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas do TCU.

Maiores informações sobre o Levantamento Integrado de Governança e Gestão Públicas acesse <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-de-governanca/>

Gráfico 5: Perfil de Governança e Gestão Públicas 2021, Fonte: TCU. Relatório Individual da autoavaliação de idBase=18 Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), pág. 4. Brasília:2021. Disponível em <https://www.tcu.gov.br/igg2021/igg2021%20-%2018%20-%2018%20-%20TRE-BA.pdf>

iGG - Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas



Evolução da Capacidade de Governança e Gestão 2018-2021

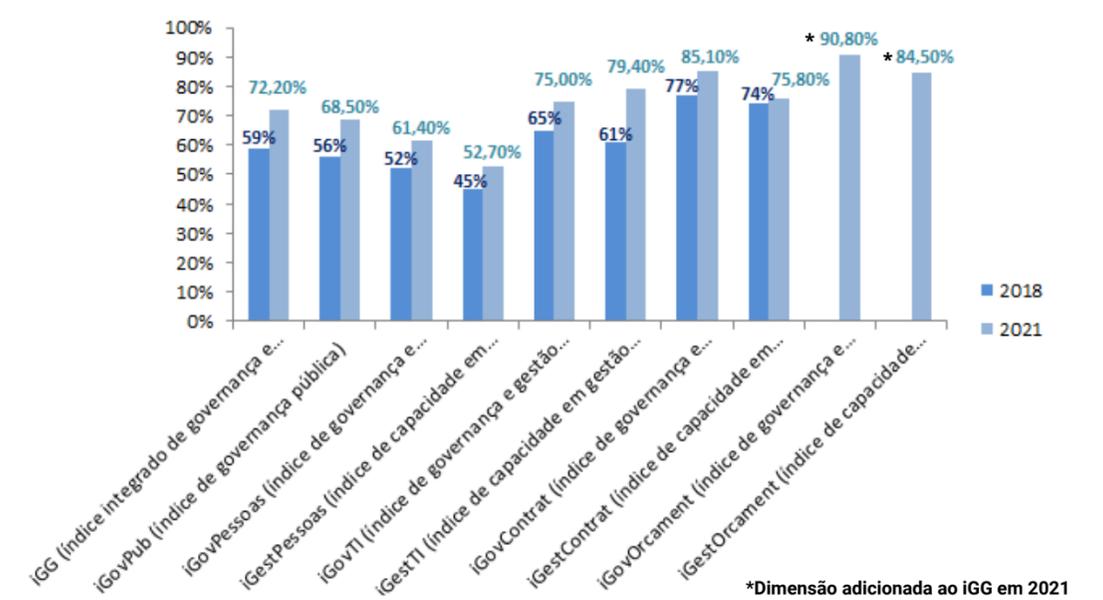


Gráfico 6: TRE-BA Evolução da Capacidade de Governança e Gestão 2018-2021

Índice de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - iGovTIC-JUD

Em 2021, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, pela primeira vez, alcançou o nível de Excelência no questionário iGovTIC-JUD de 2021, aplicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com pontuação de 81,40%. Com este resultado, o TRE baiano é o 4º no Ranking de excelência entre os Regionais Eleitorais e o 12º no Ranking Geral do Judiciário. O levantamento conta com a participação de 93 órgãos que são classificados de acordo com as notas obtidas entre os níveis de maturidade “Baixo”, “Satisfatório”, “Aprimorado” e “Excelência”.

O iGovTIC-JUD é um diagnóstico anual para medição do nível de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento Especificadas e, conseqüentemente, da evolução dos viabilizadores da Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário. Esse diagnóstico é aplicado desde 2016 e está também previsto na [Resolução CNJ n.º 370/2021](#), que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (ENTIC-JUD), para o período de 2021/2026.

A partir dos resultados coletados, é mensurado o grau de maturidade atingido por cada tribunal. Esses dados são publicados pelo CNJ, em painel específico, que apresenta a situação de cada órgão. Neste ano de 2021, novos requisitos foram utilizados, com novos critérios de avaliação, nova metodologia de cálculo e novas perguntas, o que exigiu adequações por parte dos tribunais. Segurança e proteção de dados, governança de TIC, transformação digital e inteligência artificial foram algumas variáveis incluídas no questionário.



Figura 17: Histórico das notas obtidas pelo TRE-BA nos últimos anos



Gráfico 7: Resultado do TRE-BA por dimensão - 2021



Excelência no iGovTIC

O TRE-BA, em 2021, alcançou o nível de "Excelência" no questionário iGovTIC (Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário), aplicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), obtendo uma pontuação de 81,40.

Posição do TRE no ranking do iGovTIC



Figura 18: Posição do TRE-BA no ranking do iGovTIC

Maiores informações sobre o painel do iGovTIC-JUD do Poder Judiciário acesse: <https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/painel-do-igovtic-jud-do-poder-judiciario/>

Avaliações de Órgãos de Controle

Ranking da Transparência

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) demonstrou o seu compromisso com a transparência, conquistando, em 2021, o 2º (segundo) lugar no Ranking de Transparência do Poder Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atendendo a 99,48% dos requisitos exigidos pelo CNJ. A avaliação envolveu 93 tribunais do país e está em sua quarta edição. O levantamento e a análise dos dados para resposta ao Ranking da Transparência foram realizados no período de abril a maio/2021.

Instituído em 2018, pela Resolução [CNJ n.º 260/2018](#), o Ranking da Transparência visa a mensurar o grau de informação que os Tribunais disponibilizam ao cidadão, bem como contribuir para aumentar a eficiência do Poder Público, diminuir a corrupção e elevar a participação social.

Para a evolução desse índice, destaca-se o envolvimento das unidades gestoras de conteúdo e a contínua realização de monitoramento das informações publicadas no portal da internet, com foco na [Lei 12.527/2011](#) e nos itens exigidos pelo Ranking da Transparência, para verificação do grau de transparência adotado pelo TRE-BA.

Com o propósito de aprimorar a transparência, foi atualizado o normativo que disciplina a gestão de conteúdos no sítio da *internet* do TRE-BA, a matéria está regulamentada pela [Portaria n.º 462/2021](#).

Salienta-se que, em 2020, o percentual atingido pelo Regional foi de 98,56% e, em 2019, 92,62% de requisitos cumpridos. A evolução dos índices ao longo dos três últimos anos revela o engajamento do TRE-BA em garantir o acesso à informação, conforme estabelecido pelos normativos de regência, ou seja, disponibilizando dados de forma tempestiva, clara e segura.

O [Guia da Transparência do TRE-BA](#) foi atualizado e contém os critérios avaliados pelo CNJ e outros *links* para acesso às informações.

Impende destacar a evolução deste Regional ao longo dos quatro anos de aferição do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, mesmo não alcançando o 1º lugar, em 2021, houve acréscimo na pontuação dos itens exigidos pelo CNJ, conforme gráfico abaixo:



Gráfico 8: Evolução do TRE-BA no Ranking da Transparência 2018-2021

Prêmio CNJ Qualidade 2021



Em 2021, o TRE-BA foi agraciado com a categoria “Diamante” no “Prêmio CNJ de Qualidade”, alcançando a certificação máxima da premiação com a mais alta pontuação (89,8%) entre todos os tribunais regionais eleitorais do país.

Regulamentado, em 2021, por meio da [Portaria CNJ n.º 135/2021](#), o Prêmio CNJ de Qualidade foi criado em 2019, em substituição ao antigo Selo Justiça em Números, e tem por finalidade estimular os tribunais brasileiros na busca pela excelência na gestão e no planejamento, bem como reconhecer os tribunais pela qualidade da gestão administrativa e judiciária, produção de dados estatísticos e transparência das informações.

A avaliação do CNJ foi segmentada em quatro eixos temáticos: Governança; Produtividade; Transparência e Dados e Tecnologia, destacando-se, no caso deste Regional, o alcance máximo e integral dos requisitos do eixo produtividade. O Prêmio Diamante foi conferido aos 3 (três) tribunais que obtiveram as maiores pontuações relativas e superaram 70%. O Ouro foi conferido aos tribunais situados entre a 4ª e a 10ª colocações. Já o Prata, aos tribunais situados entre a 11ª e a 18ª maiores pontuações relativas.

Essa foi a primeira vez que o Eleitoral baiano obteve a maior pontuação entre todos os regionais eleitorais, ocupando lugar de destaque dentre os órgãos do Poder Judiciário. O resultado alcançado reflete o compromisso do Órgão em prestar um serviço de qualidade, primando pela busca da excelência na gestão e no planejamento, traduzida, especialmente, na sistematização e disseminação das informações e no incremento da eficiência da prestação jurisdicional.

Prêmio CNJ de Qualidade 2021 - Números TRE-BA

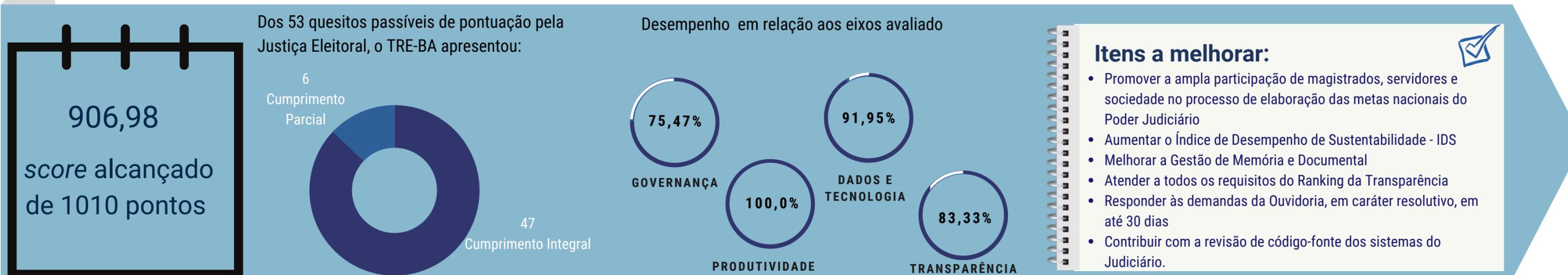


Gráfico 9: Atendimento aos quesitos do Prêmio CNJ de Qualidade

Gráfico 10: Desempenho em relação aos eixos do Prêmio CNJ de Qualidade

Ações de supervisão, controle e correição

Objetivando garantir a legalidade, legitimidade, economicidade e transparência dos recursos públicos, são realizadas pelas instâncias internas de governança e de apoio à governança, ações de supervisão, controle e correição.

Atuação do Presidente do Tribunal

Compete ao Presidente do Tribunal, dirigente máximo do Órgão, (i) aplicar penas disciplinares aos servidores, (ii) promover a apuração imediata dos fatos que tiver ciência sobre irregularidade atribuída a Juiz do Tribunal, (iii) instaurar e processar sindicância, (iv) relatar proposta de abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra aquela autoridade e, ainda, (v) votar na instauração e no julgamento de PAD contra juiz do Tribunal e juiz eleitoral.

Em 2021, foram instaurados 01 (um) Processo Administrativo de Sindicância e 01 (um) Processo Administrativo Disciplinar com a finalidade de apurar fatos noticiados (Portarias TRE-BA nº [655/2021](#) e [657/2021](#), revogada pela [24/2022](#)). Os processos mencionados não objetivaram apurar dano ao Erário, bem como não houve abertura de tomadas de contas especiais com essa finalidade no exercício.

Atuação da Comissão Permanente de Ética

A Comissão Permanente de Ética (CPE) faz parte da instância interna de apoio à Governança do Tribunal e possui atuação consultiva e investigativa, sempre norteadas pelos ditames contidos no Código de Ética dos Servidores da Justiça Eleitoral da Bahia, operando de forma vigilante no tocante ao atendimento aos princípios éticos dentro da Instituição. O gráfico ao lado apresenta o quantitativo de denúncias apresentadas à CPE.

A **Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUD)** é outra unidade interna de apoio à Governança que exerce papel fundamental em relação à avaliação dos controles internos do TRE-BA. As ações realizadas por essa unidade estão disponíveis no *site* do Tribunal. Clique [aqui](#) para acessar.

Para maiores informações sobre Ações de supervisão, controle e correição, acesse <https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acoes-de-supervisao-e-correicao>

1 PROCESSO DE SINDICÂNCIA
1 PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
0 TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Processos Apreciados em 2021

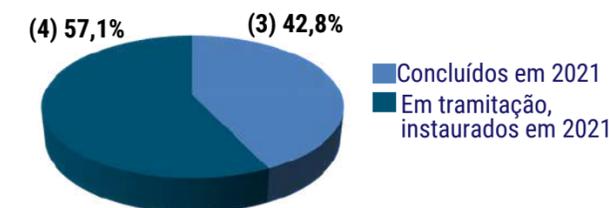


Gráfico11: Processos Apreciados em 2021

Atuação da Corregedoria Regional Eleitoral

A Corregedoria Regional Eleitoral é unidade interna de apoio à Governança, responsável pela orientação, inspeção e fiscalização dos serviços eleitorais no Estado, cuja titularidade é exercida pelo Corregedor Regional Eleitoral. Compete ainda (i) zelar pela boa ordem e celeridade dos serviços eleitorais; observar se os juízes eleitorais, membros de juntas eleitorais e servidores das zonas eleitorais mantêm atenção no cumprimento de seus deveres, além de promover a apuração imediata dos fatos que tiver ciência sobre irregularidade atribuída a juiz eleitoral.

Para cumprir o previsto no Provimento da CRE n.º 2/2019, vigente em 2021, foram realizadas correições ordinárias anuais, no mês de março, em todas as zonas eleitorais, para a fiscalização do funcionamento das unidades judiciárias de 1º grau e de suas atividades.

Diante da propagação da pandemia provocada pela COVID-19, o Provimento CRE n.º 3/2020, suspendeu a obrigatoriedade da realização da correição ordinária anual em 2020. O Provimento CRE-BA n.º 9/2020 estabeleceu 28/02/2021 como data limite para a conclusão dos procedimentos relativos às correições ordinárias de 2020, anteriormente suspensos. Sendo assim, no ano de 2021 todas as zonas eleitorais informaram a realização de 2 (dois) procedimentos correicionais ordinários, um relativo a 2020 e outro relativo a 2021.

MISSÃO
Zelar pela regularidade dos serviços eleitorais, assegurando a correta aplicação dos princípios e normas

VISÃO
Ser reconhecida como órgão responsável pela promoção da excelência na prestação de serviços eleitorais

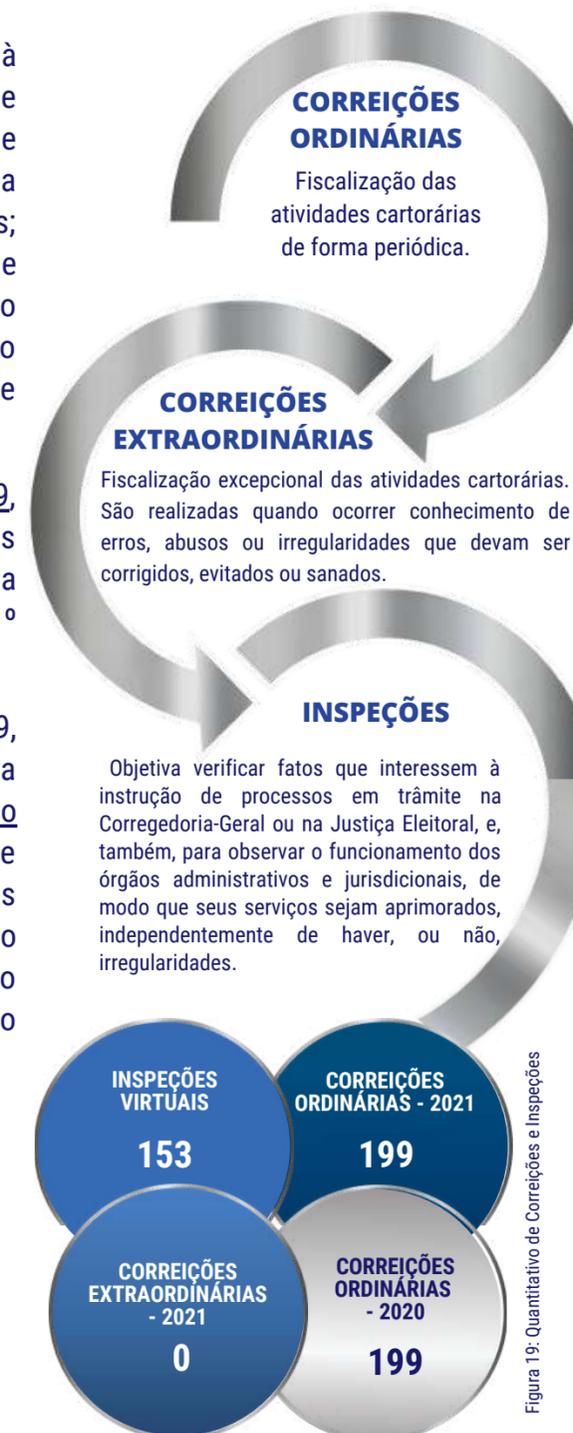


Figura 19: Quantitativo de Correições e Inspeções

Atendimento aos Órgãos de Controle

Apontamentos do Tribunal de Contas da União (TCU)

As recomendações/determinações provenientes do TCU são recebidas pelo Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência, via [TCU-Conecta](#), e encaminhadas às unidades técnicas para providências atinentes ao seu cumprimento, bem como monitoradas pela Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUD).

No curso de 2021, foram encaminhados pelo TCU, 21 (vinte e um) indícios de irregularidades, dezenove (19) deles atendidos por este Tribunal, remanescendo 2 (dois) em apreciação pela Administração. Ademais, foram proferidos pelo TCU, os Acórdãos de Pessoal julgados ilegais, [2988/2021](#), [5997/2021](#), [7284/2021](#), [11116/2021](#), [11159/2021](#), [11394/2021](#), [14847/2021](#), [16714/2021](#), [18430/2021](#), [18431/2021](#), [8931/2021-2C](#), [8314/2021-2C](#), [4757/2021-1C](#), [2365/2021-1C](#); e Acórdão de Auditoria [1109/2021-PL](#). Todos já atendidos após cumprimento das determinações pelas unidades competentes.

Para ciência foram encaminhados os seguintes Acórdãos: [2829/2021-PL](#), [2847/2021-PL](#), [2686/2021-PL](#), [2814/2021-PL](#), [2164/2021-PL](#), [1907/2021-PL](#), [36/2021-PL](#).

Acórdão TCU 2976/2021 - Plenário

Monitoramento dos Acórdãos [199/2011 - PL](#), [1.229/2014 - PL](#) e [2.617/2016 - PL](#), todos do Plenário, prolatados nos autos do TC-014.770/2009-9 (os dois primeiros) e do TC-014.541/2016-5, que visaram a verificar a regularidade dos atos de requisição de pessoal no âmbito dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Ação Implementada

O Tribunal tem observado os requisitos legais nos pedidos de requisição de servidor, inclusive, diligenciando às Zonas Eleitorais nos requerimentos que se apresentam omissos e/ou incompletos em relação a tais elementos.

Acórdão TCU 1055/2021 - Plenário

Recomendações no acompanhamento da atuação de 603 órgãos e entidades federais no tratamento de indícios de irregularidades em suas folhas de pagamentos, realizado no âmbito do 6º ciclo de fiscalização contínua em folha de pagamento.

Ação Implementada

Análise da sistemática utilizada pelo Tribunal na apuração dos indícios de irregularidades encaminhados pela Corte de Contas, buscando-se celeridade em sua tramitação.

Verificou-se também a recepção e promoção de diligências visando ao cumprimento por este Tribunal, das seguintes demandas oriundas do TCU:

Acórdão TCU 1421/2021 - Plenário

Apurar o quantitativo de servidores cedidos/requisitados na Administração Pública Federal, especificamente no âmbito do Poder Judiciário, de forma a subsidiar diagnóstico acerca do uso do instituto da cessão/requisição de acordo com os princípios norteadores da gestão, em observância da supremacia do interesse público.

Ação Implementada

Encaminhamento ao TCU dos esclarecimentos e informações no prazo.

Acórdão TCU 1414/2021 - Plenário

Determinação para devolução de 12 (doze) Atos de Aposentadoria e 4 (quatro) Atos de Concessão de Pensão que haviam sido encaminhados via SISAC, para recadastramento no Sistema e-Pessoal no prazo de 60 (sessenta) dias.

Ação Implementada

Determinação tempestivamente cumprida após regularização dos atos.

Atos Normativos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Como órgão integrante do Poder Judiciário, o TRE-BA observa as determinações e recomendações expedidas pelo CNJ.

Resolução CNJ n.º 315/2020 e Portaria CNJ n.º 122 de 5/8/2020

Padronização do conjunto de identificação de magistrados do Poder Judiciário.

Ação Implementada

Elaborada minuta de Resolução Administrativa e sobrestados os respectivos autos, tendo em vista prorrogação do prazo, pelo CNJ, por mais 12 meses a contar do dia 30/04/2021, para a implementação e anúncio pelo Conselho da iminente atualização da referida Resolução.

Resolução CNJ n.º 321/2020

Dispõe sobre a concessão de licença paternidade, licença à gestante e de licença à adotante para magistrados e servidores do Poder Judiciário brasileiro.

Ação Implementada

Estudos com vistas à elaboração de minuta para adequação da [Instrução Normativa TRE-BA n.º 5/2018](#), que disciplina a matéria internamente.

Atos Normativos do Conselho Nacional de Justiça

Resolução CNJ n.º 330/2020

Institui condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição, e dá outras providências.



Ação Implementada

Edição da Instrução Normativa n.º 5/2021, que regulamenta a concessão de condições especiais de trabalho ao magistrado e servidor com deficiência ou doença grave, ou que sejam responsáveis por dependentes nessa mesma condição, no âmbito do TRE-BA e constituição, pela Portaria 223/2021, de Grupo de Estudos com o objetivo de elaborar a melhor estratégia de capacitação voltada a questões relativas às pessoas com deficiência.

Resolução CNJ n.º 336/2020

Dispõe sobre a promoção de cotas raciais nos programas de estágio dos Órgãos do Poder Judiciário nacional.



Ação Implementada

Avaliação, pelas unidades técnicas, quanto à necessidade de adaptação de normativos internos.

Resolução CNJ n.º 340/2020

Altera a Resolução CNJ n.º 88/2009, que dispõe sobre a jornada de trabalho no âmbito do Poder Judiciário, o preenchimento de cargos em comissão e o limite de servidores requisitados.



Ação Implementada

Avaliação, pelas unidades técnicas, quanto à necessidade de adaptação de normativos internos.

Resolução CNJ n.º 351/2020

Institui no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, alterada pela Resolução CNJ 413/2021.



Ação Implementada

Edição da Portaria n.º 331/2021 e 384/2021, instituindo as Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e do 1º grau de Jurisdição deste Tribunal; bem como, da Portaria n.º 332/2021, designando os membros das comissões.

Resolução CNJ 370/2021

Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - ENTIC - JUD.



Ação Implementada

Plano de Trabalho da ENTIC-JUD - PTE deste Tribunal foi publicado no repositório nacional do CNJ - Connect - JUS, em 23/07/2021, e republicado em 02/08/2021 devido à reabilitação de funcionalidade por esse Conselho.

Resolução CNJ n.º 372/2021

Balcão Virtual



Ação Implementada

Balcão Virtual implementado no TRE-BA em 05/05/2021 e disponibilizado no sítio do Tribunal na internet <https://balcaovirtual.tre-ba.jus.br>

Resolução CNJ n.º 376/2021

Emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou demais designações na comunicação social e institucional.



Ação Implementada

Documentos foram adequados aos ditames da Resolução, adotando-se designação distintiva para todas e todos integrantes.

Resolução CNJ 378/2021

Altera a Resolução CNJ n.º 345/2020, que dispõe sobre o "Juízo 100% Digital".



Ação Implementada

A Resolução TRE-BA n.º 20/2021 dispõe sobre a implementação do Juízo 100% Digital no âmbito da Justiça Eleitoral do Estado da Bahia.

Resolução CNJ 380/2021

Padronização do conjunto de identificação dos(as) Inspetores(as) e Agentes da Polícia Judicial do Poder Judiciário e do documento de autorização do porte de arma de fogo institucional.



Ação Implementada

Alterações/adequações dos normativos então vigentes sobre o tema.

Resolução CNJ 383/2021

Cria o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário e dá outras providências.



Ação Implementada

Designar, ao menos, um servidor com capacitação ou reconhecida experiência na área de inteligência para atuar especificamente na atividade de inteligência, na forma do inciso II do art. 12 da Resolução CNJ n.º 291/2019.

Resolução CNJ n.º 385 e 398/2021

Núcleos de Justiça 4.0



Ação não implementada

O tema é objeto de estudo pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tendo em vista a peculiaridade estrutural e a atuação da Justiça Eleitoral, bem como o estágio de desenvolvimento do PJe e demais aspectos técnicos.

Atos Normativos do Conselho Nacional de Justiça

Resolução CNJ n.º 395/2021

Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário



O TRE-BA, mediante a [Portaria n.º 306/2021](#), instituiu o Comitê Estratégico de Inovação e Modernização da Prestação Jurisdicional (CEIMPJ) e o Núcleo de Automação e Inteligência Artificial Aplicada à Prestação Jurisdicional (NAIA).

Ação Implementada

Resolução CNJ n.º 396/2021

Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ)



Instituída a Política de Proteção de Dados Pessoais dos sítios eletrônicos do TRE-BA, por meio da [Portaria n.º 294/2021](#); constituído o Comitê Gestor de Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais (CGSIPD) no âmbito do TRE-BA mediante [Portaria n.º 295/2021](#) e a Comissão Técnica de Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais (CTSIPD) como instância de assessoramento ([Portaria n.º 296/2021](#)).

Ação Implementada

Resolução CNJ n.º 400/2021

Política de Sustentabilidade



Aprovação do Plano de Logística Sustentável do TRE - BA, ciclo 2021-2026, consoante o disposto no art. 8º da Resolução CNJ n.º 400/2021 ([Portaria TRE-BA n.º 504/2021](#)).

Ação Implementada

Resolução CNJ 401/2021

Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.



Ação Implementada
Avaliação, pela Comissão Permanente de Acessibilidade, quanto à necessidade dos normativos internos ou edição de outro específico para contemplar a matéria tratada na resolução em comento.

Ação Implementada

Resolução CNJ 420/2021

Adoção do processo eletrônico e o planejamento nacional da conversão e digitalização do acervo processual físico remanescente



Ação Implementada
Não há mais processos físicos remanescentes no Tribunal. Todos foram integralmente migrados pelos respectivos juízos eleitorais para o Processo Judicial Eletrônico (PJe), restando prejudicada a elaboração do Plano de Trabalho determinada no artigo 4º da [Resolução CNJ n.º 420/2021](#).

Ação Implementada

Resolução CNJ 430/2021

Altera a [Resolução CNJ n.º 344/2020](#), que regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial.



Ação Implementada
Avaliação, pelas unidades técnicas, quanto à necessidade de adaptação de normativos internos.

Ação Implementada

Recomendações

Recomendação CNJ n.º 84/2020

Dispõe sobre a exclusão da parcela referente aos planos de saúde do cálculo da margem consignada facultativa.



Ação Implementada
Recomendação acolhida no âmbito deste Tribunal, tendo sido regulamentada pela [Instrução Normativa TRE-BA n.º 12/2021](#).

Ação Implementada

Recomendação CNJ n.º 102/2021

Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção do protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança voltadas ao enfrentamento à violência doméstica praticada em face de magistradas e servidoras.



Ação Implementada
Recomendação acolhida no âmbito deste Tribunal. Formalização do Projeto de implantação de integração camuflada de denúncia de violência contra a mulher, no site do TRE-BA.

Ação Implementada

Procedimento de Acompanhamento de Decisão CNJ n.º 0200889-53.2007.2.00.0000

Procedimento instaurado para apurar o cumprimento da [Resolução CNJ 14/2006](#), que dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional para os servidores do Poder Judiciário e para a magistratura dos Estados que não adotam o subsídio.



Ação Implementada
Cientificadas as unidades técnicas no âmbito deste Regional e os magistrados de 1º grau acerca da referida decisão.

Ação Implementada

Resultados e desempenho da gestão

Estratégia em foco



66,67% Objetivos Estratégicos alcançados no exercício

Para fins de aferição do alcance dos objetivos estratégicos, são consideradas as médias das pontuações obtidas dos seus conjuntos de indicadores. Nesse sentido, da análise geral do desempenho da Estratégia Institucional do TRE-BA referente ao exercício de 2021, último ano do ciclo 2016-2021, verifica-se que 10 objetivos alcançaram os resultados propostos para o período e 5 não atingiram as metas estabelecidas.

Gráfico 12: Desempenho dos objetivos estratégicos no exercício

80% Indicadores estratégicos alcançados no exercício

Dos 40 indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico Institucional, 35 foram efetivamente mensurados no ano. Dentre os indicadores monitorados, 80,00% (28 indicadores) alcançaram as metas estabelecidas e 20,00% (7 indicadores) não atingiram os resultados esperados.



Gráfico 13: Desempenho dos indicadores estratégicos no exercício



Gráfico 14: Desempenho dos projetos estratégicos no exercício

69% Projetos estratégicos com desempenho conforme planejado

LEGENDA

- FINALIZADO
- COM ANDAMENTO NORMAL
- EM ATRASO NÃO CRÍTICO
- CANCELADO

FAROL DE PROJETOS

p1 - Melhores Práticas	Finalizado
p.4 - Desdobramento da Estratégia	Finalizado
p6.1 - PQVT - Desenvolvimento, Capacitação, Valorização e Reconhecimento do Servidor	Finalizado
p6.4 - PQVT - Condições Ergonômicas no Ambiente de Trabalho	Com andamento normal
p7 - Governança em Gestão de Pessoas	Finalizado
p10 - Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT)	Com andamento normal
p16- Política de Controle de Estoque	Cancelado
p19.1 - ProQuali - Projeto de Qualificação dos Processos de Planejamento e Execução do Orçamento	Com andamento normal
p19.2 - ProQuali - Projeto Ciclo de Oficinas de Discussões para o Planejamento do Orçamento - CIPO	Com andamento normal
p19.3 - ProQuali - Projeto de Implantação do Plano Diretor de Demandas e Ações - PDDA	Com andamento normal
p19.4- ProQuali - Projeto para Qualificação do Processo de Fiscalização do Contrato no Âmbito da Execução Orçamentária e Financeira	Com andamento normal
p22 - Servidor 2.0	Cancelado
p24 - Evolução da Maturidade dos Processos	Finalizado
p27.1 - Justiça em Dia - 1º Grau de Jurisdição	Finalizado
p29 - Ética no TRE-BA	Finalizado
p30 - TRE-BA em Rede	Finalizado
p31 - Fala, Cidadão!	Finalizado
STI/001/2020 Residência em TI	Finalizado
SGA001/2020 - Projeto Obras - Reforma Edifício Anexo III do TRE-BA	Em atraso não crítico
SGA002/2020 - Projeto Obras - Reforma Fórum Eleitoral de Jacobina	Em atraso não crítico
SGA003/2020 - Projeto Obras - Reforma Edifício Sede do TRE-BA	Em atraso não crítico
SGA004/2020 - Projeto Obras - Reforma Fórum Eleitoral de Vitória da Conquista	Finalizado

Quadro 3: Farol de Projetos

Maiores informações sobre os Projetos Estratégicos TRE-BA acesse: <https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/gerenciamento-de-projetos-e-programas>

Painel de indicadores

Evolução do desempenho dos indicadores 2016-2021

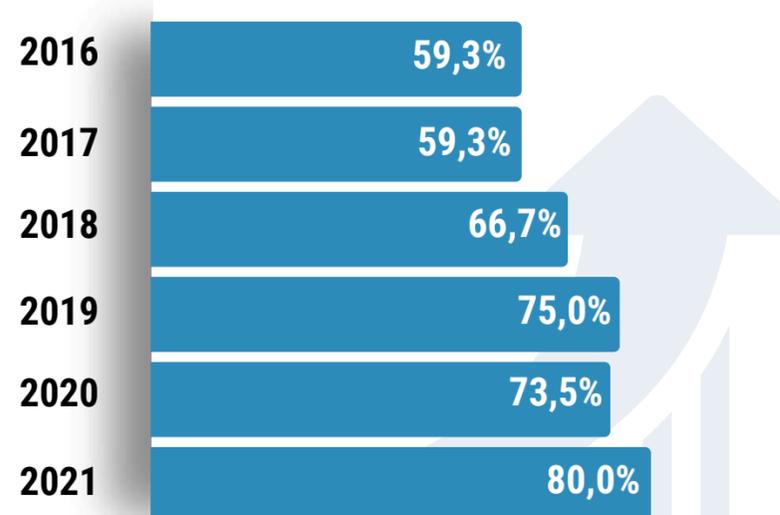


Gráfico 15: Evolução do desempenho dos indicadores 2016-2021

Indicadores que alcançaram a meta

- i1. Taxa de atendimento às metas de cidadania
- i4. Taxa de congestionamento de processos judiciais (1º e 2º graus)
- i5. Taxa de agilidade no Julgamento (1º e 2º graus)
- i6. Taxa de julgamento de processos de conhecimento (2º grau)
- i7. Taxa de julgamento de processos antigos (1º e 2º graus)
- i8. Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo (1º e 2º graus)
- i9CAMP. Taxa de julgamento de prestação de contas de campanha de partidos políticos (2º grau)
- i9PP. Taxa de julgamento das prestações de contas de partidos políticos (2º grau)
- i10. Número de ações de promoção de valores éticos
- i11. Taxa de satisfação dos clientes
- i12. Índice de eleitores com cadastro biométrico

- i13. Taxa de processos organizacionais no nível 3 de maturidade
- i14. Taxa de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas
- i15. Número de adequações das instalações físicas às normas de acessibilidade
- i16. Número de pessoas atingidas por ações sociais
- i17AS. Número de ações sociais
- i17AA. Número de ações ambientais
- i18. Taxa de implementação de qualidade de vida no trabalho
- i21. Taxa de alinhamento das unidades à estratégia organizacional
- i22. Número de ações de gestão de riscos
- i27. Evolução do índice de governança de TIC do TRE-BA
- i28. Número de normas de segurança da informação instituídas
- i32. Taxa de Alcance das metas do PLS 2018-2021
- i34. Promoção de campanha de esclarecimento sobre o processo eleitoral

Indicadores que não alcançaram a meta

- i3. Número de entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA
- i6. Taxa de julgamento de processos de conhecimento (1º grau)
- i20. Taxa de governança em gestão de pessoas
- i23. Taxa de adequação ao Plano Anual de Contratações (PLANCONT)
- i25. Aderência da execução ao planejamento orçamentário
- i29. Taxa de cumprimento das metas do PETI
- i30. Taxa de execução financeira



Indicadores não aplicáveis ou não mensurados no exercício

- i2. Taxa de confiança no TRE-BA
- i9NE. Taxa de julgamento de prestações de contas de candidatos não eleitos (1º e 2º graus)
- i9PP. Taxa de julgamento das prestações de contas de partidos políticos (1º grau)
- i19. Taxa de satisfação e motivação do servidor

Quadro 4: Painel de indicadores



Os resultados individualizados dos indicadores estratégicos, bem como as justificativas para o não alcance das respectivas metas ou, ainda, para eventual não mensuração no exercício, podem ser obtidos na parte atinente ao Foco em Objetivos Estratégicos.

Foco em objetivos estratégicos

No exercício, o desempenho do órgão foi muito positivo, colhendo-se resultados acima das metas estabelecidas, conforme pode ser visualizado na figura ao lado, que retrata o alcance dos objetivos estratégicos em 2021. Nas páginas seguintes, serão apresentados os resultados alcançados pela gestão em relação a cada um desses objetivos (com a exibição dos indicadores estratégicos, análise do desempenho e principais justificativas relacionadas). Após, serão abordados com maior ênfase os resultados de destaque no ano (principalmente relacionados a processos finalísticos do órgão) e a demonstração da eficiência e conformidade legal de áreas relevantes da gestão.

Relativamente ao objetivo “Assegurar a garantia dos direitos de cidadania”, ressalta-se que seus resultados são analisados de acordo com o desempenho dos demais objetivos estratégicos. No caso, o objetivo é mensurado pelo indicador “Taxa de atendimento às metas de cidadania”, que alcançou o resultado de 94%, superando a meta estabelecida para o exercício que era de 75%.

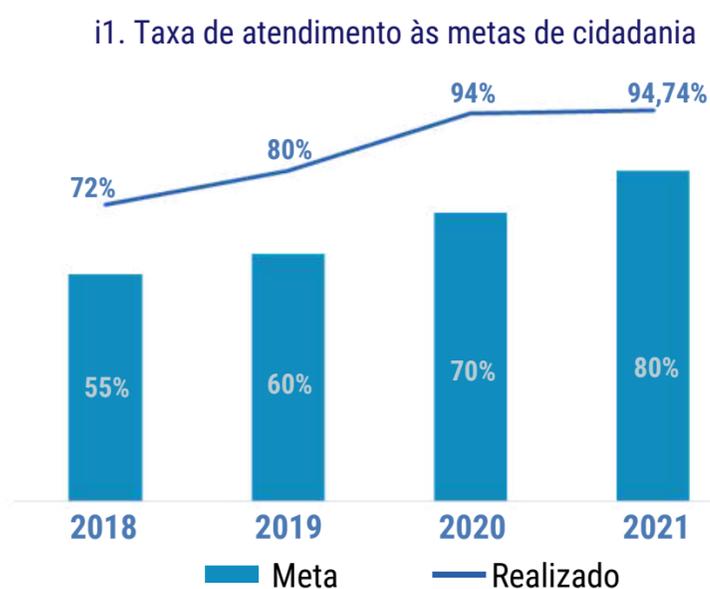
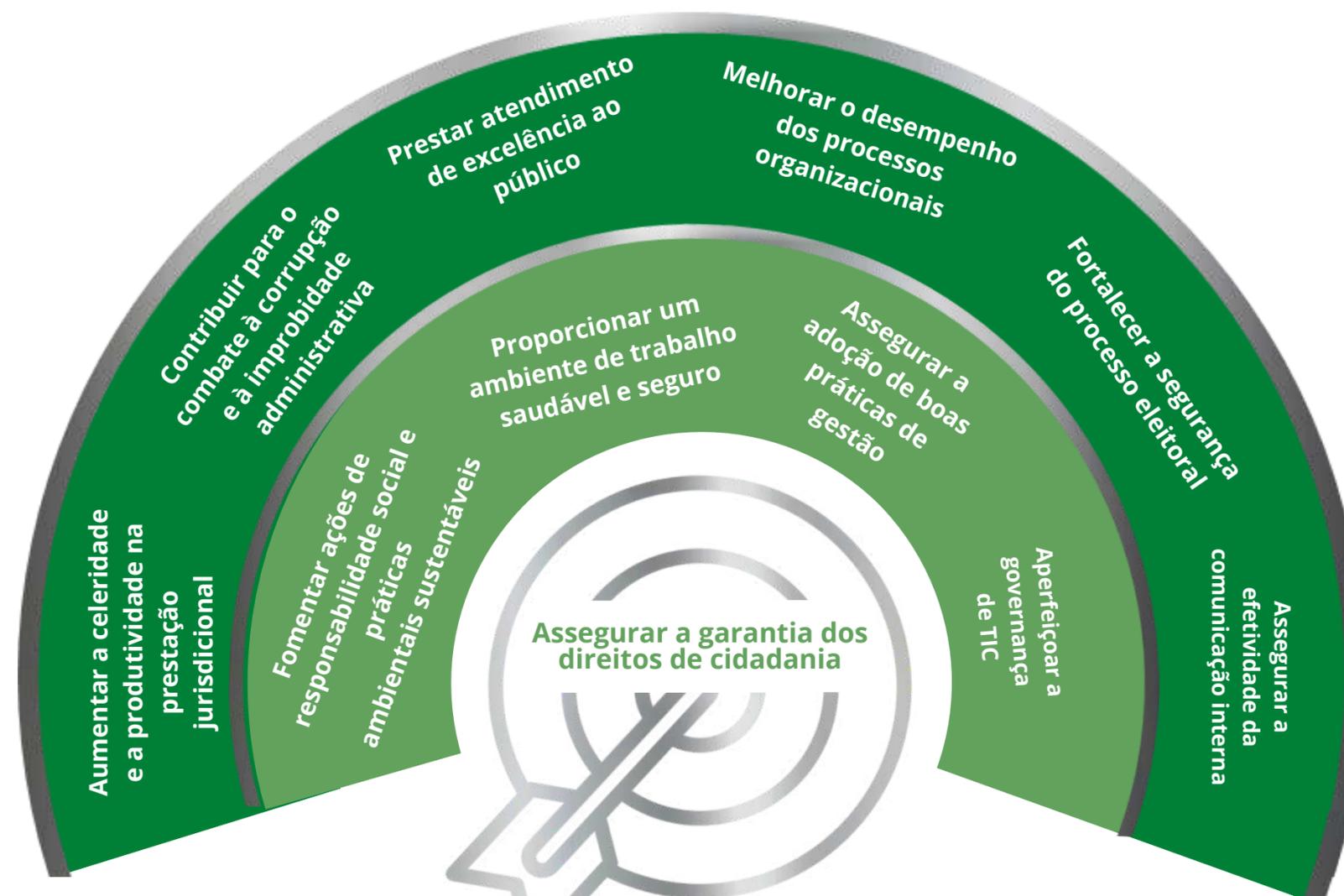


Gráfico 16: i1. Taxa de atendimento às metas de cidadania



- Consolidar a boa imagem do TRE-BA junto à sociedade
- Promover a melhoria da governança em gestão de pessoas
- Aperfeiçoar a qualidade do gasto público
- Promover a melhoria dos serviços de TIC

Quadro 5: Objetivos Estratégicos

CONSOLIDAR A BOA IMAGEM DO TRE-BA JUNTO À SOCIEDADE

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

- Informações institucionais disponibilizadas de forma abrangente, clara e tempestiva para a sociedade
- Diretrizes, processos, ferramentas e padrões de comunicação externa estabelecidos
- Promoção de campanhas de esclarecimento sobre o funcionamento do processo eleitoral (Meta Específica 1).

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

- Continuar com o efetivo monitoramento interno da Transparência e evoluir o desempenho do órgão em relação aos critérios avaliados pelos órgãos de controle
- Permanecer cumprindo a Meta Específica 1/2021, da JE
- Intensificar ações, com linguagem acessível, sobre os mecanismos de segurança adotados na realização de eleições informatizadas
- Ampliar esclarecimentos sobre voto impresso, direitos e deveres do eleitor, acesso aos serviços *on-line* e o papel da JE.

RESULTADOS

- 1) 2º lugar no Ranking da Transparência do CNJ, dentre todos os tribunais do país, com evolução no atendimento aos quesitos: de 98,56% em 2020 para 99,48% em 2021;
- 2) Cumprimento da Meta Específica da JE, mediante promoção de campanhas voltadas ao eleitor sobre o funcionamento do processo eleitoral (i34), perfazendo 100% da pontuação;
- 3) 60,72% de grau de confiança no TRE-BA (i2), alcançando 86,74% da meta do ciclo (2020);
- 4) 37 entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA (49,3% de alcance da meta).

JUSTIFICATIVAS

- 1) Monitoramento e a evolução da Transparência Ativa (divulgação de dados por iniciativa do próprio setor público);
- 2) Cumprimento do Plano de Comunicação da ASCOM, aliado ao empenho da EJE e da Ouvidoria na execução das ações;
- 3) Aplicação da pesquisa de satisfação em 2020, direcionada a todos os eleitores que agendaram atendimento para o recadastramento biométrico, e a ampliação dos serviços *on-line* disponibilizados diante da pandemia;
- 4) Pandemia e a excepcionalidade dos serviços presenciais dificultaram a realização das entrevistas, embora os *releases* continuassem sendo divulgados à imprensa.

DESAFIOS FUTUROS

- Atualizar as ações e estratégias para o enfrentamento das *fake news* e da desinformação
- Apesar de a correspondente Meta Específica da JE não permanecer em 2022, seguir promovendo campanhas de esclarecimento sobre o processo eleitoral, funcionamento e segurança da urna eletrônica
- Implementar ferramenta informatizada para monitorar a imagem do TRE-BA em mídias selecionadas, para além dos dados obtidos em pesquisas de confiança
- Proporcionar amplo acesso às pessoas portadoras de deficiências sensoriais ao sítio eletrônico do TRE-BA, divulgando conteúdos audiovisuais com recursos de interpretação e tradução em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Legendas para Surdos e Ensurdidos (LSE) e com Audiodescrição
- Alcançar as metas dos indicadores estratégicos do PEI 2021-2026: i1. Índice de confiança no TRE-BA (60%) e i2. Índice de Transparência (95%).

INDICADORES ASSOCIADOS

i2. Taxa de confiança no TRE-BA

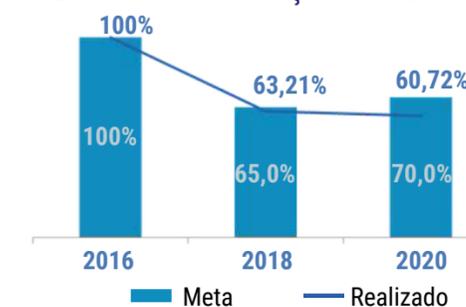


Gráfico 17: i2. Taxa de confiança no TRE-BA

i3. Número de entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA

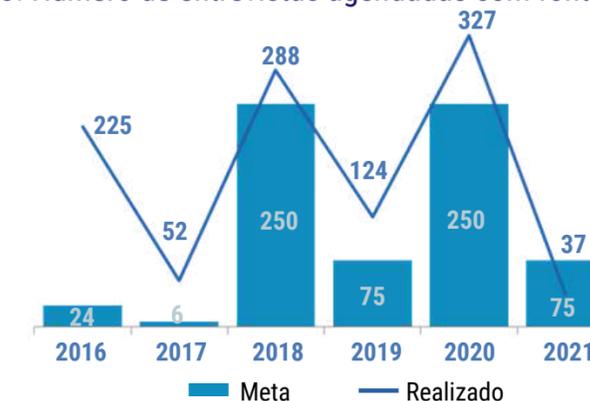


Gráfico 18: i3. Número de entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA

i34. Promoção de campanha de esclarecimento sobre o processo eleitoral (Meta Específica nº 2/2019 da JE/CNJ)



Gráfico 19: i34. Promoção de campanha de esclarecimento sobre o processo eleitoral (Meta Específica nº 2/2019 da JE/CNJ)

AUMENTAR A CELERIDADE E A PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

• Processo de prestação jurisdicional continuamente melhorado • Priorização do 1º grau • Sobrecarga de processos judiciais nas zonas eleitorais identificada e equacionada.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

• Permanecer cumprindo as Metas Nacionais 1 e 2/2021 (i6 e i7) • Reduzir a taxa de congestionamento no 1º grau e manter os bons níveis no 2º grau (i4) • Alcançar novamente as metas de agilidade no julgamento, em ambos os graus (i5) • Desenvolver/aperfeiçoar ferramenta de TIC para a correta extração de dados jurisdicionais • Manter o monitoramento eficaz do acervo processual, as inspeções virtuais e o apoio jurídico às Zonas.

RESULTADOS

• Cumprimento da Meta Nacional 1 – *Julgar mais processos que os distribuídos (i6)* e da Meta Nacional 2 – *Julgar processos mais antigos (i7)*, em ambos os graus, apesar do não alcance da meta estratégica (interna) do i6 no 1º grau, que era mais desafiadora do que a do CNJ (Meta estratégica: 104%; Resultado: 100,94%) • Apenas 9,38% de congestionamento no 1º grau e de 12,06% no 2º grau, com alcance das metas estratégicas do i4 • 90,06% de agilidade de julgamento no 1º grau e de 99,89% no 2º grau, com alcance das metas estratégicas do i5 • Redução significativa do acervo processual no 1º grau de jurisdição • Melhoria da qualidade dos dados estatísticos exportados para o CNJ.

JUSTIFICATIVAS

No 1º grau, facilitaram: trabalho de cooperação entre a SCR, a SJR e o 1º grau (servidores e juízes); forças tarefas; apoio para julgamento de processos antigos; comprometimento dos servidores; correção das inconsistências nos dados apresentados pelos sistemas de acompanhamento das metas; controle do acervo processual por meio do Portal de *Business Intelligence* (BI); emprego pioneiro de recursos de inteligência artificial voltados à eliminação de atividades repetitivas; reuniões virtuais com magistrados e chefes de cartório objetivando a rápida solução das demandas; migração dos processos remanescentes do meio físico para o eletrônico; apoio aos servidores na operacionalização do PJe; orientação procedimental e jurisprudencial aos chefes de cartório; difusão de experiências e de procedimentos qualificados como boas práticas na gestão de processos.

No 2º grau, facilitaram: intenso monitoramento do acervo de processos pela SJU; controle da fluência de julgamentos; intensificação do julgamento monocrático; priorização no processamento dos feitos antigos; e celeridade nos julgamentos. Por sua vez, dificultaram, sem comprometer o alcance da Meta Nacional 1 (i6): inexistência de estoque de processos antigos no 2º grau; e descompasso entre o quantitativo de processos distribuídos e o número de processos julgados no início e no final do exercício.

DESAFIOS FUTUROS

• Permanecer cumprindo as Metas Nacionais 1 e 2 e os correspondentes indicadores estratégicos do PEI 2021-2026 • Alcançar novamente as metas de agilidade no julgamento e as correspondentes metas dos indicadores estratégicos • Manter os baixos níveis de congestionamento, alcançando as metas dos correspondentes indicadores estratégicos • Manter o efetivo monitoramento processual concomitantemente às ações das Eleições 2022 • Realizar inspeções virtuais • Prover suporte às Eleições 2022, com elaboração de manuais e normativos • Orientar novos servidores • Manter a difusão de boas práticas • Criar banco atualizado de jurisprudências aplicáveis • Promover capacitação profissional continuada • Fomentar consciência da qualidade em todos os processos organizacionais • Cumprir os prazos para julgamento dos processos de registro de candidatura e dos feitos de propaganda eleitoral das Eleições 2022.

AUMENTAR A CELERIDADE E A PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

INDICADORES ASSOCIADOS

i4. Taxa de congestionamento de processos judiciais - 1º grau



Gráfico 20: i4. Taxa de congestionamento de processos judiciais - 1º grau

i4. Taxa de congestionamento de processos judiciais - 2º grau



Gráfico 21: i4. Taxa de congestionamento de processos judiciais - 2º grau

i5. Taxa de agilidade no Julgamento - 1º grau

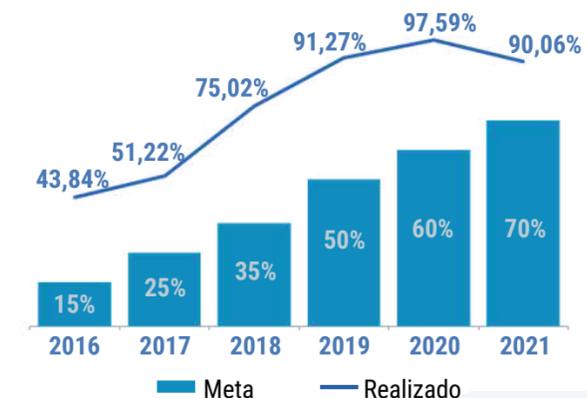


Gráfico 22: i5. Taxa de agilidade no Julgamento - 1º grau

i5. Taxa de agilidade no Julgamento - 2º grau



Gráfico 23: i5. Taxa de agilidade no Julgamento - 2º grau

i6. Taxa de julgamento de processos de conhecimento - 1º grau (Meta Nacional 1/ CNJ)

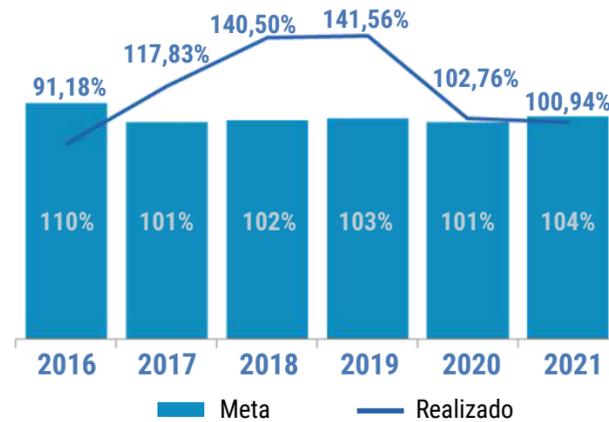


Gráfico 24: i6. Taxa de julgamento de processos de conhecimento - 1º grau

i6. Taxa de julgamento de processos de conhecimento - 2º grau (Meta Nacional 1/ CNJ)



Gráfico 25: i6. Taxa de julgamento de processos de conhecimento - 2º grau

i7. Taxa de julgamento de processos antigos - 1º grau (Meta Nacional 2/ CNJ)



Gráfico 26: i7. Taxa de julgamento de processos antigos - 1º grau

i7. Taxa de julgamento de processos antigos - 2º grau (Meta Nacional 2/ CNJ)



Gráfico 27: i7. Taxa de julgamento de processos antigos - 2º grau

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

No 1º grau, a jurisdição é exercida nas zonas eleitorais, sendo os respectivos indicadores estratégicos de desempenho monitorados pela Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral (SCR). A SCR é responsável, ainda, pela extração dos dados para alimentação do Módulo de Produtividade Mensal, de Metas Nacionais e do Justiça em Números, entre outras atribuições.

A Secretaria Judiciária Remota do 1º Grau de Jurisdição (SJR), criada pela Resolução Administrativa nº 04/2021, é a unidade com atribuição regimental para planejar, gerir e executar a atividade de auxílio às zonas eleitorais consideradas críticas, relativamente aos processos eletrônicos, judiciais e administrativos, no sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), com o apoio ao processamento, análise de contas e julgamento dos feitos; controle de prazo processual com vistas a imprimir celeridade à tramitação dos feitos; acompanhamento da taxa de congestionamento no 1º grau de jurisdição e demais indicadores e metas relacionadas às atribuições jurídicas das zonas eleitorais; entre outras atribuições relativas às atividades do 1º grau de jurisdição.

Por sua vez, à Secretaria Judiciária (SJU), unidade integrante da Secretaria do TRE-BA, incumbe gerir as atividades judiciais relativas ao processamento e julgamento dos feitos de competência originária e recursal do Tribunal. A unidade é responsável, ainda, pela medição e monitoramento dos indicadores estratégicos, bem como daqueles utilizados para avaliar e acompanhar o grau de cumprimento, no 2º grau, das metas nacionais do Poder Judiciário.

Metas Nacionais

Vale ressaltar que, integrados aos objetivos estratégicos, o Tribunal, de igual forma, direciona esforços visando ao cumprimento das metas anualmente estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para os órgãos integrantes do Poder Judiciário Nacional, assim como para a melhoria do desempenho de outros aspectos levados em conta pelo CNJ para elaboração do Relatório Justiça em Números. As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade. Ao segmento da Justiça Eleitoral foram aplicadas as metas nacionais jurisdicionais 1, 2 e 4, que estarão atendidas quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% no tribunal.

Meta 1 de 2021
Julgar mais processos que os distribuídos



1º grau: 100,94% 2º grau: 101,72%

Figura 20: Meta 1 de 2021
Fonte: www.cnj.jus.br

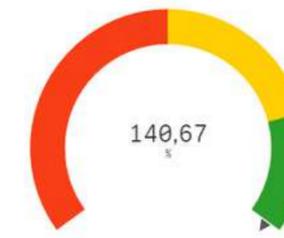
Meta 2 de 2021
Julgar processos mais antigos



1º grau: 111,03% 2º grau: 125,00%

Figura 21: Meta 2 de 2021
Fonte: www.cnj.jus.br

Meta 4 de 2021
Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais



1º grau: 140,00% 2º grau: 200,00%

Figura 22: Meta 4 de 2021
Fonte: www.cnj.jus.br

Números em destaque

Casos novos (Atena)
1º grau: 1.408
2º grau: 2.219
Total: 3.627



Processos julgados (Atena)
1º grau: 48.403
2º grau: 2.246
Total: 50.649



Processos finalizados em menos de 1 ano
1º grau: 49.309 (SEBDA)
2º grau: 2.243 (ATENA)
Total: 51.552



Casos pendentes (Atena)
1º grau: 4.998
2º grau: 357
Total: 5.355

CONTRIBUIR PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

• Processos de prestação de contas continuamente melhorados • Sobrecarga de processos de prestação de contas identificada e equacionada • Condutas orientadas por um código de ética institucional • Combate aos efeitos negativos provocados pela desinformação.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

Cumprir a Meta Nacional 4/2021 no 1º grau, já que todos os feitos relacionados ao 2º grau foram julgados ainda em 2019 • Elaborar o Plano de Integridade do órgão e medir sua execução • Realizar ações de esclarecimento com foco no combate à corrupção e à improbidade administrativa • Aprimorar a fase de execução dos processos de prestação de contas • Desenvolver/aperfeiçoar ferramenta de TIC para a correta extração de dados jurisdicionais • Consolidar um ambiente organizacional ético, minorando a instauração de processos apuratórios e agregando valor aos serviços prestados pelo TRE-BA • Priorizar a participação dos membros nas atividades próprias da Comissão Permanente de Ética (CPE) e ampliar seu número de integrantes.

RESULTADOS

1) Cumprimento da Meta Nacional 4 (i8) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, 90% dos processos referentes às eleições de 2018 (Resultado: 100% no 2º grau desde 2019) e 50% dos processos referentes às eleições de 2020 (Resultados: 70% no 1º grau e 100% no 2º grau), distribuídos até 31/12/2020, que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade; 2) Julgamento de 100% das prestações de contas de campanha de partidos políticos no 2º grau (i9CAMP); 3) Julgamento de 134% das prestações de contas de partidos políticos no 2º grau, ultrapassando em 34% a meta estabelecida para o i9PP; 4) Julgamento, em 2019, de 100% das prestações de contas de candidatos não eleitos no pleito de 2018 (i9NE - 2º grau); 5) 1ª medição do i9NE no 1º grau - Taxa de julgamento de prestações de contas de candidatos não eleitos, com resultado apurado de 97,99%; 6) 7 ações de promoção de valores éticos, cumprindo 175% da meta do i10. Ampliação do número de membros da Comissão Permanente de Ética (CPE), participação em todos os eventos de ambientação e atuação em 4 processos de denúncias por supostas infrações éticas.

JUSTIFICATIVAS

1 a 5) Facilitaram no 1º grau: comprometimento dos servidores e juízes; apoio jurídico prestado às zonas; julgamento de elevado número de ações cíveis; dedicação de parte da equipe de cooperação aos processos da Meta 4; processamento dos feitos por meio do PJe; interação entre a equipe de cooperação e os servidores das zonas. Já no 2º grau, facilitaram: controle e monitoramento sobre a tramitação e julgamento dos processos da Meta 4; monitoramento do acervo e fluência dos julgamentos das prestações de contas de campanha de partidos político; edição de normativo interno adequando os procedimentos das prestações de contas de partidos políticos à nova Resolução do TSE; 6) Facilitaram: divulgação do Informativo "Vamos falar sobre Ética?"; revisão do Código de Ética; acompanhamento do cumprimento do Código de Ética pelas zonas eleitorais; contratação de curso e palestra voltados à Ética; criação de espaço na página da CPE na internet para divulgar informações relativas aos processos apurados; mapeamento do processo de "Apuração de Denúncia de Ato Contrário à Ética". De outro lado, o acúmulo das atribuições da CPE com as atividades próprias das unidades de lotação dos membros dificultou a interação da equipe e limitou a dedicação dos membros às demandas da Comissão.

DESAFIOS FUTUROS

• Permanecer cumprindo a Meta Nacional 4 , e, conseqüentemente, as metas dos indicadores estratégicos • Alcançar as metas dos indicadores estratégicos do PEI 2021-2026 • Orientar novos servidores sobre Reforma Eleitoral e *fake news* • Monitorar os julgamentos dos processos eleitorais • Fomentar entre magistrados e servidores a importância de priorização dos processos da Meta 4 • Incentivar a composição nas ações penais de menor potencial ofensivo • Capacitar servidores sobre o rito procedimental para cada espécie de demanda • Instruir servidores sobre o correto uso das ferramentas eletrônicas (PJe e as Tabelas Processuais Unificadas) • Acompanhar o cumprimento das obrigações judiciais assumidas pelos réus nas ações penais • Enriquecer o debate sobre Ética em todas as esferas do órgão • Compôr a CPE com alguns membros de dedicação exclusiva.

CONTRIBUIR PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

INDICADORES ASSOCIADOS

i8. Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo - 1º grau (Meta Nacional 4/2021)



Gráfico 28: i8. Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo - 1º grau (Meta Nacional 4/2021)

i8. Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo - 2º grau (Meta Nacional 4/2021)

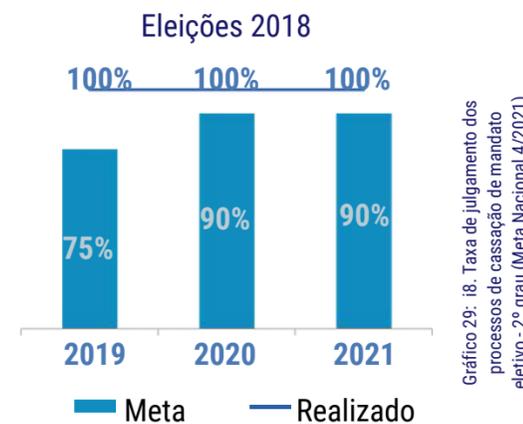


Gráfico 29: i8. Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo - 2º grau (Meta Nacional 4/2021)

i9CAMP. Taxa de julgamento de prestação de contas de campanha de partidos políticos - 2º grau

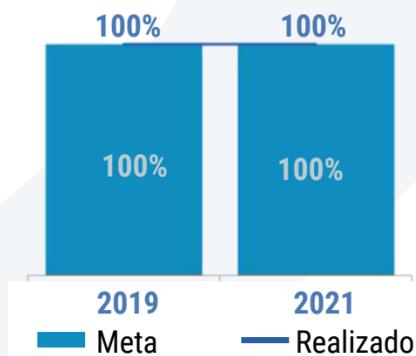


Gráfico 30: i9CAMP. Taxa de julgamento de prestação de contas de campanha de partidos políticos - 2º grau

i9PP. Taxa de julgamento das prestações de contas de partidos políticos - 2º grau

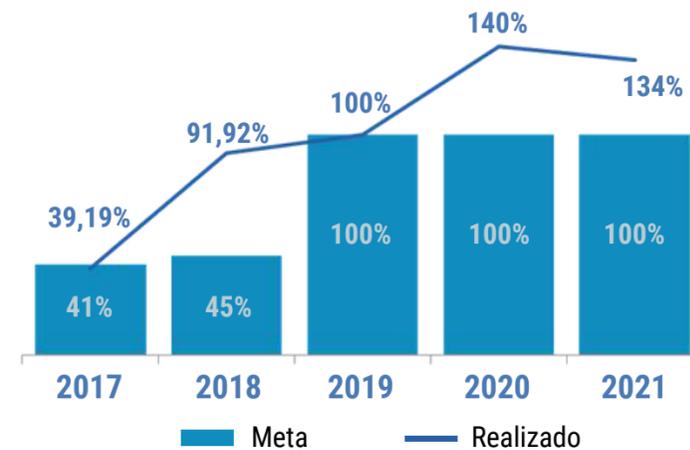


Gráfico 31: i9PP. Taxa de julgamento das prestações de contas de partidos políticos - 2º grau

i9NE. Taxa de julgamento das prestações de contas de candidatos não eleitos - 2º grau



Gráfico 32: i9NE. Taxa de julgamento das prestações de contas de candidatos não eleitos - 2º grau

i10. Número de ações de promoção de valores éticos

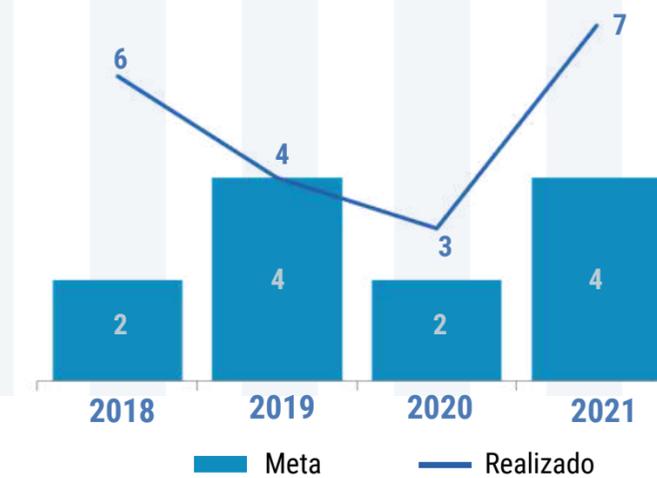
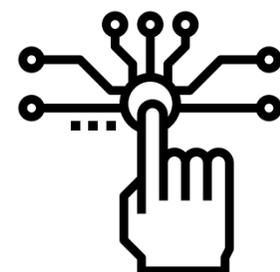


Gráfico 33: i10. Número de ações de promoção de valores éticos

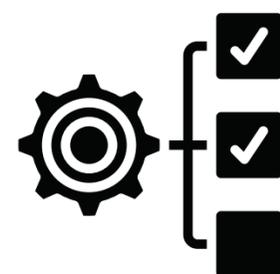
O objetivo estratégico de **Contribuir para o Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa** está relacionado à prestação jurisdicional do Órgão, especialmente no que tange à lisura do processo eleitoral e persecução dos crimes eleitorais, priorizando a tramitação dos feitos que tenham por objeto a prestação de contas eleitorais, cassação do diploma ou do mandato, decorrente de ato de corrupção, e a decretação de inelegibilidade. De outro lado, o objetivo também visa a assegurar a probidade daqueles que atuam para o Órgão ou em seu nome.

Nesse contexto, em 2021, as principais iniciativas relacionadas a este objetivo, no tocante à atuação das Secretarias Judiciárias e da Corregedoria, envolveram a realização de oficinas de trabalho, pela SCR, para mapeamento de processos cartorários e o monitoramento e disponibilização de equipes para agilizar o julgamento das prestações de contas, pela SJR e SJU.



PROCESSOS MAPEADOS PELA CORREGEDORIA - Alistamento - Transferência - Revisão e 2º via - Certidão de Quitação - Certidão Circunstanciada - Certidão de Crimes Eleitorais e Consulta ao Número do Título Eleitoral (TE) - Débitos com a Justiça Eleitoral - Regularização de TE Cancelado, Duplicidade e Pluralidade - Regularização de TE Cancelado, Óbito, Revisão, Ausências às Urnas e Regularização de TE Suspenso e Transferência Temporária.

JULGAMENTO DAS CONTAS ELEITORAIS - Para o cumprimento desse objetivo estratégico, a **SJR**, além do auxílio prestado por intermédio dos 11 (onze) servidores lotados na Seção de Processamento e Contas do 1º Grau de Jurisdição (SEPROC), propôs à Presidência a constituição, ao longo de nove meses, de 04 (quatro) equipes de cooperação às zonas em situação crítica, atuando remotamente, sem prejuízo do serviço na zona de origem, com o fito de processar e analisar os processos de prestação de contas eleitorais (PCE) alusivos aos pleitos municipais de 2020. Nesse contexto, dos **45.554** processos de prestação de contas autuados entre 01/10/2020 e 27/12/2021, no 1º grau de jurisdição, **44.988** foram julgados, restando um estoque de apenas 566 processos pendentes de julgamento nessa classe processual.



A melhoria do processo de trabalho relacionado às prestações de contas contribui para o combate à corrupção e à prática de atos ilícitos, uma vez que, da análise das contas anuais partidárias em cotejo com os recibos e documentação apresentadas, a Justiça Eleitoral afere a conformidade da utilização das receitas recebidas pelas agremiações, inclusive através do fundo partidário ou de doações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, e, conforme o caso, determina a devolução do dinheiro, aplicação de multa, suspensão do recebimento de cotas pelo Fundo Partidário ou do registro do partido.

JULGAMENTO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS DOS PARTIDOS

PROCESSOS PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS PARTIDÁRIAS - Destaca-se aqui a conclusão, em menos de 1 ano, dos julgamentos dos processos de prestação de contas anuais de partidos políticos autuados em 2020 pela **Secretaria Judiciária (2º Grau)**. Saliente-se que esses feitos possuem um rito de processamento mais alongado, contudo, a concentração dos esforços no monitoramento de sua tramitação e o engajamento dos membros do Tribunal e das unidades afetas à prestação jurisdicional propiciaram a supressão de eventuais gargalos no fluxo processual e tornaram os feitos aptos para julgamento com maior brevidade de tempo.

EXERCÍCIO FINANCEIRO	JULGAMENTOS
2016	17 aprovadas com ressalva; 6 não prestadas; 2 desaprovadas parcialmente; 9 desaprovadas
2017	17 aprovadas com ressalva; 8 não prestadas e 9 desaprovadas
2018	1 aprovada; 21 aprovadas com ressalva; 7 desaprovadas e 6 não prestadas
2019	15 aprovadas com ressalva; 11 desaprovadas e 6 não prestadas
2020	1 aprovada; 2 aprovadas com ressalvas; 2 desaprovadas; 6 julgadas não prestadas e 22 ainda não julgadas

Tabela 1: Julgamento das contas dos diretórios estaduais dos partidos
Fonte: Sistema Processo Judicial eletrônico (PJe), em 14/01/2022

PRESTAR ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA AO PÚBLICO

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

• Canais eficazes de diálogo com a Justiça Eleitoral • Capilaridade da prestação de serviços eleitorais • Rede de prestação de serviços otimizada • Monitoramento da satisfação dos clientes • Estatísticas de serviços prestados disponibilizadas.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

• Implementar novos canais de atendimento, facilitando e democratizando o acesso do cidadão • Manter o resultado de, pelo menos, 90% de satisfação do Eleitor com o atendimento prestado em 2021 (i11) • Capacitar continuamente, em atendimento ao público, servidores efetivos lotados em Zonas • Ampliar o número de serviços disponibilizados por meio on-line.

RESULTADOS

1) 90,29% de Satisfação do Eleitor com o atendimento prestado (i11), correspondendo a 100,32% de alcance da meta estratégica; 2) Ampliação dos serviços *on-line*.

JUSTIFICATIVAS

1 e 2) Implantação do “Fala Cidadão”, novo sistema da Ouvidoria, e do “Núcleo de Atendimento Virtual ao Eleitor” (NAVE).

MACROPROCESSOS ASSOCIADOS NA CADEIA DE VALOR

Cadastro Eleitoral e Partidário

Informação, Mediação e Conscientização para a Cidadania

Eleições

Informações Institucionais

Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica

DESAFIOS FUTUROS

• Manter o investimento em estrutura física, tecnológica e de pessoal • Alcançar as metas dos indicadores estratégicos do PEI 2021-2026 • Conciliar questões relacionadas à pandemia e à desvalorização dos servidores públicos, gerando insatisfação e desmotivação que podem refletir na qualidade do atendimento prestado.

INDICADORES ASSOCIADOS

i11. Taxa de satisfação dos clientes

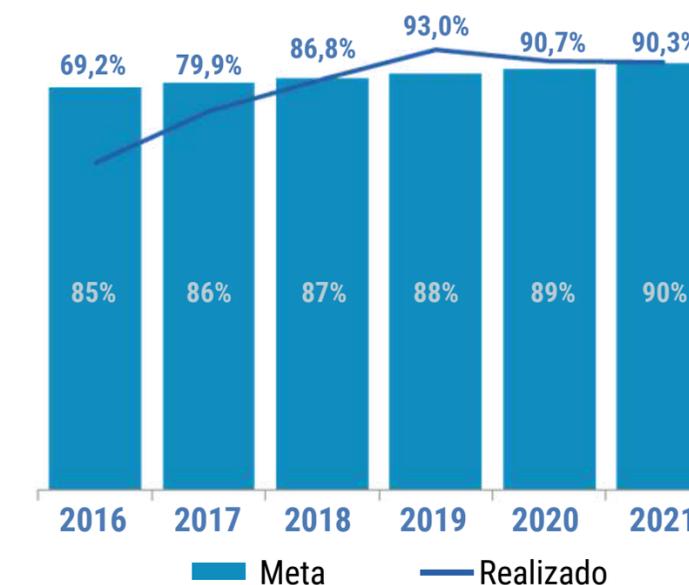


Gráfico 34: i11. Taxa de satisfação dos clientes

FORTALECER A SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

• Eleitores recadastrados biometricamente em larga escala • Qualidade dos dados biométricos coletados • Eleições municipais realizadas de forma íntegra, segura e célere.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

• Rever o escopo do objetivo para o novo ciclo estratégico 2021-2026 • Melhorar a qualidade dos dados biométricos coletados, quando retomado o atendimento presencial ao eleitor • Enfrentar a desinformação e as *fake news*, com foco no aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos.

RESULTADOS

Alcance antecipado da meta do i12 para o ciclo 2016-2021, com a biometrização de 100% do eleitorado baiano regular em fevereiro de 2020.

JUSTIFICATIVAS

Mudança de escopo do projeto “Biometria na Bahia” em 2019 e sua conclusão em fevereiro de 2020.

MACROPROCESSOS ASSOCIADOS NA CADEIA DE VALOR



DESAFIOS FUTUROS

• Melhorar a qualidade dos dados biométricos coletados, quando retomado o atendimento presencial ao eleitor • Enfrentar a desinformação e as *fake news*, com foco no aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos, aspectos a serem trabalhados respectivamente nos objetivos estratégicos 2021-2026 de “Fomentar a educação para a cidadania” e de “Promover a melhoria contínua da Governança e da Gestão de TIC”.

INDICADORES ASSOCIADOS

i12. Índice de eleitores com cadastro biométrico

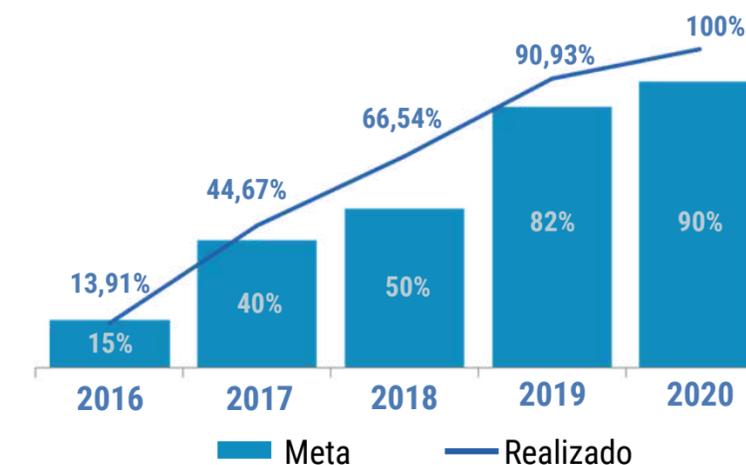


Gráfico 35: i12. Índice de eleitores com cadastro biométrico

MELHORAR O DESEMPENHO DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

• Processos críticos transformados • Trajetória de evolução da maturidade dos processos planejada • Processos de trabalhos identificados e caracterizados.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

• Evoluir a capacitação de servidores em mapeamento de processos • Capacitar servidores do Escritório de Processos em arquitetura de processos e em construção de cadeia de valor • Aperfeiçoar a cadeia de valor do TRE-BA, em consonância com o novo PEI 2021-2026 • Detalhar a cadeia de valor do órgão ao 3º nível, com base nos processos levantados pelo projeto Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) • Fomentar a medição dos indicadores de desempenho dos processos e a utilização dos seus dados, pelos gestores, na busca da melhoria contínua • Evoluir na maturidade em Gestão da Informação.

RESULTADOS

1) Alcance da meta estratégica do i13, com a melhoria de 100% dos processos priorizados no ciclo 2016-2021, mediante mapeamento, melhoramento, gestão de riscos, manualização e adoção de indicador de desempenho para os processos "Análise e Julgamento de Contas Eleitorais - 1º Grau", "Tratamento de Denúncias", "Salvaguarda de Dados Eletrônicos Institucionais" em 2021; 2) Primeiro monitoramento dos indicadores de desempenho dos processos-chave mapeados "Monitoramento e Avaliação da Estratégia Institucional" e "Tratamento de Demandas pela Ouvidoria"; 3) Revisão da Cadeia de Valor do TRE-BA, em consonância com o novo PEI 2021-2026; 4) Alcance da meta do indicador setorial da SPL i5 - Número de processos de trabalho manualizados na SPL, com o mapeamento dos processos "Análise de Rotas para Entrega de Mídia de Resultado para Totalização" (COELE/SELOG) e "Mapeamento/Melhoramento de Processos" (COPEG/SEGEPRO).

JUSTIFICATIVAS

1 e 4) Utilização de ferramentas *on-line* que permitiram interação dinâmica do Escritório de Processos com as unidades gestoras e executoras dos processos priorizados, à vista da pandemia, além do comprometimento dos envolvidos no cumprimento dos prazos; 2) Contratação de treinamento telepresencial em Gestão por Processos para a equipe de capacitação continuada constituída pela SEGEPRO; 3) Participação em treinamento *on the job* para formulação do PEI 2021-2026, que envolveu encontro para formulação da nova Cadeia de Valor; envolvimento de todas as áreas do Tribunal na elaboração do PEI, o que facilitou a finalização e aprovação participativa da Cadeia de Valor.

DESAFIOS FUTUROS

• Detalhar Cadeia de Valor ao 3º nível • Mapear processos do macroprocesso "Gestão de infraestrutura, bens e serviços", com base na Cadeia de Valor • Mapear processos do macroprocesso "Eleições", com base na Cadeia de Valor • Capacitar de forma avançada a equipe do Escritório de Processos em arquitetura de processos • Avançar na capacitação de todas as áreas do TRE em mapeamento de processos, de forma a tornarem-se capazes de mapear seus próprios processos • Alcançar as metas dos indicadores estratégicos do PEI 2021-2026.

INDICADORES ASSOCIADOS

i13. Taxa de processos organizacionais no nível 3 de maturidade

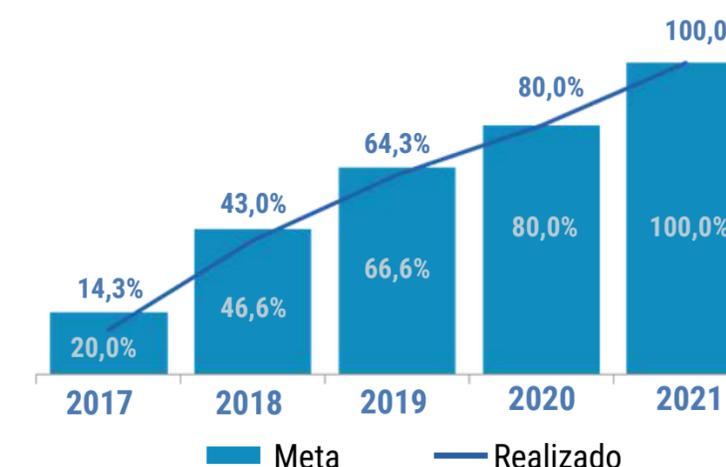


Gráfico 36: i13. Taxa de processos organizacionais no nível 3 de maturidade

ASSEGURAR A EFETIVIDADE DA COMUNICAÇÃO INTERNA

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

• Informações institucionais e administrativas disponibilizadas de forma abrangente, clara e tempestiva para o público interno • Servidor conscientizado do seu papel na efetividade da comunicação interna • Serviços de cada área divulgados de forma atrativa • Canais de comunicação ágeis e efetivos • Informações estruturadas e acessíveis • Diretrizes, processos, ferramentas e padrões de comunicação interna estabelecidos.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

• Executar o projeto “Servidor 2.0”, conforme cronograma • Informar corretamente sobre os novos protocolos de segurança sanitária • Auxiliar as unidades do Tribunal para melhorar a comunicação administrativa • Avaliar grau de consciência estratégica do TRE-BA, mediante aplicação de pesquisa.

RESULTADOS

1) Projeto Servidor 2.0 - cancelado por decisão do Conselho de Governança na RAE de 21/7/2021; 2) 90,63% de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas (i14), alcançando 123,78% da meta; 3) 74,65% de grau de consciência estratégica (i7 do Plano Estratégico Setorial da SPL).

JUSTIFICATIVAS

1) Esforço da ASCOM para dar maior visibilidade aos projetos e ações das diversas unidades, assegurar a produção de boletins diários, além do trabalho constante nas redes sociais; ampliação da abrangência do informativo “O Cafezinho” para retratar histórias, dicas e homenagens a servidores efetivos, comissionados, requisitados e terceirizados; lançamento do Boletim Eletrônico “Papo de Nerd”, tratando de questões de segurança na internet com linguagem atual e descontraída; 2) Realização e divulgação de Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs) periódicas, bem como dos desdobramentos da Estratégia entre 2017 e 2020, com o melhoramento da consciência estratégica.

DESAFIOS FUTUROS

• Aperfeiçoar a comunicação voltada ao público interno • Incentivar a criação da cultura para melhorar a comunicação administrativa, por meio de ações integradas que envolvam a ampliação dos canais de comunicação, o compartilhamento em tempo real de prazos e de eventos, a ampliação do conhecimento dos processos de trabalho e dos serviços prestados pelas unidades, bem assim a instituição de ferramentas de trabalho e de comunicação compartilhadas • Alcançar a meta do indicador estratégico do PEI 2021-2026 • Alcançar a meta do indicador setorial do PES SPL 2022-2026.

INDICADORES ASSOCIADOS

i14. Taxa de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas

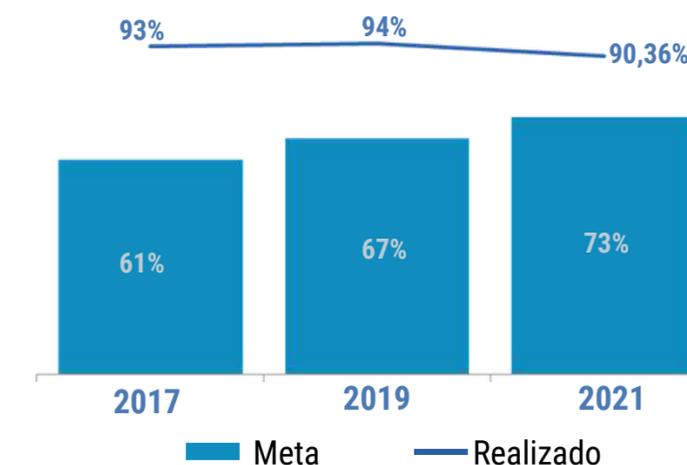


Gráfico 37: i14. Taxa de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas

FOMENTAR AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

• Ações de conscientização para cidadania ampliadas • Práticas ambientais sedimentadas • Adequação gradual de imóveis às normas de acessibilidade • Fomento à participação feminina no processo eleitoral.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

• Cumprir a Meta Nacional 9/2021 • Fomentar a participação feminina, dos jovens e das minorias no processo eleitoral • Transformar os programas presenciais de cidadania em virtuais • Criar eventos para incrementar as ações de responsabilidade social • Sensibilizar o público interno sobre a necessidade de realização de ações sociais, num momento de crise sanitária, social e econômica • Elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde • Atender às exigências da NBR 9050 para cegos (instalação de pisos táteis e de sinalização).

RESULTADOS

1) Alcance da Meta Nacional 9/2021 - Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário, com a escolha, pela JE, do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 – Igualdade de Gênero; 2) Alcance de 350% da meta estratégica do i15, com 7 adequações parciais de instalações físicas às normas de acessibilidade (Araci, Irapá, Alagoinhas, Monte Santo, Caculé, Ubatã e Santana); 3) Amplo alcance da meta estratégica do i16, com 195.766 pessoas atingidas por ações sociais nas mídias do TRE-BA; 4) Alcance de 815,71% da meta estratégica do i17AS, com 571 ações sociais realizadas; 5) Alcance da meta estratégica do i17AA, com 12 ações ambientais realizadas, distribuídas nos 12 eixos do Plano de Logística Sustentável (PLS). Início da coleta dos lacres de latas de alumínio para a Parceria “Lacre do Bem” e aquisição de balanças para pesagem dos resíduos e dos coletores para ampliação da coleta seletiva.

JUSTIFICATIVAS

1) Execução de 100% das ações previstas no Plano para cumprimento da Meta Nacional 9, relacionado ao Fomento da Participação Feminina na Política; 2) Possibilidade de obras parciais serem consideradas no cômputo do i15; 3 e 4) Continuidade dos projetos de cidadania de forma virtual, com aumento extraordinário do público atingido; 5) Esforços para superar as dificuldades decorrentes do distanciamento social; providências com vistas ao recolhimento e descarte dos resíduos produzidos pelo Serviço Médico, mediante parceria com o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA).

DESAFIOS FUTUROS

• Cumprir a Meta Nacional 9 - Estimular a inovação no Poder Judiciário: Realizar ações que visem à difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário • Alcançar as metas dos indicadores estratégicos do PEI 2021-2026 • Continuar transformando os projetos de cidadania presenciais em virtuais, caso necessário, e atrair público para os eventos presenciais, a depender da situação pandêmica • Seguir fomentando a participação das mulheres na política • Promover educação digital de forma que os direitos políticos possam ser exercidos em sua plenitude • Inovar no formato das atividades, visando a alavancar a participação dos servidores(as) em ações sociais • Estender a coleta seletiva aos cartórios do interior • Efetivar a destinação sustentável para os resíduos de saúde • Operacionalizar o Programa “Lacre do Bem” para captar e doar lacres de alumínio.

INDICADORES ASSOCIADOS

i15. Número de adequações das instalações físicas às normas de acessibilidade

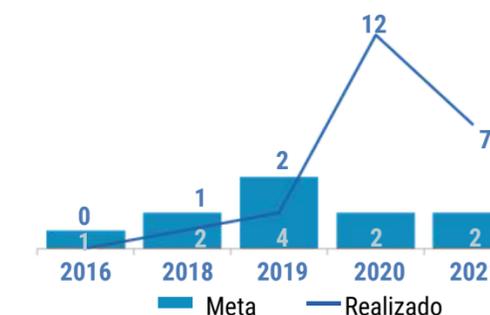


Gráfico 38: i15. Número de adequações das instalações físicas às normas de acessibilidade

i16. Número de pessoas atingidas por ações sociais



Gráfico 39: i16. Número de pessoas atingidas por ações sociais

i17AA. Número de ações ambientais

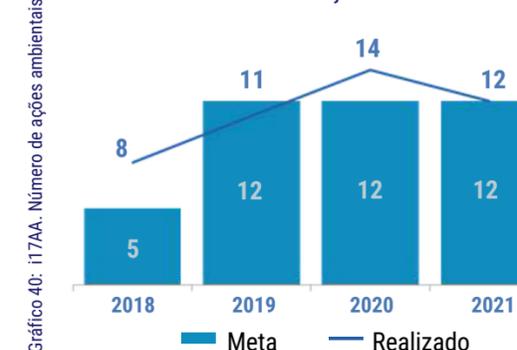


Gráfico 40: i17AA. Número de ações ambientais

i17AS. Número de ações sociais

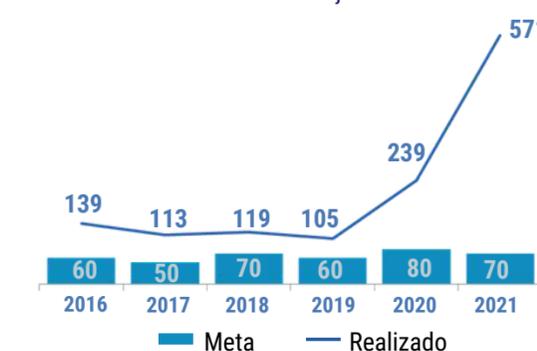


Gráfico 41: i17AS. Número de ações sociais

ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DA BAHIA

Vinculada à Presidência do Tribunal, a Escola Judiciária Eleitoral da Bahia (EJE/BA) foi criada pela Resolução Administrativa n.º 9, de 16 de setembro de 2003, com organização e funcionamento regulamentados pela [Resolução Administrativa TRE-BA n.º 31/2018](#).

A EJE/BA fundamenta a sua atuação (I) na atualização e especialização em Direito, notadamente Eleitoral, de magistrados, membros do MPE, advogados, servidores e outros interessados; (II) na realização de ações institucionais de responsabilidade social; e (III) no desenvolvimento de atividades de estímulo ao estudo, à discussão e à pesquisa científica em matéria eleitoral.

O ano de 2021 foi atípico para a Escola Judiciária, em razão da continuidade da pandemia causada pelo Coronavírus, que obrigou o distanciamento social, o fechamento das escolas e universidades, afetando especialmente os projetos do eixo da cidadania que consistiam em visitas e palestras presenciais. No entanto, com o objetivo de manter ativos os projetos, tão relevantes para o nosso país, a EJE inovou ao promover uma atividade entre os estudantes consistente na participação das Escolas enviando perguntas relacionadas ao “Podcast: voz e vez da juventude”, explanando sobre diversos temas afetos à cidadania.

PUBLICAÇÃO DE PESQUISAS ACADÊMICAS

- Revista Populus nº 10 e nº 11 – sem custos
- Publicação do Livro “Democracia em tempos de pandemia” em parceria com a Transparência Brasil. – sem custos
- Publicação do Livro “25 anos da Urna eletrônica” – sem custos
- Filiação à Associação Brasileira de Editores Científicos – R\$ 854,25

Ações de Cidadania

As ações de cidadania da EJE foram guiadas, precipuamente, pelos projetos Eleitor do Futuro, #PartiuMudar e Universitário Cidadão detalhados a seguir:

Público Atingido Eleitor do Futuro

63.069
Nº de ações
03

O **Projeto Eleitor do Futuro**, de âmbito nacional, objetiva propiciar a vivência da cidadania, expressa no ato de votar, e a manifestação de uma reflexão frente às várias ideias políticas e propostas de diversos candidatos, formando, assim, uma consciência política de participação nos jovens, e despertando-os para sua responsabilidade no exercício pleno da democracia através do voto. O público alvo são crianças e adolescentes devidamente matriculados em escolas da rede pública e particular de ensino, do 6º ao 9º ano.

Projeto Universitário Cidadão

O Projeto Universitário Cidadão tem por objeto a promoção de visitas acadêmicas ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia por parte de estudantes universitários, nas quais os acadêmicos têm a oportunidade de conhecer a estrutura de funcionamento da Justiça Eleitoral, participar de palestras e debates relativos ao direito eleitoral e à democracia e assistir a sessões do Tribunal, de forma a colaborar com o cumprimento da missão institucional da Justiça Eleitoral de contribuir para a formação política e para a difusão de uma cultura cidadã.

Público Atingido #PartiuMudar

29.167
Nº de ações
04

Por sua vez, o Projeto #PartiuMudar - Educação para a Cidadania Democrática no Ensino Médio, idealizado pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE em conjunto com o UNICEF, colima desenvolver atividades voltadas para os estudantes do ensino médio das unidades escolares da rede estadual, estimulando a curiosidade e o interesse dos jovens pela política, assim como semeando uma postura crítica diante de informações e discursos aos quais sejam expostos no seu cotidiano.

CUSTOS

Descrição	Valor
Eixo Capacitação	R\$ 53.016,35
Eixo Cidadania	R\$ 83.625,24
Eixo Pesquisas e Publicações	R\$ 854,25
Total Geral	R\$ 137.495,90

Tabela 2: Custos Ações EJE
Fonte: Relato Integrado no SEI nº 0018998-93.2021.6.05.8000

EVENTOS

PÚBLICO ATINGIDO

Sexta cultural: “A Mulher e o Poder Político”(08-03)	34
Curso sobre segurança do sistema eletrônico de votação (durante todo o ano de 2021)	50
Live: “O papel da Justiça Eleitoral em tempos de crise democrática” – 27/05	455
Curso “Formação de Lideranças Políticas Femininas”	34 (EAD e presencial)
TRANSformando a democracia - Evento EJE’s parceiras	396
III Simpósio de Direito Eleitoral e Político	171 (EAD e presencial)
III Olimpíada Baiana de Direito Eleitoral	42
“A Lei Geral de Proteção de Dados e os impactos no Direito Eleitoral”*	461
Curso e Workshop de Estratégias para o combate à desinformação (público externo)	3
XVII Encontro Nacional de CODEJE	2
Total: 10 ações	1648

Tabela 3: Outros Eventos EJE
Fonte: Relato Integrado no SEI nº 0018998-93.2021.6.05.8000
Nota: * Curso contratado e entregue no ano de 2020 contudo respectiva execução feita no ano de 2021

PROPORCIONAR UM AMBIENTE DE TRABALHO SAUDÁVEL E SEGURO

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

• Organização do trabalho humanizado • Instalações físicas adequadas e seguras em todas as unidades • Condições ergonômicas de trabalho • Aprimoramento das relações socioprofissionais • Saúde do servidor monitorada e melhorada.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

• Cumprir a Meta Nacional 10/2021 • Aprimorar as condições de trabalho • Aperfeiçoar as condições ergonômicas de trabalho • Aprimorar as relações socioprofissionais.

RESULTADOS

1) Alcance da meta estratégica do i18, com realização de 100% das ações previstas no Plano Anual de Projetos e Ações do PQVT ; 2) Atendimento integral da Meta Nacional 10, com a promoção de campanha de vacinação contra o vírus Influenza, a fim de reduzir a incidência de doenças respiratórias, caracterizadas como uma das cinco maiores causas de absenteísmo em 2020; 3) 75,8% de satisfação dos servidores com os serviços de saúde oferecidos pela SEDAS (i6 da SGP); 4) Apenas 2,20% de absenteísmo, cumprindo a meta do i7 da SGP - Taxa de Ausência de Servidores Efetivos por Motivo de Saúde Própria (TASE), que era de até 3,81%; 5) 34,30% dos servidores com exame médico periódico finalizado, resultado abaixo da meta do i8 da SGP (70%), mas superior à projeção do CNJ para a Meta Nacional 10 (25%).

JUSTIFICATIVAS

1, 2 e 5) Plano de ação para retomar a convocação de servidores para os exames periódicos; aperfeiçoamento da rotina de convocação; disponibilização de atendimento médico virtual; 1, 2, 4 e 5) Acompanhamento periódico do Plano de Qualidade de Vida no Trabalho, permitindo a execução das atividades previstas; 1) “Roda de Conversa: A SGP quer ouvir você”, possibilitando a escuta ativa das demandas dos servidores; 3) Acompanhamento do PES da SGP, permitindo a identificação de medidas para alcance dos resultados desejados.

DESAFIOS FUTUROS

• Alavancar o percentual de servidores com exame periódico finalizado, apesar da equipe médica reduzida e do aumento de servidores sem plano de saúde • Aperfeiçoar as condições ergonômicas de trabalho • Aprimorar os indicadores táticos relacionados à saúde, para melhor acompanhamento do índice de absenteísmo dos servidores • Viabilizar a contratação de plano de saúde para os servidores do Tribunal e/ou assegurar melhorias da assistência médica indireta • Priorizar ações no PQVT voltadas para a redução de afastamentos em virtude de quadros de saúde mental • Adequar o pagamento do reembolso da assistência médica indireta ao estabelecido na [Resolução CNJ nº 294/2019](#).

INDICADORES ASSOCIADOS

i18. Taxa de implementação de qualidade de vida no trabalho

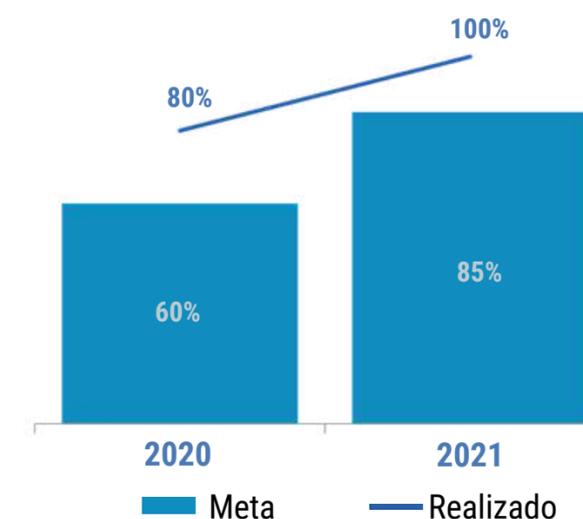


Gráfico 42: i18. Taxa de implementação de qualidade de vida no trabalho

PROMOVER A MELHORIA DA GOVERNANÇA DE GESTÃO DE PESSOAS

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

- Força de trabalho estrategicamente distribuída
- Informações da força de trabalho atualizadas e disponibilizadas
- Promoções baseadas no mérito
- Recompensas e premiações ativas
- Processos de Gestão de Pessoas modernizados
- Evolução nas práticas de governança em Gestão de Pessoas
- Competências do corpo funcional continuamente gerenciadas
- Política de Gestão de Pessoas institucionalizada.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

Adequar a força de trabalho às necessidades do Tribunal, automatizando tarefas e mapeando atividades • Motivar servidores num cenário de incertezas quanto aos seus direitos • Fomentar política de integração entre servidores e o sentimento de pertença ao Órgão • Identificar as reais lacunas de competências e potencializar o desenvolvimento do capital humano • Preparar gestores para estimular a motivação do corpo funcional e o desenvolvimento profissional • Alcançar aderência dos servidores quanto às ações de valorização propostas.

RESULTADOS

1) 66,47% de satisfação e motivação do servidor (i19), com alcance de 88,63% da meta final do ciclo 2016-2021; 2) Taxa de Governança em Gestão de Pessoas no percentual de 83,33% (i20), com alcance de 83,33% da meta almejada; 3) Início do monitoramento da Estratégia Setorial da SGP, com acompanhamento periódico dos seus indicadores; 4) Participação do Comitê de Gestão de Pessoas na avaliação dos resultados alcançados na área de pessoal; 5) Resultado de 61,4% para o IGovPessoas (Índice de Governança e Gestão de Pessoas) no Levantamento de Governança e Gestão realizado pelo TCU em 2021.

JUSTIFICATIVAS

1, 2, 4 e 5) Manutenção de ações para aproximar o servidor do Tribunal, com postura de escuta ativa e mediadora entre os servidores e a Administração; implementação de medidas identificadas nesses diálogos: aprofundamento de estudos para contratação de plano de saúde, melhoria da metodologia adotada para o reembolso de assistência médica indireta, criação de grupos de estudos para modernização dos processos de trabalho da área de Gestão de Pessoas; 1 e 2) Elaboração de plano de ação a partir dos resultados colhidos na Pesquisa de Clima Organizacional 2020, com vistas à melhoria do clima organizacional e do aperfeiçoamento da Governança e Gestão de Pessoas; 2) Dificultou: alteração da estrutura orgânica da SGP (Resolução Administrativa nº 4/2021), com extinção e junção de unidades especialistas e capacitadas em temas abordados no questionário utilizado para aferição do indicador i20, impactando sobremaneira no ajuste das atividades desenvolvidas pela área; 3 e 4) Monitoramento dos indicadores previstos no Plano Estratégico Setorial (PES) da SGP, permitindo a identificação de medidas a serem adotadas para alavancar resultados, revisar critérios e aperfeiçoar medições.

DESAFIOS FUTUROS

- Alcançar as metas dos indicadores estratégicos do PEI 2021-2026
- Dar continuidade às ações voltadas para automatizar tarefas, desburocratizar rotinas da área de pessoal e mapear processos de trabalho com avaliação e gerenciamento de riscos
- Oferecer melhores condições para assistência à saúde aos servidores
- Adequar, de forma planejada, a força de trabalho disponível, atendendo às demandas sazonais do Órgão
- Implementação tempestiva do Sistema de Escrituração Digital das Informações Trabalhistas (eSocial), possibilitando melhoria nos processos de pessoal
- Aumentar a participação dos servidores nas atividades propostas, inclusive, no levantamento de clima organizacional previsto para ocorrer em 2022
- Assegurar o apoio da Alta Administração para a efetiva e segura implementação do Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT)
- Institucionalizar a instrutoria interna como ferramenta de desenvolvimento e motivação dos servidores
- Priorizar ações para o tempestivo andamento do projeto *p6. Implantação da Gestão de Desempenho com Foco em Resultados.*

INDICADORES ASSOCIADOS

i19. Taxa de satisfação e motivação do servidor

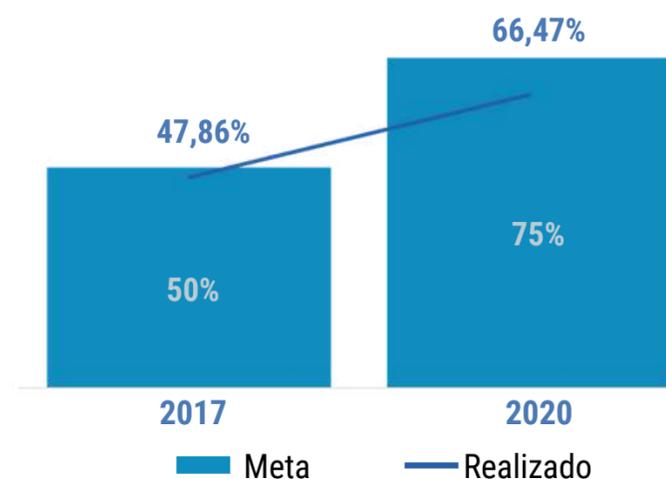


Gráfico 43: i19. Taxa de satisfação e motivação do servidor

i20. Taxa de governança em gestão de pessoas

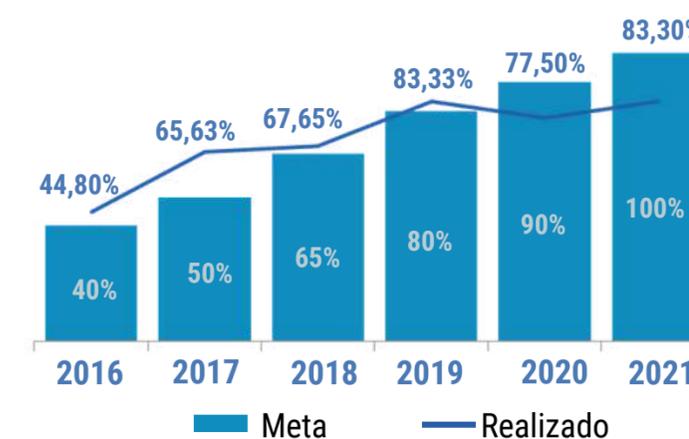


Gráfico 44: i20. Taxa de governança em gestão de pessoas

ASSEGURAR A ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

• Práticas de Gestão de Riscos institucionalizadas • Contribuição das unidades à estratégia mapeada e monitorada • Adoção de práticas de gestão inovadoras • Boas práticas de gestão identificadas, catalogadas e compartilhadas.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

• Capacitar servidores e magistrados para a construção do novo Planejamento Estratégico Institucional (PEI) – 2021/2026 • Instituir formalmente o novo PEI até 30/06/2021 • Promover o alinhamento das unidades ao novo PEI ainda no início do ciclo • Implantar o efetivo monitoramento dos Planos Estratégicos Setoriais • Fomentar a utilização dos resultados dos indicadores setoriais para a tomada de decisões nas searas tática e operacional • Reformular e fomentar a utilização da metodologia de gestão de riscos do TRE • Dar continuidade à evolução e monitoramento dos planos de tratamento de riscos do Órgão • Promover a capacitação continuada de equipe multifuncional na matéria gestão de riscos • Aprimorar a capacitação da unidade de consultoria em gestão de riscos • Amadurecer a Governança do Órgão, melhorando o desempenho no Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública (iGG-TCU) • Evoluir na implementação de encaminhamentos decorrentes de auditorias internas.

RESULTADOS

1) Alcance de 100% da meta do i21 para o ciclo 2016-2021, com o alinhamento do PEI nas secretarias (SGP, SJU, SCR, SGA, SPL e SOF), COAUD e Zonas Eleitorais; unidades desdobradas compreendendo melhor suas contribuições para a estratégia; 2) Alcance de 100% da meta estratégica do i22, com a realização de 4 ações em Gestão de Riscos; 3) Realizado o monitoramento e revisão da "Gestão de Riscos da STI" e do "Plano de Gestão de Riscos-Chave das Zonas Eleitorais"; 4) Elaborados planos de tratamento de riscos para os processos "Análise e Julgamento de Contas Eleitorais - 1º Grau", "Tratamento de Denúncias", "Salvaguarda de Dados Eletrônicos Institucionais"; 5) Elaborada minuta do Plano de Integridade do TRE-BA, restando pendente aprovação final; 6) Revisão do Sistema de Gestão de Riscos; 7) Evolução do desempenho no Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública (iGG-TCU): de 59% (2018) para 72,2% (2021); 8) Instituído o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026 no prazo estabelecido pelo CNJ; 9) Iniciado o efetivo monitoramento dos Planos Estratégicos Setoriais (PES) da SGP, SJU, SCR, SGA, SPL e COAUD, com utilização dos resultados para tomada de decisões nas searas tática e operacional; 10) Implementados 71,07% de encaminhamentos oriundos de auditorias internas.

JUSTIFICATIVAS

1) Capacidade de adaptação diante da pandemia e o comprometimento da equipe do projeto "Desdobramento da Estratégia"; viabilização do trabalho remoto pela STI; patrocínio da Alta Gestão e adesão das unidades desdobradas; 2) Realização de ação de disseminação de Gestão de Riscos no Plano Anual de Capacitação (PAC); campanhas de sensibilização; palestra "Gestão de Riscos mais simples e útil no setor público"; curso "Implementando a Gestão de Riscos para a Integridade"; 3 e 4) Campanhas internas de disseminação da Gestão de Riscos; treinamentos; 5 e 6) Curso "Implementando a Gestão de Riscos para a Integridade; recomendações de órgãos de controle externo; dedicação da área de Gestão de Riscos; 7) Reuniões com as unidades responsáveis; elaboração de Plano de Ação para aprimorar o nível de Governança e Gestão e efetivo monitoramento de sua execução; 8) Contratação de treinamento *on the job* para formulação do PEI 2021-2026; elaboração de Plano de Trabalho e de Plano de Tratamento de Riscos; dedicação da área de Planejamento Estratégico; envolvimento de todas as unidades do Tribunal em oficinas e reuniões; 9) Comprometimento dos gestores das unidades desdobradas; colaboração da área de Planejamento Estratégico; 10) Efetivo monitoramento da área de Auditoria Interna com acompanhamento do seu indicador setorial i3 -Taxa de implementação de encaminhamentos da COAUD.

DESAFIOS FUTUROS

• Promover o alinhamento das unidades ao novo PEI ainda no início do ciclo (iniciado em janeiro/2022) • Iniciar o efetivo monitoramento de indicadores e iniciativas estratégicas previstas no PEI 2021-2026 • Fomentar a utilização dos resultados dos indicadores setoriais para a tomada de decisões nas searas tática e operacional • Reformular e fomentar a utilização da metodologia de Gestão de Riscos • Dar continuidade à evolução e monitoramento dos Planos de Tratamento de Riscos • Promover a capacitação continuada da equipe multifuncional em Gestão de Riscos • Sedimentar o uso da Gestão de Riscos pelos gestores, para a melhoria de seus processos • Propor indicador(es) de desempenho de Gestão de Riscos para o TRE-BA • Revisar o Plano de Gestão de Riscos-Chave, de forma a gerar plano de ação específico para monitoramento • Evoluir na implementação de encaminhamentos decorrentes de Auditorias Internas • Alcançar as metas dos indicadores estratégicos do PEI 2021-2026.

INDICADORES ASSOCIADOS

i21. Taxa de alinhamento das unidades à estratégia organizacional

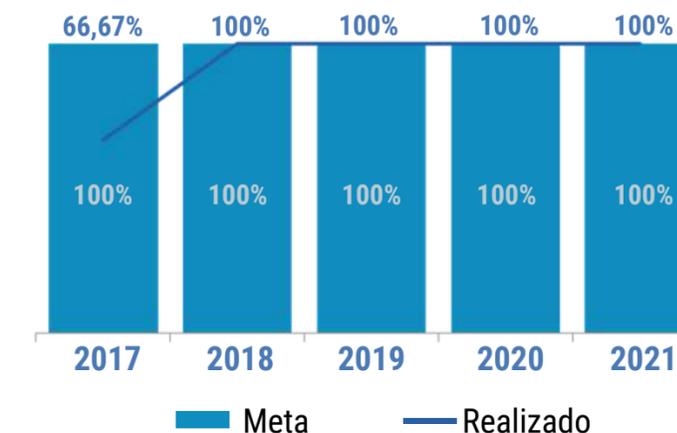


Gráfico 45: i21. Taxa de alinhamento das unidades à estratégia organizacional

i22. Número de ações de gestão de riscos

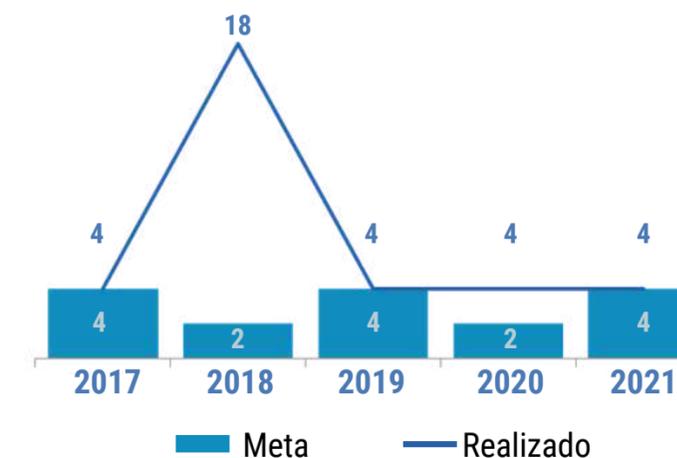


Gráfico 46: i22. Número de ações de gestão de riscos

APERFEIÇOAR A QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

• Plano operacional em conformidade com as diretrizes e refletido no plano orçamentário • Controle de recebimento, movimentação de crédito e execução da despesa programada • Custos gerenciados • Padrões de compra, consumo e gestão documental sustentáveis • Compras de materiais de consumo racionalizadas • Avaliação da qualidade das contratações • Aperfeiçoamento do planejamento das contratações.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

• Aperfeiçoar a avaliação sobre a qualidade das contratações • Evoluir na liquidação das despesas aprovadas e empenhadas • Evoluir na liquidação de créditos destinados às iniciativas estratégicas • Elaborar o Plano Diretor Logístico e medir sua execução • Reduzir consumo de água mineral em copos de 200 ml, café e açúcar • Revisar minutas de editais, contratos e demais ajustes, normativos internos e procedimentos, ante a iminente modernização da [Lei n.º 8.666/1993 \(PL n.º 4.253/2020\)](#). • Capacitar servidores da área de contratações na nova legislação • Implantar efetivamente o Estudo Técnico Preliminar para todas as contratações • Aprovar novo indicador para medir a aderência ao PLANCONT • Implantar treinamento EAD para gestores e fiscais de contratos • Incrementar a atuação dos grupos executivos do PLAS.

RESULTADOS

1) Embora não alcançada a meta do i23, foram concluídas 67 contratações no ano, quantidade superior às 65 inicialmente previstas no [Plano Anual de Contratações \(PLANCONT\)](#); 2) 74,07% de aderência da execução ao planejamento orçamentário (89,24% da meta do i25); 3) 80,8% de execução financeira (85% da meta do i30); 4) Alcance da meta estratégica do i32, com atingimento de 100% das metas do PLS consideradas (água, energia elétrica, copos descartáveis e papel não reciclado); 5) Redução de aproximadamente 85% do consumo de copos descartáveis, 61% de papel, 15% de energia elétrica e 6% de água, comparados com o ano não eleitoral de 2019.

JUSTIFICATIVAS

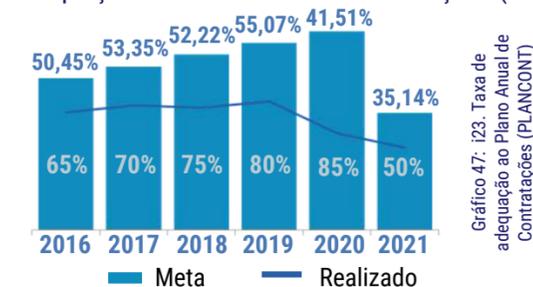
1) Prejudicaram: Elevada quantidade de desistências em relação ao PLANCONT original (22), decorrentes da necessidade de adequação aos projetos da nova gestão; atraso na deflagração de contratações pelas unidades demandantes, diante da necessidade de adaptação à exigência de formalização de estudos técnicos preliminares; inclusão de contratações inicialmente não previstas (45); 2) Prejudicaram: Remanejamentos de créditos entre despesas, em virtude de sobras nas programações iniciais; novas demandas surgidas no exercício; abertura de créditos adicionais para reformas e investimentos; dificuldades decorrentes da pandemia nos processos de realização de despesas; sanção tardia da Lei Orçamentária Anual (LOA), com o recebimento de duodécimos do orçamento no 1º trimestre, possibilitando apenas empenho e execução parcial das despesas e não havendo recebimento de créditos relativos a investimentos e reformas nesse período; 3) Prejudicaram: Recebimento e empenho de créditos adicionais no final do ano, cujas despesas não foram totalmente pagas no exercício, implicando sua inscrição em restos a pagar (ex.: obras e equipamentos de TIC); baixa execução financeira do grupo de despesas de investimentos; 4 e 5) Favoreceram: A absorção, ainda que tímida, de uma cultura compromissada com a preservação do meio ambiente; a atuação do Núcleo Socioambiental (NSA) que, apesar do atual momento de recolhimento, vem contribuindo para sedimentar práticas sustentáveis.

DESAFIOS FUTUROS

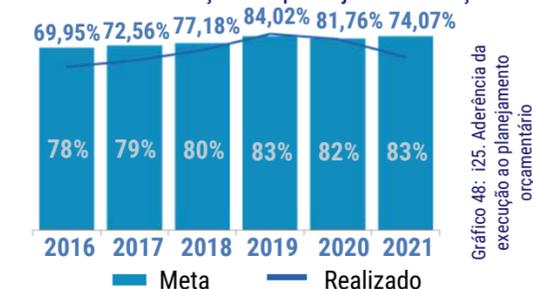
• Aprimorar os modelos de estudos técnicos preliminares e treinar os servidores para sua adequada elaboração • Ampliar ações de acompanhamento da execução do PLANCONT e conscientizar servidores sobre a importância da deflagração tempestiva dos processos de contratação • Incrementar a atuação dos Grupos Executivos com vistas a alavancar o desempenho do PLS 2021-2026 • Deixar de adquirir água mineral em copos de 200 ml, item que participa da composição do cálculo do IDS • Promover a melhoria do processo de realização de despesas, execução orçamentária e encerramento do exercício • Implementar o Programa de Qualificação do Planejamento, Orçamento e do Gasto (PROQUALI) • Dar continuidade ao desenvolvimento do Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira (GEORFI) • Aprimorar os resultados dos indicadores de desempenho quanto à aderência da execução orçamentária em relação ao planejamento, execução do orçamento impositivo, execução do limite financeiro, redução de inscrições em restos a pagar e redução de sobras orçamentárias • Alcançar as metas dos indicadores estratégicos do PEI 2021-2026.

INDICADORES ASSOCIADOS

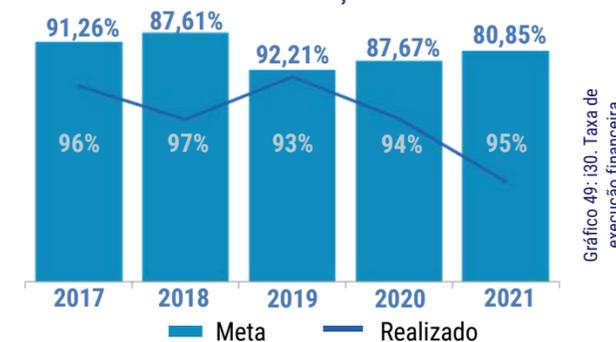
i23. Taxa de adequação ao Plano Anual de Contratações (PLANCONT)



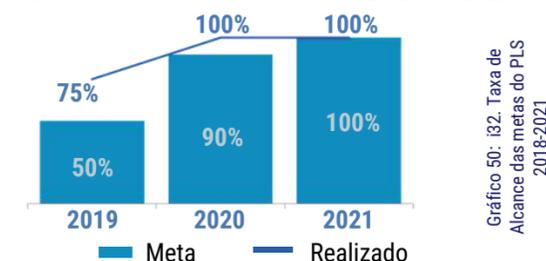
i25. Aderência da execução ao planejamento orçamentário



i30. Taxa de execução financeira



i32. Taxa de Alcance das metas do PLS 2018-2021



APERFEIÇOAR A GOVERNANÇA DE TIC

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

- Evolução na adoção de práticas de governança de TIC
- Necessidade de aperfeiçoamento dos processos/procedimentos relativos à segurança da informação.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

- Evoluir a governança de TIC do Órgão
- Evoluir a maturidade institucional em segurança da informação
- Formular novo Plano Estratégico de TIC, conforme [Resolução CNJ n.º 370/2021](#) [Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o sexênio 2021-2026]
- Implantar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no Órgão.

RESULTADOS

1) Alcançado o nível de Excelência no Questionário iGovTIC-Jud, evoluindo de 80 pontos em 2019 e 2020 para 81,4 pontos em 2021, com o consequente alcance da meta do i27, o 4º lugar dentre os TRE's e o 12º lugar dentre todos os Tribunais; 2) Elaborados Plano de Trabalho da ENTIC-JUD (PTE), novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), Plano Diretor de Demandas Internas (PDI) e Relatório de Aderência da atual estrutura da STI aos macroprocessos previstos pela [Resolução CNJ n.º 370/2021](#); revisado e aprovado o novo PLANCONT-STIC; revisados diversos normativos de TIC; 3) Instituídas a Política de Segurança da Informação (PSI) e a NSI 013 – “Gerenciamento de Contas de Usuários Terceirizados, Estagiários, Requisitados, Juízes e Servidores Aposentados”, alcançando a meta anual do i28.

JUSTIFICATIVAS

1) Criação da Seção de Apoio à Governança e à Gestão de TIC (SEAGG/STI); elaboração de plano de ação para elevar a adoção de práticas do iGovTIC-Jud; 2) Criação de Grupo de Trabalho da Justiça Eleitoral, coordenado pelo TSE, para elaboração do PTE; oferta de treinamento pelo CNJ sobre evolução dos modelos de governança e de capacitação especializada em gestão, metas e resultados com OKR pelo TRE-BA; 3) Dificultaram, sem comprometer: falta de servidor com dedicação exclusiva para as atividades de segurança; reestruturação da CTSIPD, inclusive com troca do titular e de parte de seus integrantes; e continuidade do distanciamento social.

DESAFIOS FUTUROS

- Cumprir a Meta Nacional 10 - Transformação digital – Justiça 4.0: Implementar, durante o ano de 2022, as ações do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do Tribunal. Para a JE, serão consideradas ações relacionadas ao Juízo 100% Digital; ao Balcão Virtual; à Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ (TSE); e ao Codex (TSE)
- Manter o nível de Excelência no iGovTIC-Jud
- Evoluir o Plano de Tratamento de Riscos (PTR) de TIC
- Executar e revisar o PLANCONT-STIC
- Executar e revisar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)
- Evoluir a maturidade institucional em segurança cibernética
- Estruturação do núcleo de Segurança da Informação, caso aprovado pela Administração
- Alcançar as metas dos indicadores estratégicos do PEI 2021-2026: i34. Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura (iGovTIC-JUD) (85%) e i36. Índice de Adesão à LGPD.

INDICADORES ASSOCIADOS

i27. Evolução do índice de governança de TIC do TRE-BA

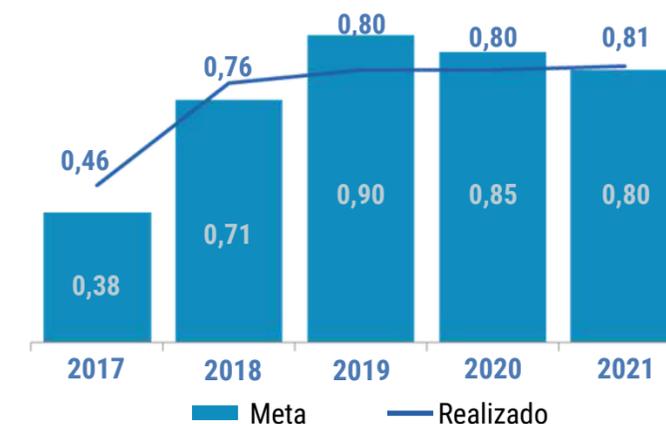


Gráfico 51: i27. Evolução do índice de governança de TIC do TRE-BA

i28. Número de normas de segurança da informação instituídas

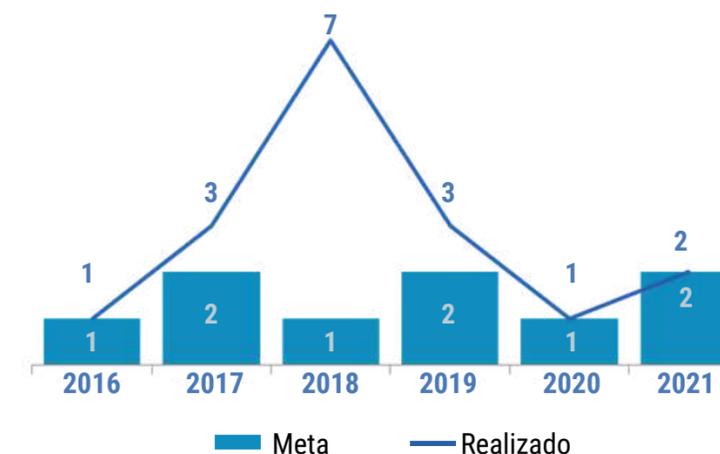


Gráfico 52: i28. Número de normas de segurança da informação instituídas

PROMOVER A MELHORIA DOS SERVIÇOS DE TIC

PROBLEMAS A SEREM TRATADOS

• Manter e promover melhorias para o desenvolvimento do trabalho remoto • Estabelecer critérios formais e objetivos para a priorização de sistemas, com apresentação do fluxo de processos • Estabelecer mecanismos mais precisos de valorização/motivação dos servidores da STI • Melhorar os *links* de comunicação dos cartórios eleitorais, a estrutura de *e-mails* e arquivos • Implantar *wi-fi* para todo o Tribunal • Aperfeiçoar o atendimento dos usuários de forma dinâmica, ágil e automática • Criar um planejamento para estrutura de área dedicada a segurança da informação.

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

• Contratação de novos serviços de telecomunicações • Investimento em inteligência artificial e uso de robôs, visando à automatização de processos e à ampliação da oferta de serviços *on-line* • Atualização do parque computacional • Aprimoramento do acesso remoto à rede privada do Tribunal pelos servidores e magistrados.

RESULTADOS

1) Cumprimento de 62,5% das metas previstas no PETIC, o que corresponde a 78,13% da meta estratégica do i29; 2) Aprovação de 85,3% dos usuários de TIC que responderam à pesquisa de satisfação.

JUSTIFICATIVAS

1 e 2) Favoreceram os resultados: Implantação de acesso remoto mais eficaz (*VPN Checkpoint*); uso de inteligência artificial e automação de processos, com apoio de robôs, na prestação jurisdicional de 1º Grau (Sistema Janus), no Núcleo de Automação e Inteligência Artificial aplicada à Prestação Jurisdicional (NAIA) e no Núcleo de Atendimento Virtual ao Eleitor (NAVE, atendente virtual Maia); automação do processo de remessa de prestação de contas de candidatos não-eleitos (Coletacand); adesão ao PagTesouro como solução para facilitar o pagamento *on-line* de multas eleitorais; desenvolvimento e implantação de Agenda Eletrônica, de ferramenta para cálculo e simulação de proventos de aposentadoria, novo sistema da Ouvidoria (Fala, Cidadão!) e sistema de gestão de convocações para as Eleições; manutenção evolutiva nos sistemas ATENA, SEI, Janus e Coyote; inovações advindas do Projeto "Residência em TI" nas áreas de BI (Inteligência de Negócios), *chatbot* (Assistência Virtual), API-SGRH (interface de programação de aplicativos em sistema de gestão de recursos humanos) e validação automática de documentos; atualização do parque computacional; modernização do sistema de *Backup*; aquisição de licenças de serviço de videoconferência com função *webmeeting* (reuniões remotas); contratação de novos serviços de telecomunicações; *wi-fi* para todo o Tribunal em fase de implantação; instituição da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRE-BA (Resolução Administrativa n.º 5/2021).

1 e 2) Comprometeram melhores resultados: Aprovação tardia da Lei Orçamentária Anual (LOA), apenas em abril/2021, prejudicando a execução do início das contratações planejadas; e a não renovação do contrato de *Service Desk*, prejudicando a prestação do serviço de atendimento ao usuário.

DESAFIOS FUTUROS

• Modernizar o *Datacenter* • Expandir a Rede do TRE-BA • Implantar novo *Service Desk*, mais dinâmico, ágil e automatizado • Continuar com a atualização do parque computacional • Estabelecer mecanismos mais precisos de valorização/motivação dos servidores da STI • Executar e revisar o processo de Desenvolvimento de Sistemas • Implantar nova solução de *backup* • Alcançar as metas dos indicadores estratégicos do PEI 2021-2026.

INDICADORES ASSOCIADOS

i29. Taxa de cumprimento das metas do PETI

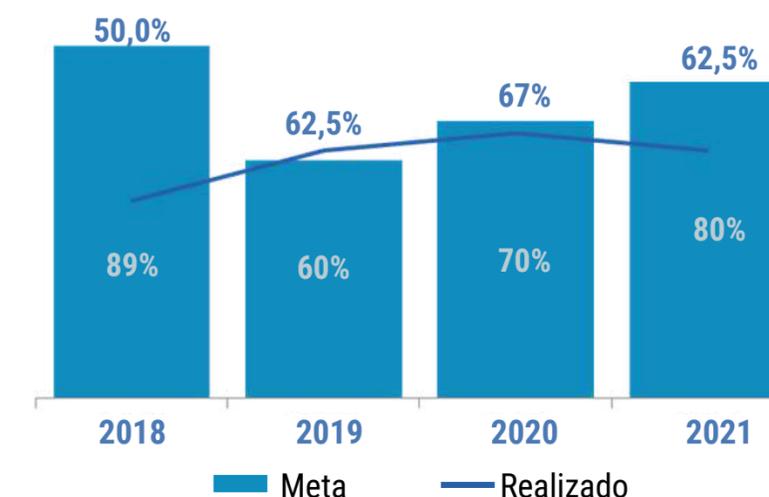


Gráfico 53: i29. Taxa de cumprimento das metas do PETI

RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Perfil de Gastos

A Lei Orçamentária Anual de 2021 (Lei n.º 14.144/2021) consignou ao TRE-BA o montante de R\$398,76 milhões. Com as revisões orçamentárias ocorridas no exercício, como também os destaques e as provisões recebidas e efetuadas, o orçamento total do Tribunal foi de R\$413,37 milhões em 2021.

Orçamento 2021 (R\$ milhões)

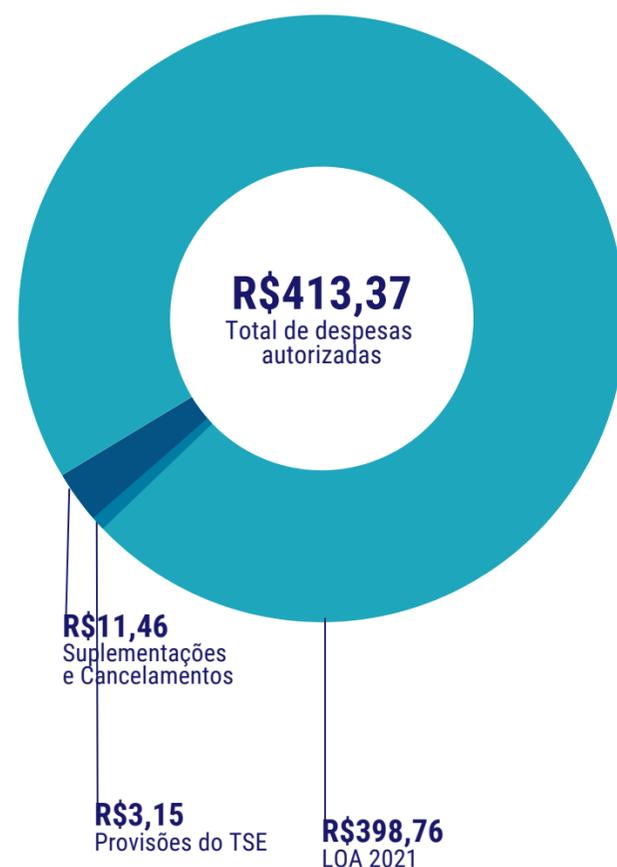


Gráfico 54: Orçamento 2021



Gráfico 55: Variação do orçamento total recebido 2019-2021

Variação do orçamento total recebido 2019-2021 (milhões)

Em relação a 2019, último ano não-eleitoral anterior a 2021, o total de créditos recebidos pelo TRE-BA cresceu 3,17%. Além da atualização monetária, o aumento ocorreu em razão de reformas de imóveis da Justiça Eleitoral da Bahia. Em 2020, ano eleitoral, foram recebidos valores do TSE para a realização do pleito. **Vide a variação do orçamento do Tribunal entre 2019 e 2021 no gráfico acima.**

Finalidade dos créditos recebidos

Os créditos recebidos foram empregados essencialmente em despesas primárias, que visam a manter o regular funcionamento do Órgão e viabilizar o exercício de suas atribuições finalísticas. Vide a seguir a destinação do orçamento empenhado do TRE-BA em 2021, referente a despesas obrigatórias e a despesas discricionárias (aquelas que o Tribunal escolhe como aplicar).

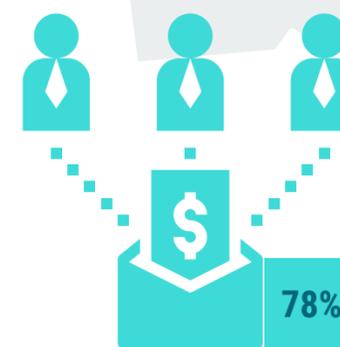
Valores empenhados Despesas Obrigatórias x Discricionárias (milhões)



Gráfico 56: Valores empenhados: Despesas Obrigatórias x Discricionárias

Despesas Obrigatórias

O orçamento referente às despesas obrigatórias foi empregado essencialmente para pagamento dos gastos ordinários com a remuneração de pessoal, ativo e inativo, que representou 78% do total.



78% do orçamento para despesas obrigatórias foram destinados a remuneração de pessoal

Alocação de créditos com despesas obrigatórias (Valores Empenhados, R\$1,00)

Descrição	Despesas empenhadas	Percentual
Benefícios Assistenciais	R\$ 16.864.416	4,86%
Gastos ordinários com pessoal e encargos sociais	R\$ 271.635.240	78,23%
Gastos aposentadorias e pensões	R\$ 56.408.056	16,25%
Pessoal e encargos sociais com eleições	R\$ 2.155.704	0,62%
Pessoal e encargos com eleições suplementares	R\$ 160.122	0,05%
Total dos gastos com despesas obrigatórias	R\$ 347.223.537	100%

Tabela 4: Alocação de créditos com despesas obrigatórias
Fonte: Tesouro Gerencial

Despesas Discricionárias

As despesas discricionárias, aplicadas a critério do Órgão, foram utilizadas principalmente em gastos para a manutenção geral e reformas de imóveis da Justiça Eleitoral da Bahia

Alocação de créditos com despesas discricionárias

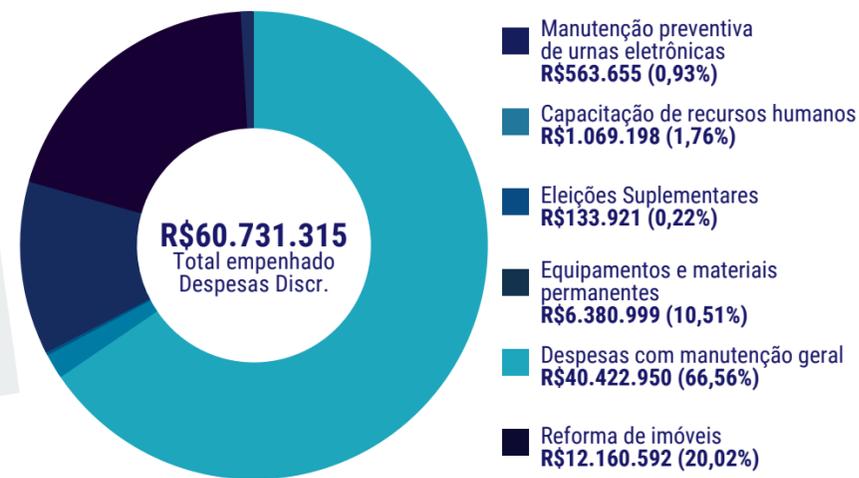
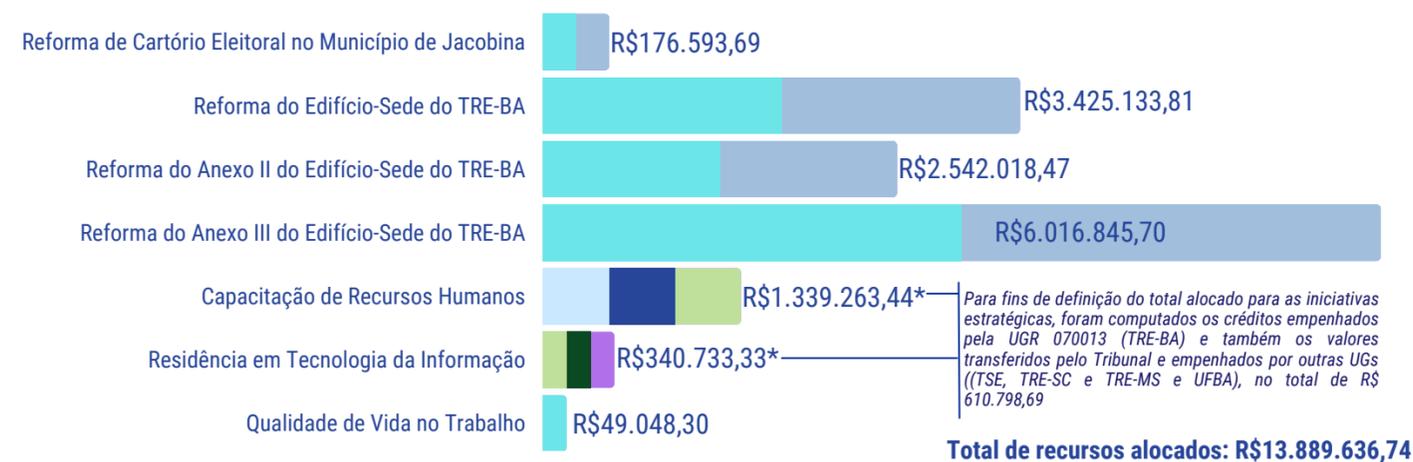


Gráfico 57: Alocação de créditos com despesas discricionárias
Fonte: Tesouro Gerencial

Atendimento à Estratégia

Foram alocados R\$13,90 milhões em ações estratégicas do Tribunal, montante que representa 22,02% do orçamento ordinário recebido na LOA para despesas discricionárias. **Saiba mais no gráfico abaixo:**

Recursos Alocados (Empenhados) por Objetivo Estratégico



Objetivos Estratégicos associados aos recursos alocados:

- Proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro
- Prestar atendimento de excelência ao público
- Promover a governança de gestão de pessoas
- Assegurar a adoção de boas práticas de gestão
- Melhorar o desempenho dos processos organizacionais
- Aumentar a celeridade e a produtividade
- Promover a melhoria dos serviços de TIC

Gráfico 58: Recursos Alocados (Empenhados) por Objetivos Estratégicos; Fonte: Tesouro gerencial; Planejamento estratégico 2016-2021

Execução Orçamentária e Financeira

Em 2021, o TRE-BA recebeu o valor integral solicitado na PLOA 2021 - R\$398,76 milhões. Contudo, no decorrer do exercício, revisões na LOA e provisões do TSE ampliaram o orçamento para R\$413,37 milhões. Considerando as repercussões da pandemia no cenário socioeconômico e suas consequências nas atividades do Tribunal, os resultados obtidos com a execução orçamentária no exercício foram bastante satisfatórios, vez que foram assegurados os recursos e realizados os créditos necessários à manutenção geral das instalações e consecução das atividades do Órgão. Além disso, foram destinados recursos para promover a melhoria da infraestrutura física, com a realização de reformas nos prédios da Capital, bem como investimentos em ativos e equipamentos de tecnologia da informação e em mobiliário para os prédios anexos e cartórios do interior. **Confira o detalhamento da execução orçamentária do TRE-BA em 2021 e dos anos anteriores (2020, 2019 e 2018) nas tabelas a seguir:**

Execução do Orçamento com Provisões - Por UO, Programa e Função 2021 (R\$ 1,00)						
Discriminação	Dotação Inicial	Dotação/ Provisão Atual	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Restos a Pagar Pagos
Programa: 0033 - Programa de Gestão e manutenção do Poder Judiciário	398.761.739,00	413.367.104,63	407.954.852,32	388.818.701,67	388.744.924,96	12.370.363,60
02 - FUNÇÃO JUDICIÁRIA	341.561.739,00	355.732.079,63	351.546.796,65	332.500.646,00	332.426.869,29	12.270.669,21
09 - FUNÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL	57.200.000,00	57.635.025,00	56.408.055,67	56.318.055,67	56.318.055,67	99.694,39
Programa: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral	-	-	-	-	-	321.719,74
02- FUNÇÃO						321.719,74
UO 14105	398.761.739,00	413.367.104,63	407.954.852,32	388.818.701,67	388.744.924,96	12.692.083,34

Tabela 5: Execução do Orçamento total - Por UO, Programa e Função 2021 (R\$ milhões)
Fonte: Tesouro Gerencial

Orçamento 2021

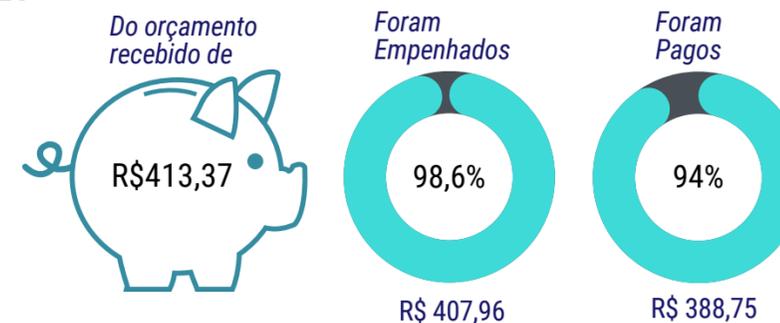


Figura 23: Valores recebidos, empenhados e pagos

Execução do Orçamento com Provisões - Por UO, Programa e Função 2020 (R\$ 1,00)

Discriminação	Dotação Inicial	Dotação/ Provisão Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Restos a Pagar Pagos
Programa: 0033 - Programa de Gestão e manutenção do Poder Judiciário	380.396.205,00	439.200.488,44	433.347.470,99	415.962.099,89	415.878.731,05	-
02 - FUNÇÃO JUDICIÁRIA	325.058.706,00	381.851.956,44	376.542.687,75	359.259.727,07	359.176.358,23	-
09 - FUNÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL	55.337.499,00	57.348.532,00	56.804.783,24	56.702.372,82	56.702.372,82	-
Programa: 0999 - Reserva de Contingência	318.319,00	-	-	-	-	-
099 - FUNÇÃO RESERVA DE CONTINGÊNCIA	318.319,00	-	-	-	-	-
Programa: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	-	-	-	-	-	88.548,43
09 - FUNÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-	-	-	88.548,43
Programa: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral	-	-	-	-	-	6.424.252,39
02 - FUNÇÃO JUDICIÁRIA	-	-	-	-	-	6.424.252,39
UO 14105	380.714.524,00	439.200.488,44	433.347.470,99	415.962.099,89	415.878.731,05	6.512.800,82

Tabela 6: Execução do Orçamento com Provisões - Por UO, Programa e Função 2020. Nota: Não foram computados os valores descentralizados pelo TRE-BA para execução por outras UGs ((TSE, TRE-SC e TRE-MS e UFBA)
Fonte: Tesouro Gerencial

Execução do Orçamento com Provisões - Por UO, Programa e Função 2019 (R\$ 1,00)

Discriminação	Dotação Inicial	Dotação/ Provisão Atual	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Restos a Pagar Pagos
	2019	2019	2019	2019	2019	2019
Programa: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral						
02- FUNÇÃO JUDICIÁRIA	295.847.348,00	344.069.756,08	338.708.600,57	327.894.343,54	327.729.773,42	10.835.565,68
Programa: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
09- PREVIDÊNCIA SOCIAL	51.247.153,00	56.586.506,00	56.496.118,37	56.403.347,47	56.403.347,47	252.299,48
UO 14105	347.094.501,00	400.656.262,08	395.204.718,94	384.297.691,01	384.133.120,89	11.087.865,16

Tabela 7: Execução do Orçamento com Provisões - Por UO, Programa e Função 2019. Nota: Não foram computados os valores descentralizados pelo TRE-BA para execução por outras UGs ((TSE, TRE-SC e TRE-MS e UFBA)
Fonte: Tesouro Gerencial

Execução do Orçamento com Provisões - Por UO, Programa e Função 2018 (R\$ 1,00)

Discriminação	Dotação Inicial	Dotação/ Provisão Atual	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Restos a Pagar Pagos
	2018	2018	2018	2018	2018	2018
Programa: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral						
02- FUNÇÃO JUDICIÁRIA	280.225.933,00	379.772.811,17	371.050.803,32	356.982.195,45	354.943.870,81	9.382.618,03
Programa: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
09- PREVIDÊNCIA SOCIAL	49.010.000,00	52.065.215,00	52.065.098,14	51.812.798,66	51.812.798,66	84.038,00
UO 14105	329.235.933,00	431.838.026,17	423.115.901,46	408.794.994,11	406.756.669,47	9.466.656,03

Tabela 8: Execução do Orçamento com Provisões - Por UO, Programa e Função 2018. Nota: Não foram computados os valores descentralizados pelo TRE-BA para execução por outras UGs ((TSE, TRE-SC e TRE-MS e UFBA)
Fonte: Tesouro Gerencial

Analisando as quatro últimas tabelas apresentadas, quando comparados os dois últimos anos eleitorais, 2018 e 2020, observa-se pouca variação dos totais recebidos e executados. Em ambos os exercícios, houve o recebimento de provisões de créditos do TSE para realização das Eleições - Gerais em 2018 e Municipais em 2020. Em 2019 e 2021, anos não eleitorais, os créditos recebidos e executados foram inferiores. Todavia, o recebimento e empenho de créditos adicionais para aquisição de bens permanentes e para grandes reformas nos imóveis do Edifício-Sede e dos Anexos II e III impulsionaram a execução orçamentária no exercício de 2021.

Os quadros a seguir detalham a execução orçamentária do TRE-BA em 2021 por Programa e Ação Orçamentária (logo abaixo) e por Grupo e Elemento de Despesa (na próxima página) .

Execução do Orçamento por Programa e Ação Orçamentária (R\$ milhões)

Programação Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação/ Provisão Atual	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Programa de Gestão e manutenção do Poder Judiciário	398,76	413,37	407,95	388,82	388,74
Aposentadorias e pensões civis da União	57,20	57,64	56,41	56,32	56,32
Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais	44,73	44,09	43,49	43,48	43,48
Reforma do edifício-sede do TRE-BA, no município de Salvador	4,81	3,63	3,43	0,07	0,07
Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes – no estado da Bahia	4,68	4,68	4,63	4,61	4,61
Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça Eleitoral	47,15	53,43	50,59	38,65	38,58
Ativos civis da União – no estado da Bahia	223,08	228,15	228,15	227,74	227,74
Benefícios obrigatórios aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes – no estado da Bahia	13,15	12,59	12,24	12,24	12,24
Pleitos eleitorais - Nacional	-	3,15	3,01	3,00	3,00
Reforma do Anexo III do Edifício sede do TRE-BA – no município de Salvador	3,96	6,03	6,02	2,70	2,70

Tabela 9: Execução do Orçamento por Programa e Ação Orçamentária
Fonte: Tesouro Gerencial

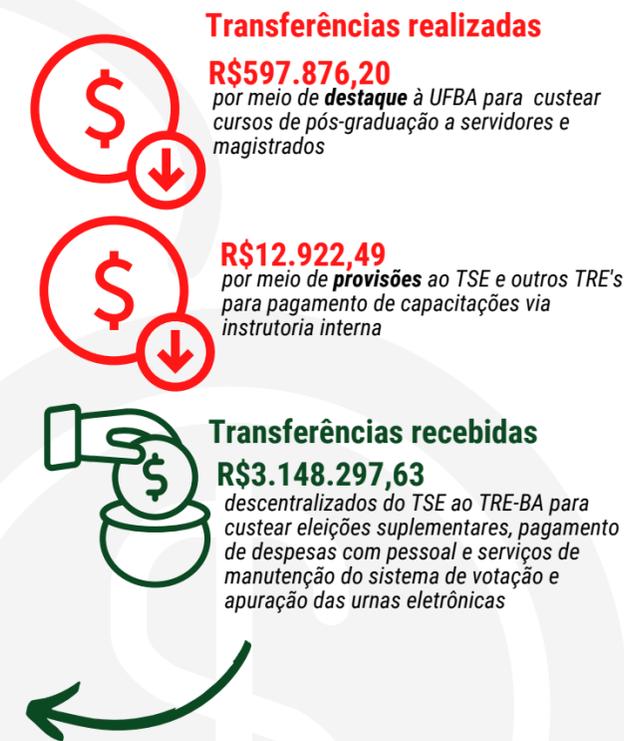
Detalhamento da execução por Grupo e Elemento de Despesa				
ELEMENTO DE DESPESA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	RP PAGO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	330.359.121,26	329.854.840,84	329.847.918,65	560.591,73
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	42.490.585,31	42.410.585,31	42.410.585,31	95.924,36
PENSOES	13.744.442,20	13.734.442,20	13.734.442,20	3.770,03
CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	678.867,67	678.867,67	678.867,67	
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	221.441.576,67	221.368.576,67	221.364.642,54	2.840,14
OBRIGACOES PATRONAIS	43.848.021,28	43.840.021,28	43.840.021,28	11.929,19
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.286.763,89	5.981.456,22	5.978.468,16	446.060,91
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.868.864,24	1.840.891,49	1.840.891,49	67,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	59.230.734,17	54.574.224,78	54.511.394,23	6.066.565,80
OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.777.507,18	1.777.507,18	1.777.507,18	
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	525.408,24	525.408,24	525.408,24	
AUXILIO-FARDAMENTO				
MATERIAL DE CONSUMO	1.139.098,42	844.501,09	843.837,34	352.094,57
PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS	11.200,00	11.200,00	11.200,00	
MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	9.111,20	5.720,00	5.720,00	1.455,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	126.334,26	91.860,65	91.860,65	42.214,17
SERVICOS DE CONSULTORIA	25.303,85	23.400,00	23.400,00	989,20
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	3.216.229,56	3.210.635,43	3.210.635,43	174.057,41
LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	17.263.818,82	15.648.465,99	15.628.119,81	3.392.932,60
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	8.915.806,17	7.379.294,85	7.366.784,29	1.132.510,47
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	9.980.177,10	9.076.809,74	9.064.755,19	676.242,66
AUXILIO-ALIMENTACAO	10.279.482,64	10.279.482,64	10.279.482,64	
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	8.397,43	8.397,43	8.397,43	1.293,33
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	13.400,00	13.400,00	13.400,00	30.640,00
AUXILIO-TRANSPORTE	231.763,05	231.763,05	231.763,05	
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	250.244,45	211.496,08	194.470,57	420,69
INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.457.451,80	5.234.882,41	5.234.652,41	261.715,70
INVESTIMENTOS	18.364.996,89	4.389.636,05	4.385.612,08	6.064.925,81
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	1.798.729,64	1.230.449,72	1.230.449,72	4.495,80
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	62.796,07	62.796,07	62.796,07	
OBRAS E INSTALACOES	11.884.512,60	2.714.137,01	2.710.113,04	5.141.420,54
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.551.724,70	315.019,37	315.019,37	919.009,47
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	66.916,97	66.916,97	66.916,97	
INDENIZACOES E RESTITUICOES	316,91	316,91	316,91	
TOTAL	407.954.852,32	388.818.701,67	388.744.924,96	12.692.083,34

Tabela 10: Detalhamento da execução por Grupo e Elemento de Despesa
Fonte: Tesouro Gerencial

Transferências recebidas e realizadas

Em 2021, o TRE-BA efetuou destaques para a Universidade Federal da Bahia para custear cursos de pós-graduação para servidores e magistrados do Tribunal. Também efetuou provisões para pagamento de treinamentos ministrados por servidores do TSE e de outros TRE's por meio de instrutoria interna. Ainda, foi descentralizado pelo TSE o valor de R\$3.148.297,63, na ação orçamentária Pleitos Eleitorais, que foram utilizados pelo TRE-BA para a realização de eleições suplementares nos municípios de Firmino Alves e de João Dourado, bem como para pagamento de despesas com pessoal e para custeio dos serviços de manutenção do sistema de votação e apuração das urnas eletrônicas.

Para as eleições suplementares, foi descentralizado provisão no montante de R\$339.379,00, na ação Pleitos Eleitorais. Desse total, R\$160.122,00 foram gastos com o pagamento de serviços extraordinários aos servidores envolvidos nas atividades eleitorais e R\$133.921,00 com despesas correntes envolvendo auxílio alimentação dos mesários e demais colaboradores, diárias e contratação de técnicos e serviços de transporte de urnas. O Tribunal empenhou 86,64% do total destinado às eleições e pagou aproximadamente 99,51% do que foi empenhado.



Provisões para Eleições Suplementares (Valores Empenhados, R\$1,00)



Figura 24: Provisões para Eleições Suplementares

Execução Orçamentária e Financeira - Eleições Suplementares - R\$1,00				
Firmindo Alves				
GND	RECEBIDO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
Custeio	79.822	57.866	57.866	57.866
Pessoal	66.794	66.381	66.381	66.381
Subtotal	146.616	124.247	124.247	124.247
João Dourado				
GND	RECEBIDO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
Custeio	98.020	76.055	76.055	76.055
Pessoal	94.743	93.740	93.740	92.291
Subtotal	192.763	169.795	169.795	168.345
Total	339.379	294.042	294.042	292.593

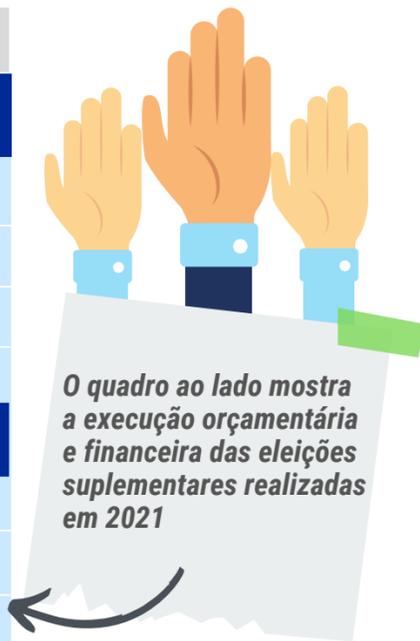


Tabela 11: Execução Orçamentária e Financeira - Eleições Suplementares
Fonte: Tesouro Gerencial

Orçamento Impositivo

O orçamento impositivo consiste no dever da Administração executar o orçamento recebido para despesas discricionárias recebidas pela LOA (não consideradas as provisões descentralizadas do TSE), conforme estabelece a Emenda Constitucional nº 100 de 2019. A partir do exercício financeiro de 2020, a Administração passou a ter este dever, visando garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade. Da dotação final de R\$63.083.740,00, autorizada para despesas discricionárias em 2021, foram executados R\$60.644.537,87, sendo R\$60.033.739,18 executados pelo TRE-BA (UG 070013) e R\$610.798,69 pelas entidades que receberam provisões e destaques do Tribunal (TSE, TRE-SC, TRE-MS e UFBA).

Taxa de execução do Orçamento Impositivo (Em milhões R\$)

R\$63,0
Recebidos pela LOA para despesas discricionárias

96%
Do Orçamento Impositivo executado

R\$60,6
Executados em 2021

Figura 25: Taxa de execução do Orçamento Impositivo

Análise Financeira

Limite Financeiro

Em 2021, o limite para os gastos do TRE-BA foi de R\$367,23 milhões, conforme Portaria TSE n.º 823/2021, representando um crescimento de 4,84% em relação ao limite de 2020 - R\$350,29 milhões. O desempenho de pagamentos das despesas discricionárias (custeio e investimento) no último exercício foi de 80,8%, enquanto em 2020 foi de R\$87,7%. Em relação ao pagamento das despesas obrigatórias, o resultado foi de 99,2% em 2021, enquanto que se obteve um desempenho de 99% em 2020.

Observa-se, assim, em relação à utilização dos limites de pagamento em 2021, um resultado inferior ao ano de 2020, em especial, pela influência da pandemia nos processos de realização de despesas, que sofreram postergações, e, também, pelo recebimento e empenho de créditos adicionais no final do ano, cujas despesas não foram totalmente pagas no exercício, implicando a sua inscrição em restos a pagar.

Limite autorizado



Limite utilizado

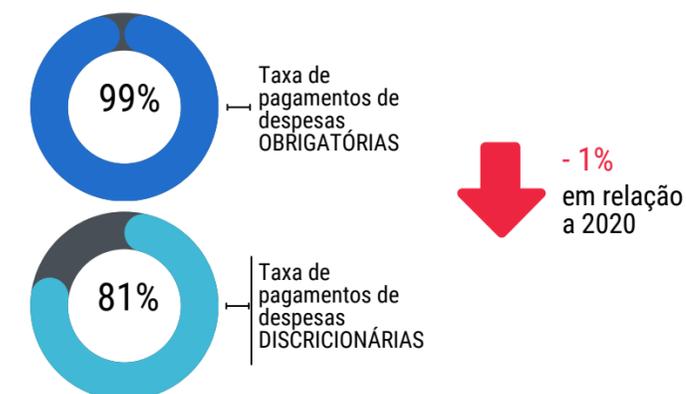


Gráfico 59: Limite autorizado e limite utilizado - Despesas obrigatórias x despesas discricionárias

Avaliação dos restos a pagar

O quadro a seguir demonstra a trajetória dos Restos a Pagar (RAP), processados e não processados, inscritos e reinscritos, dos exercícios financeiros de 2018 a 2021. Percebe-se que o comportamento dos valores inscritos e reinscritos (estoque inicial de RAP) vem se mantendo sem alterações nominais relevantes, haja vista que: entre os exercícios 2018 e 2019 houve incremento de R\$4.004.830,00; entre 2019 e 2020, um decréscimo de R\$4.772.910,00; e entre 2020 e 2021, uma elevação de R\$4.574.100,00. Percentualmente, as variações corresponderam a +25,40%, -24,14% e +30,49%, respectivamente.

Evolução da Execução de Restos a Pagar de 2018 a 2021 (Em milhares de R\$)								
Exercícios	Inscritos e Reinscritos	Cancelados	Restos a Pagar Líquidos-RPL (RPL = RP - RP Cancelados)	Liquidados	Pagos	Estoque para o exercício seguinte	% Pago em relação aos Restos a Pagar Líquidos	% Pago do Total de Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos
2018	15.768,48	2.887,74	12.880,74	75,58	9.466,66	3.414,08	73%	60%
2019	19.773,31	4.756,64	15.016,67	82,85	11.087,87	3.928,80	74%	56%
2020	15.000,40	6.381,84	8.618,56	56,65	6.512,80	2.105,76	76%	43%
2021	19.574,50	3.008,96	16.565,54	23,46	12.692,08	3.873,46	77%	65%

Tabela 12: Evolução da Execução de Restos a Pagar de 2018 a 2021
 Nota: Restos a Pagar inscritos referem-se a 31 de dezembro do exercício anterior
 Fonte: Tesouro Gerencial



Embora as variações do estoque tenham acusado acréscimo ou decréscimo dentro da faixa dos 4 milhões de reais ao longo do período sob exame, os pagamentos vem demonstrando incremento constante (73%, 74%, 76% e 77%) em relação ao estoque de Restos a Pagar Líquidos - ou seja, subtraindo-se do estoque o valor cancelado no exercício financeiro.

Numa análise mais aprofundada, contudo, verifica-se que as performances mais eficientes ocorreram em 2018 e 2021. Nestes anos, os percentuais de execução do estoque de RAP foram de 60% e 65%, respectivamente, enquanto que em 2019 e 2020 foram de 56% e 43%. Sob essa perspectiva, fica evidente uma melhor gestão das inscrições e reinscrições, em razão do volume de cancelamentos no ano subsequente. Nota-se que em 2019 e 2020 os cancelamentos de RAP foram de R\$4.756.640,00 e de R\$6.381.840,00, os maiores do quadriênio em tela.

Confrontando o resultado menos expressivo (2020) com o mais expressivo (2021) na execução do estoque de RAP, observa-se que, no ano de 2020, apesar de abrir com um estoque de RAP no valor de R\$15.000.400,00, cancelou-se R\$6.381.840,00, 42,54% do estoque. Em 2021, do estoque de R\$19.574.500,00 foram cancelados R\$3.008.960,00, apenas 15,37% do total.

Diante do observado, pode-se inferir que a depuração dos empenhos do ano de 2020, para subsidiar a inscrição ou não em RAP 2021, foi a mais efetiva dos últimos três exercícios financeiros, em razão do menor percentual de cancelamento (15,37%) e dos maiores percentuais de execução, seja do RAP Líquido (77%), seja do estoque sem a subtração dos cancelados (65%).

Comparativo de pagamento de estoques de Restos a Pagar

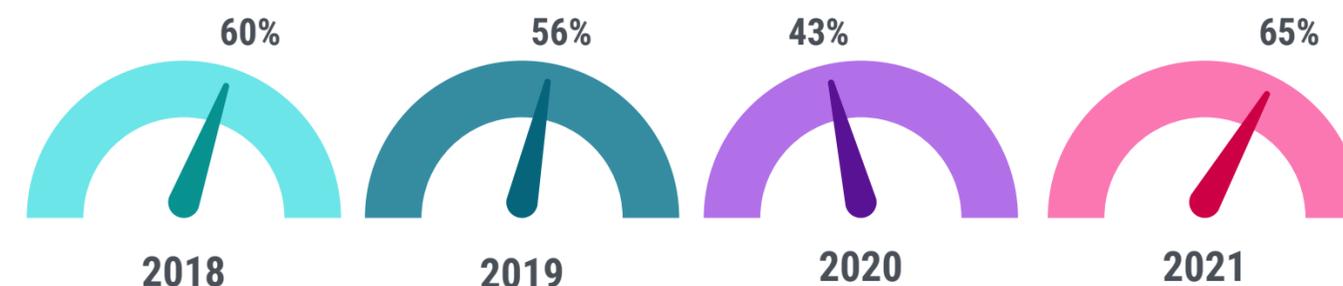


Figura 26: Comparativo de pagamento de estoques de Restos a Pagar

No quadro abaixo, os RAP estão demonstrados por Grupo de Natureza da Despesa - GND. Em todos os exercícios financeiros, a predominância recai sobre o GND 3 (Outras Despesas Correntes), cujos maiores valores dizem respeito aos serviços de limpeza e conservação, vigilância armada, mão de obra voltada à manutenção e conservação de urnas eletrônicas e serviço de energia elétrica, representando uma inscrição total no exercício de 2021 de R\$6.066.800,00, dos R\$12.166.090,00.

Em relação ao GND 4 (Investimento), obteve-se, no exercício financeiro de 2021, o melhor desempenho dos quatro exercícios analisados. O percentual de execução financeira foi de 96,28% (dos R\$6.453.020,00, pagou-se R\$6.064.930,00).

No comparativo entre os 3 GND, há que se aprimorar os procedimentos adotados na inscrição e execução relacionadas a Outras Despesas Correntes, já que os valores pagos representam 52,50% (2018), 41,16% (2019), 42,37% (2020) e 49,86% (2021) do estoque inicial de RAP, indicativo de que as depurações dos empenhos das despesas com o intuito de avaliar a manutenção ou cancelamento de saldos a serem inscritos em RAP, baseadas nas respostas das unidades gestoras responsáveis, deverão utilizar critérios mais restritivos na definição dos valores a serem mantidos para o exercício subsequente.

■ Evolução da Execução de Restos a Pagar de 2018 a 2021 – Por Grupo de Natureza da Despesa (Em milhares de R\$)

Exercícios	Pessoal e Encargos				Outras Despesas Correntes				Investimento				Saldo Total
	Inscritos e Reinscritos	Cancelados	Pago	Saldo	Inscritos e Reinscritos	Cancelados	Pago	Saldo	Inscritos e Reinscritos	Cancelados	Pago	Saldo	
2018	441,75	91,68	341,45	8,62	11.901,94	2.643,04	6.248,82	3.010,08	3.424,79	153,03	2.876,39	395,37	3.414,07
2019	366,99	22,88	342,52	1,59	12.968,20	3.966,88	5.337,92	3.663,40	6.438,12	766,89	5.407,43	263,80	3.928,79
2020	2.475,57	2.358,89	99,50	17,18	9.700,22	3.813,55	4.109,64	1.777,03	2.824,61	209,40	2.303,66	311,55	2.105,76
2021	955,39	11,45	560,59	383,35	12.166,09	2.849,80	6.066,57	3.249,72	6.453,02	147,70	6.064,93	240,40	3.873,47

Tabela 13: Evolução da Execução de Restos a Pagar de 2018 a 2021 – Por Grupo de Natureza da Despesa
Fonte: Tesouro Gerencial

Análise de tendências orçamentárias

Em 2021, a permanência da pandemia da COVID-19 impactou a execução do orçamento do Tribunal, por um lado criando gastos não previstos, voltados à prevenção do vírus e, por outro, reduzindo custos com despesas relacionadas à manutenção da estrutura física do Órgão, em virtude da priorização do trabalho remoto. Este cenário sanitário ainda contribuiu para que as contratações e os pagamentos das despesas no exercício fossem postergadas para o final do ano, aumentando a inscrição de Restos a Pagar.

Estas variações repercutiram negativamente em indicadores de desempenho, em especial no que diz respeito à taxa de pagamentos e à aderência da execução do orçamento ao planejamento, cujos resultados foram de 80,8%, e 74,1%, respectivamente. Tais impactos foram monitorados durante a execução do orçamento, visando à otimização dos créditos disponíveis, o que permitiu o atendimento das despesas necessárias para o Órgão, minimizando as perdas orçamentárias.

Outro fator a ser considerado no exercício está relacionado à Emenda Constitucional n.º 95 (EC/95). Inicialmente considerada como ameaça, pela restrição de recursos que impôs, a EC/95 tem oportunizado melhorias na gestão orçamentária e financeira do Órgão. A partir dela, foram desenvolvidas estratégias de priorização e otimização dos recursos disponíveis e de monitoramento periódico da execução do orçamento e dos pagamentos, por meio de análises bimestrais de desempenho, reuniões e orientações aos gestores, fiscais de contratos e demais atores envolvidos no planejamento e execução orçamentária. Estas ações viabilizaram a manutenção e, indo além, o aprimoramento da estrutura e serviços do Órgão.

Perdurando o cenário de pandemia, espera-se que uma possível restrição econômica nos anos seguintes possa vir a influir no plano e execução do orçamento do Tribunal. Desde já, o TRE-BA realiza estudos para a adoção de medidas mitigadoras deste risco, que deverão envolver o controle e racionalização dos custos contínuos, a priorização de projetos e demais gastos e a melhoria dos processos de execução de despesas.

Desafios e ações futuras

Veja na figura a seguir os principais desafios e ações futuras previstas para a área orçamentária do TRE-BA:



Figura 27: Desafios e ações futuras da SOF

GESTÃO DE CUSTOS

Conformidade Legal

Em atendimento às disposições contidas no art. 50, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000, na Portaria STN nº 157/2011 e na Resolução/TSE nº 23.504/2016, o TRE-BA procede à verificação dos custos anuais, que são apurados no Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC), do TSE, a fim de subsidiar a prestação de informações referentes à infraestrutura imobiliária e à aferição de custos no âmbito da Justiça Eleitoral (JE). O levantamento e análise dos custos das atividades administrativas e finalísticas do Órgão objetiva fornecer à gestão informações que possibilitem conhecer os seus custos e a destinação dos recursos, subsidiando a tomada de decisões quanto à alocação eficiente desses recursos, à necessidade de otimização dos custos e ao custo-benefício dos bens e serviços consumidos, buscando a melhoria da qualidade do gasto público.

Metodologia de apuração de custo

A metodologia de apuração de custos definida pela Justiça Eleitoral considera cada imóvel como centro de custos, esclarecendo-se os objetos do mapeamento dos custos da infraestrutura imobiliária, que visa ao atendimento dos ditames legais, a evidenciar os resultados da gestão e a ser uma ferramenta de auxílio aos gestores na tomada de decisões.

Desta forma, a apuração dos custos é realizada no SIGEC, por tipo de ocupação (alugado, próprio, cedido ou em regime de condomínio) e destinação (sede, anexo de sede, cartório, anexo de cartório, posto de atendimento, depósito de urna, terreno e obra em andamento), permitindo análises comparativas dos custos de imóveis de porte semelhante, a identificação dos custos de maior impacto e o gerenciamento da evolução histórica dos gastos contínuos da Justiça Eleitoral.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Regionais e consolidados pelo TSE.

Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”. No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão “Com o quê?”, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral. No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “Para quê?”, e apresenta o que a JE devolve à sociedade mediante os recursos utilizados.



Figura 28: Centro de Custos - Eixo: Itens de Custo



Figura 29: Centro de Custos - Eixo: Atividades/Serviços

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2021, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 45 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação desta Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se os 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, os custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

Relativamente aos custos apurados do TRE-BA em 2021, os 10 maiores itens de custo são os seguintes:



Gráfico 60: 10 maiores itens de custos

Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

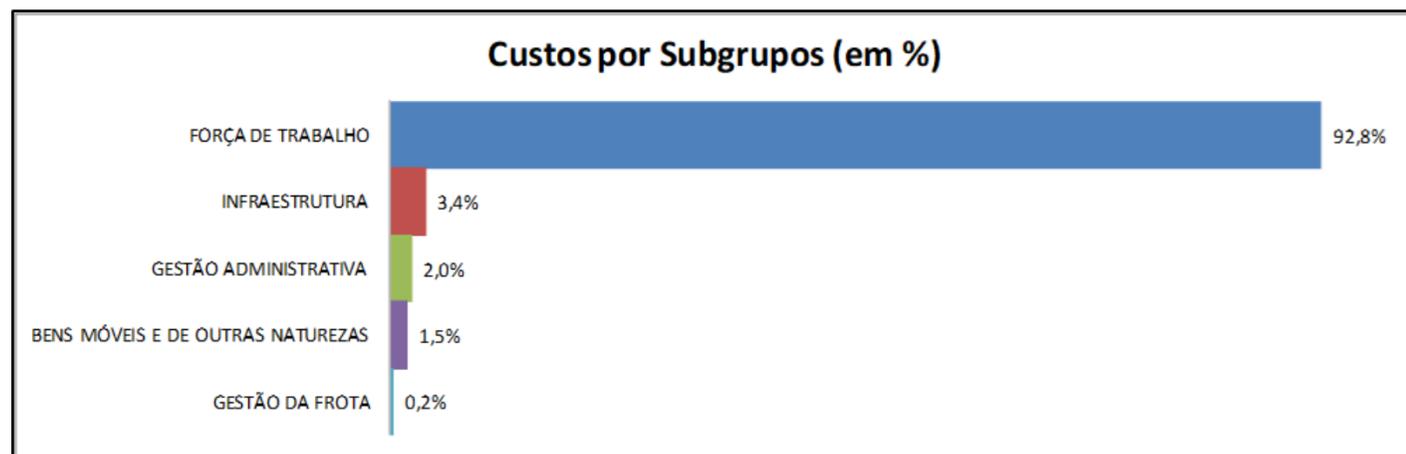


Gráfico 61: Custos por Subgrupos

Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:

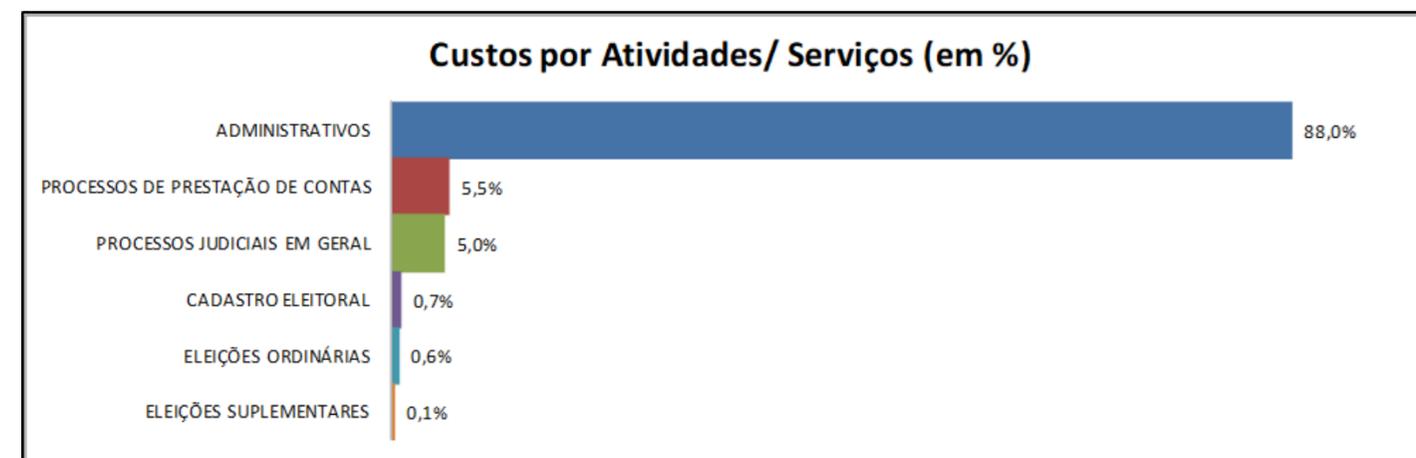


Gráfico 62: Custos por atividades/serviços

Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público (em %)

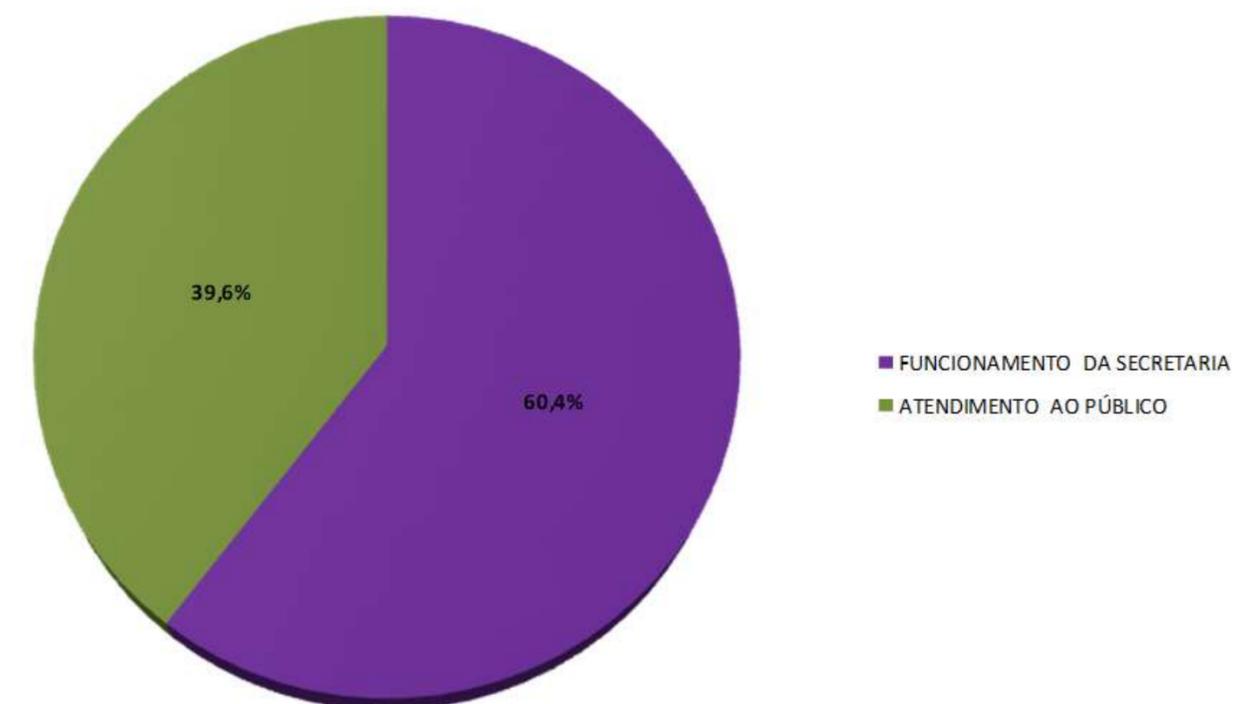


Gráfico 63: Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público

GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade legal

A gestão de pessoas no âmbito do TRE-BA é regida, precipuamente, pela Lei n.º 8.112/1990, com suas alterações e mais recentes entendimentos jurisprudenciais decorrentes da evolução do direito e das exigências de conduta no serviço público em geral.

Observam-se, ainda, normativos, diretrizes e procedimentos afetos à gestão de pessoas, estabelecidos pelo CNJ e pelo TSE, com abrangência para toda a Justiça Eleitoral, regulamentadas de forma específica quando necessário, no âmbito deste Regional, através de resoluções, portarias, instruções normativas e ordens de serviço.

Em 2021, foram editadas 49 (quarenta e nove) normas internas, envolvendo aspectos eminentemente gerenciais e de eficiência administrativa, além do atendimento às determinações constantes do Acórdão TCU n.º 1.824/2016, para adequação das normas internas à legislação vigente.

NORMATIVOS RELATIVOS À FOLHA DE PAGAMENTO

<u>Constituição Federal de 1988 e EC nº 103/2019</u>	<u>Lei 8.112/1990</u>
<u>Lei nº 8.212/1991</u>	<u>Lei nº 8.213/1991</u>
<u>Lei nº 8.350/1991</u>	<u>Lei nº 11.416/2006</u>
<u>Lei nº 12.774/2012</u>	<u>Lei nº 13.317/2016</u>
<u>Lei nº 12.618/2012</u>	<u>Lei nº 10.887/2004</u>
<u>Decreto-Lei nº 5.452/1943</u>	<u>Decreto nº 3.048/1999</u>
<u>Portaria TSE nº 17/2019</u>	<u>Portaria Conjunta nº 1/2018</u>
<u>Decreto nº 8.690/2016</u>	<u>Resolução Administrativa TRE-BA nº 12/2013</u>
<u>Resolução TSE nº 22.697/2008</u>	<u>Lei nº 7.713/1988</u>
	<u>IN RFB nº 1.500/2014, nº 1.558/2015 e nº 1.756/2017</u>

Quadro 6: Normativos relativos à folha de pagamento

NORMAS PUBLICADAS EM 2021



Gráfico 64: Normas publicadas em 2021

Normas internas adequadas à legislação vigente (%)



Gráfico 65: Normas internas adequadas à legislação vigente

DESTAQUES

Dentre os temas tratados nos normativos editados no ano, destacaram-se os afetos à prevenção da COVID19 e à saúde do servidor; à prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação; condições especiais de trabalho para servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição; consignação em folha de pagamento e atualização cadastral de aposentados e pensionistas.

Mecanismos de controle e gestão adotados

DESBUROCRATIZAÇÃO DE ROTINAS

Objetivando simplificar, otimizar e normatizar processos administrativos da área, foi instituído grupo de trabalho denominado "Desburocratização de rotinas em processos Administrativos da SGP" (Portarias da Presidência TRE-BA n.º 167/2021 e 311/2021); revistos fluxogramas; elaborados manuais de processos de trabalho; e desenvolvidos modelos de formulários para a melhoria dos controles internos, (ex.: provimento de cargos e designação de substitutos para cargos em comissão e funções comissionadas).

APERFEIÇOAMENTO DE PROCESSOS DE DÉBITO COM O ERÁRIO

Em continuidade à descentralização do controle interno, por meio de maior efetivação da gestão de riscos, desde 2018, o Tribunal vem aperfeiçoando as ações com vistas à recuperação dos créditos. Para tanto, instituiu sistema de acompanhamento dos processos por meio de planilha; realizou diligências para localização de inventários em andamento, para habilitação do débito ou individualização de herdeiros necessários, no caso de devedores falecidos; e encaminhou pedidos de informação a órgãos externos. No ano de 2021, houve elaboração de minuta de normativo referente a débito com erário. Todas estas providências resultaram em incremento do número de processos de débito com o erário atuado, conforme quadro abaixo.

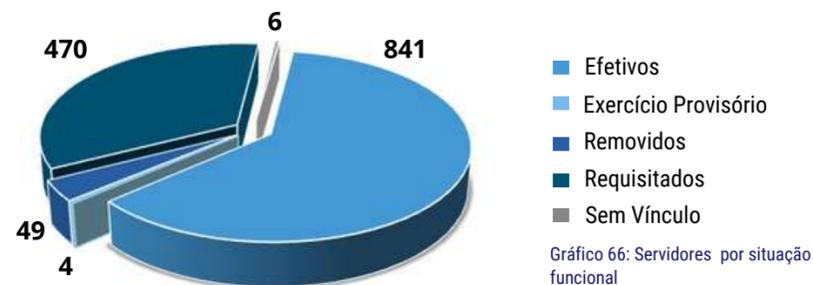
71 diligências realizadas	45 diligências atendidas com informações relevantes para a continuidade dos processos
33 processos de débito com o erário	Correspondendo a R\$ 103.939,94 (cento e três mil, novecentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos) em valores relativos a débito com o erário
13 processos de débito arquivados, após a devida quitação	Um total de R\$ 36.251,76 (trinta e seis mil, duzentos e um reais e setenta e seis centavos) de valores devolvidos ao erário

Quadro 7: Mecanismos de controle e gestão adotados

Avaliação da Força de Trabalho

Força de trabalho são todos os servidores lotados na Secretaria e Zonas Eleitorais, pertencentes ao quadro funcional ou à disposição do TRE-BA. O quadro é formado por servidores das carreiras de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário, nas áreas de atividade judiciária, administrativa e apoio especializado. Atualmente, a força de trabalho é formada por 1.370 pessoas em exercício, sendo que, deste total, 65,26% são ocupantes de cargos efetivos do Poder Judiciário Federal, na condição de efetivos ou removidos, enquanto que 34,30% são servidores requisitados de outros poderes e esferas de governo.

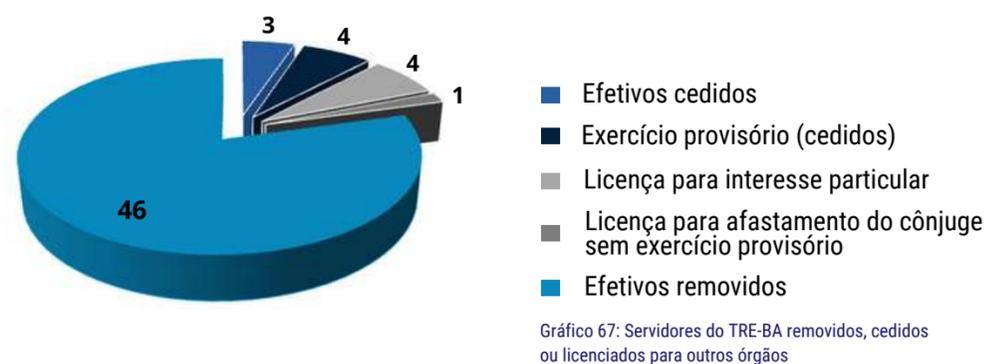
Servidores por situação funcional



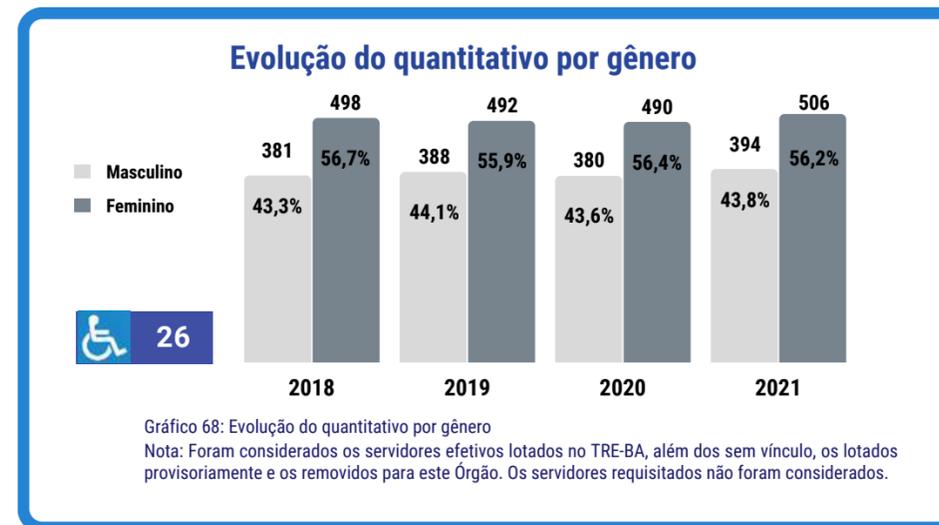
Tais números evidenciam o déficit no número de servidores ocupantes de cargos efetivos neste Regional, resultando na grande dependência de parcerias com órgãos municipais e estaduais, objetivando a cessão de servidores para apoiar os trabalhos, em especial das unidades judiciárias de 1º grau.

Em 2021, houve diminuição do quantitativo de servidores requisitados (de 659 para 470; 28,68% a menos do que em 2020), uma vez que, no exercício anterior, houve maior demanda de pessoal no período eleitoral, quando há grande volume de solicitações de requisições extraordinárias. Do total de 1.370 (mil trezentos e setenta) servidores em atuação, 875 (oitocentos e setenta e cinco) estão lotados nas zonas eleitorais e 495 (quatrocentos e noventa e cinco) na Secretaria do Tribunal, dos quais 342 (trezentos e quarenta e dois) na área administrativa, 92 (noventa e dois) na área judiciária, 53 (cinquenta e três) na STI e 8 (oito) na EJE.

Servidores do TRE-BA removidos, cedidos ou licenciados para outros órgãos

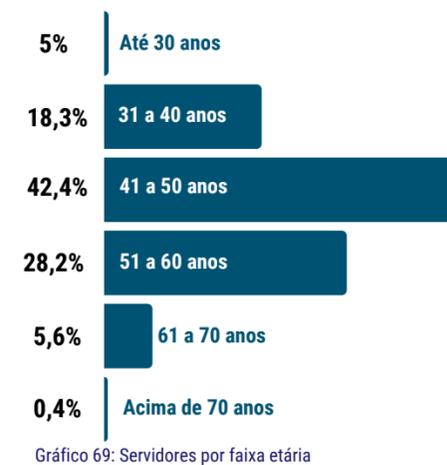


Em 31/12/2021, havia 433 (quatrocentos e trinta e três) profissionais em atuação no Tribunal através de contratos envolvendo mão de obra terceirizada. A relação atualizada pode ser acompanhada no site do Tribunal.

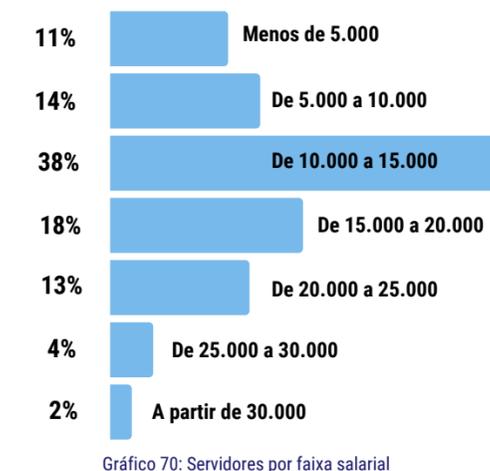


571 SERVIDORES AUTODECLARARAM SUA ETNIA (281 PARDOS, 217 BRANCOS, 70 PRETOS E 3 AMARELOS)

Servidores por faixa etária



Servidores por faixa salarial (R\$)



Servidores por carreira



Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

O provimento de cargos efetivos no TRE-BA é realizado por meio de concurso público, tendo sido prorrogada a validade da última seleção (2017) por mais dois anos a partir de 26/10/2019. Posteriormente, por consequência da pandemia, a validade do concurso foi prorrogada até 31/05/2022, considerando o estado de calamidade pública estabelecido pelo [Decreto Legislativo n.º 6/2020](#).

Assim, em 2021, foram nomeados 42 (quarenta e dois) aprovados, a fim de repor a força de trabalho, provendo-se os cargos vagos nos limites estabelecidos pelo TSE.



Gráfico 72: Provimentos



Figura 31: Servidores em condição de aposentadoria

Concurso de Remoção

Efetuada dois concursos de remoção em 2021, para oportunizar aos servidores do quadro os deslocamentos possíveis e obedientes às regras de regência, antes da nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público de 2017.



Quadro 8: Servidores removidos por concurso

Distribuição da Força de Trabalho

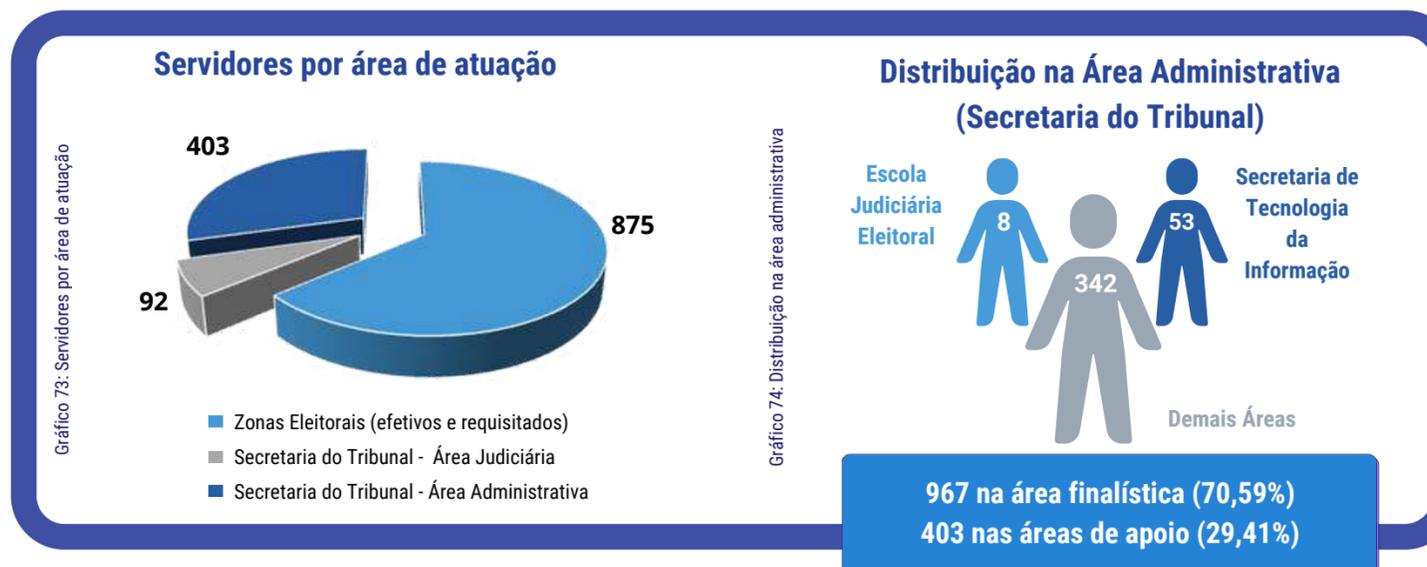
Desde 2018, a alocação de pessoas na Secretaria do Tribunal é feita, preferencialmente, através do “Programa Movimentar”, que busca compatibilizar o perfil dos servidores com as competências necessárias para o desenvolvimento das atribuições das unidades. Em 2021, ano de reestruturação organizacional, dos 41 (quarenta e um) servidores relatados na Secretaria, apenas 12 (doze) utilizaram o referido programa para definição de uma nova unidade de exercício.

Distribuição de cargos e funções de confiança

A distribuição de cargos e funções de confiança no âmbito do TRE-BA observa o quanto estabelecido na [Lei n.º 11.416/2006](#) e pode ser acompanhada no [site do Tribunal](#).

Projeto de Gestão de Desempenho com Foco em Resultados

Mantido como projeto estratégico para o PEI 2021-2026, deu-se continuidade à implantação da Gestão de Desempenho com Foco em Resultados, capacitando-se equipe de servidores da área de desenvolvimento organizacional, com vistas à efetiva implementação dessa ferramenta de gestão de pessoas no Tribunal.



Detalhamento da Despesa de Pessoal

Em 2021, as despesas de pessoal, incluindo benefícios, foram de R\$ 347.265.896,60 (trezentos e quarenta e sete milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e seis reais e sessenta centavos), representando uma redução de 2,56% em comparação a 2020. Esse decréscimo deveu-se à menor necessidade de prestação de serviço extraordinário, como ocorre em anos tipicamente eleitorais.

Evolução de Gastos com Pessoal



Gráfico 75: Evolução de gastos com pessoal

Fonte: Tesouro Gerencial

Evolução de Gastos com Benefícios

BENEFÍCIOS	VALOR (R\$)		
	2019	2020	2021
AUXÍLIO TRANSPORTE	R\$ 892.324,00	R\$ 199.628,64	R\$ 172.028,72
REEMBOLSO ASSISTÊNCIA MÉDICA	R\$ 3.890.689,00	R\$ 4.264.921,13	R\$ 4.611.189,91
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	R\$ 10.340.422,00	R\$ 10.303.154,51	R\$ 10.283.693,25
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	R\$ 1.884.388,00	R\$ 1.738.659,00	R\$ 1.519.390,75
AUXÍLIO FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	R\$ 188.906,00	R\$ 130.048,83	R\$ 264.030,13
SALÁRIO FAMÍLIA ATIVOS E INATIVOS*	0	R\$ 136,32	R\$ 131,27
TOTAL	R\$ 17.196.729,00	R\$ 16.636.548,43	R\$ 16.850.464,03

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 14: Evolução de gastos com benefícios

*A classificação orçamentária dessa despesa foi alterada para "benefício assistencial" através da Portaria-Conjunta nº 1 – ME/SEF/STN, de 21 de fevereiro de 2020.

\$ Confira a [tabela de remuneração](#) dos servidores efetivos, cargos em comissão e membros da magistratura.

GASTO COM PESSOAL	ATIVO		INATIVO		PENSIONISTA	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Natureza						
Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 181.888.065,25	73,03%	R\$ 39.221.664,31	92,27%	R\$ 12.681.721,15	91,16%
Patronal	R\$ 44.498.476,53	17,87%	0	-----	0	-----
Gratificações Natalinas	R\$ 14.583.667,91	5,85%	R\$ 3.284.845,36	7,73%	R\$ 1.056.491,08	7,60%
Exercício anterior	R\$ 1.667.930,43	0,67%	0	-----	R\$ 173.028,16	1,24%
Vantagens variáveis	R\$ 6.427.517,13	2,58%	0	-----	0	-----
Total	R\$ 249.065.657,25		R\$ 42.506.509,67		R\$ 13.911.240,39	

MAGISTRADOS E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL ATIVOS		
Natureza	Valor (R\$)	%
Gratificação de Presença	R\$ 820.243,77	3,29%
Gratificação Eleitoral Juiz Eleitoral	R\$ 11.318.358,79	45,40%
Gratificação Eleitoral Promotor	R\$ 12.761.081,09	51,18%
Patronal	R\$ 32.341,61	0,13%
Total	R\$ 24.932.025,26	

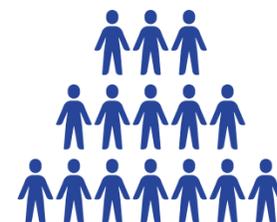
Notas:

- (1) No campo "Patronal", estão inclusos os valores do INSS de servidores requisitados, PSSS, FUNPESP-JUD, DEA de Obrigações Patronais e pessoal requisitado de outros entes.
- (2) No campo "Exercícios Anteriores", estão inclusos os valores dos débitos de exercício anterior de vencimentos, vantagens fixas e despesas variáveis.
- (3) Foram consideradas as despesas liquidadas no exercício de 2021 e as inscritas em restos a pagar nas rubricas "Vencimentos e Vantagens Fixas" e "Exercício Anterior".
- (4) No campo "gratificação de presença", foram consideradas as Sessões Ordinárias dos Juizes titulares, substitutos e procuradores titulares.
- (5) No campo "Gratificação Eleitoral Juiz (1º grau)", estão incluídos os juizes auxiliares.

Tabela 15: Remuneração dos servidores efetivos, cargos em comissão e membros da magistratura
Fonte: Tesouro Gerencial

Desempenho e Eficiência

Com foco no objetivo estratégico de “Promover a Melhoria da Governança em Gestão de Pessoas” e na valorização do desempenho do servidor, destacaram-se as seguintes ações em 2021:



PROJETO DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (DFT)

- Realização de ciclo de DFT piloto no âmbito da Secretaria de Gestão de Pessoas, com o objetivo de melhor capacitar a equipe responsável pelo projeto.
- Parametrização do sistema DFT com a inclusão das categorias de serviço e novas entregas, bem como com a alimentação dos indicadores de resultado pelos gestores da SGP

- Inscrições para concessão de 10 auxílios-bolsa graduação e pós-graduação para servidores.

- 55 servidores concluíram o estágio probatório



PERFIL POR COMPETÊNCIAS

- Atualização dos perfis de competência, para adequação à nova estrutura da Secretaria do Tribunal (Resolução Administrativa nº 4/2021).
- Conclusão de 94 processos de autoavaliação gerencial por competências junto aos gestores nomeados para cargos e funções gerenciais

- Continuidade de ações voltadas para a implementação da gestão por desempenho

- Ambientação de novos servidores e estagiários

Quadro 9: Melhoria da governança em gestão de pessoas

As necessidades de treinamento para 2021 foram identificadas pela área de desenvolvimento em conjunto com as unidades do Tribunal, a partir dos déficits de competência informados pelos respectivos gestores, e visaram ao atendimento dos objetivos estratégicos do Órgão. Levaram-se em consideração, ainda, o Plano Estratégico Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário, o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores da Justiça Eleitoral e o Plano Estratégico Setorial da SGP.

No tocante às principais ferramentas e sistemas de apoio usados na estratégia de valorização por desempenho, convém esclarecer que o desempenho dos servidores é acompanhado sistematicamente pelo monitoramento da Gestão por Competência, realizado mediante processos administrativos instruídos no Sistema SEI. Dessa forma, ferramentas como o *GoogleForms* são constantemente utilizadas para realização de ações voltadas para valorização do servidor, a exemplo da Campanha do *Servidor, Equipe e Colaborador Nota 10*, bem como para viabilizar a implementação de ações setoriais, tais como a realização de pesquisas sobre a comunicação da SGP e sobre os serviços oferecidos pela Unidade de Saúde do Tribunal.

Capacitação

Com a manutenção do cenário de pandemia da COVID-19, os cursos oferecidos pelo Tribunal no ano de 2021 continuaram a priorizar a modalidade EaD.



Quantitativo de servidores capacitados

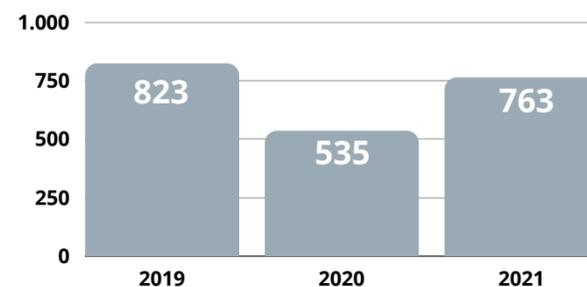


Gráfico 76: Quantitativo de servidores capacitados

Investimento em capacitação (R\$)

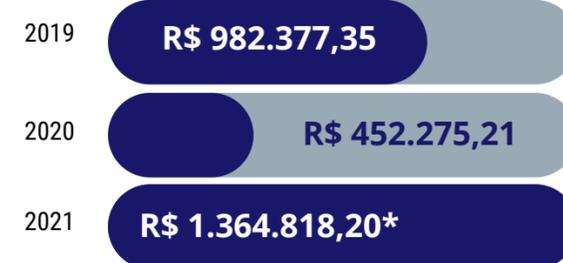


Gráfico 77: Investimento em capacitação
*Incluindo descentralização à UFBA no montante de R\$ 380.631,44 (trezentos e oitenta mil, seiscentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos), referente à disponibilização de programas de pós-graduação para servidores desta Casa.

Destaques da Capacitação

- Capacitações voltadas para minimizar os efeitos do distanciamento social
- Curso EaD Administração Judicial Aplicada - Ofertado para todos os cartórios eleitorais da Bahia de forma inédita, objetivando controle processual e administração do acervo processual de cada cartório.
- 1200 horas de capacitação e 88 cursos ofertados em 2021



Figura 32: Destaques de capacitação

Ações de valorização do ambiente e das condições de trabalho

No exercício de 2021, buscando minimizar os efeitos oriundos da manutenção das condições de trabalho em consequência da pandemia da COVID-19, a unidade de saúde do Tribunal desenvolveu ações de prevenção de doenças e promoção de saúde no modelo virtual, abordando temas como saúde mental e suicídio. Aliado a isso, foram mantidas as campanhas informativas (autismo, prevenção ao câncer de mama e ao câncer de próstata), o atendimento com Fisioterapeuta e com Nutricionista, bem como a promoção de ações sociais e o atendimento da equipe de saúde.

CAMPANHAS ANUAIS



Quadro 10: Campanhas anuais

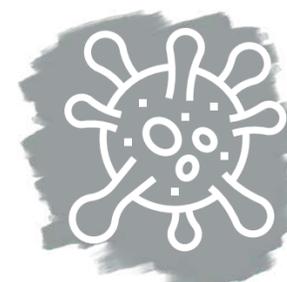


Figura 33: Vacinação

VACINAÇÃO INFLUENZA

- Com o objetivo de minimizar os afastamentos de servidores por motivo de doenças respiratórias, foi disponibilizada vacinação contra o vírus Influenza aos servidores e colaboradores do Tribunal, possibilitando a vacinação de 864 pessoas contra a gripe.

- Reembolso de despesas com vacinação contra o vírus Influenza para os servidores lotados no interior do estado.

Exames Periódicos de Saúde

Com a melhora dos indicadores relacionados à pandemia, a unidade de saúde retomou, em 2021, a convocação de servidores(as) para realização do exame periódico de saúde. De um total de 904 (novecentos e quatro) servidores(as) elegíveis para realização dos exames periódicos, 285 (duzentos e oitenta e cinco) atenderam à convocação da equipe de saúde, permitindo alcançar uma taxa de 31,5% de servidores com o exame periódico finalizado.

Evolução do Quantitativo de servidores com exame periódico finalizado

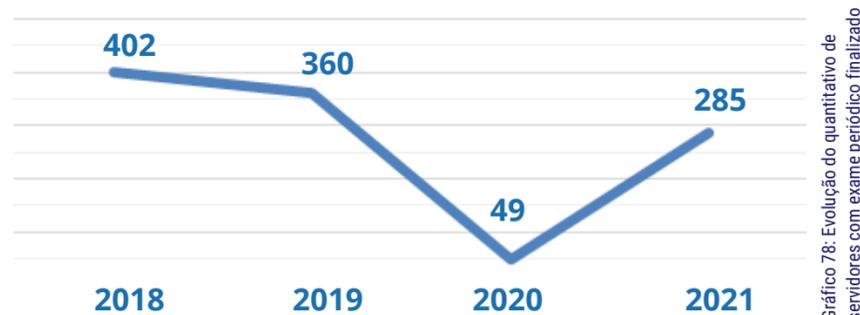


Gráfico 78: Evolução do quantitativo de servidores com exame periódico finalizado

PROJETO UM TOQUE DE CUIDADO (Acompanhamento de Doenças Crônicas)



Figura 34: Projeto Um Toque de Cuidado

- Bate-papo sobre o “Cuidar-se no contexto da pandemia”
- Oficina on-line de alimentos saudáveis
- Envio de 18 *cards* por e-mail institucional

PROJETO NUTRIR

Disponibilizados 120 (cento e vinte) atendimentos com nutricionistas, objetivando incentivar a adoção de hábitos saudáveis e melhoria da qualidade de vida.

Atendimentos individualizados, atividades em grupos, palestras e envio de informativos virtuais relacionados ao tema.

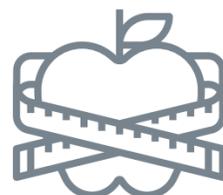


Figura 35: Projeto Nutrir

ações de enfrentamento à pandemia da COVID-19

Ênfase na divulgação da campanha educativa “TRE de mãos limpas e contra o coronavírus”, com atualização da cartilha educativa

Atualização do protocolo clínico de manejo da COVID-19

Reembolso de despesas com a realização de teste de detecção do COVID-19 e com a aquisição de máscaras e *face shields*

Elaboração do plano de retorno ao trabalho presencial para o ano de 2021

Acompanhamento da vacinação de servidores(as) do Tribunal

Acompanhamento da manutenção do trabalho remoto para servidores(as) integrantes do grupo de risco, bem como daqueles com agravamento de quadro psicológico relacionado à pandemia

Continuidade do acompanhamento de casos suspeitos e comprovados de contaminação por SARS-CoV-2 relatados por servidores(as) e dependentes, com suporte e orientações da equipe de saúde do Tribunal

Quadro 11: Ações de enfrentamento à pandemia de covid-19



PROJETO LER-DORT / FISIOTERAPIA ON-LINE
- Orientações sobre ergonomia e postura para os servidores em *homeoffice*
- Atendimentos individuais à distância com fisioterapeuta para servidores(as) com quadro de dor relacionado à atividade laboral



CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA O RESPEITO À DIVERSIDADE
- Criação de comissão de diversidade, igualdade e não discriminação
- Envio de *cards* e cartilha sobre o tema da LGBTfobia no mês de junho
- Entrevistas com servidores(as) sobre preconceito e desafios na inclusão do público LGBTQIA+ no TRE e na sociedade em geral



CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO AUTISMO
- Entrevista veiculada em matéria da ASCOM com relato de servidora, mãe de criança autista, sobre os principais desafios encontrados por familiares e pessoas portadoras de TEA (Transtorno do Espectro Autista);
- *Cards* informativos por e-mail

Quadro 12: Projetos e campanhas

PROJETO DE GERENCIAMENTO DO STRESS

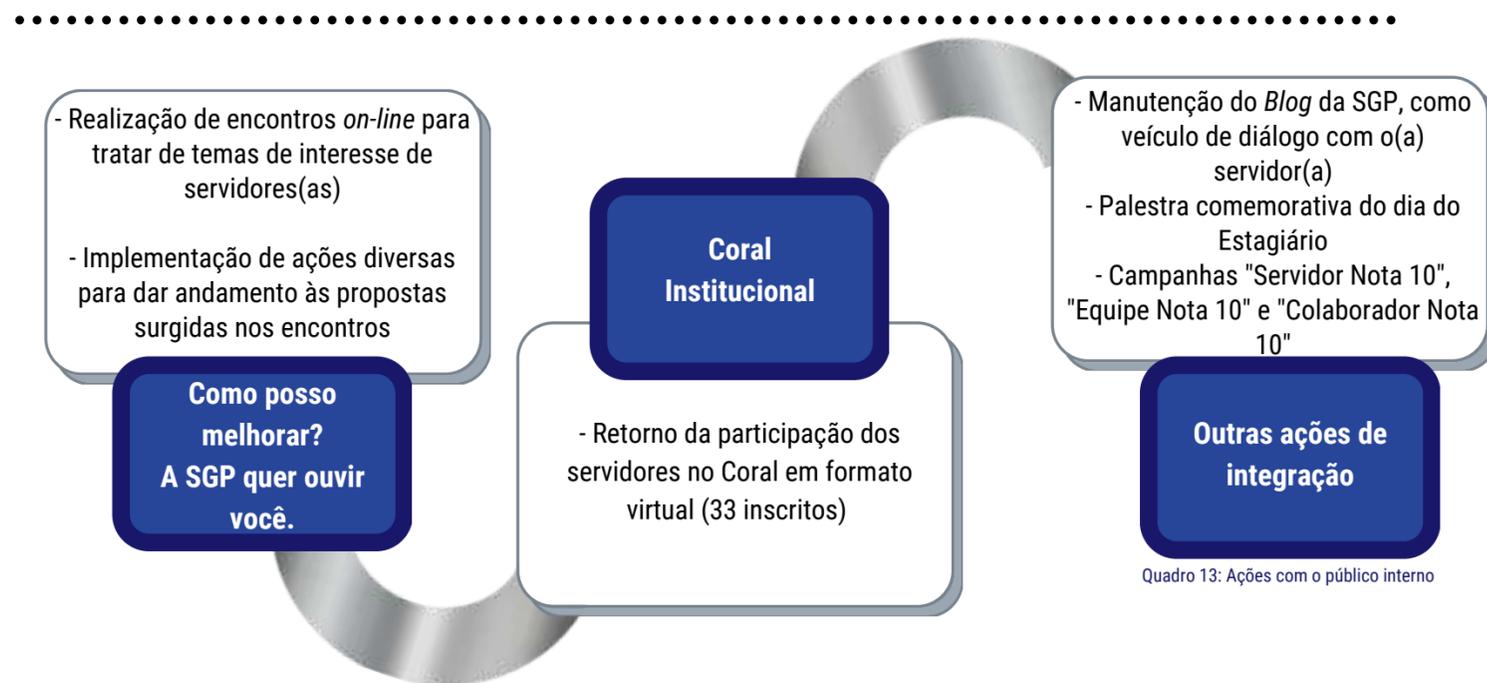
Implementação de projeto para gerenciamento do estresse com foco preventivo e interventivo, atuando na organização do trabalho, de forma a promover, proteger e restaurar a saúde física e psíquica dos trabalhadores(as) do Tribunal.

Realização da palestra “Como lidar com o estresse no trabalho”.



Figura 36: Projeto de gerenciamento do stress

Foram ofertados a estagiários(as): curso *on-line* sobre educação financeira, realizado pela Fundação Bradesco; oficina de Redação para o ENEM; palestra motivacional ministrada por psicóloga; depoimentos de estudantes que participaram do Programa Menor Cidadão (PMC) em anos anteriores;; bate-papo com servidoras que os acompanharam no início do Programa, bem como confraternização de encerramento.



Quadro 13: Ações com o público interno

Ações Sociais

Em atenção ao objetivo estratégico de "Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis", destacaram-se os Programas de “Estágio” e o “Menor Cidadão”.

O TRE-BA, no intuito de contribuir com a formação profissional de estudantes de instituições de ensino superior e de ensino médio, oportuniza, por seu Programa de Estágio, a aquisição de experiências práticas em cursos de formação de diversas áreas, proporcionando desenvolvimento pessoal e profissional.

DISTRIBUIÇÃO POR GRAU DE ESCOLARIDADE

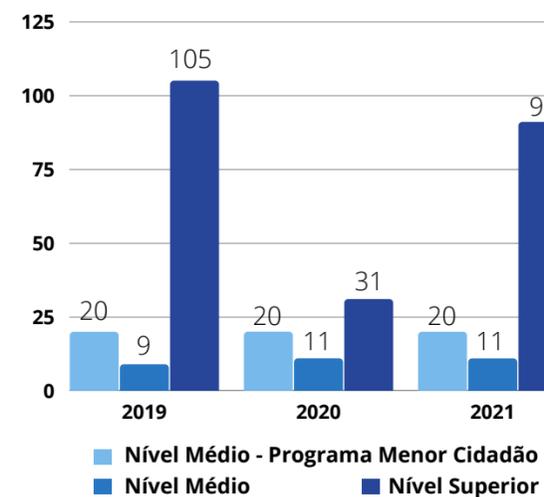


Gráfico 79: Distribuição por grau de escolaridade

Inserido no Programa de Estágio do TRE-BA, o Programa Menor Cidadão (PMC) está voltado a estudantes do ensino médio regular de escola pública, sendo uma ação de responsabilidade social que visa à inclusão dos adolescentes atendidos, capacitando-os para o exercício profissional e promovendo sua autonomia pessoal. A ação, que tem seleção anual, destina-se a atender estudantes com idade entre 16 (dezesesseis) e 18 (dezoito) anos, oriundos de família de baixa renda, cursando o 1º, 2º ou 3º ano do ensino médio ou ensino médio profissionalizante em instituições públicas.

Cada estagiário integrante do programa é acompanhado de forma individualizada, participando de ações periódicas de cunho profissionalizante, de desenvolvimento pessoal e de aprimoramento escolar, com treinamentos, palestras e oficinas para capacitação pessoal e técnica.

Excepcionalmente, devido à pandemia, a seleção anual não ocorreu em 2021, tendo sido a validade do programa prorrogada por mais um ano.

EVOLUÇÃO DE GASTOS COM O PROGRAMA DE ESTÁGIO (R\$)

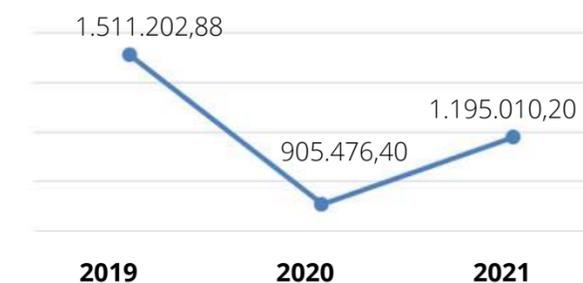


Gráfico 80: Evolução de gastos com o programa de estágio (R\$)

Principais metas não alcançadas

Com a efetiva implementação do monitoramento do Plano Estratégico Setorial (PES) da SGP, no ano de 2021, foi possível verificar que, dentre as metas setoriais não alcançadas, estão aquelas relacionadas à gestão operacional da área, o que pode ser percebido nas atividades desenvolvidas no dia a dia das unidades que necessitam de revisão, modernização e informatização.

Por sua vez, merece destaque, também, o baixo resultado alcançado no atendimento à convocação para realização do exame periódico de saúde, quando comparado à meta estabelecida no PES, apesar de todos os esforços direcionados para tal ação. Apesar disso, ressalte-se que, ao alcançar 31,35% de servidores(as) com exame periódico realizado no ano de 2021, o TRE-BA ultrapassou a meta inicialmente proposta pelo CNJ para alcance da Meta 10, aprovada no XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, que era de 25%.

No tocante à promoção da melhoria da Governança em Gestão de Pessoas, para o exercício de 2021, apenas foi possível a manutenção do grau de maturidade já existente em 2020 (83,33%). Isso se deve à necessidade de capacitação da nova equipe nas matérias de pessoal, de alinhamento de iniciativas e prioridades da Administração, bem como da transferência de conhecimento entre gestores.

Principais desafios, ações e perspectivas futuras

Em 2021, com a continuidade da pandemia da Covid-19, com oscilações entre períodos de alta e redução de casos, bem como o início e primeiros resultados da vacinação, o grande desafio para a área de gestão de pessoas foi assegurar o retorno gradual e seguro dos servidores às atividades presenciais no Órgão. Conciliar as necessidades da Administração com a realidade vivenciada pelos servidores, inclusive com situações de saúde mental agravadas pela pandemia, continuou requerendo a atuação permanente da área de saúde do Tribunal, com avaliação individualizada das condições de saúde dos servidores, com o objetivo de oferecer acolhimento e segurança no retorno às atividades presenciais.

O retorno gradual somente foi implementado após estudos realizados por comissão especialmente designada para tal finalidade, ocorrendo inicialmente para assegurar a presença de 50% do quadro de pessoal, em turnos opostos, e apenas para servidores sem comorbidades e, em caso de pertencentes ao grupo de risco, com ciclo de vacinação completa. Somente com a manutenção da redução dos casos, foi determinado o retorno presencial para 100% dos servidores, em turnos opostos, sempre com o acompanhamento da área de saúde e com flexibilização para aqueles servidores que, por questões de saúde, não tivessem recomendado o retorno presencial.

Com o arrefecimento da pandemia, o grande desafio para o futuro será cuidar das pessoas, com especial olhar para a saúde mental e emocional. A dor da perda, o medo, a angústia e o isolamento social trouxeram consequências invisíveis que refletem diretamente na motivação e na produtividade no ambiente de trabalho. Trazer os servidores ao convívio com a instituição, e não apenas ao trabalho presencial, será o grande desafio para os anos vindouros.

Assim, diante do contexto atual da pandemia da Covid-19 e considerando os resultados aferidos no Plano Setorial de Gestão de Pessoas, as ações para os próximos ciclos deverão buscar o atendimento às questões relacionadas à saúde do servidor e à melhoria da gestão e governança interna da área de pessoal:



- Adequação do programa de assistência médica indireta (reembolso de plano de saúde) às condições estabelecidas na [Resolução CNJ nº 294/2019](#)
- Disponibilização de plano de saúde
- Viabilização de medidas voltadas para melhoria dos serviços de saúde oferecidos pelo Tribunal, tais como reembolso de exames periódicos para servidores sem plano de saúde e contratação de empresa terceirizada/formalização de parceria com vistas a assegurar o atendimento a 100% da demanda por atendimento médico do quadro de pessoal
- Seguimento das ações de saúde com intensificação das iniciativas voltadas para a melhoria da saúde mental e emocional dos servidores
- Continuidade das campanhas de prevenção e de vacinação contra a Covid-19.



- Continuidade das ações voltadas para a informatização e melhoria de rotinas e processos organizacionais, com vistas a assegurar a eficiência das entregas, com o adequado gerenciamento de riscos
- Viabilização do dimensionamento da força de trabalho no âmbito de todo o TRE-BA
- Aperfeiçoamento do monitoramento do plano setorial e dos indicadores estratégicos da área de gestão de pessoas
- Melhoria da sistemática de elaboração de plano de capacitação, com utilização dos dados oriundos da gestão por competências, com vistas a melhor direcionar a qualificação do quadro de pessoal, bem como com a adoção de formatos de capacitação voltados para a prática das atividades desenvolvidas nas diversas unidades de lotação
- Aperfeiçoamento da gestão documental da área de pessoal.

Quadro 14: Principais desafios, ações e perspectivas futuras

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade legal

A conformidade das contratações é assegurada através da análise prévia pela Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos e Questões Administrativas e pela Assessoria Especial da Diretoria-Geral do adequado atendimento aos ditames das normas de regência, em especial: Constituição Federal da República, Lei n.º 8666/1993, Lei n.º 10.520/2002, Lei n.º 14.133/2021, Lei n.º 13.709/2018, Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto n.º 10.024/2019, Decreto n.º 8.538/2015, Decreto n.º 7.892/2013, Resoluções Administrativas TRE-BA n.º 4/2021, 3/2019, 33/2019 e 5/2021, Portarias TRE-BA 192/2015, 4/2016, 103/2018, 97/2019, 257/2019, 305/2019, 451/2020 e Instrução Normativa n.º 1/2021.

PRINCIPAIS MECANISMOS DE CONTROLE

- Adequada segregação das atividades entre várias unidades e servidores(as)
- Processamento célere de impugnações, pedidos de esclarecimento e recursos administrativos
- Exigência de que as empresas contratadas observem o Código de Ética da instituição
- Procedimento padronizado para apuração de condutas ilícitas nas licitações e contratos
- Existência de comitê específico multidisciplinar para apreciação das questões atinentes a licitações e contratos
- Publicação dos artefatos pertinentes a licitações e contratos no sítio oficial do Órgão
- Utilização de modelos dos artefatos pertinentes a licitações e contratos e listas de verificação
- Capacitação contínua dos atores do processo

LICITAÇÕES CONCLUÍDAS E HOMOLOGADAS



Quadro 15: Licitações concluídas e homologadas

Fonte: SGA/COMAP/SELIC

- Das 47 (quarenta e sete) licitações realizadas, 80% foram concluídas com sucesso.
- A oscilação de preços decorrente da pandemia resultou no insucesso de licitações para vários itens.

TOTAL DE CONTRATAÇÕES FORMALIZADAS



Gráfico 81: Total de contratações formalizadas
Fonte: SGA/COMAP/SECOT/SEAQUI, EJE e EFAS
*empréstimo de urna, cessão de uso de imóvel e implantação de posto de atendimento ao eleitor.

Os objetos e fundamentações legais das contratações realizadas encontram-se no [Portal da Transparência](#).

Contratações Diretas

As 104 (cento e quatro) contratações diretas corresponderam a 39,24% do total de contratações formalizadas pelo Órgão, percentual este decorrente, principalmente, de:

- Locação de imóveis (art.24, X da Lei n.º 8.666/93)
- Treinamentos (art. 25 da Lei n.º 8.666/93)
- Dispensa em razão do valor (art.24, II da Lei n.º 8.666/93 ou 75, II da Lei. n.º 14.133/21)
- 2 emergenciais (art.24, IV da Lei n.º 8.666/93)

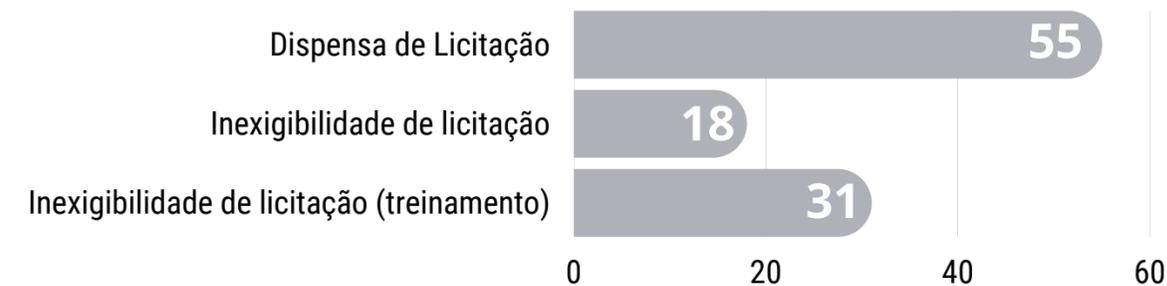
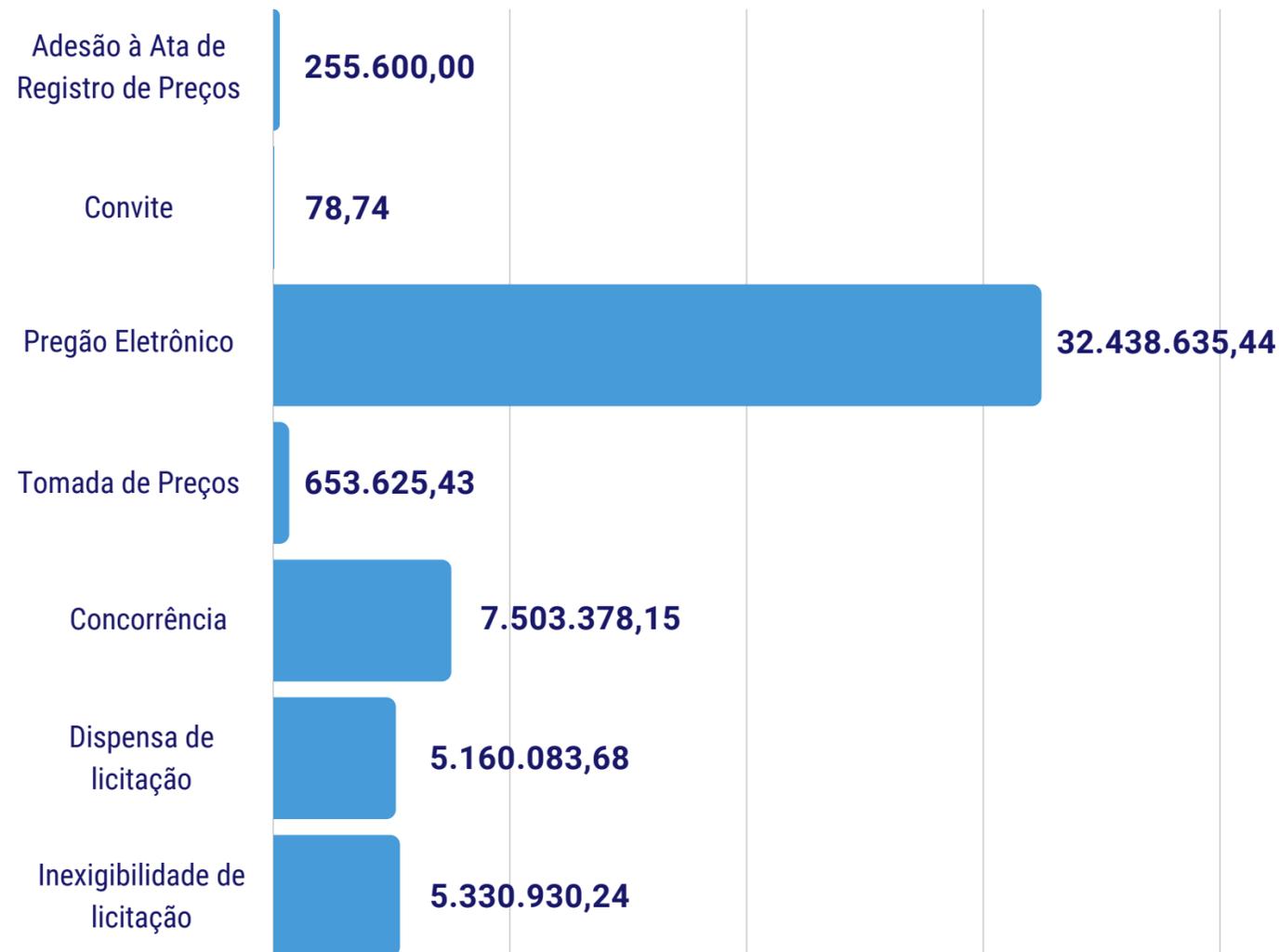


Gráfico 82: Contratações diretas

Gastos das Contratações por Modalidade (R\$)



Gastos das Contratações por Finalidade (R\$)

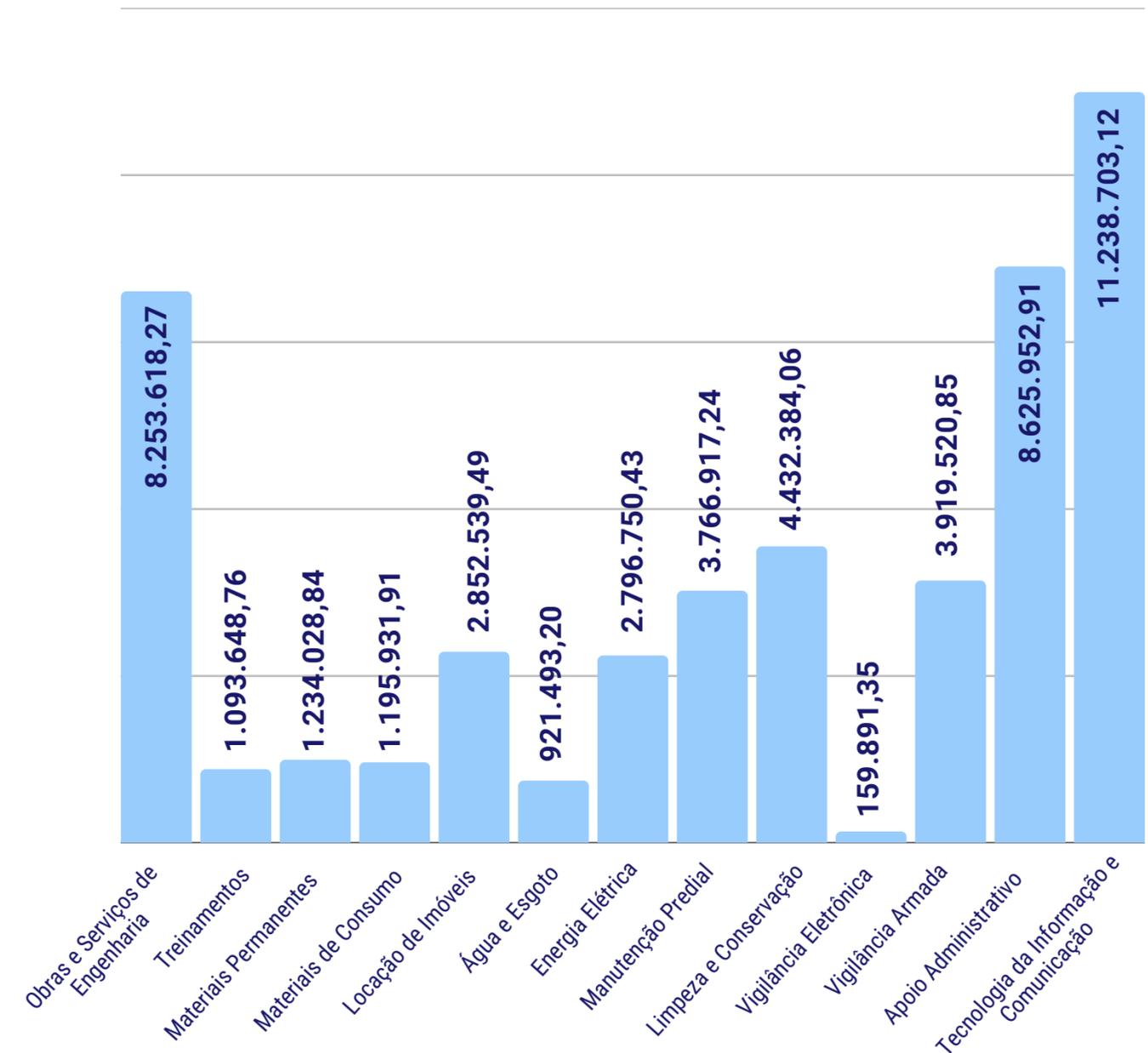


Gráfico 83: Gastos das Contratações por Modalidade (R\$)
 Fonte: Tesouro Gerencial (valores considerando os restos a pagar de exercícios anteriores)

Gráfico 84: Gastos das Contratações por Finalidade (R\$)

Fonte: Tesouro Gerencial (valores considerando os restos a pagar de exercícios anteriores)

Contratações mais relevantes

INFRAESTRUTURA IMOBILIÁRIA

A **reforma da Sede do TRE-BA**, construída em 1997 e inaugurada em março de 1998, foi contratada com vistas à recuperação, readequação e modernização das estruturas da edificação, compatibilizando-as, inclusive, às mais recentes normas de sustentabilidade e de acessibilidade, com prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias para conclusão.



R\$ 25.900.784,75



R\$ 3.124.357,87

Foi contratada a **reforma do Anexo II ao Edifício Sede**, construído em 2016, de forma a adequá-lo às mais recentes normas vigentes de proteção e combate a incêndio, além da recuperação da estrutura, decorrente do desgaste natural em razão do tempo, bem assim da compatibilização da aludida estrutura, às normas atuais de sustentabilidade e de acessibilidade, com prazo de 300 (trezentos) dias para conclusão.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Serviços de telecomunicação reformulados com o objetivo de garantir maior segurança e confiabilidade na área R\$ 3.352.831,92

Aquisição de **solução de backup** atualizada para aperfeiçoamento da segurança dos dados institucionais R\$ 255.600,00

Serviço de **desenvolvimento e sustentação de software**, com foco na implementação de soluções de tecnologia da informação baseadas em inteligência artificial e automação de processo robóticos R\$ 3.331.167,28

Aquisição de **dispositivos de automação** para desenvolvimento de protótipos e testes de integração que viabilizem o atendimento ao eleitor através de consulta ao título eleitoral, via aplicativo e-Título/QR-Code. R\$ 11.517,00

Contratação de **licenças para o aplicativo UNA**, de forma a ampliar os canais de comunicação interna. R\$ 134.712,70

Prestar atendimento de excelência ao público
Assegurar a efetividade da comunicação interna
Proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro
Promover melhoria dos serviços de TIC

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ATENDIDOS

Quadro 16: Objetivos estratégicos atendidos da gestão de licitações e contratos

Principais desafios e ações futuras na área de contratações

- Revisão completa dos normativos internos e artefatos afetos a licitações e contratos, bem como adequação à [Lei n.º 14.133/2021](#), estabelecida em 2020 e iniciada em 2021
- Aperfeiçoamento da formalização dos estudos técnicos preliminares implementados em 2021, em atendimento ao estabelecido em 2020, sobretudo, no que tange à análise de riscos e critérios de sustentabilidade
- Implementação de treinamento interno contínuo para servidores(as) que atuam na fiscalização de contratos
- Prosseguimento da manualização e atualização da avaliação de riscos dos procedimentos internos afetos a licitações e contratos

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Conformidade legal

Destacam-se os seguintes normativos observados na área: [Lei n.º 8.666/1993](#), [Lei n.º 8.245/1991](#), [Lei n.º 4.320/1964](#), [Decreto-Lei n.º 9.760/1946](#), [Lei Complementar n.º 101/2000](#), [Lei n.º 9.373/2018](#), Portaria da Presidência n.º 364/2017, legislação ambiental e trabalhista, Resoluções e Recomendações do CNJ, normas da ABNT e manual específico relativo à ocupação de imóveis.

PRINCIPAIS MECANISMOS DE CONTROLE

- Adequada segregação das atividades entre várias unidades e servidores
- Definição das obras/reformas prioritárias por comissão integrada por servidores com conhecimentos técnicos
- Capacitação contínua dos servidores
- Controle de gastos, com remanejamento de verba para despesas prioritárias
- PMOC - Plano de Manutenção, Operação e controle

INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS



Quadro 17: Investimento em infraestrutura e equipamentos
Fonte: Tesouro Nacional

*exceto de tecnologia da informação e comunicação



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ATENDIDOS

Quadro 18: Objetivos estratégicos atendidos da gestão patrimonial e infraestrutura

Prestar atendimento de excelência ao público
Proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro
Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis
Aperfeiçoar o gasto público

Destaques dos investimentos realizados



Reforma do Anexo III do Edifício-Sede

Em 2021, foi dada continuidade à primeira parte da reforma, já em fase final, com previsão de ocupação em 2022.



Reforma do Fórum Eleitoral de Jacobina

Iniciada em 2021, com vistas à recuperação da estrutura da edificação, já contando com requisitos de sustentabilidade e acessibilidade.



Início da Implantação do Projeto de Eficiência Energética

Em 2021, foi iniciada a implementação do Projeto de Eficiência Energética, com a instalação de usinas fotovoltaicas em 3 (três) fóruns eleitorais e previsão de instalação de mais 3 (três) na primeira fase.

Iniciado em 2019, o projeto foi desenvolvido por meio da participação do TRE-BA na Chamada Pública REE n.º 2/2019, realizada pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba).

- Ações de combate à COVID-19: Instalação de anteparos acrílicos e desinfecção de ambientes
- Criação da *chatbot* MAIA, para atendimento ao eleitor e evolução da *chatbot* SOFIA, assistente virtual da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade
- Prosseguimento da substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED

Quadro 19: Destaques dos investimentos realizados

Principais resultados dos investimentos realizados

- Adequação gradual dos imóveis aos requisitos de acessibilidade e sustentabilidade
- Conforto térmico
- Aperfeiçoamento dos critérios de ergonomia
- Implementação de medida com vistas à futura redução do custo com energia elétrica
- Aperfeiçoamento dos serviços de telefonia
- Segurança estrutural das edificações

Foram despendidos R\$ 18.646.189,89 com a manutenção da infraestrutura imobiliária e mobiliária*

20,2%	Manutenção Predial	0,08%	Seguros de Imóveis
4,94%	Água e Esgoto	21,88%	Vigilância
15%	Energia Elétrica	0,1%	Taxas Condominiais
2,66%	Telefonia	2,5%	Despesas com SACs
23,77%	Limpeza	8,87%	Manutenção de Máquinas, Equipamentos e Bens Móveis

*exceto de tecnologia da informação e comunicação e veículos

Tabela 16: Reais despendidos com a manutenção da infraestrutura imobiliária e mobiliária
Fonte: Tesouro Nacional

CONSUMO ANUAL

Figura 39: Consumo anual de energia elétrica e água
Fonte: SGA/COSAD/SEAD

Energia Elétrica
2.890.971 Kw/h

Água
25.115 m³

MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES

4

1. São Francisco do Conde
2. Itabuna
3. Jacobina
4. Itambé



Figura 40: Mudanças e desmobilizações

Custos com locação de imóveis e equipamentos

Em 2021, o Tribunal despendeu **R\$ 3.037.234,56** com locação de:

Equipamentos	3,08%
Veículos	1,37%
Mobiliário	1,63%
Imóveis	93,92%



Tabela 17: Custos com locação de imóveis e equipamentos
Fonte: Tesouro Nacional

Histórico de custos com locação de equipamentos (R\$)



Gráfico 85: Histórico de custos com locação de equipamentos (R\$)

A variação de custos decorre em especial da locação de infraestrutura em anos eleitorais

Histórico de custos com locação de imóveis (R\$)

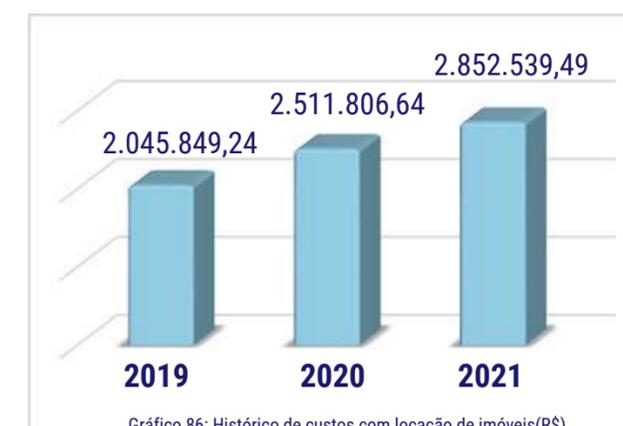


Gráfico 86: Histórico de custos com locação de imóveis (R\$)

Houve pouca alteração no acervo de imóveis com o incremento de apenas 2 (dois) imóveis locados. A variação decorre, basicamente, da aplicação de reajuste ao valor dos aluguéis

Atualmente, a JE/BA está instalada em **184 imóveis**

- 24 imóveis próprios*
- 73 locados
- 4 em comodato
- 83 em cessão de uso

Quadro 20: Imóveis de instalação da JE/BA
Fonte: SGA/COSAD/SEAD (não contemplando os postos de atendimento ao eleitor)
*Sede com seus Anexos I, II e III, Centro de Apoio Técnico e Fóruns Eleitorais

FROTA DE VEÍCULOS

33
VEÍCULOS

SEGURO	R\$ 23.746,57
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	R\$ 211.329,38
MANUTENÇÃO	R\$ 528.391,31
SERVIÇOS DE CONDUÇÃO	R\$ 1.733.250,41

Quadro 21: Custos com a frota de veículos

Fontes: SGA/COSAD/AMAVE e Tesouro Nacional

Desfazimento de Ativos

Doação de 2.941 bens*



instituições filantrópicas e organizações da sociedade civil de interesse público

Quadro 22: Desfazimento de ativos
Fonte: ASIWEB

* Mobiliários, eletrodomésticos e equipamentos de TIC

Principais desafios e ações futuras na área de gestão patrimonial e infraestrutura

- Conciliar o aumento da demanda de serviços com as metas para redução de consumo
- Conciliar a necessidade de atendimento de todos os critérios de acessibilidade e sustentabilidade com a crescente restrição orçamentária e de recursos humanos
- Aperfeiçoar o sistema de segurança do Tribunal
- Implementar sistema de controle de gestão de imóveis
- Regularizar os registros de imóveis, meta não atingida em 2021, porém já com avanços relevantes
- Implementar a Política de Gestão de Estoque estabelecida para 2021 e, conseqüente, capacitação da equipe de patrimônio e almoxarifado

GESTÃO DOCUMENTAL E MEMÓRIA

Conformidade legal

Principais normativos: [Lei n.º 11.419/2006](#), [Lei n.º 12.527/2011](#), [Lei n.º 12.682/2012](#), [Lei n.º 8.159/91](#), [Resolução Administrativa TSE n.º 23.379/2012](#), [Recomendação CNJ n.º 37/2011](#), [Resolução CNJ n.º 324/2020](#) e [408/2021](#), [Portaria CNJ n.º 295/2020](#), [Resolução Administrativa 4/2017](#), [13/2017](#), [13/2021](#), [14/2021](#) e [28/2021](#), [Portarias n.º 487/2008](#), [484/2014](#), [448/2016](#) e [150/2020](#), [Instrução Normativa n.º 2/2021](#) e [3/2021](#), normas estabelecidas pela ECT e Manuais de Gestão Documental e de Gestão de Memória do Poder Judiciário (CNJ).

Principais ações realizadas

- Exposição Comemorativa dos 25 Anos da Urna Eletrônica
- Participação na Primavera dos Museus, evento promovido pelo Instituto Brasileiro de Museus
- Aprovação do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade dos Cartórios Eleitorais
- Criação do [Portal da Memória](#)
- Criação de grupo de trabalho para implementação do Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC Arq.
- Instituição da Política de Gestão Documental e da Memória, criação do Centro de Memória Virtual e implantação dos Programas de Gestão Documental e da Memória ([Resolução Administrativa n.º 28/2021](#)).

Figuras 41: Portal da Memória



Acesse o Portal da Memória:

<https://sites.google.com/view/memoriavirtualdotreba/inicio>

Principais desafios e ações futuras na área de gestão documental e memória

- Implantar o Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), em atendimento à [Resolução CNJ n.º 324/2020](#), com o conseqüente treinamento dos servidores da unidade de arquivo na sua utilização
- Atualizar [Portaria n.º 484/2014](#), que dispõe sobre a recepção, registro e distribuição de documentos e correspondências
- Implantar o Protocolo Digital SEI, possibilitando que cidadãos, empresas e outros entes públicos se relacionem com o Tribunal sem a necessidade de deslocamento físico à unidade de protocolo administrativo ou de realizar gastos com o envio de postagens

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Conformidade legal e diretrizes de TIC

Para assegurar a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), o TRE-BA segue regras e diretrizes, provenientes de Órgãos superiores e de controle, e ainda de padrões internacionais, relativas a manutenção de serviços.

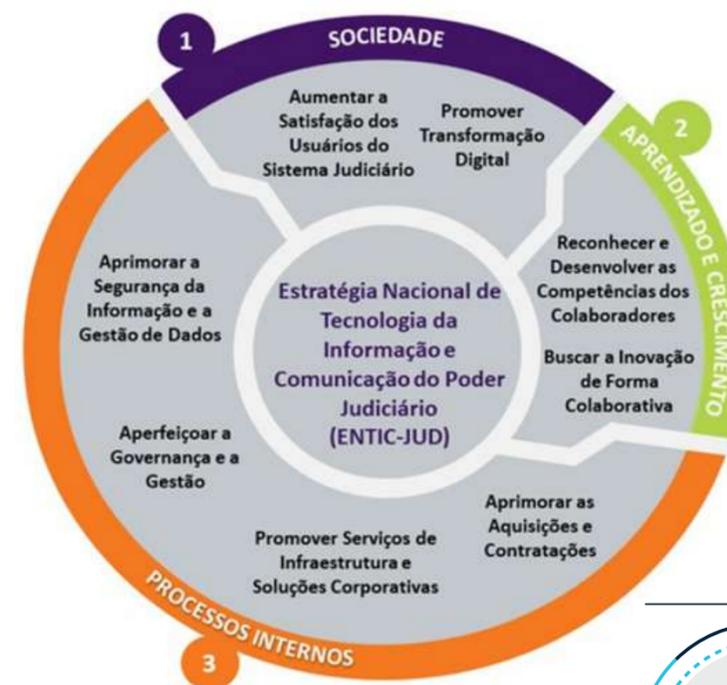


Figura 42: Conformidade legal - TIC

Nova Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)

Em 2021, foi elaborada a nova estratégia de TIC do Poder Judiciário, que direciona os rumos de TIC dos órgãos vinculados até 2026, com ênfase na intensificação da transformação digital e no fomento à busca por soluções inovadoras que impulsionem o desenvolvimento tecnológico do Poder Judiciário.

Mapa estratégico da ENTIC-JUD 2021-2026



Planos derivados da ENTIC-JUD

A nova estratégia determinou a preparação de diversos planos de ação. Em 2021, foram elaborados os seguintes:

Plano Diretor de TIC

Plano interno, fruto do desdobramento da estratégia, que contempla diagnóstico, planejamento e gestão de recursos e processos para atendimento das necessidades de TIC entre 2021 e 2026

Planos de TIC em 2021

Plano de Trabalho da ENTIC-JUD

Refere-se às ações para cumprimento da nova estratégia de TIC, elaborado de forma participativa pelo grupo de trabalho criado pela Portaria TSE n.º 172/2021

Figura 43: Mapa estratégico da ENTIC-JUD 2021-2026

Governança de TIC

■ Sistema de Governança de TIC

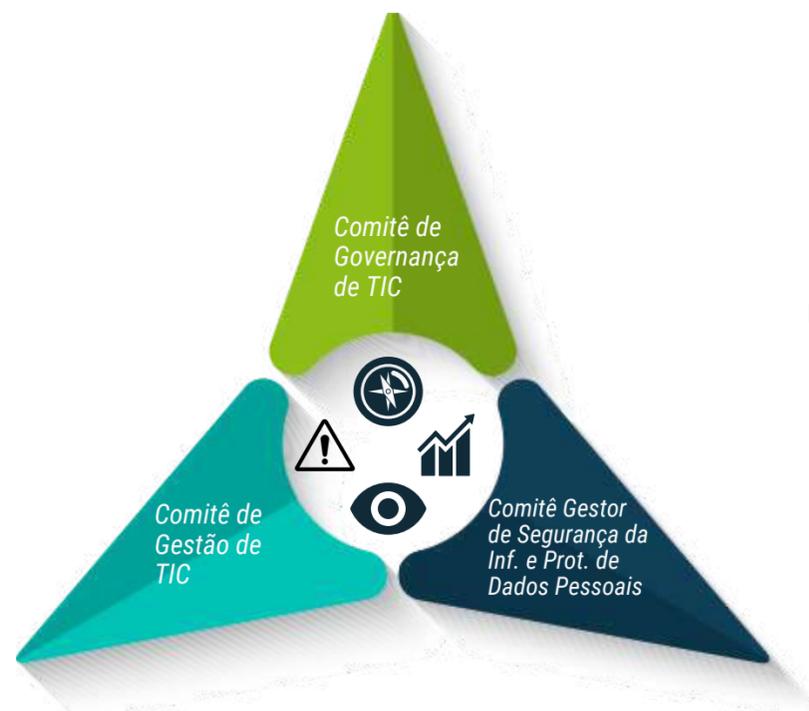


Figura 44: Sistema de Governança de TIC - TRE-BA 2021

O Sistema de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (SGTIC) foi instituído pela [Resolução Administrativa n.º 17/2018](#), alterada pela [Resolução Administrativa nº 16/2021](#). É o SGTIC que determina princípios, políticas, diretrizes, estruturas, processos, papéis e responsabilidades para avaliar, direcionar e monitorar a gestão e o uso dos recursos de TIC.

O modelo de governança de TIC do TRE-BA está alinhado ao modelo de governança institucional e às normas definidas na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD). Sua principal finalidade é apoiar a Organização em decisões estratégicas relacionadas ao direcionamento dos recursos empregados na gestão e no uso da tecnologia da informação, observando os riscos e as prioridades do negócio e maximizando a geração de valor para as partes interessadas.



■ GOVERNANÇA DE TIC

Figura 45: Governança de TIC



■ Nível Excelência no iGovTIC

Em 2021, o TRE-BA alcançou, pela primeira vez, o nível de "Excelência" no iGovTIC (Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário), com uma pontuação de 81,40 no questionário aplicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Planejamento Estratégico de TIC

Apesar da publicação da nova ENTIC-JUD para o período 2021-2026, em 2021, ainda vigorou o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC 2016-2021), aprovado pela Portaria n.º 634/2016 e balizado no planejamento institucional (PEI 2016 – 2021) e na ENTIC-JUD 2015-2020. As ações de TIC foram direcionadas primordialmente pelos objetivos estratégicos “Aperfeiçoar a Governança de TIC” e “Promover a Melhoria dos Serviços de TIC”, cujos desempenhos foram mensurados pelos indicadores “i27 – Evolução do Índice de Governança de TIC” - e “i29 – Taxa de Cumprimento das Metas do PETIC” -, respectivamente.

O PETIC vigente em 2021 continha 10 (dez) objetivos específicos da área, regidos pelos seguintes direcionadores:



Figura 46: Direcionadores de TIC 2021

Indicadores e resultados alcançados

INDICADORES DO PETIC	META 2021	ALCANÇADO
i1. Taxa de disponibilidade dos serviços críticos e essenciais de TIC	95% de disponibilidade	98,1
i2. Taxa de execução orçamentária dos gastos em TIC	82% de execução orçamentária	66,98%
i3. Taxa de aderência orçamentária dos gastos em TIC	82% de aderência orçamentária	56,48%
i4. N° de processos críticos de TIC com riscos geridos	2 processos críticos	5 processos críticos
i5. Grau de satisfação com os serviços de TIC	90% de satisfação	85,3%*
i6. Quantidade de padrões tecnológicos executados em conformidade	Identificar os processos que serão priorizados e elevados à categoria "adota integralmente"	Suspensão temporariamente
i7. Evolução do índice de Governança de TIC	Alcançar a Excelência	81,40% - Excelência
i8. Índice de aderência ao MNI (jud. e adm.)	90% de novos sistemas judiciais e 85% de novos sistemas adm. aderentes ao MNI	Suspensão temporariamente
i9. Taxa de aderência do plano de contratações de TIC	75% de aderência	100%
i10. Índice de serviços de TIC implementados com requisitos de segurança da informação estabelecidos	80% de serviços de TIC, novos ou modificados, com requisitos de SI	Suspensão temporariamente
i11. Taxa de execução do plano anual de capacitação de pessoal de TIC	80% de execução do PAC TIC	95,1%

*Pesquisa não atingiu o percentual mínimo de 40% dos usuários de TIC

Tabela 18: Indicadores e resultados alcançados - TIC

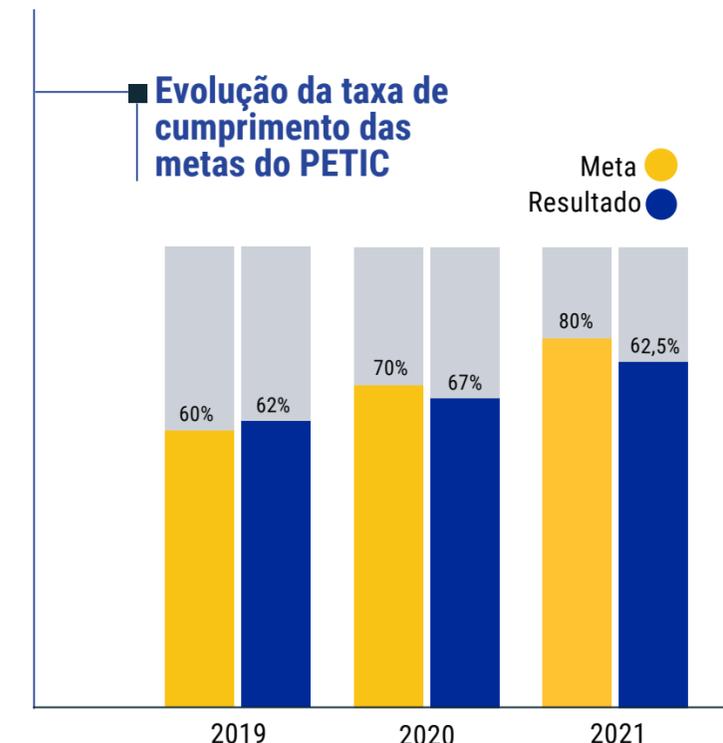


Gráfico 87: Evolução da taxa de cumprimento do PETIC

Metas não alcançadas e dificuldades relacionadas

i2. Taxa de execução orçamentária dos gastos em TIC

● Meta: 82%
● Resultado: 66,98%



Análise dos resultados

Apesar do resultado, foi empenhado um percentual de 95,41% das despesas de TIC. No entanto, inscreveu-se em restos a pagar o equivalente a 28,43% do orçamento total. Como o indicador conta como executada a despesa liquidada (não contabilizando a que foi somente empenhada), não obteve o resultado almejado.

i3. Taxa de aderência orçamentária dos gastos em TIC

● Meta: 82%
● Resultado: 56,48%

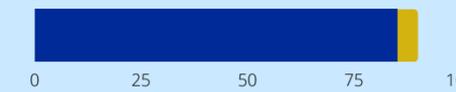


Análise dos resultados

Ocorreram necessidades não previstas durante o exercício de 2021, o que impactou significativamente na aderência ao orçamento inicialmente planejado. Foi necessário pedido de créditos adicionais, sobretudo para ampliação da rede do TRE para o novo prédio anexo à Secretaria, contribuindo para esse resultado do i2.

i5. Grau de satisfação com os serviços de TIC

● Meta: 90%
● Resultado: 85,3%



Análise do resultado

Entre 2020 e 2021, houve queda no grau de satisfação dos usuários - de 89,8% para 85,3%. O decréscimo atribui-se, em grande parte, a impossibilidade de renovação de contrato de terceirização do serviço de suporte aos usuários, prejudicando a agilidade no atendimento dos chamados abertos.

Recursos aplicados em TIC

O total de despesas empenhadas na área de TIC, em 2021, foi de R\$ 14.589.232,00. Este valor inclui os créditos adicionais recebidos no exercício, bem como os remanejamentos realizados no decorrer do ano. Seguem, nas tabelas abaixo, os recursos aplicados em TIC, separados por ação orçamentária.

Recursos aplicados em TIC: Ação orçamentária 20GP - Julgamento de causas e gestão administrativa da Justiça Eleitoral				
Grupo de despesa	Empenhado	Liquidado	Pago	Pago em RP em 2021
Custeio	9.476.484	8.553.264	8.541.209	676.176
Investimento	4.549.094	1.369.256	1.369.256	92.296
Total	14.025.577	9.922.519	9.910.465	768.472

Tabela 19: Recursos aplicados em TIC: Ação orçamentária 20GP - Julgamento de causas e gestão administrativa da Justiça Eleitoral

Fonte: SIGEPRO, Tesouro Gerencial, saldo em 31/12/2021, SIAFI

Nota 1: Descentralização de R\$340.733,33 para a UFBA, conforme Termo de Execução Descentralizada (TED) referente à Pós-Graduação em Residência em TI (PO 0002 e 0001), não contabilizados na tabela acima.

Nota 2: RP: Restos a Pagar

Recursos aplicados em TIC: Ação orçamentária: Pleitos eleitorais nacional - Atualização e manutenção do sistema de votação e apuração				
Grupo de despesa	Empenhado	Liquidado	Pago	Pago em RP em 2021
Custeio	563.655	559.766	559.766	-
Total	563.655	559.766	559.766	-

Tabela 20: Recursos aplicados em TIC: Ação orçamentária: Pleitos eleitorais nacional - Atualização e manutenção do sistema de votação e apuração

Fonte: SIGEPRO, Tesouro Gerencial, saldo em 31/12/2021, SIAFI

Contratações mais relevantes

As aquisições de TIC iniciadas em 2021 envolveram prioritariamente a necessidade de atualização de versão/troca dos diversos equipamentos, *softwares* e produtos do Datacenter, bem como compra de novos *switches* e *access points*, visando tanto à manutenção da funcionalidade e compatibilidade da infraestrutura de TIC com as novas tecnologias, quanto à ampliação da rede para atender o novo edifício anexo à Secretaria. Destaca-se também a renovação do *Checkpoint, firewall* fundamental para garantir a segurança no acesso à Internet, propiciando também o acesso remoto à rede privada do Tribunal.

Confira na tabela ao lado as contratações realizadas em 2021 consideradas mais relevantes para o TRE-BA.

Contratações continuadas mais relevantes da área de TIC		
Contratações	N.º do contrato ou empenho	Pago em 2021
Conservação de urnas eletrônicas	Contrato n.º 12/16	R\$ 538.655,34
Contratação de links de comunicação - backbone	Contrato n.º 55/15	R\$ 2.839.041,98
Contratação de links de comunicação - backbone	Contrato n.º 56/15	R\$ 1.588.413,60
Serviço de Service Desk e sustentação de infraestrutura	Contrato n.º 122/18	R\$ 896.860,38

Tabela 21: Contratações continuadas mais relevantes com recursos de TIC
Fonte: STI

PRODUTIVIDADE

TRANSPARÊNCIA

Contratações novas mais relevantes da área de TIC		
Contratações	N.º do contrato e nota de empenho	Pago em 2021
Conservação de urnas eletrônicas - repactuação de preços	Contrato n.º 40/21 Empenho n.º 740	R\$ 21.110,88
Suporte técnico Red Hat	Contrato n.º 65/21 Empenho n.º 1011	R\$ 590.672,85
Suporte técnico Red Hat - SGP-BA CAPACC - 167700 - 339040	Contrato n.º 65/21 Empenho n.º 1012	R\$ 19.100,00
Modernização do backup	NECT n.º 926	R\$ 255.600,00
Aquisição de antenas rurais	NECT n.º 566	R\$ 65.600,00
Aquisição de licenças de videoconferência com webmeeting	NECT n.º 781	R\$ 34.250,00
Licenças firewall check point com suporte e atualização de versão	Contrato n.º 69/21 Empenho n.º 1136 NECT n.º 546	R\$ 867.000,00
Certificados digitais para e-Social e servidores de aplicação	NECT n.º 213 NECT n.º 662	R\$ 19.364,75

Tabela 22: Contratações novas mais relevantes com recursos de TIC

Fonte: STI

Nota: A sigla "NECT" refere-se a notas de empenho válidas como contrato

Em relação às contratações continuadas vigentes no exercício, destacam-se as relacionadas à comunicação de dados entre as unidades remotas e a sede do Tribunal - *Backbone VPN/VIP, links de Internet* e *Serviços de Telecomunicações* -, aos serviços de *Service Desk* e sustentação de infraestrutura e tecnologia e a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de urnas, de fundamental importância para o bom andamento das eleições.

Essas contratações estão detalhadas na tabela ao lado e constam do Plano de Contratações de Solução de TIC (PLANCONT-STIC) de 2021.

Ações, projetos e sistemas da área de TIC

Inovações de TIC adotadas em 2021

As principais iniciativas do TRE-BA em TIC envolveram a viabilização do trabalho remoto, a inovação e o uso da inteligência artificial, com o intuito de otimizar a prestação jurisdicional e demais serviços prestados à sociedade, além do atendimento a demandas internas relacionados à área de TIC.

Segue abaixo maiores informações sobre as ações, demonstrando a participação, em 2021, da função de TIC na cadeia de valor do Tribunal.

Conheça mais sobre essas ações:

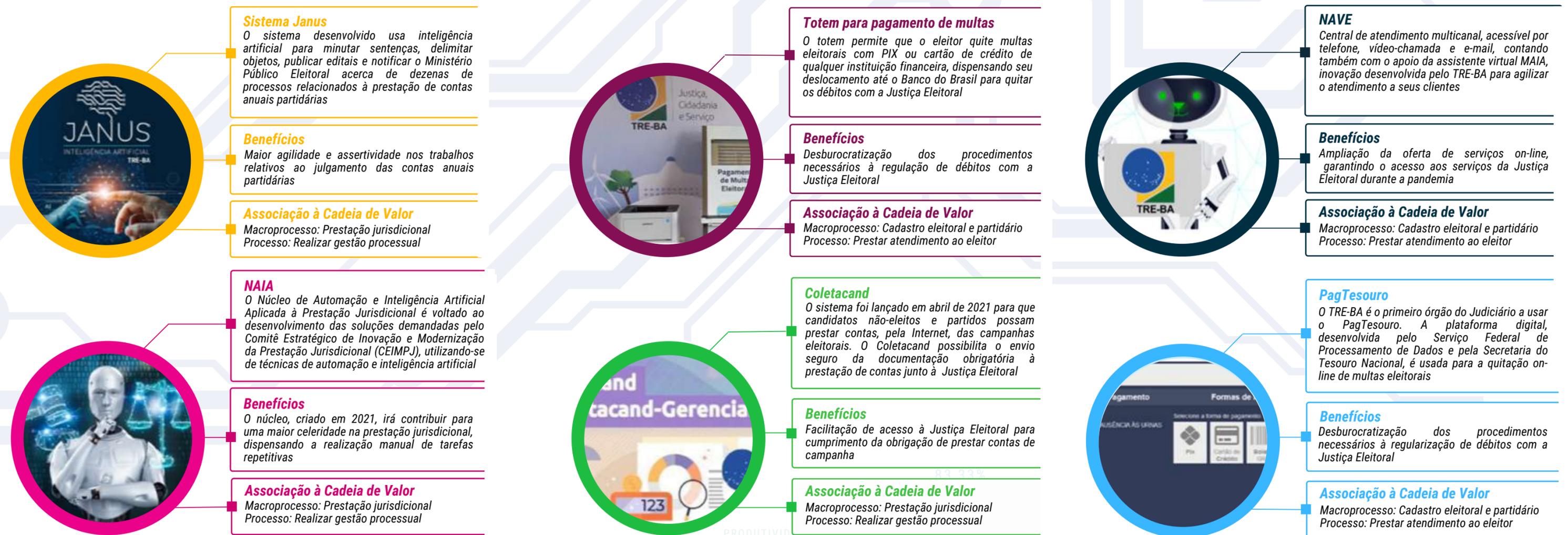


Figura 47: Inovações de TIC em 2021

Outras ações de TIC no exercício



Figura 48: Outras ações de TIC em 2021



Aprimoramento das soluções para o acesso remoto

As ferramentas utilizadas para a realização de trabalho remoto foram aprimoradas. Foi implementado novo acesso à rede interna via VPN Checkpoint, solução mais eficaz, que garante **maior agilidade e segurança no acesso remoto aos dados internos do TRE.**

Associação à Cadeia de Valor

Macroprocesso: Gestão jurídica, administrativa e tecnológica
Processo: Administrar recursos, gerir TIC



Agenda Institucional do TRE-BA

Sistema de planejamento de eventos, marcação de reuniões, cobrança de metas e ciência inequívoca de atividades marcadas para magistrados e servidores



Manutenção evolutiva de sistemas

Suporte, atualizações e desenvolvimento de novas funcionalidades no Balcão Virtual, Coyote, SEI, Atena e Reembolsa



"Fala Cidadão"

Novo sistema da Ouvidoria



Conclusão do Projeto Residência em TI

Ação que promoveu curso de pós graduação na área de TIC para servidores do TRE e alunos bolsistas da UFBA que fizeram "residência" no Tribunal, entregando soluções tecnológicas específicas para as necessidades do Órgão



SGE e SGCE

Sistema de Gestão de Estagiários e Sistema de Gestão de Convocações para as Eleições



Cálculo e simulação de proventos de aposentadoria

Ferramenta para cálculo de proventos de aposentadoria pela média e mapa de averbação



Atualização do parque computacional

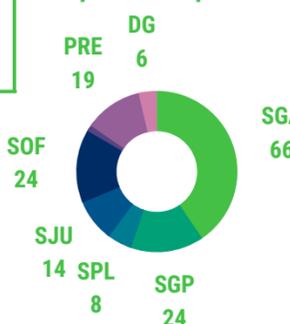
Substituição de 163 computadores antigos da Secretaria, **aprimorando a infraestrutura tecnológica da Secretaria do Tribunal.**

Associação à Cadeia de Valor

Macroprocesso: Gestão jurídica, administrativa e tecnológica
Processo: Administrar recursos, gerir TIC



Distribuição dos novos computadores por área



Segurança da Informação

Em 2021, foi instituída a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ), por meio da [Resolução CNJ n.º 396/2021](#), objetivando aprimorar o nível de maturidade em segurança cibernética dos órgãos aderentes. A partir das diretrizes estabelecidas, o TRE-BA regulamentou sua Política de Segurança da Informação (PSI) ([Portaria n.º. 405/2021](#)) e criou o Comitê Gestor de Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais - CGPSID, colegiado responsável pela formulação e condução dos direcionamentos dados à gestão da segurança da informação no Órgão.

Veja abaixo algumas ações em Cibersegurança promovidas em 2021:



Figura 49: Ações em cibersegurança promovidas em 2021

Dificuldades e desafios futuros em TIC

O incremento das tecnologias de informação e comunicação e a inclusão digital da sociedade canalizam cada vez mais os processos de trabalho a melhorias relacionadas à automação ou à disponibilização de serviços *on-line*. Também a busca por maior eficiência em uma estrutura que se espera cada vez mais enxuta, impõe à Administração Pública o direcionamento do trabalho humano a atividades que não possam ser executadas pela máquina. Neste sentido, espera-se que as demandas de TIC continuem crescentes, e os recursos desta área, inclusive de pessoal, sejam priorizados.

Mesmo diante deste cenário, atualmente a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRE-BA conta com *déficit* de pessoal, segundo os cálculos recomendados pelo CNJ para definir o quantitativo ideal da força de trabalho do Órgão. Assim, dentre outras adversidades, o grande desafio do Tribunal é mudar esta avaliação a curto prazo, reconhecendo o imperativo protagonismo da área de TIC, sob o risco de não acompanhar as oportunidades advindas do desenvolvimento tecnológico.

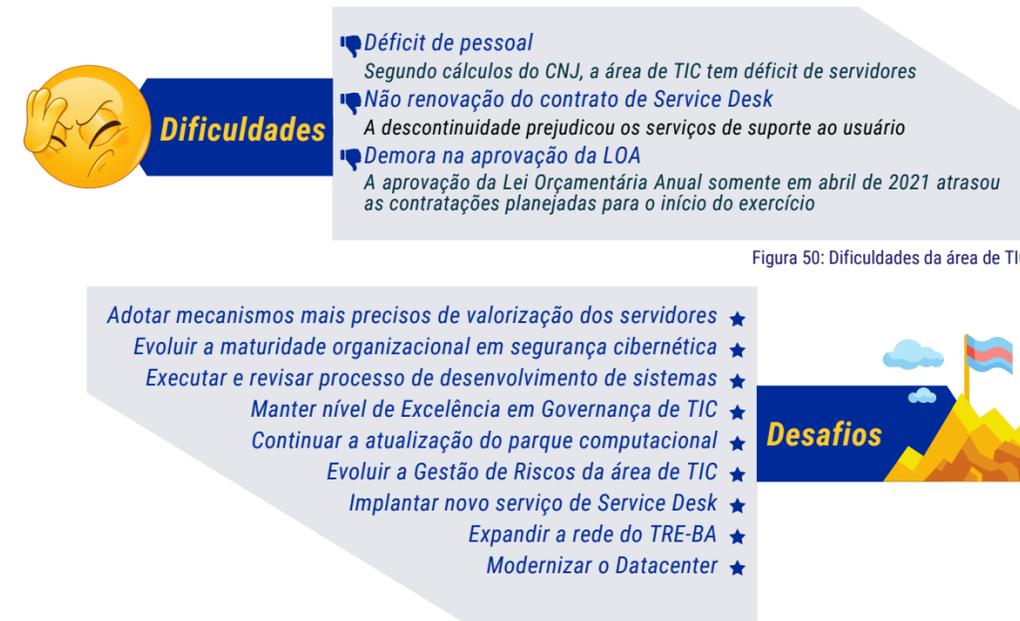
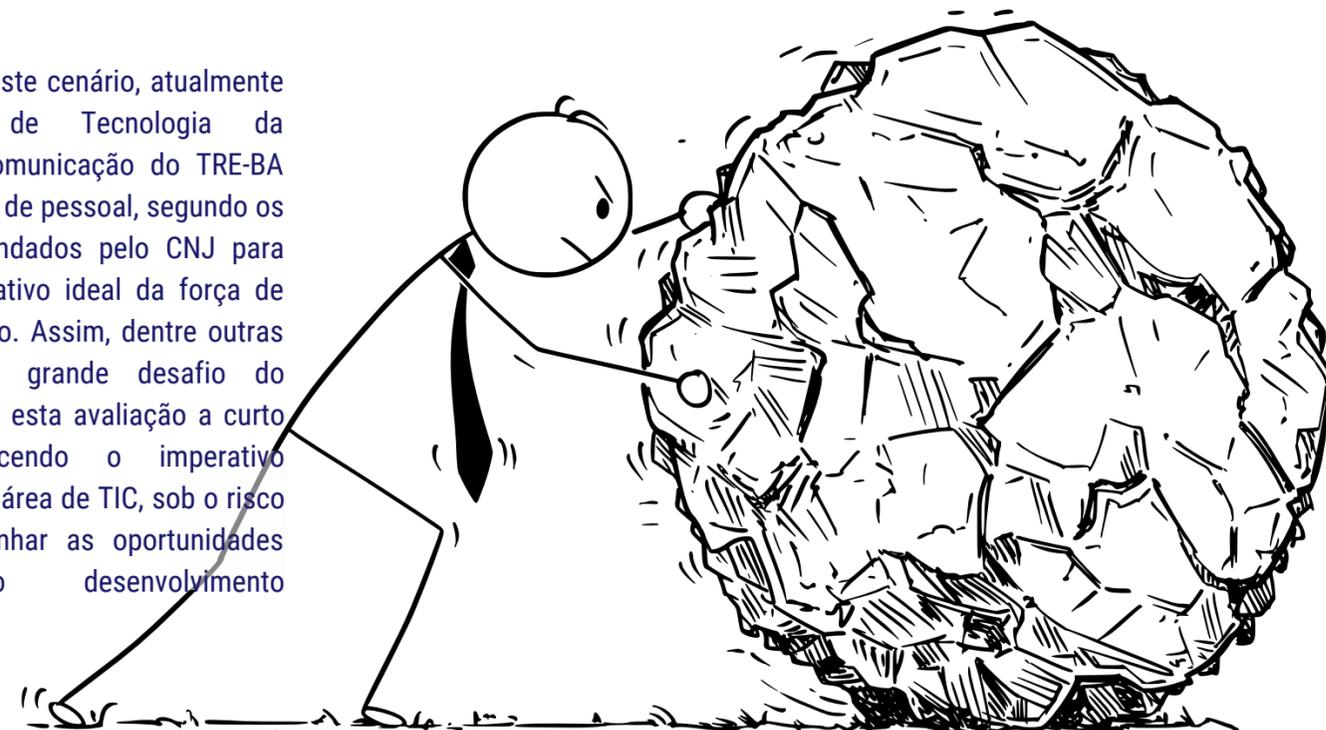


Figura 50: Dificuldades da área de TIC

Figura 51: Desafios da área de TIC

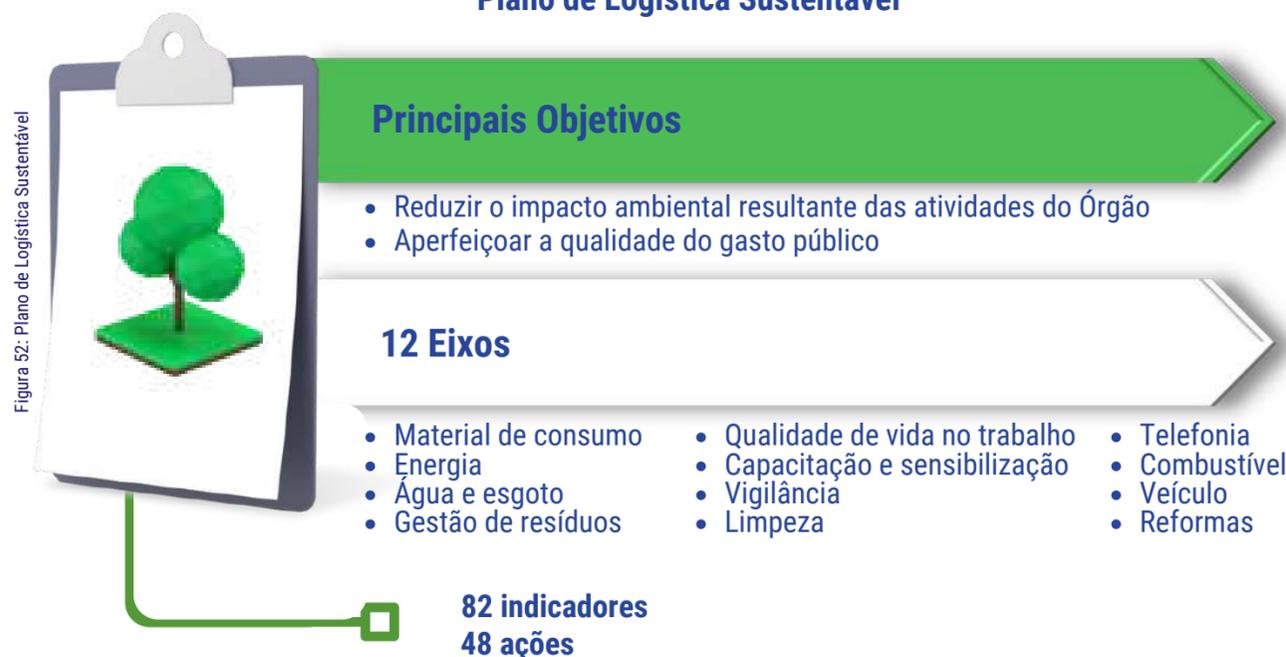


Sustentabilidade Ambiental

A sustentabilidade é o princípio de equilíbrio entre preservar o meio ambiente e seus recursos naturais, em conformidade com a manutenção da qualidade de vida das pessoas, do desenvolvimento econômico e dos avanços tecnológicos.

O Plano de Logística Sustentável - PLS do TRE-BA, elaborado para o ciclo 2018 a 2021 alinhou-se ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI, ao disposto nas Resoluções CNJ nº 201/2015 e nº 23.474/2016 do TSE. Em 2021, foi elaborado, novo PLS para o ciclo 2021 a 2026, com base nas diretrizes estabelecidas pela Resolução do CNJ nº 400/2021.

Plano de Logística Sustentável



Este Regional vem adotando práticas diárias de sustentabilidade com a racionalização dos gastos em processos de aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras, bem assim na realização de ações com vistas à economia da manutenção e operacionalização predial, redução do consumo de energia e água e o emprego de tecnologias e materiais que minimizam o impacto ambiental. Nesse contexto, observa-se a exigência de aquisição de mobiliário geral com assento e encosto revestidos em couro ecológico, compra de paletes, cuja fabricação seja em madeira de reflorestamento, ou de plástico, em material atóxico e reciclável, uso de detergentes e limpadores instantâneos com tensoativo biodegradável, aquisição de lâmpadas de LED para diminuição do consumo energético e geração de economia, dentre outras condutas que visam à consolidação de cultura organizacional que fomenta ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis.

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

<ul style="list-style-type: none"> • Previsão de exclusividade e cota de participação para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte 	<ul style="list-style-type: none"> • Direito de preferência assegurado, conforme art. 3º da <u>Lei nº 8.248/1991</u>, regulado pelo art. 5º, do <u>Decreto nº 7174/2010</u> 	<ul style="list-style-type: none"> • Destinação ambientalmente adequada para materiais recicláveis ou reutilizáveis, de acordo com as diretrizes fixadas pela <u>Lei nº 12.305/2010</u>, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Observância ao disciplinado pela <u>Resolução CONAMA nº 401/2008</u>, que estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas e o gerenciamento, ambientalmente adequado, nas aquisições de pilha (material de processamento de dados e outros)
<ul style="list-style-type: none"> • Exigência de observância às normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) e da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) 	<ul style="list-style-type: none"> • Exigência de utilização de fluido refrigerante ecológico 	<ul style="list-style-type: none"> • Exigência de o bem adquirido ser isento do gás clorofluorcarbono (CFC) 	<ul style="list-style-type: none"> • Exigência de utilização de produtos de baixa toxicidade, inócuos à saúde e liberados pelo Ministério da Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Exigência de licença ambiental emitida pelo órgão competente 	<ul style="list-style-type: none"> • Exigência de utilização Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI), assim como observância das demais normas regulamentadoras voltadas à segurança 	<ul style="list-style-type: none"> • Exigência de eficiência energética mínima (INMETRO/PBE) e exigência de Selo Procel de eficiência energética classe A 	<ul style="list-style-type: none"> • Nas reformas e obras, a contratada deverá remover diariamente o entulho e detritos acumulados no local, promovendo a limpeza da obra/serviços, bem como providenciar o transporte periódico desses para local apropriado e autorizado pelo Poder Público, além de exigência de atendimento às normas técnicas com o objetivo de aferir e garantir a aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados
<ul style="list-style-type: none"> • Adoção das práticas de sustentabilidade na execução dos serviços de limpeza, conforme normas estabelecidas na <u>IN MPOG/SLTI nº 1/2010</u> 	<ul style="list-style-type: none"> • Previsão de logística reversa, em atendimento à <u>Lei nº 12.305/2010</u>, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, visando à preservação do meio ambiente * 	<ul style="list-style-type: none"> • Consoante disposto no art. 32 da <u>Lei nº 12.305/2010</u>, as embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, devendo assegurar que sejam restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto, projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contém, ou recicladas, se a reutilização não for possível * 	
<ul style="list-style-type: none"> • Respeito à racionalização no uso da água de acordo com o exigido no art. 6º, inciso II da <u>IN SLTI/MPOG nº 01/2010</u>, no serviço de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água e utilização de produtos de baixa toxicidade, inodoros, inócuos à saúde e liberados pelo Ministério da Saúde 			

*Novos critérios adotados em 2021

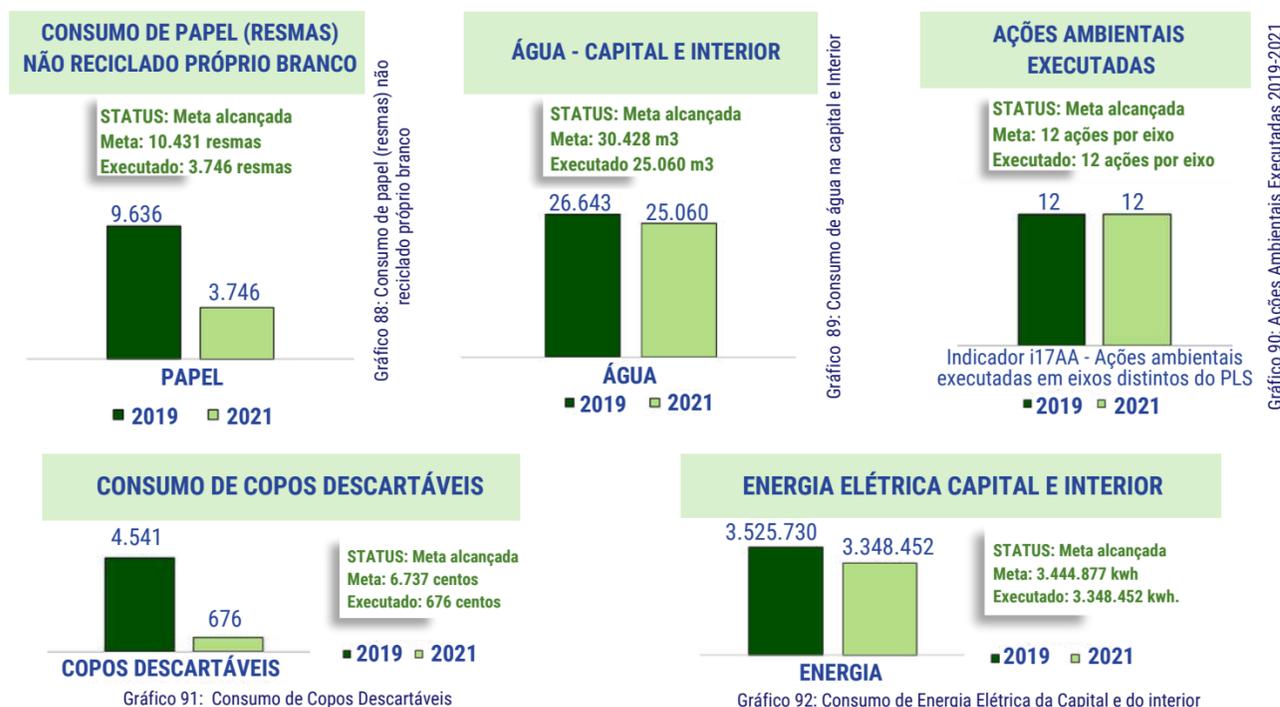
Quadro 23: Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Resultados alcançados

A concretização das ações planejadas pelo Núcleo Socioambiental - NSA permaneceu impactada pelo isolamento social imposto como medida de prevenção ao novo Coronavírus. Houve significativa redução da quantidade de material coletado pelas cooperativas, bem como das campanhas voltadas à conscientização direcionada ao cuidado com o meio ambiente.

As metas definidas, em 2021, para os dois indicadores (i32 e i17AA) vinculados ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI foram atingidas. O desempenho exitoso no alcance da meta definida para o i32, cujo objetivo é monitorar a capacidade da Justiça Eleitoral baiana em assegurar a qualidade do gasto público, atinente ao uso racional de recursos relacionados ao consumo de água, energia, copos descartáveis e papel não reciclado branco, indica a absorção, ainda que tímida, de uma cultura compromissada com a preservação do meio ambiente. Nesse sentido, salienta-se redução em **85,11%** no consumo de copos descartáveis e **61,12%** na utilização de papel não reciclado, resultado de campanhas de consumo consciente realizados nos últimos anos pelo NSA. Constatou-se, também, queda no consumo de energia elétrica (**5,03%**) e água (**5,94%**) nos imóveis da Capital e interior. Os resultados assinalados referem-se ao comparativo entre os anos 2019 e 2021. Apesar do momento de recolhimento porque passa a sociedade como um todo, a atuação do NSA vem contribuindo para sedimentar as práticas sustentáveis.

Os gráficos a seguir demonstram o comportamento do consumo quando comparado ao exercício de 2019, ano não-eleitoral, seguindo ao disposto na Resolução nº 23.474/2016 do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Nesse contexto, foram comparados os anos de 2019 e 2021, ambos anos não eleitorais.

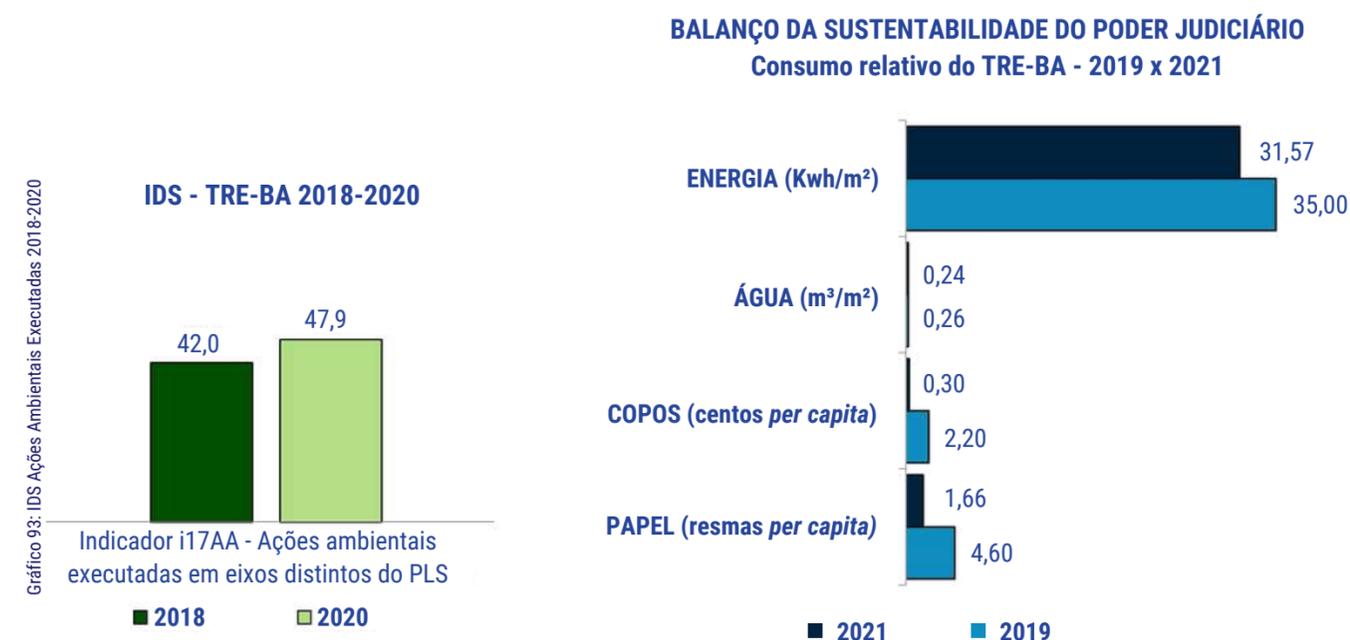


Desempenho do TRE no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário

A execução dos Planos de Logística Sustentável pelos tribunais e conselhos judiciais é monitorada pelo CNJ. São encaminhados, mensalmente, dados detalhados sobre o consumo de papel, gasto com água e esgoto, energia elétrica, consumo de combustível, material direcionado à reciclagem, dentre outros.

O Índice de Desempenho de Sustentabilidade - IDS tem o objetivo de avaliar, em uma única dimensão, o resultado combinado de vários indicadores distintos, permitindo assim, a comparação objetiva entre os tribunais. Quanto mais próximo de 100% melhor o resultado alcançado. Esse índice é divulgado através do Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, que é publicado pelo CNJ entre os meses de maio e junho, com dados relativos ao exercício imediatamente anterior.

Os resultados apresentados a seguir referem-se ao comparativo, entre os anos de 2018 e 2020, e Balanço divulgado em 2019 e 2021.



Ações para redução do consumo de recursos naturais e resíduos poluentes

Foram implementadas ações com o objetivo de reduzir o consumo de recursos naturais e resíduos poluentes. Seguem elencadas algumas ações que merecem destaque:

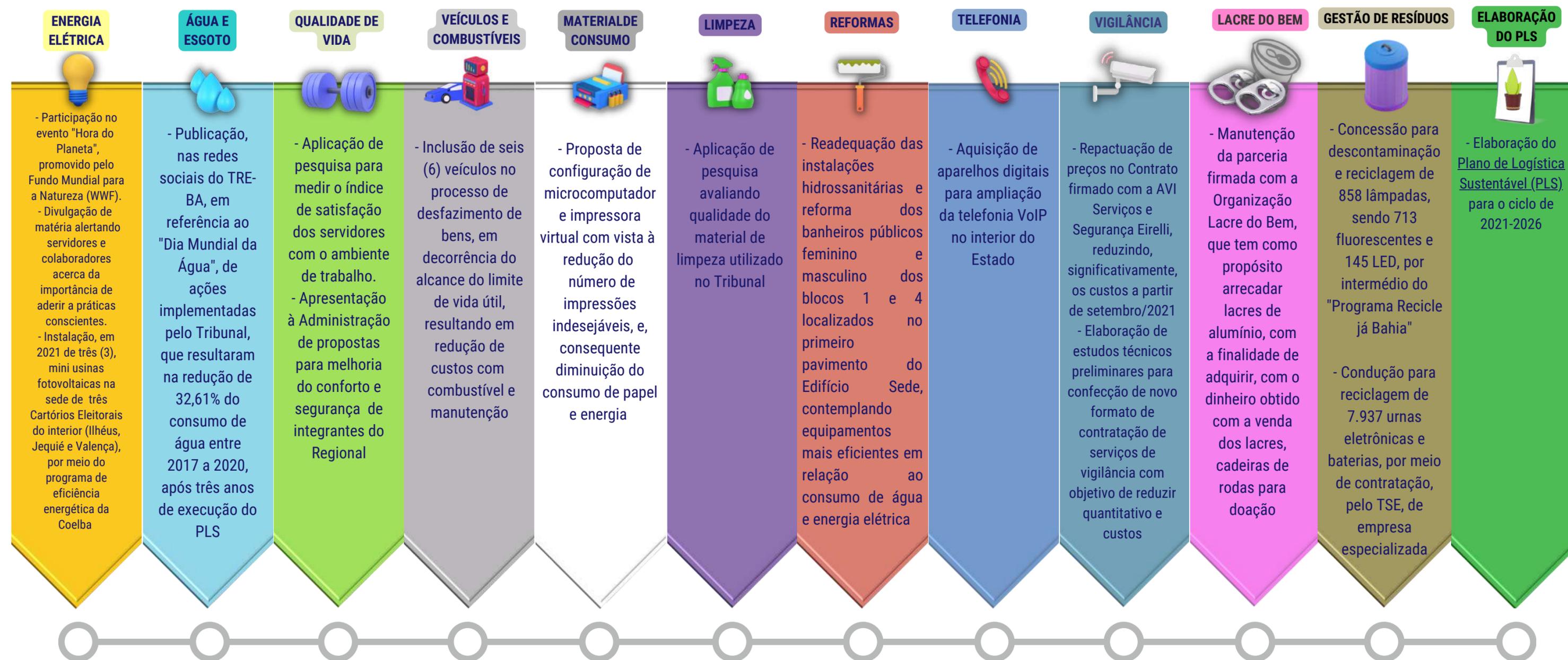


Figura 53: Ações para redução do consumo de recursos naturais e resíduos poluentes

Principais desafios e ações futuras



Figura 54: Principais desafios e ações futuras da Sustentabilidade Ambiental

As metas estabelecidas, em 2021, para os dois indicadores relativos ao Núcleo Socioambiental (NSA) e, vinculados ao Planejamento Estratégico Institucional, foram alcançadas, indicando assim, desempenho satisfatório das atividades desenvolvidas pelo NSA do TRE-BA.

Em vista da continuidade, em 2021, da pandemia da COVID-19, os desafios e ações futuras foram os mesmos de 2020. Salienta-se que o TJ - BA aceitou coletar os resíduos sólidos de saúde do TRE - BA para efetuar a correta destinação. Para efetivar a parceria, necessário formalizar o Termo de Cooperação entre as instituições envolvidas, o que deverá ocorrer em 2022.

A ação de coletar lacres de alumínio para contribuir com a Associação Lacre do Bem já está em desenvolvimento, e, com o retorno gradual dos servidores ao trabalho presencial, espera-se que a iniciativa seja incrementada.

Concernente aos desafios de eliminar a compra de copos descartáveis de 200ml, estender a coleta seletiva para os Cartórios Eleitorais do interior do Estado e conseguir envolver os Grupos Executivos para impulsionar o desempenho do Plano de Logística Sustentável, exigirá empenho, compromisso e envolvimento do Núcleo Socioambiental e da Alta Administração deste Tribunal.

Capítulo 4

Informações orçamentárias,
financeiras e contábeis

Declaração do Contador



Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia -TRE-BA.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

- Falta de registro da depreciação dos bens imóveis não cadastrados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU);
- Falta do registro da amortização do ativo intangível;
- Inconsistência do registro de bens não localizados, que gera diferença quando conciliados os dados do RMB X SIAFI;
- Impossibilidade da realização do inventário anual, conforme decisão constante do SEI n.º 0062198-87.2020.6.05.8000, fundamentada, essencialmente, pelo impacto causado pela COVID 19, que não só exigiu o isolamento social, como também inviabilizou o deslocamento de servidores ao interior do Estado em razão da suspensão de acesso aos fóruns e cartórios eleitorais. Com isso, foi deferida a realização do inventário para o exercício financeiro de 2021. No mesmo expediente, a Seção de Patrimônio apresenta proposta de utilização de aplicativo para a leitura do código de barras de bens, desenvolvido e utilizado na realização de inventário pelo TRE-SC. No entanto, a solução, com o recrudescimento da COVID 19 e suas variantes, não foi suficiente para superar as dificuldades acima expostas, o que resultou na não realização do inventário anual de 2021.

Pelo exposto, a presente Declaração do Contador, pautada, ainda, pelo julgamento profissional e nos conceitos de relevância, materialidade, inconsistências, conhecimentos sobre a atividade fim e as principais operações da entidade objeto da conformidade; aderência às normas específicas que regem essas operações; aderência às normas contábeis e outras legislações, é COM RESTRIÇÃO.

Por fim, em que pese a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) constar do rol das demonstrações contábeis do MCASP, esta não está divulgada neste relatório, tendo em vista que é obrigatória apenas para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas [1].

Os demonstrativos mencionados acima estão acessíveis, em sua íntegra, no link: <https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/gestao-orcamentaria-e-financeira/demonstracoes-contabeis/demonstracoes-contabeis>.

Salvador, 14 de fevereiro de 2022


Márcio de Oliveira Rezende

Coordenador de Finanças e Contabilidade
CRC nº 038080/O

[1] Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª Ed., pag. 457.

Estrutura Contábil e Financeira

A Coordenadoria de Finanças e Contabilidade (COFIC) compõe a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF) e atua como Setorial Contábil do TRE-BA, no acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão, certificando, por meio da conformidade contábil, os registros dos atos e fatos da gestão e seus reflexos nas demonstrações contábeis.

A estrutura da COFIC é composta pelas Seções de Contabilidade Analítica (SECONTA), de Contabilidade Gerencial (SECONGE) e a de Programação, Acompanhamento e Execução Financeira (SEAFIN), nas quais, ao todo, trabalham 19 servidores. O contador responsável desde 1º de agosto de 2018 é Márcio de Oliveira Rezende, Analista Judiciário – Área Administrativa. Atuam como 1º e 2º substitutas, respectivamente, Flávia Maria Almeida Primo, Analista Judiciário – Área Administrativa, Chefe da SECONTA, e Rute dos Santos Pereira, Técnico Judiciário – Área Administrativa, chefe da SECONGE, ambas Bacharéis em Ciências Contábeis.

Os registros realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) obedecem ao princípio da segregação de funções, que consiste, essencialmente, na separação de atribuições entre pessoas, mitigando conflito de interesses, erros, fraudes, disfunções ético-comportamentais, entre outros. Nessa esteira, tomando como exemplo as fases da despesa, a autoridade competente autoriza a emissão de empenhos - cujo registro no SIAFI é realizado por servidor lotado na Seção de Análise e Execução Orçamentária (SEAE), que integra a estrutura da Coordenadoria de Orçamento (COORC); o procedimento de liquidação cabe à fiscalização dos contratos, registrado, comumente no SIAFI pela SEAFIN; e a fase do pagamento das despesas é de responsabilidade da SEAFIN. Frise-se que, no tocante à liquidação da Folha de Pagamento, a SECONTA efetua o procedimento (haja vista deter maior familiaridade com as classificações da despesa), solicita o financeiro e encaminha para a SEAFIN executar o pagamento. Saliente-se, ainda, que a gestão patrimonial é promovida por unidade específica, cabendo à contabilidade a conciliação mensal entre os registros dos sistemas de patrimônio e contábil e orientações que porventura sejam necessárias.

No que se refere à qualidade das informações contábeis, considerando que a sua elaboração e divulgação são necessárias para fins de prestação de contas e de responsabilização (accountability), tomada de decisão, dentre outras análises, observa-se o equilíbrio apropriado entre as características qualitativas das informações contábeis, quais sejam: a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade, associadas às restrições relativas à materialidade e custo-benefício. Dessa forma, a qualidade das informações evidenciadas em Notas Explicativas é reforçada.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021, de acordo com a [Lei 4.320/1964](#), pautada pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TSP), [Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP](#), tabela de eventos, Conformidade dos Registros de Gestão (adequabilidade dos documentos emitidos no SIAFI com a documentação suporte, não se confundindo com a análise da legalidade do ato, cuja responsabilidade é de quem o ordenou), oitava edição do [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP](#), [Manual SIAFI 020315 – Conformidade Contábil](#).

Revela-se importante informar que se utilizou como fonte de dados o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI, para a Unidade Gestora 070013 – Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

Principais critérios e políticas contábeis

Informações gerais

O TRE-BA integra o Poder Judiciário Federal e atua como Justiça Especializada no âmbito do Direito Eleitoral, inscrito no CNPJ sob o nº 05.967.350/0001-45, situado na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 150, Salvador-Bahia.

Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

Conheça a seguir os principais critérios, princípios, bases, regras e práticas contábeis aplicadas na elaboração e na apresentação das demonstrações contábeis, baseados nos normativos citados no tópico “Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis”, mencionados na página anterior.



Demais créditos e valores a curto prazo

Dizem respeito a direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) créditos a receber decorrentes de infração contratual; (iii) acertos financeiros com servidores decorrentes da folha de pagamento; (iv) e outros créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos. Em relação aos itens (ii) e (iii), caso não haja o pagamento do débito, os valores inferiores a R\$1.000,00 serão atualizados até alcançarem o valor passível de encaminhamento à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), para registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e inscrição na dívida ativa; os que originalmente superam R\$1.000,00 são encaminhados à PGFN para a mesma finalidade. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor histórico.

Os créditos a receber são atualizados com base na variação da taxa Selic.



Período

As demonstrações divulgadas referem-se ao exercício financeiro de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.



Idioma e moeda funcional

Os registros foram efetuados em idioma nacional e em unidade de Real.



Caixa e equivalentes de caixa

São os ativos disponíveis para realização imediata, ou com expectativa de realização em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis. Representa valores disponíveis na conta única do Tesouro Nacional, derivados do princípio da unidade de tesouraria (conforme artigos 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), e demais depósitos no Banco do Brasil e/ou Caixa Econômica Federal, notadamente, as cauções. Os valores de saldos de caixa e equivalentes de caixa não estão disponíveis para uso pelo Regional, dada a característica do Órgão que não é dotado de receita própria, sendo os recursos financeiros recebidos mediante sub-repasse.



Estoques

Os bens de almoxarifado são mensurados inicialmente pelo custo de aquisição e, quando da saída, pelo preço médio ponderado das compras.



(-) Ajustes para perdas

Este elemento do Balanço Patrimonial do TRE-BA aplica-se, apenas, às contas analíticas contidas no tópico “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”, que correspondem às contas 113811700 – Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento – e a 113810700 – Créditos a Receber Decorrentes de Infrações. Em havendo cálculos de ajustes para perdas em contas analíticas do subgrupo 113, esses serão objeto de notas explicativas.

A fim de evidenciar a real situação patrimonial, é necessário que o reconhecimento de créditos a receber seja acompanhado da constituição do respectivo ajuste para perdas estimadas, permitindo assim a quantificação fiel dos recursos controlados pela entidade. Nesse espeque, o ajuste para perdas estimadas não se confunde com o desreconhecimento de ativos que tenham se tornado efetivamente irrecuperáveis. Em verdade, o referido registro reflete a possibilidade de que parte dos valores do ativo possam não gerar os benefícios econômicos esperados.

Aplica-se a metodologia descrita na Macrofunção SIAFI 020342 – Ajuste para Perdas Estimadas, que consiste no seguinte:

Obtenção dos percentuais referentes aos ajustes para perdas estimadas baseadas no histórico de recebimentos passados. Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado desta mesma conta.

O valor da variável quociente médio de recebimentos é encontrado calculando, primeiramente, a média mensal de recebimentos e a média mensal dos saldos da conta de valores a receber para cada um dos últimos três exercícios.

A partir dos quocientes de recebimento de cada exercício, calcula-se o quociente médio de recebimento, somando-se os quocientes de recebimento dos exercícios x1, x2 e x3, e dividindo-se o resultado da soma por três exercícios.

Depreciação de bens móveis

Os bens móveis são reconhecidos pelo valor da aquisição e depreciados regularmente. A depreciação é realizada pelo método das quotas constantes com base no [Manual SIAFI macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização, e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações](#), bem como as Orientações n.º 01/2010 e 03/2012 da COFIC/SOF/TSE. Veja a seguir tabela de vida útil e valor residual para cada conta contábil:

DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		
Elementos do Ativo	Taxa Residual	Vida Útil Estimada (anos)
123110101 - APARELHOS DE MEDIÇÃO	10%	15
123110102 - APARELHOS E EQUIP DE COMUNICAÇÃO	20%	10
123110103 - APAR. EQUIP. MED. ODONT. LAB. HOSP	20%	15
123110104 - AP. E EQUIP. P/ESPORTE E DIVERSÕES	10%	10
123110105 - EQUIP. PROTEÇÃO SEGURANÇA E SOCORRO	10%	10
123110106 - MAQ. E EQUIP. DE NATUREZA INDUSTRIAL	10%	20
123110107 - MAQUINAS E EQUIPAMENTO ENERGÉTICOS	10%	10
123110108 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	10%	15
123110109 - MAQ., FERRAM. E UTENS. DE OFICINA	10%	10
123110112 - ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	10%	5
123110121 - EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRIC.	10%	10
123110125 - MAQ. UTENSÍLIOS E EQUIP. DIVERSOS	10%	10
123110201 - EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	10%	5
123110301 - APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10%	10
123110302 - MAQ. INST. UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10%	10
123110303 - MOBILIÁRIO EM GERAL	10%	10
123110402 - COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	0%	10
123110405 - EQUIP. P/ÁUDIO VÍDEO E FOTO	10%	10
123110406 - OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA MUSEU	-	-
123110501 - VEÍCULOS DIVERSOS	10%	15
123110503 - VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	10%	15
123110900 - ARMAMENTOS	15%	20
123119909 - PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10%	10

Tabela 23: Depreciação acumulada - bens móveis

Sobre depreciação de urnas eletrônicas

Objetos classificados como equipamentos de processamento de dados têm vida útil de cinco anos. No entanto, segundo estudos do TSE, as urnas eletrônicas atingem o valor residual somente em dez anos.



Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

Os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). O valor depreciado é de responsabilidade daquela SPU, apurado e registrado mensalmente.

Bens de Uso Especial não Registrados no SPIUnet

Conforme Orientação SOF/TSE n.º 03/2020, os bens não registrados no SPIUnet e que estavam registrados no SIAFI em Imóveis a Registrar foram transferidos para as contas do grupo 12.321.02.00 – Bens de Uso especial Não Registrados no SPIUnet. A depreciação desses bens foi feita após o encerramento do exercício financeiro, e consta de Nota Explicativa – Eventos Subsequentes, com a respectiva metodologia.

VPDs pagas antecipadamente

Referem-se a pagamentos de prêmios de seguros e assinaturas de periódicos, cujos lançamentos das variações patrimoniais diminutivas são registrados quando da ocorrência do fato gerador, em atenção ao princípio da competência.

Quadro 24: Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet, bens de uso especial não registrados no SPIUnet e VPDs pagas antecipadamente

Ativo não circulante

Compreende os ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, e é reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção do bem. Quando os elementos do imobilizado têm vida útil econômica limitada, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas.

Em caso de gastos posteriores à aquisição, construção ou produção, esses são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar potencial de serviço ou benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram esses benefícios, são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Quanto aos ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação com base no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Esses bens podem ser classificados como de vida útil definida ou indefinida. A amortização do intangível de vida útil definida deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso até a vigência do contrato de licenciamento ou cessão de uso. Quando a vida útil é indefinida, os ativos não sofrem amortização.

Vale ressaltar que, de acordo com a [Portaria STN n.º 548/2015](#), o registro contábil dos intangíveis passou a ser obrigatório para a União em 2019, especificamente em relação a *softwares*, marcas, patentes, licenças e congêneres.

Nesse sentido, a Setorial Contábil de Órgão Superior de Contabilidade (TSE) expediu a Orientação SOF/TSE n.º 12/2019, de 05 de novembro de 2019, na qual padronizou, no âmbito da Justiça Eleitoral, os procedimentos de reconhecimento, mensuração, evidenciação e amortização do Ativo Intangível.

Em que pese o constante da [Portaria STN n.º 548/2015](#), bem assim, da orientação supramencionada, este Regional não efetuou, no exercício de 2020, o lançamento da amortização dos ativos intangíveis, acarretando superavaliação do grupo Intangível.

Por fim, vale frisar que os trabalhos foram iniciados em 2021 por meio de levantamento dos dados necessários ao registro. Ademais, o Sistema ASI está parametrizado para receber as informações, que devem ser lançadas no exercício financeiro de 2022.

Passivos circulantes e não circulantes

Esses passivos compreendem as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar e demais obrigações, cujos valores são mensurados ou avaliados pelo valor histórico. As obrigações perante fornecedores de bens e serviços, bem como as decorrentes de benefícios a servidores (13º salário, férias e outros) são reconhecidas, mensuradas e evidenciadas por competência.

Patrimônio líquido

No patrimônio líquido, evidencia-se o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho da entidade.

Demonstrativos contábeis

Balço Patrimonial

Exercício 2021; R\$ 1,00

Ativo	NE*	31/12/2021	31/12/2020	Passivo e Patrimônio Líquido	NE*	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	5.338.119,34	4.570.252,21	Obrigações Trabalh. Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	10	66.644,42	919.043,31
Créditos a Curto Prazo		3.092.856,41	7.875.653,38	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	11	1.765.468,02	459.484,79
Demais Créditos e Valores	2	4.240.496,62	9.023.293,59	Demais Obrigações a Curto Prazo	12	1.126.802,79	883.515,73
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	3	(1.147.640,21)	(1.147.640,21)				
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	4	-	-				
Estoques	5	2.315.186,48	3.437.575,32				
VPDs Pagas Antecipadamente	6	678.654,46	80.174,78				
Total do Ativo Circulante		11.424.816,69	15.963.655,69	Total do Passivo Circulante		2.958.915,23	2.262.043,83
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Imobilizado		135.050.898,17	121.395.257,62	Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	156.050,38
Bens Móveis	7	34.189.969,57	28.386.229,17	Total do Passivo Não Circulante		0,00	156.050,38
Bens Móveis		71.753.700,25	62.025.922,97				
(-) Depreciação/Amortização Acumulada de Bens Móveis		(37.563.730,68)	(33.639.693,80)	Total do Passivo Exigível		2.958.915,23	2.418.094,21
Bens Imóveis	8	100.860.928,60	93.009.028,45				
Bens Imóveis		104.327.293,68	96.369.959,13	Patrimônio Líquido	13		
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Imóveis		(3.466.365,08)	(3.360.930,68)	Resultados Acumulados		148.940.871,82	139.406.169,77
Intangível	9	5.424.072,19	4.465.350,67	Resultado do Exercício		6.054.894,82	(4.407.720,69)
Softwares		5.424.072,19	4.465.350,67	Resultados de Exercícios Anteriores		139.406.169,77	130.828.311,15
Softwares		5.424.072,19	4.465.350,67	Ajustes de Exercícios Anteriores		3.479.807,23	12.985.579,31
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-	Total do Patrimônio Líquido		148.940.871,82	139.406.169,77
Total do Ativo Não Circulante		140.474.970,36	125.860.608,29	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		151.899.787,05	141.824.263,98
Total do Ativo		151.899.787,05	141.824.263,98				

Tabela 24: Balço Patrimonial
Fonte: Siafi. (*) NE = Nota Explicativa

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei n. 4.320, de 1964)

Exercício 2021; R\$ 1,00

Ativo			Passivo		
Especificação	31/12/2021	31/12/2020	Especificação	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Financeiro	5.338.119,34	4.570.252,21	Passivo Financeiro	23.322.521,45	19.769.089,60
Ativo Permanente	146.561.667,71	137.254.011,77	Passivo Permanente	105.719,87	976.080,64
			Saldo Patrimonial	128.471.545,73	121.079.093,74

Tabela 25: Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes
Fonte: Siafi.



O Balço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

***NE significa Nota Explicativa.** Observa-se que todas as Notas estão ao final deste capítulo, em item específico.

Contas de Compensação (Lei n. 4.320, de 1964)

Exercício 2021; R\$ 1,00

Especificação	31/12/2021	NE	31/12/2020
Atos Potenciais Ativos		<u>14</u>	
Atos Potenciais Ativos	2.206.577,35		8.847.063,42
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	2.206.577,35		8.847.063,42
Direitos Contratuais	-		-
Total dos Atos Potenciais Ativos	2.206.577,35		8.847.063,42
Atos Potenciais Passivos		<u>14</u>	
Atos Potenciais Passivos	93.062.537,68		81.745.268,22
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	314.285,70		887.161,90
Obrigações Contratuais	92.748.251,98		80.858.106,32
Total dos Atos Potenciais Passivos	93.062.537,68		81.745.268,22

Tabela 26: Contas de Compensação
Fonte: Siafi

Superávit/déficit financeiro (Lei n. 4.320, de 1964)

Exercício 2021; R\$ 1,00

Destinação de Recursos	NE	Superávit/Déficit Financeiro
Recursos Ordinários		(19.221.158,97)
Recursos Vinculados		1.236.756,86
Seguridade Social (exceto Previdência)		5.139,24
Previdência Social (RPPS)		(3.570,26)
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		1.235.187,88
Total		(17.984.402,11)

Tabela 27: Superávit/déficit financeiro
Fonte: Siafi



Demonstração das Variáveis Patrimoniais

Exercício 2021; R\$ 1,00

Especificação	NE	31/12/2021	31/12/2020
Variáveis Patrimoniais Aumentativas		409.675.982,42	483.035.502,46
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
Variáveis Patrimoniais Aumentativas Financeiras	15	9.361,48	3.079,68
Juros e Encargos de Mora		3.029,73	1.531,65
Variáveis Monetárias e Cambiais		6.331,75	1.548,03
Transferências e Delegações Recebidas	16	404.452.070,98	428.701.668,10
Transferências Intragovernamentais		402.784.504,87	424.240.120,46
Outras Transferências e Delegações Recebidas		1.667.566,11	4.461.547,64
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos	17	643.022,88	3.423.316,88
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		642.951,20	1.185.652,13
Ganhos com Desincorporação de Passivos		71,68	2.237.664,75
Outras Variáveis Patrimoniais Aumentativas	18	4.571.527,08	50.907.437,80
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	851.516,00
Diversas Variáveis Patrimoniais Aumentativas		4.571.527,08	50.055.921,80
Variáveis Patrimoniais Diminutivas			487.443.223,15
Pessoal e Encargos		282.173.509,88	302.918.083,22
Remuneração a Pessoal		225.646.971,00	246.702.223,30
Encargos Patronais		44.527.114,45	43.856.272,40
Benefícios a Pessoal		11.999.424,43	12.347.337,52
Outras Variáveis Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	12.250,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		61.308.163,82	60.458.197,75
Aposentadorias e Reformas		42.734.760,47	43.174.071,75
Pensões		13.723.156,03	12.897.704,52
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		4.850.246,32	4.386.421,48
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	19	52.729.000,89	66.188.195,14
Uso de Material de Consumo		2.352.571,92	6.502.521,28
Serviços		42.737.943,17	50.067.991,75
Depreciação, Amortização e Exaustão		7.638.485,80	9.617.682,11
Variáveis Patrimoniais Diminutivas Financeiras		8.833,69	13.357,97
Juros e Encargos de Mora		-	13.270,31
Descontos Financeiros Concedidos		8.833,69	87,66
Transferências e Delegações Concedidas	20	6.695.632,10	51.761.097,81
Transferências Intragovernamentais		4.906.645,22	50.079.977,93
Outras Transferências e Delegações Concedidas		1.788.986,88	1.681.119,88
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	21	213.410,26	5.078.393,54
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas		-	1.511,74
Perdas Involuntárias		-	4.015,27
Desincorporação de Ativos		213.410,26	5.072.866,53
Tributárias		6.682,83	400.156,91
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		6.682,83	400.156,91
Custo - Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Outras Variáveis Patrimoniais Diminutivas		485.855,13	625.740,81
Diversas Variáveis Patrimoniais Diminutivas		485.855,13	625.740,81
Resultado Patrimonial do Período		6.054.894,82	(4.407.720,69)

Tabela 28: Demonstração das Variáveis Patrimoniais
Fonte: Siafi

Balço Orçamentário

Exercício 2021; R\$ 1,00

Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes		-	-	-	-
Receita Tributárias		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		-	-	-	-
Receita agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		-	-	-	-
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		-	-	-	-
Receitas de Capital		-	-	-	-
Operações de Créditos		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Subtotal de Receitas		-	-	-	-
Déficit	22	-	-	407.954.852,32	407.954.852,32
Total		-	-	407.954.852,32	407.954.852,32
Créditos Adicionais Abertos	23	-	11.457.068,00	-	-11.457.068,00
Superávit Financeiro		-	-	-	-
Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	11.457.068,80	-	-

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes		385.952.853,00	391.217.797,00	389.589.855,43	384.429.065,62	384.359.312,88	1.627.941,57
Pessoal e Encargos Sociais		325.014.150,00	329.871.206,00	330.359.121,26	329.854.840,84	329.847.918,65	(487.915,26)
Outras Despesas Correntes	23	60.938.703,00	61.346.591,00	59.230.734,17	54.574.224,78	54.511.394,23	2.115.856,85
Despesas de Capital		12.808.886,00	19.001.010,00	18.364.996,89	4.389.636,05	4.385.612,08	636.013,11
Investimentos		12.808.886,00	19.001.010,00	18.364.996,89	4.389.636,05	4.385.612,08	636.013,11
Reserva de Contingência		-	-	-	-	-	-
Total		398.761.739,00	410.218.807,00	407.954.852,32	388.818.701,67	388.744.924,96	2.263.954,69

Tabela 29: Balço Orçamentário
Fonte: Siafi

Anexo 1 - Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar não Processados

Exercício 2021; R\$ 1,00

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
		Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior				
Despesas Correntes		821.740,63	11.243.898,60	6.603.404,33	6.592.672,47	2.850.564,91	2.622.401,85
Pessoal e Encargos Sociais		16.816,65	938.144,39	560.524,63	560.524,63	11.096,10	383.340,31
Outras Despesas Correntes	24	804.923,98	10.305.754,21	6.042.879,50	6.032.147,84	2.839.468,81	2.239.061,54
Despesas de Capital		150.435,56	6.141.472,50	6.060.017,32	6.047.285,70	147.700,90	96.921,46
Investimentos		150.435,56	6.141.472,50	6.060.017,32	6.047.285,70	147.700,90	96.921,46
Total		972.176,19	17.385.371,10	12.663.421,65	12.639.958,17	2.998.265,81	2.719.323,31

Tabela 30: Anexo 1 - Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar não Processados
Fonte: Siafi

ANEXO 2 – Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados

Exercício 2021; R\$ 1,00

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior			
Despesas Correntes	24	936.223,42	119.611,23	34.485,06	10.693,332	1.010.656,27
Pessoal e Encargos Sociais		357,88	67,70	67,10	357,88	
Outras Despesas Correntes		935.865,54	119.544,13	34.417,96	10.335,44	1.010.656,27
Despesas de Capital		140.706,28	20.408,68	17.640,11	-	143.474,85
Investimentos		140.706,28	20.408,68	17.640,11	-	
Total		1.076.929,70	140.019,91	52.125,17	10.693,32	1.154.131,12

Tabela 31: Anexo 2 – Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados
Fonte: Siafi



Balanço Financeiro

Exercício 2021; R\$ 1,00

Especificação	NE	2021	2020
Ingressos			
Receitas Orçamentárias		-	-
Ordinárias		-	-
Vinculadas		-	-
Previdência Social (RPPS)		-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-
Transferências Financeiras Recebidas		402.784.504,87	424.240.120,46
Resultantes da Execução Orçamentária		399.322.048,79	421.409.319,94
Sub-repasse Recebido		399.322.048,79	421.409.319,94
Independentes da Execução Orçamentária	16	3.452.456,08	2.830.800,52
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		3.452.429,05	2.807.270,43
Demais Transferências Recbidas		6.861,83	11.102,41
Movimentação de Saldos Patrimoniais		16.165,20	12.427,68
Recebimentos Extraorçamentários		24.854.396,40	68.844.725,47
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		73.776,71	83.368,84
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		19.136.150,65	17.385.371,10
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.349.239,19	1.506.150,77
Outros Recebimentos Extraorçamentários	18	4.295.229,86	49.869.834,76
Restituições a Pagar		10.073,50	-
Arrecadação de outra unidade		4.282.468,82	49.869.365,73
Demais Recebimentos		2.687,57	469,03
Saldo do Exercício Anterior		4.570.252,21	2.911.007,83
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	4.570.252,21	2.911.007,83
Total de Ingressos		432.209.153,49	495.995.853,76
Dispêndios			
Despesas Orçamentárias		407.954.852,32	433.347.470,99
Ordinárias		341.811.708,54	367.483.567,29
Vinculadas		66.143.143,78	65.863.903,70
Seguridade Social (Exceto Previdência)		4.625.141,73	4.340.051,13
Previdência Social (RPPS)		56.246.368,51	55.331.131,36
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		5.271.633,54	6.192.721,21
Transferências Financeiras Concedidas		4.908.367,21	50.081.467,25
Resultantes da Execução Orçamentária		598.381,36	188.571,43
Repasse Concedido	25	597.876,20	188.571,43
Rsub-repasse Devolvido		505,16	-
Independentes da Execução Orçamentária	18	4.309.975,85	49.892.895,82
Movimento de Saldos Patrimoniais		4.309.975,85	49.892.895,82
Pagamentos Extraorçamentários		14.007.824,62	7.996.663,31
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		52.125,17	220.207,12
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		12.639.958,17	6.292.593,70
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.315.741,28	1.483.862,49
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Saldo para o Exercício Seguinte		5.338.119,34	4.570.252,21
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	5.338.119,34	4.570.252,21
Total de dispêndios		432.209.153,49	495.995.853,76

Tabela 32: Balanço Financeiro
Fonte: Siafi

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício 2021; R\$ 1,00

Especificação	NE	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		11.218.405,02	5.346.218,78
Ingressos		408.428.973,92	475.616.105,99
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		-	-
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Transferências Recebidas		-	-
Outros Ingressos Operacionais		408.428.973,92	475.616.105,99
Ingressos Extraorçamentários		1.349.239,19	1.506.150,77
Restituições a Pagar		10.073,50	-
Transferências Financeiras Recebidas	16	402.784.504,87	424.240.120,46
Arrecadado de Outra Unidade	18	4.282.468,82	49.869.365,73
Demais Recebimentos		2.687,54	469,03
Desembolsos		(397.210.568,90)	(470.269.887,21)
Pessoal e Demais Despesas		(347.089.946,80)	(375.138.878,44)
Legislativo		-	-
Judiciário		(290.672.196,74)	(318.347.957,19)
Administração		-	-
Previdência Social		(56.417.750,06)	(56.790.921,25)
Transferências Concedidas		(43.896.523,61)	(43.565.679,03)
Intragovernamentais		(43.896.523,61)	(43.565.679,03)
Outros Desembolsos das Operações		(6.224.098,49)	(51.565.329,74)
Dispêndios Extraorçamentários		(1.315.741,28)	(1.483.862,49)
Transferências Financeiras Concedidas	18	(4.908.357,21)	(50.081.467,25)
Demais Pagamentos		-	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		(10.450.537,89)	(3.686.974,40)
Ingressos		-	-
Alienação de Bens		-	-
Desembolsos		(10.450.537,89)	(3.686.974,40)
Aquisição de Ativo Não Circulante	8	(9.085.562,42)	(2.289.568,80)
Outros Desembolsos de Investimentos		(1.364.975,47)	(1.397.405,60)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		767.867,13	1.659.244,38
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		4.570.252,21	2.911.007,83
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	1	5.338.119,34	4.570.252,21

Notas Explicativas à Demonstrações Contábeis

A partir da próxima página, procede-se às Notas Explicativas referentes às demonstrações contábeis evidenciadas neste capítulo.



Tabela 33: Demonstração dos Fluxos de Caixa
Fonte: Siafi

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Nota 1 – Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional e em bancos.

Tabela - Caixa e equivalentes de caixa

Exercício 2021; R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH*
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	5.182.029,96	4.413.708,92	17,41%
Banco Conta Movimento – Caixa	156.050,38	156.050,38	0,00%
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento - OFSS	39,00	492,91	(92,09%)
Saldo	5.338.119,34	4.572.272,21	16,75%

Tabela 34 : Caixa e equivalentes de caixa
Fonte: Siafi. *AH – Análise Horizontal.

Demais contas – Caixa Econômica Federal

Valor correspondente a depósito de caução em garantia contratual.

Limite de saque com vinculação de pagamento

A maior parte do valor refere-se ao financeiro necessário para quitação de despesas de custeio provenientes de inscrição e reinscrição de Restos a Pagar Processados e Não Processados.

No grupo Caixa e Equivalente a Caixa destaca-se a conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de pagamento, apresentando uma variação negativa de 92,09%. Esta conta registra o valor do Limite de Saque da conta única do ente federativo que está aguardando autorização para pagamento e posterior emissão de ordem bancária.

Nota 2 – Demais Créditos e Valores

Compreende os valores a receber por transações realizáveis a curto prazo, cuja composição está apresentada na tabela abaixo:

Tabela - Créditos a curto prazo

Exercício 2021; R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
Adiantamentos Concedidos	1.861.353,38	7.447.979,15	-75,01%
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	2.379.143,24	1.575.314,44	51,03%
Demais Créditos e Valores	4.240.496,62	9.023.293,59	-53,01%
(-)Ajuste para perda demais créditos/valor a curto prazo	-1.147.640,21	-1.147.640,21	0,00%
Saldo de Créditos a Curto Prazo	3.092.856,41	7.875.653,38	-60,73%

Tabela 35 : Créditos a curto prazo
Fonte: Siafi (Balancete)

Adiantamentos concedidos

O grupo de conta Adiantamentos Concedidos variou negativamente 75,01%, comparado a 2020, haja vista que 2021 não é ano eleitoral. Diante disso, despesas como Benefício Alimentação para mesários e colaboradores, bem como com adiantamentos financeiros a servidores (Suprimento de Fundos) para as contratações (de eletricista, transporte de urnas, dentre outros) relativas à realização das Eleições não foram despendidas.

O acréscimo de 51,03%, ocorrido na conta 11382000, que registra os valores relativos a adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), foi em virtude da descentralização de crédito e de cota financeira destinada à Universidade Federal da Bahia (UFBA), nos valores de R\$340.733,33, relacionados ao TED 01/2020 - Pós-Graduação Lato Sensu em Tecnologia da Informação (TI); e de R\$257.142,87, por conta do TED 02/2020 - Mestrados em Segurança Pública, Justiça e Cidadania.

Nota 3 – Ajustes para perdas em créditos de curto prazo

Referem-se ao percentual de créditos a receber não tributário, cuja probabilidade de satisfação é medida de acordo com a metodologia indicada no tópico Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis, resultando no registro credor na conta de Ativo, indicativo de que aquele montante dificilmente será recuperado. O valor constante do Balanço Patrimonial para o exercício financeiro de 2020 é o mesmo de 2021. O registro relativo a 2021 está evidenciado em Nota Explicativa n.º 15 - Eventos Subsequentes, vez que foi registrado após o encerramento do exercício financeiro e antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Nota 4 – Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos principalmente com objetivo de utilização no curso normal das atividades ou para manutenção do patrimônio.

Tabela - Estoques

Exercício 2021; R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
Materiais de Consumo	2.315.186,48	3.437.575,32	-32,65%
Saldo de Estoque	2.315.186,48	3.437.575,32	56,24%

Tabela 36: Estoques
Fonte: Siafi

A variação negativa de 32,65% na conta Estoques justifica-se em virtude dos gastos realizados em 2020 com Pleito Eleitoral, quando há uma aumento significativo na demanda dos materiais de consumo. Em não havendo processo eleitoral, naturalmente as despesas diminuem. Esse fenômeno acontece a cada biênio e é típico da Justiça Eleitoral.

Nota 5 – VPDs pagas antecipadamente

Referem-se a pagamentos de aquisição de periódicos e contratação de seguros ocorridos antecipadamente, cuja Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) é apropriada por cotas mensais, proporcionalmente ao período de entrega do periódico ou de cobertura do seguro, em atenção ao regime de competência.

Tabela - VPDs pagas antecipadamente

Exercício 2021; R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
VPD de Serviços Pagos Antecipadamente	678.654,46	80.174,78	746,47%
Total	678.654,46	80.174,78	746,47%

Tabela 37: VPDs pagas antecipadamente
Fonte: Siafi

Do total de VPD de Serviços Pagos Antecipadamente no exercício financeiro de 2021 (R\$678.654,46) destaca-se o pagamento de assinaturas de suporte técnico de produtos homologados pela *Red Hat* (Tecnologia da Informação - TI), consoante contrato n.º 065/2021 - SEI n.º 16916-89.2021.6.05.8000, no valor total de R\$602.727,40, representando 88,81% do montante da rubrica. Essa contratação acarretou a variação de 746,47% entre os exercícios em comento.

Imobilizado

É o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período (exercício) (MCASP, 8ª edição, página 173).

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (caso tenham vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição e construção (sem falar em produção, vez que este Regional não produz bens) são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Em não gerando benefícios, são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Tabela - Bens Móveis e Imóveis

Exercício 2021; R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AH
Bens Móveis	34.189.969,57	28.386.229,17	20,45%
(+) Valor Bruto Contábil	71.753.700,25	62.025.922,97	15,68%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-37.563.730,68	-33.639.693,80	11,66%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00%
Bens Imóveis	100.860.928,60	93.009.028,45	8,44%
(+) Valor Bruto Contábil	104.327.293,68	96.369.959,13	8,26%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-3.466.365,08	-3.360.930,68	3,14%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00%
Total	135.050.898,17	121.395.257,62	11,25%

Tabela 38: Bens Móveis e Imóveis
Fonte: Siafi

Em 31/12/2021, o TRE-BA apresentou um saldo de R\$135.050.898,17, relacionado a imobilizado, com acréscimo de 11,25%.

Nota 6 – Bens móveis

Tabela - Bens móveis – Sintética

Exercício 2021; R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
Bens Móveis	71.753.700,25	62.025.922,97	15,68%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulados	-37.563.730,68	-33.639.693,80	11,66%
Total	34.189.969,57	28.385.959,17	20,45%

Tabela 39: Bens móveis – Sintética
Fonte: Siafi

Tabela - Bens Móveis - Analítica

Exercício 2021; R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	5.308.911,33	4.583.548,95	15,83%
Bens de Informática	50.395.190,48	41.475.158,17	21,51%
Móveis e Utensílios	10.526.023,34	10.014.730,40	5,11%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	887.208,84	867.253,64	2,30%
Veículos	3.948.072,56	3.902.172,15	1,18%
Armamentos	39.025,00	39.025,00	0,00%
Demais Bens Móveis	649.268,60	1.144.034,66	-43,25%
Depreciação / Amortização Acumulada	-37.563.730,68	-33.639.693,80	11,66%
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	0,00%
Total	34.189.969,57	28.386.229,17	20,45%

Tabela 40: Bens Móveis - Analítica
Fonte: Siafi

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 21,51% referem-se a Bens de Informática; 15,83% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas; e - 43,25% referem-se a Demais Bens Móveis.

A variação positiva de 21,51% representa as transferências de equipamentos de informática de outros Regionais para o TRE-BA, a exemplo de servidores de dados. Compõe o incremento, ainda, a reavaliação das urnas eletrônicas, em atendimento à determinação do TSE por meio SEI n.º 0010713-14.2021.6.05.8000, além de aquisições diversas.

No exercício de 2021, a variação de 15,83% na conta Máquina, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas ocorreu em virtude de aquisições de *nobreaks* e aparelhos de comunicação, cada vez mais necessários para fazer frente às necessidades de trabalho remoto por conta da COVID-19.

A conta sintética Demais Bens Móveis é composta por Bens Não Localizados e Peças Não Incorporáveis a Imóveis. A variação negativa de 43,25% na conta Demais Bens Móveis decorre da localização dos bens registrados como Não Localizados, os quais foram classificados nas contas de origem, representando um decréscimo nominal no valor de R\$506.460,34.

A variação de 11,66% na conta Depreciação Acumulada explica-se pela reavaliação das urnas eletrônicas recebidas por doação de equipamentos de informática oriundos do TSE e do TRE-DF.

Nota 7 – Bens imóveis

Os bens imóveis registrados nos exercícios financeiros de 2021/2020, sem considerar a depreciação, totalizam R\$104.327.293,68 e R\$96.369.959,13, respectivamente. Estes resultados advêm do somatório dos valores brutos das Tabelas 8, 9 e 10, distribuídos em várias contas contábeis, segregados em: bens de uso especial registrados no SPIUNET, bens de uso especial não registrados no SPIUNET e demais bens imóveis em andamento (obras em andamento).

Os bens imóveis têm como principal característica a vinculação ao solo e restrição física de movimentação. Segundo o PCASP, estes bens devem ser destinados ao uso e que a entidade não os esteja explorando comercialmente.

Bens imóveis registrados no SPIUNET

O valor bruto total dos bens imóveis registrados no SPIUNET é de R\$46.948.494,80, não apresentando alteração entre os exercícios financeiros 2021/2020, pois não houve reavaliação ou lançamento de obras.

Tabela - Bens Imóveis Registrados no SPIUNET

Exercício 2021; R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
Bens de Uso Especial Registrado no SPIUNET	46.948.494,80	46.948.494,80	0,00%
Edifícios	44.529.896,01	44.529.896,01	0,00%
Armazens e Galpões	2.418.598,79	2.418.598,79	0,00%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulados	-3.466.365,08	-3.360.930,68	3,14%
Saldo Bens de Uso Especial Registrado no SPIUNET	43.482.129,72	43.587.564,12	- 0,24%

Tabela 41: Bens Imóveis Registrados no SPIUNET
Fonte: Siafi.

Bens imóveis não registrados no SPIUNET

Os bens imóveis não registrados no SPIUNET representam o montante de R\$48.991.132,84, cujo lançamento da depreciação não está sendo realizado, impactando no resultado do exercício apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais (DVP). Vale registrar que estão sendo tomadas medidas no sentido de regularizar o registro dos imóveis, por meio de Processos Administrativos específicos para essa finalidade.

Tendo em vista que a depreciação não foi lançada no exercício de 2021, os cálculos foram realizados em 2022, registrados mediante documento 2022NS001621, e são objeto da Nota Explicativa – Eventos Subsequente.

Tabela - Bens Imóveis não Registrados no SPIUNET

Exercício 2021; R\$ 1,00

Ti	2021	2020
Sede - Anexo II	30.535.193,77	30.535.193,77
Reforma do Anexo III	-	16.043,44
Reforma no Edifício Sede	3.650.692,88	3.286.323,70
Forum Eleitoral de Juazeiro	521.848,38	521.848,38
Forum Eleitoral de Vitória da Conquista	785.801,78	785.801,78
Forum Eleitoral de Camaçari	866.029,44	866.029,44
Forum Eleitoral de Feira de Santana	878.245,89	878.245,89
Forum Eleitoral Barreiras	637.176,84	637.176,84
Forum Eleitoral de Jequié	838.299,09	838.299,09
Forum Cruz das Almas	421.234,06	421.234,06
Forum Eleitoral de Alagoinhas	699.768,28	699.768,28
Forum Eleitoral de Guanambi	469.471,28	469.471,28
Forum Ekitoral de Jacobin9	746.637,05	746.637,05
Fórum Eleitoral de Ipirá	404.162,62	404.162,62
Fórum Eleitoral de Itaparica	344.437,26	344.437,26
Fórum Eleitoral de Porto Seguro	443.922,46	443.922,46
Fórum Eleitoral de Tucano	493.276,45	493.276,45
Fórum Eleitoral de Irecê	516.471,87	516.471,87
Fórum Eleitoral de Eunapólis	544.445,38	544.445,38
Fórum Eleitoral de Ilhéus	1.175.252,17	1.175.252,17
Fórum Eleitoral de Valença	1.475.909,92	1.475.909,92
Fórum Eleitoral de Brumado	863.291,38	863.291,38
Fórum Eleitoral de Seabra	799.087,55	799.087,55
Fórum Eleitoral de Ribeira do Pombal	880.477,04	880.477,04
Saldo Imóveis de Uso Especial Não Registrados no SPIUNET	48.991.132,84	48.642.807,10

Tabela 42: Bens Imóveis não Registrados no SPIUNET
Fonte: Siafi.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet

A base de cálculo para a depreciação do ativo imobilizado compreende tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Da leitura do item 7.3 da macrofunção 020330 - Depreciação, amortização e exaustão, verifica-se que os bens não registrados no SPIUnet devem ser depreciados utilizando, para tanto, o método das cotas constantes, porquanto esse normativo excetua dos cálculos por cotas constantes, aqueles registrados no SPIUnet, os de uso comum do povo e os terrenos.

Para o registro da depreciação, fez-se necessário obter informações sobre o tempo de vida útil, o período de tempo que o imóvel está sendo utilizado e valor residual de cada imóvel (em percentual) não cadastrado no SPIUnet. A informação quanto à vida útil de 67 anos para Edifícios de Escritórios (equiparável aos imóveis deste Regional) foi obtida por meio Manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União. O mesmo manual, na página 70, indica como valor residual 20% do valor do imóvel.

Feitas as considerações acerca da metodologia adotada, procedeu-se ao cálculo dos valores da depreciação, conforme tabela a seguir:

Tabela - Bens Imóveis não Registrados no SPIUnet - Cálculo da Depreciação

Imóvel	Valor da benfeitoria	Valor residual	Valor depreciável	Valor da depreciação anual	Vida útil transcorrida (em anos)	Valor da depreciação acumulada
Anexo Sede	30.535.193,77	6.107.038,75	24.428.155,02	364.599,33	6	2.187.595,97
Reforma no Edifício Sede	3.650.692,88	730.138,58	2.920.554,30	43.590,36	1	43.590,36
Forum Eleitoral de Juazeiro	521.848,38	104.369,68	417.478,70	6.231,03	15	93.465,38
Forum Eleitoral de Vitória da Conquista	785.801,78	157.160,36	628.641,42	9.382,71	11	103.209,79
Forum Eleitoral de Camaçari	866.029,44	173.205,89	692.823,55	10.340,65	12	124.087,80
Forum Eleitoral de Feira de Santana	878.245,89	175.649,18	702.596,71	10.486,52	12	125.838,22
Forum Eleitoral Barreiras	637.176,84	127.435,37	509.741,47	7.608,08	14	106.513,14
Forum Eleitoral de Jequié	838.299,09	167.659,82	670.639,27	10.009,54	13	130.124,04
Forum Cruz das Almas	421.234,06	84.246,81	336.987,25	5.029,66	13	65.385,59
Forum Eleitoral de Alagoinhas	699.768,28	139.953,66	559.814,62	8.355,44	13	108.620,75
Forum Eleitoral de Guanambi	469.471,28	93.894,26	375.577,02	5.605,63	13	72.873,15
Forum Ekitoral de Jacobin9	746.637,05	149.327,41	597.309,64	8.915,07	13	115.895,90
Fórum Eleitoral de Ipirá	404.162,62	80.832,52	323.330,10	4.825,82	12	57.909,87
Fórum Eleitoral de Itaparica	344.437,26	68.887,45	275.549,81	4.112,68	12	49.352,20
Fórum Eleitoral de Porto Seguro	443.922,46	88.784,49	355.137,97	5.300,57	11	58.306,23
Fórum Eleitoral de Tucano	493.276,45	98.655,29	394.621,16	5.889,87	11	64.788,55
Fórum Eleitoral de Irecê	516.471,87	103.294,37	413.177,50	6.166,83	12	74.001,94
Fórum Eleitoral de Eunapólis	544.445,38	108.889,08	435.556,30	6.500,84	11	71.509,24
Fórum Eleitoral de Ilhéus	1.175.252,17	235.050,43	940.201,74	14.032,86	9	126.295,76
Fórum Eleitoral de Valença	1.475.909,92	295.181,98	1.180.727,94	17.622,81	8	140.982,44
Fórum Eleitoral de Brumado	863.291,38	172.658,28	690.633,10	10.307,96	8	82.463,65
Fórum Eleitoral de Seabra	799.087,55	159.817,51	639.270,04	9.541,34	9	85.872,09
Fórum Eleitoral de Ribeira do Pombal	880.477,04	176.095,41	704.381,63	10.513,16	8	84.105,27
Total						4.172.787,34

Tabela 43: Bens Imóveis não Registrados no SPIUnet - Cálculo da Depreciação
Fonte: Siafi, SEPROB

Bens imóveis – Obras em andamento

Tabela - Obras em Andamento e Saldo Total de Bens Imóveis

Exercício 2021; R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
Obras em Andamento	8.387.666,04	778.657,23	977,20%
Saldo Total de Imóveis*	104.327.293,68	93.029.458,77	12,14%

Tabela 44: Obras em Andamento e Saldo Total de Bens Imóveis
Fonte: Siafi.

Do grupo de contas bens imóveis, as obras em andamento tiveram incremento no montante nominal de R\$7.609,008,81 (aumento de 977,20%). Do valor total despendido no exercício de 2021, R\$7.529.760,03 referem-se à realização da obra do Anexo III da Sede do TRE-BA.

Nota 8 – Intangível

Em 31/12/2021, o TRE-BA apresentou um saldo de R\$5.424.072,19, relacionado ao intangível. Na tabela a seguir, demonstra-se, sinteticamente, a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2021 e 2020.

A variação de 21,47% é formada por gastos com licenças de direitos de uso de programas de computação, bem como pelo serviço de desenvolvimento e manutenção de sistemas. Em 2020, essas despesas somaram R\$4.465.350,67, enquanto que, em 2021, passaram para R\$5.424.072,19.

Tabela - Composição do Intangível

Exercício 2021; R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
Softwares com Vida Útil Definida	2.374.358,37	2.372.110,47	0,09%
Softwares com Vida Útil Indefinida	3.049.713,82	2.093.240,20	45,69%
Total	5.424.072,19	4.465.350,67	21,52%

Tabela 45: Composição do Intangível
Fonte: Siafi

O destaque vai para o item Software com Vida Útil Indefinida, que apresentou uma variação de 45,69% em relação ao exercício de 2020. O acréscimo se deu pela aquisição e renovação de licenças, dentre elas a renovação de uso do *firewall Check Point*, com suporte técnico e atualizações de diversas versões, que totalizou R\$850.000,000.

Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Até o presente momento nenhum dos ativos intangíveis do TRE-BA submeteram-se a *impairment*, ficando prejudicada a informação sobre metodologia para redução de testes a valor recuperável.

Nota 9 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreendem os valores a pagar a pessoal, tais como remunerações e férias, bem como os respectivos benefícios previdenciários.

O decréscimo de 92,87% na conta Pessoal a Pagar no valor de R\$714.131,41 ocorreu, em grande parte, em virtude da regularização de passivos por competência no exercício de 2021 nas contas 2.1.1.1.1.01.01 – Salários, Remunerações e Benefícios e 2.1.1.4.00.00 – Encargos Sociais a Pagar, decorrente do aperfeiçoamento de controles internos da unidade contábil a respeito da correta contabilização dos passivos sem suporte orçamentário e a conciliação com as notas de empenho emitidas dentro do exercício financeiro de 2021.

Tabela - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – Composição

Exercício 2021; R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
Pessoal a Pagar	59.950,99	774.082,40	-
Encargos Sociais a Pagar	5.621,82	144.960,91	-96,12%
Benefícios Previdenciários	1.071,61	-	-
Total	65.572,81	919.043,31	-92,87%

Tabela 46: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – Composição
Fonte: Siafi.

Nota 10 – Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

Compreende as obrigações com fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar.

A variação de 284,23% na conta Contas a Pagar Credores Nacionais ocorreu pela inscrição de valores na conta Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação, no final do exercício de 2021, ocasionando um acréscimo na conta Credores Nacionais num montante de R\$1.305.983,23.

Tabela - Fornecedores a Pagar

Exercício 2021; R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
Fornecedores e Contas a Pagar em Curto Prazo	1.765.468,02	459.484,79	284,23%
Total	1.765.468,02	459.484,79	284,23%

Tabela 47: Fornecedores a Pagar
Fonte: Siafi

Nota 11 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo, tais como: Retenções Previdenciárias, Impostos e Contribuições Diversas ao Tesouro, ISS a Recolher, Pensão Alimentícia, Depósitos Retidos de Fornecedores, Glosa de Encargos Trabalhistas, Depósitos e Cauções Recebidos, Depósitos de Terceiros e Depósitos por Devolução de Valores Não Reclamados.

Na tabela a seguir, são apresentadas as composições do Grupo Demais Obrigações a Curto Prazo do TRE-BA.

Tabela - Demais obrigações a curto prazo

Exercício 2021: R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
Consignações	884.245,92	R\$843.661,46	4,69%
Retenções Previdenciárias – FRGPS	R\$12.795,47	13.360,67	-90,42%
Impostos e Contribuições Diversos Devidos ao Tesouro	448,28	1.418,20	-68,41%
ISS	2.945,76	3245,92	-9,25%
Pensão Alimentícia	1.538,34	0,00	-
Depósitos Retidos de Fornecedores	705.720,70	678.942,29	3,94%
Glosa de Encargos Trabalhistas	160.797,37	146.694,38	9,61%
Depósitos Não Judiciais	228.082,38	38.534,09	491,90%
Depósitos e Cauções Recebidos	156.050,38	0,00	-
Depósitos de Terceiros	20.176,74	17.135,74	17,17%
Depósitos de Valores Não Reclamados	51.855,26	21.398,35	142,33%
Saldo da Conta Demais Obrigações a Curto Prazo	1.126.802,79	883.815,73	27,49%

Tabela 48: Demais obrigações a curto prazo
Fonte: Siafi

Os elementos que tiveram maior variação deste subgrupo foram: Depósitos e Cauções Recebidos, que não apresentou valor em 2020 e registrou R\$156.050,38 na conta 218810402 - Depósitos e Cauções Recebidos, decorrente da transferência do valor do longo para o curto prazo, bem assim Depósitos de Valores Não Reclamados, que variou 142,33%, em virtude de devolução de ordens bancárias de folha de pagamento no final do exercício financeiro de 2021, sem tempo hábil para regularização em virtude do recesso forense.

Nota 12 – Patrimônio Líquido

Resultado do Exercício

O resultado do exercício é apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), mediante a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O detalhamento da DVP consta de notas explicativas que estão na sequência deste Relatório.

Tabela - Patrimônio Líquido – Composição

Exercício 2021: R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
Resultado do Exercício	6.054.894,82	(4.407.720,69)	237,37%
Resultado de Exercícios Anteriores	139.406.169,77	130.828.311,15	-6,56%
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.479.807,23	12.985.579,31	-73,20%
Total	148.940.871,82	139.406.169,77	6,84%

Tabela 49: Patrimônio Líquido – Composição
Fonte: Siafi

Em relação ao montante de R\$3.479.807,23, citado na respectiva nota explicativa, este é referente ao saldo da conta no final do exercício financeiro de 2021. A movimentação ocorrida na conta ao longo do respectivo exercício foi de: R\$21.507.765,54 a crédito e de R\$11.999.334,40 a débito, conforme consulta ao extrato da conta no SIAFI.

Em relação ao montante de R\$11.938.559,40, este é decorrente da reavaliação das urnas eletrônicas, a fim de padronizar os valores e os critérios contábeis, consoante orientação da Setorial Contábil do TSE. Este valor está incluso no movimento credor ocorrido na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

Nota 13 – Atos potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos potenciais ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

A tabela abaixo apresenta a composição dos atos potenciais ativos. São garantias apresentadas nas modalidades de fiança bancária, de seguro-garantia e de caução, cujo objetivo é assegurar a execução dos contratos celebrados pelo Regional. A seguir, o detalhamento das garantias apresentadas, nas quais fica evidenciado que o montante de Seguros-Garantias registrados em 2020, reflexo do período eleitoral, é, em valores nominais, maior em R\$6.640.486,07, representando um decréscimo para 2021 de -75,06%. As demais garantias mantiveram-se inalteradas.

Tabela - Garantias contratuais a executar

Exercício 2021: R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
Seguros Garantia a Executar	1.605.290,32	8.245.776,39	-80,53%
Fianças a executar	445.236,65	445.236,65	0,00%
Caução a executar	156.050,38	156.050,38	0,00%
Total	2.206.577,35	8.847.063,42	-75,06%

Tabela 50: Garantias contratuais a executar
Fonte: Siafi

Atos potenciais passivos

São os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Tabela - Atos potenciais passivos

Exercício 2021: R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
Contrato de Seguros em Execução	74.546,26	-	-
Contrato de Serviços em Execução	79.388.321,17	58.952.982,14	34,66%
Contrato de Aluguéis em Execução	12.274.576,19	21.371.504,52	-42,57%
Contrato de Fornecimento de Bens em Execução	1.010.808,36	533.619,66	89,42%
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	314.285,70	887.161,90	-64,57%
Total	93.062.537,68	81.745.268,22	13,84%

Tabela 51: Atos potenciais passivos
Fonte: Siafi

O valor de R\$74.546,26 é dividido da seguinte forma: R\$14.800,00 referente à cobertura de seguro para os imóveis e seu conteúdo (equipamentos, mobiliário e outros materiais), integrantes do patrimônio do TRE-BA; e R\$59.746,26 relativo à apropriação da apólice de renovação da garantia da empresa A Ticket Log - TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A., CNPJ nº 203.506.307/0001-57, que presta serviço de gestão informatizada de frota de veículos, consoante Contrato n.º 098/2018.

Ocorre que o registro do seguro-garantia no valor de R\$59.746,26 deveria sensibilizar conta de controle de Atos Potenciais Ativos. Diante disso, efetuou-se a regularização do registro, mediante documento n.º 2022NS001590.

Nota 14 – Eventos subsequentes

14.1 - Depreciação de Bens Imóveis não Registrados no SPIUNet

Tendo em vista que a o lançamento da depreciação de Bens Imóveis não Registrados no SPIUNet relativo a exercícios anteriores não foi efetuado no exercício de 2021, os cálculos foram realizados em 2022, registrados mediante documento 2022NS001621, no valor de R\$4.172.787,34, de acordo com memória de cálculo disponível na Nota Explicativa nº 7.

14.2 – Ajustes para perdas

Em atendimento à Macrofunção 020342 - Ajustes para perdas estimadas, apresenta-se a seguir a memória de cálculo que resultou nos registros das Notas de Sistemas 2022NS000399 e 2022NS000401, no valor de R\$158.692,19 e R\$146.055,76, respectivamente, lançados na conta 113910101 - AJUSTE PARA PERDAS - SUBGRUPO 113, no exercício financeiro de 2022.

Tabela 52: Memória de Cálculo - Ajustes para perdas
Fonte: Siafi

BASE DE CÁLCULO DO PERCENTUAL DE AJUSTE PARA PERDAS ESTIMADAS									
1.1.3.8.1.07.00 CRÉDITOS A RECEBER POR INFRAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS – PJ									
Exercício	2019	2020	2021		Exercício	2019	2020	2021	
Recebimentos GERAIS	R\$ 5.730,59	R\$ 43.072,31	R\$ 10.094,44		Saldo Conta Valores a Receber	985.654,42	1.045.327,84	1.116.854,52	
1.1.3.8.1.17.00 CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE FOLHA DE PAGAMENTO – PF									
Exercício	2019	2020	2021		Exercício	2019	2020	2021	
Recebimentos GERAIS	R\$ 143.675,55	R\$ 53.109,72	R\$ 35.497,03		Saldo Conta Valores a Receber	289.620,06	306.660,72	473.973,97	
PERCENTUAL DE AJUSTE PARA PERDA PESSOA JURÍDICA									
CÁLCULO DO PERCENTUAL REFERENTE AO AJUSTE P/ PERDAS									
CRÉDITOS A RECEBER POR INFRAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS – PJ									
EXERCÍCIO	2019	2020	2021		EXERCÍCIO	2019	2020	2021	
Recebimento	R\$ 5.730,59	R\$ 43.072,31	R\$ 10.094,44		Saldo Conta Valores a Receber	R\$ 985.654,42	R\$ 1.045.327,84	R\$ 1.116.854,52	
Recebimento/12	R\$ 477,55	R\$ 3.589,36	R\$ 841,20		Saldo Conta Valores a Receber/12	R\$ 82.137,87	R\$ 87.110,65	R\$ 93.071,21	
Média dos Recebimentos	R\$ 477,55	R\$ 3.589,36	R\$ 841,20						
Média dos Saldos a Receber	R\$ 82.137,87	R\$ 87.110,65	R\$ 93.071,21						
QUOCIENTE DE CADA EXERC.	0,005813995	0,041204595	0,009038277						
QUOCIENTE MÉDIO DE RECEBIMENTO	0,018685622	RECUPERÁVEL	IRRECUPERÁVEL						
QUOCIENTE MÉDIO DE RECEBIMENTO EM PORCENTAGEM		1,87%	98,13%						
PERCENTUAL DE AJUSTES PARA PERDAS PESSOA FÍSICA									
CÁLCULO DO AJUSTE									
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE FOLHA DE PAGAMENTO – PF									
EXERCÍCIO	2019	2020	2021		EXERCÍCIO	2019	2020	2021	
Recebimento	R\$ 143.675,55	R\$ 53.109,72	R\$ 35.497,03		Saldo Conta Valores a Receber	R\$ 289.620,06	R\$ 306.660,72	R\$ 473.973,97	
Recebimento/12	R\$ 11.972,96	R\$ 4.425,81	R\$ 2.958,09		Saldo Conta Valores a Receber/12	R\$ 24.135,01	R\$ 25.555,06	R\$ 39.497,83	
Média dos Recebimentos	R\$ 11.972,96	R\$ 4.425,81	R\$ 2.958,09						
Média dos Saldos a Receber	R\$ 24.135,01	R\$ 25.555,06	R\$ 39.497,83						
QUOCIENTE DE CADA EXERC.	0,495822068	0,172985208	0,074897063						
QUOCIENTE MÉDIO DE RECEBIMENTO	0,248054153	RECUPERÁVEL	IRRECUPERÁVEL						
QUOCIENTE MÉDIO DE RECEBIMENTO EM PORCENTAGEM		24,81%	75,19%						
CÁLCULO DO PERCENTUAL REFERENTE AO AJUSTE P/ PERDAS									
CRÉDITOS A RECEBER POR INFRAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS – PJ									
Percentual do Ajuste P/ Perdas Estimadas					X	Valor do Ativo Analisado (Ano Anterior)			
=						98,13%	X	R\$	1.116.854,52
=						R\$			1.095.985,40
CÁLCULO DO AJUSTE									
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE FOLHA DE PAGAMENTO – PF									
Percentual do Ajuste P/ Perdas Estimadas					X	Valor do Ativo Analisado (Ano Anterior)			
=						75,19%	X	R\$	473.973,97
=						R\$			356.402,76
TOTAL 2021.:						R\$			1.452.388,16



Nota 15 – Variação Patrimonial Aumentativa Financeira

Essa conta registra as variações patrimoniais aumentativas decorrentes de variações de nossa própria moeda em relação aos índices aplicados por dispositivos legais ou contratuais. Os valores desse grupo estão detalhados na tabela abaixo:

Tabela - Variação Patrimonial Aumentativa Financeira – Composição

Exercício 2021; R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
Juros e Encargo de Mora	3.029,73	1.531,65	97,81%
Variações Monetárias e Cambiais	6.331,75	1.548,03	309,02%
Total	9.361,48	3.079,68	309,02

Tabela 53: Variação Patrimonial Aumentativa Financeira – Composição
Fonte: Siafi

A variação de 309,02% decorre, principalmente, do lançamento da atualização de débito com o erário da empresa ATIVA SEGURANÇA, para inscrição em Dívida Ativa da União, por meio do documento contábil 2021NS011834, SEI n.º 0095788-60.2017.6.05.8000.

Nota 16– Transferências e Delegações Recebidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

As duas maiores variações ocorreram nos subgrupos Transferências Recebidas Independente da Execução Orçamentária e Outras Transferências e Delegações Recebidas, positiva em 21,96% e negativa em 62,62%, respectivamente.

Transferências Intragovernamentais

A maior parte se refere a valores recebidos para pagamento de despesas inscritas em Restos a Pagar (RAP). Em 2020, do total de RAP, foram transferidos R\$2.807.270,43, enquanto que em 2021 as transferências para essa finalidade somaram R\$3.429.429,05 de um total de R\$3.452.456,08.

Outras Transferências e Delegações

Em 2020, o montante de R\$4.461.547,64 estava dividido nas contas Outras Doações e Transferências Recebidas, no valor de R\$2.373.302,38, relativos ao recebimento de urnas eletrônicas a título de doação; e na conta Doações Recebidas, no valor de R\$2.088.245,36, correspondente a diversas doações de material de consumo para enfrentamento à pandemia.

Em 2021, o valor de R\$1.667.566,11 refere-se, em sua maior parte, ao recebimento de 27 servidores de dados do TSE, totalizando R\$ 952.768,06, e à transferência de 01 *switch* do TRE-DF ao TRE-BA, num total de R\$ 712.473,45.

Tabela - Transferências Intragovernamentais – Composição

Exercício 2021; R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
Sub-repasse Recebido	399.332.048,79	421.409.319,94	-5,24%
Transferências Recebidas Indepen. Execução Orçamentária	3.452.456,08	2.830.800,52	21,96%
Outras Transferências e Delegações	1.667.566,11	4.461.547,64	-62,62%
Total	404.452.070,98	428.701.668,10	-5,66%

Tabela 54: Transferências Intragovernamentais – Composição
Fonte: Siafi.

Nota 17 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos. A tabela abaixo apresenta a composição da variação patrimonial aumentativa com valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos:

Tabela - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos - Composição

Exercício 2021; R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
Ganhos com Incorporação de Ativos	642.951,20	1.172.352,13	-45,16%
Outros Ganhos com Desincorporação de Passivos	71,68	13.300,00	-99,46%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	0,00	2.236.628,54	-100,00%
Ganhos com Desincorporação de Passivos – Intra	0,00	1.036,21	-100,00%
Total	643.022,88	3.423.316,88	-81,22

Tabela 55: Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos – Composição
Fonte: Siafi.

Do grupo Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, destacaram-se as contas: Outros Ganhos Com Incorporação de Ativos, Ganhos com Desincorporação de Passivos e Ganhos com Desincorporação de Passivos - Intra, que apresentaram variação negativa de 99,46%, 100% e 100%.

No subgrupo Outros Ganhos com Incorporação de Ativos houve um registro no exercício de 2020 de R\$13.300,00, referente à incorporação de tampas para memória de resultado de urnas eletrônicas, em detrimento do valor de R\$71,68 registrado no exercício de 2021, referente a cancelamento de restos a pagar processados, o que justifica a variação negativa de 45,16%.

No subgrupo Ganhos com Desincorporação de Passivos, a variação negativa de 100% justifica-se em decorrência do registro de baixa de passivo sem suporte orçamentário no exercício de 2020, no valor de R\$2.236.628,54, decorrente de decisão administrativa que determinou o não pagamento da VPNI aos servidores efetivos.

A variação negativa de 100% no subgrupo Ganhos com Desincorporação de Passivos - Intra ocorreu em virtude do cancelamento de empenhos inscritos em restos a pagar processados no exercício de 2020.

Nota 18 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: ressarcimentos, indenizações, restituições e multas administrativas. Os valores estão detalhados na tabela abaixo.

Tabela - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Composição

Exercício 2021; R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
Reversão de Ajustes e Perdas	-	851.516,00	-100,00%
Multas Administrativas	2.998.364,29	48.717.538,05	-93,85%
Indenizações	292.084,48	193.197,52	51,18%
Restituições	819.475,99	171.636,33	377,45%
VPA Decorrentes de Fatos Geradores	461.602,32	973.549,90	-52,59%
Total	4.571.527,08	50.907.437,80	-91,02%

Tabela 56: Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Composição
Fonte: Siafi.

O aumento expressivo de 377,45% em Restituições representa as arrecadações de transferências de valores ao Tesouro Nacional a título, por exemplo, de antecipação de férias 2021 pagas no mês de dezembro de 2020 e descontadas dos servidores no exercício de 2020, que resultou do valor de R\$576.118,56, e demais restituições de valores ao Tesouro Nacional.

As indenizações variaram 51,18%, entre os exercícios financeiros e são decorrentes de registros de créditos oriundos de relação funcional e multas administrativas.

O valor de R\$851.516,00 refere-se ao registro contábil de lançamento em duplicidade no exercício de 2019. Diante disso, houve a necessidade de efetuar a Reversão de Ajustes e Perdas, sensibilizando conta de VPA. O valor relativo à reversão foi lançado no exercício de 2022.

A variação negativa de 93,85% no subgrupo Multas Administrativas tem como justificativa mais relevante o pagamento de multa eleitoral aplicada pelo TRE-BA no valor de R\$46.371.119,00, no exercício de 2020.

Tendo em vista que a busca por quitação das multas eleitorais aumenta em anos de eleição e diminui em anos não eleitorais, é esperado esse comportamento de redução (-52,59%) no subgrupo VPA Decorrentes de Fatos Geradores.



Nota 19 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, aluguéis, depreciação, amortização, entre outras.

A tabela abaixo apresenta a composição dessas variações, com destaque para a variação negativa de 63,82%, no subgrupo Uso de Materiais de Consumo, que representa o registro de reclassificação das despesas utilizadas nas Eleições Municipais de 2020 e concedidas por meio de suprimento de fundos, como também o aumento de registros de saídas de materiais de consumo do estoque em virtude das Eleições e da pandemia.

Tabela - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – Composição

Exercício 2021; R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
Uso de Materias de Consumo	2.352.571,92	6.502.521,28	-63,82%
Serviços	42.737.943,17	50.067.991,75	-14,64%
Depreciação, Amortização e Exaustão	7.638.485,80	9.617.682,11	-20,58%
Total	52.729.000,89	66.188.195,14	-20,33%

Tabela 57: Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – Composição
Fonte: Siafi

Nota 20 – Transferências Concedidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior. O quadro abaixo representa a composição do grupo Transferências Concedidas.

Tabela - Transferências Concedidas – Composição

Exercício 2021; R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
Repasso Concedido	597.876,20	188.571,43	217,06%
Movimento de Saldos Patrimoniais	4.308.263,86	49.891.406,50	-91,36%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.788.986,88	1.681.119,88	6,42%
Total	6.695.126,94	51.761.097,81	-87,07%

Tabela 58: Transferências Concedidas – Composição
Fonte: Siafi.

Do grupo Transferências e Delegações Concedidas, os subgrupos que apresentaram maior variação foram: Repasse Concedido e Movimento de Saldos Patrimoniais, com variações de 217,06% e de - 91,36%, respectivamente.

A conta repasse concedido teve variação de 217,06% em virtude dos repasses financeiros à UFBA, para fazer face ao TED n.º 01, cujo objeto é o curso de pós graduação em informática; e ao TED n.º 02, destinado ao Mestrado Profissional em Segurança Pública.

A conta Movimentos de Saldos Patrimoniais teve a variação negativa de 91,36% em decorrência da diminuição de arrecadação de multas eleitorais.

Nota 21 – Desincorporação e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

Tabela - Desincorporação e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos – Composição

Exercício 2021; R\$ 1,00

Detalhamento	2021	2020	AH
Reavaliação de Imobilizado	-	1.511,74	-100,00%
Perdas Involuntárias	-	4.015,27	-100,00%
Desincorporação de Ativos	213.410,26	5.072.866,53	-95,79%
Total	213.410,26	5.078.393,54	-95,80%

Tabela 59: Desincorporação e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos – Composição
Fonte: Siafi

Do grupo Desincorporação de Ativos e Incorporação de Passivos, os subgrupos Reavaliação do Imobilizado e Perdas Involuntárias apresentaram uma variação negativa de 100%. No exercício de 2021, não ocorreram lançamentos nas contas que compõem os subgrupos. Já no exercício de 2020 ocorreram dois lançamentos nos valores de R\$1.511,74 e R\$4.015,27, provenientes de reavaliação de bens móveis e de baixa de bens móveis por furto ou extravio, respectivamente.

A variação negativa de 95,79% ocorreu, principalmente, por conta da desincorporação de ativos em virtude de registros contábeis de pagamentos e débitos com o erário, baixa de responsabilidade de suprimento de fundos e ajustes de baixas nas contas de bens móveis após a reavaliação das urnas eletrônicas.

Nota 22 – Déficit

O déficit corresponde à diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O valor é encontrado quando a linha Subtotal com Refinanciamento da coluna Receitas Realizadas é menor do que o valor da linha Subtotal com Refinanciamento da coluna Despesas Empenhadas. O déficit orçamentário no exercício financeiro de 2021 foi de R\$407.954.852,32, igual ao valor das despesas empenhadas, vez que este Regional não é órgão arrecadador de receitas e não apresenta frustração de receitas ou excesso de gastos.

Nota 23 – Créditos adicionais abertos

Tabela - Dotação e créditos adicionais

Exercício 2021; R\$ 1,00

Ação Governo	Ação Governo – Detalhamento	Dotação Inicial	Dotação Suplementar (Créditos Adicionais)	Dotação Atualizada	Dotação Cancelada e Remanejada	Dotação Atualizada	Créditos Cancelados Líquidos
0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	0,00	905.025,00	905.025,00	(470.000,00)	435.025,00	435.025,00
0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	32.532.496,00		32.532.496,00	0,00	32.532.496,00	0,00
0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	24.667.504,00		24.667.504,00	0,00	24.667.504,00	0,00
09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	44.730.010,00	458.121,00	45.188.131,00	(1.100.000,00)	44.088.131,00	(641.879,00)
153H	REFORMA DO EDIFICIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA B	4.812.115,00		4.812.115,00	(1.180.000,00)	3.632.115,00	(1.180.000,00)
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	4.677.747,00		4.677.747,00	0,00	4.677.747,00	0,00
20GP	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI	100.000,00		100.000,00	(0,00)	100.000,00	(0,00)
20GP	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI	37.311.717,00	7.610.105,00	44.921.822,00	(1.682.600,00)	43.239.222,00	5.927.505,00
20GP	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI	5.414.038,00		5.414.038,00	(0,00)	5.414.038,00	(0,00)
20GP	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI	1.361.273,00		1.361.273,00	172.600,00	1.533.873,00	172.600,00
20GP	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI	(0,00)	179.908,00	179.908,00	0,00	179.908,00	179.908,00
20GP	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI	2.958.591,00		2.958.591,00	0,00	2.958.591,00	0,00
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	223.084.140,00	5.063.910,00	228.148.050,00	(0,00)	228.148.050,00	5.063.910,00
212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	1.787.537,00		1.787.537,00	(191.025,00)	1.596.512,00	(191.025,00)
212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	290.496,00		290.496,00	(47.800,00)	242.696,00	(47.800,00)
212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	10.844.514,00		10.844.514,00	(470.000,00)	10.374.514,00	(470.000,00)
212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	229.944,00		229.944,00	142.300,00	372.244,00	142.300,00
212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	148,00		148,00	0,00	148,00	0,00
7XK4	REFORMA DO ANEXO III DO EDIFICIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL E	3.959.469,00	2.066.524,00	6.025.993,00	0,00	6.025.993,00	2.066.524,00
Total		398.761.739,00	16.283.593,00	415.045.332,00	(4.826.525,00)	410.218.807,00	11.457.068,00

Tabela 60: Dotação e Crédito Adicionais

Nota: Tabela com dados de denominação dos itens modificados para melhor entendimento

Fonte: SIAFI

A Tabela acima demonstra que o TRE-BA, inicialmente, recebeu orçamento de R\$398.761.739,00; posteriormente, a título de crédito adicional, recebeu mais R\$16.283.593,00. Somando a dotação inicial com os créditos adicionais, alcança-se o montante de R\$415.045.332,00. Desse valor, realizadas as análises da execução orçamentária, ofereceu-se como fonte de cancelamento visando o remanejamento de crédito o total de R\$4.826.525,00, no intuito de otimizar a execução orçamentária e contribuir com outros Regionais que receberam o recurso disponibilizado.

Essa foi a trajetória do orçamento aprovado na LOA, acrescido dos créditos adicionais, que, computados os R\$4.826.525,00 de cancelamento, evidencia-se a Dotação Atualizada de R\$410.218.807,00. Desse valor, foram empenhados R\$407.954.852,32, resultando num saldo de dotação de R\$2.263.954,68.

Tabela - Saldo de Dotação

Exercício 2021; R\$ 1,00

Detalhamento	Valor
.Dotação Atualizada (Inicial + Créditos - Remanejamentos de créditos.	410.218.807,00
Total de receitas realizadas (valor empenhado)	407.954.852,32
Saldo de dotação	2.263.954,68

Tabela 61: Saldo de Dotação

Fonte: SIAFI; Tabelas Balanço Orçamentário e Tabela 25 – Desincorporação e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos – Composição

Nota 24 – Restos a Pagar –Anexos I e II do Balanço Orçamentário

As análises e comentários acerca da execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados constam do tópico específico “Gestão Orçamentária e Financeira” deste relatório.

Nota 25 – Repasse Concedido

Valores relativos a adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, em virtude da descentralização de crédito e de cota financeira destinada à UFBA, quais sejam: TED n.º 01/2020 - Pós-Graduação Lato Sensu em TI; e n.º TED 02/2020 - Mestrados em Segurança Pública, Justiça e Cidadania.



Capítulo 5

Anexos, apêndices e links

Lista de figuras, tabelas, quadros e gráficos

Lista de figuras

Tipo	Nome	Pág.
Figura 1	Composição da Justiça Eleitoral	7
Figura 2	Missão, Visão e Valores do TRE-BA	8
Figura 3	Organograma do TRE-BA	9
Figura 4	Cadeia de Valor	11
Figura 5	Estrutura de Governança do TRE-BA	12
Figura 6	Variáveis externas ao TRE-BA	13
Figura 7	Matriz de Materialidade	15
Figura 8	Estrutura analítica do Plano Integrado das Eleições	18
Figura 9	Modelo das 3 linhas do IIA	20
Figura 10	SWOT TRE-BA 2021	23
Figura 11	Oportunidades e ações de aproveitamento - Inovações tecnológicas e inclusão digital	23
Figura 12	Oportunidades e ações de aproveitamento - Parcerias com outras instituições	23
Figura 13	Oportunidades e ações de aproveitamento - Exigências de órgãos superiores e de controle	24
Figura 14	Oportunidades e ações de aproveitamento - Aumento do controle social	24
Figura 15	Mapa Estratégico do TRE-BA	27
Figura 16	Modelo de Governança e Gestão	30
Figura 17	Histórico das notas obtidas pelo TRE-BA nos últimos anos	33
Figura 18	Posição do TRE-BA no ranking do iGovTIC	33
Figura 19	Quantitativo de Correições e Inspeções	36
Figura 20	Meta 1 de 2021	46
Figura 21	Meta 2 de 2021	46
Figura 22	Meta 4 de 2021	46
Figura 23	Valores recebidos, empenhados e pagos	63
Figura 24	Provisões para Eleições Suplementares	65
Figura 25	Taxa de execução do Orçamento Impositivo	66
Figura 26	Comparativo de pagamentos de estoque de Restos a Pagar	67
Figura 27	Desafios e ações futuras da SOF	69
Figura 28	Centro de Custos - Eixo: Itens de Custo	70
Figura 29	Centro de Custos - Eixo: Atividades/Serviços	70
Figura 30	Cargos providos e cargos vagos	73
Figura 31	Servidores em condição de aposentadoria	74
Figura 32	Destques da capacitação	77
Figura 33	Vacinação	77
Figura 34	Projeto Um Toque de Cuidado	78
Figura 35	Projeto Nutrir	78
Figura 36	Projeto de gerenciamento do stress	79
Figura 37	Reforma da sede do TRE-BA	83
Figura 38	Reforma do Anexo II ao Edifício Sede	83
Figura 39	Consumo anual de energia elétrica e água	85
Figura 40	Mudanças e desmobilizações	85
Figura 41	Portal da Memória	86
Figura 42	Conformidade Legal – TIC	87
Figura 43	Mapa estratégico da ENTIC-JUD 2021-2026	87
Figura 44	Sistema de Governança de TIC - TRE-BA 2021	88
Figura 45	Governança de TIC	88
Figura 46	Direcionadores de TIC	89
Figura 47	Inovações de TIC em 2021	91
Figura 48	Outras ações de TIC em 2021	92
Figura 49	Ações em cibersegurança promovidas em 2021	93
Figura 50	Dificuldades da área de TIC	93
Figura 51	Desafios da área de TIC	93
Figura 52	Plano de Logística Sustentável	94
Figura 53	Ações para redução do consumo de recursos naturais e resíduos poluentes	96
Figura 54	Principais desafios e ações futuras da Sustentabilidade Ambiental	97

Lista de tabelas

Tipo	Nome	Pág.
Tabela 1	Julgamento das contas dos diretórios estaduais dos partidos	49
Tabela 2	Custos Ações EJE	55
Tabela 3	Outros Eventos EJE	55
Tabela 4	Alocação de créditos com despesas obrigatórias	62
Tabela 5	Execução do Orçamento total - Por UO, Programa e Função 2021 (R\$ milhões)	63
Tabela 6	Execução do Orçamento total - Por UO, Programa e Função 2020	64
Tabela 7	Execução do Orçamento com Provisões - Por UO, Programa e Função 2019	64
Tabela 8	Execução do Orçamento com Provisões - Por UO, Programa e Função 2018	64
Tabela 9	Execução do Orçamento por Programa e Ação Orçamentária	64
Tabela 10	Detalhamento da execução por Grupo e Elemento de Despesa	65
Tabela 11	Execução Orçamentária e Financeira - Eleições Suplementares	66
Tabela 12	Evolução da Execução de Restos a Pagar de 2018 a 2021	67
Tabela 13	Evolução da Execução de Restos a Pagar de 2018 a 2021 – Por Grupo de Natureza da Despesa	68
Tabela 14	Evolução de gastos com benefícios	75
Tabela 15	Remuneração dos servidores efetivos, cargos em comissão e membros da magistratura	75
Tabela 16	Reais despendidos com a manutenção da infraestrutura imobiliária e mobiliária	85
Tabela 17	Custos com locação de imóveis e equipamentos	85
Tabela 18	Indicadores e resultados alcançados - TIC	89
Tabela 19	Recursos aplicados em TIC: Ação orçamentária 20GP - Julgamento de causas e gestão administrativa da Justiça Eleitoral	90
Tabela 20	Recursos aplicados em TIC: Ação orçamentária: Pleitos Eleitorais Nacional - Atualização e manutenção do sistema de votação e apuração	90
Tabela 21	Contratações continuadas mais relevantes com recursos de TIC	90
Tabela 22	Contratações novas mais relevantes com recursos de TIC	90
Tabela 23	Depreciação acumulada - bens móveis	102
Tabela 24	Balanço Patrimonial	104
Tabela 25	Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	104
Tabela 26	Contas de Compensação	105
Tabela 27	Superávit/déficit financeiro	105
Tabela 28	Demonstração das Variáveis Patrimoniais	106
Tabela 29	Balanço Orçamentário	106
Tabela 30	Anexo 1 - Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar não Processados	106
Tabela 31	Anexo 2 - Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados	107
Tabela 32	Balanço Financeiro	107
Tabela 33	Demonstração dos Fluxos de Caixa	108
Tabela 34	Caixa e equivalentes de caixa	109
Tabela 35	Créditos a curto prazo	109
Tabela 36	Estoques	109
Tabela 37	VPDs pagas antecipadamente	110
Tabela 38	Bens Móveis e Imóveis	110
Tabela 39	Bens Móveis - Sintética	110
Tabela 40	Bens Móveis - Analítica	110
Tabela 41	Bens Imóveis Registrados no SPIUNet	111
Tabela 42	Bens Imóveis não Registrados no SPIUNet	111
Tabela 43	Bens Imóveis não Registrados no SPIUNet - Cálculo da Depreciação	112
Tabela 44	Obras em Andamento e Saldo Total de Bens Imóveis	112
Tabela 45	Composição do Intangível	113
Tabela 46	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo - Composição	113
Tabela 47	Fornecedores a Pagar	113
Tabela 48	Demais obrigações a curto prazo	114
Tabela 49	Patrimônio Líquido - Composição	114
Tabela 50	Garantias contratuais a executar	114
Tabela 51	Atos potenciais passivos	115
Tabela 52	Memória de Cálculo -Ajustes para perdas	115
Tabela 53	Variação Patrimonial Aumentativa Financeira - Composição	116

Tipo	Nome	Pág.
Tabela 54	Transferências Intragovernamentais - Composição	117
Tabela 55	Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos - Composição	117
Tabela 56	Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Composição	117
Tabela 57	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Composição	118
Tabela 58	Transferências Concedidas - Composição	118
Tabela 59	Desincorporação e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos - Composição	118
Tabela 60	Dotação e Crédito Adicionais	119
Tabela 61	Saldo de Dotação	119

Lista de quadros

Tipo	Nome	Pág.
Quadro 1	Custo por eleitor nas Eleições Suplementares em 2021	17
Quadro 2	Objetivos estratégicos priorizados em 2021 e principais iniciativas relacionadas	29
Quadro 3	Farol de Projetos	40
Quadro 4	Painel de indicadores	41
Quadro 5	Objetivos Estratégicos	42
Quadro 6	Normativos relativos à folha de pagamento	72
Quadro 7	Mecanismos de controle e gestão adotados	72
Quadro 8	Servidores removidos por concurso	74
Quadro 9	Melhoria da governança em gestão de pessoas	76
Quadro 10	Campanhas anuais	77
Quadro 11	Ações de enfrentamento à pandemia de covid-19	78
Quadro 12	Projetos e campanhas	78
Quadro 13	Ações com o público interno	79
Quadro 14	Principais desafios, ações e perspectivas futuras	80
Quadro 15	Licitações concluídas e homologadas	81
Quadro 16	Objetivos estratégicos atendidos da gestão de licitações e contratos	83
Quadro 17	Investimento em infraestrutura e equipamentos	84
Quadro 18	Objetivos estratégicos atendidos da gestão patrimonial e infraestrutura	84
Quadro 19	Destques dos investimentos realizados	84
Quadro 20	Imóveis de instalação da JE/BA	85
Quadro 21	Custos com a frota de veículos	85
Quadro 22	Desfazimento de ativos	86
Quadro 23	Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições	94
Quadro 24	Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUNet, bens de uso especial não registrados no SPIUNet e VPDs pagas antecipadamente	102

Lista de gráficos

Tipo	Nome	Pág.	Tipo	Nome	Pág.
Gráfico 1	Demandas recebidas através do sistema da Ouvidoria	14	Gráfico 51	i27. Evolução do índice de governança de TIC do TRE-BA	60
Gráfico 2	Eleições Suplementares de Firmino Alves	17	Gráfico 52	i28. Número de normas de segurança da informação instituídas	60
Gráfico 3	Eleições Suplementares de João Dourado	17	Gráfico 53	i29. Taxa de cumprimento das metas do PETI	61
Gráfico 4	Custo das Eleições Suplementares	17	Gráfico 54	Orçamento 2021	62
Gráfico 5	Perfil de Governança e Gestão Públicas 2021	32	Gráfico 55	Variação do orçamento total recebido 2019-2021	62
Gráfico 6	TRE-BA Evolução da Capacidade de Governança e Gestão 2018-2021	32	Gráfico 56	Valores empenhados: Despesas Obrigatórias x Discricionárias	62
Gráfico 7	Resultado do TRE-BA por dimensão - 2021	33	Gráfico 57	Alocação de créditos com despesas discricionárias	63
Gráfico 8	Evolução do TRE-BA no Ranking da Transparência 2018-2021	34	Gráfico 58	Recursos Alocados (Empenhados) por Objetivos Estratégicos	63
Gráfico 9	Atendimento aos quesitos do Prêmio CNJ de Qualidade	35	Gráfico 59	Limite autorizado e limite utilizado - Despesas obrigatórias x despesas discricionárias	66
Gráfico 10	Desempenho em relação aos eixos do Prêmio CNJ de Qualidade	35	Gráfico 60	10 maiores itens de custos	71
Gráfico 11	Processos Apreciados em 2021	36	Gráfico 61	Custos por Subgrupos	71
Gráfico 12	Desempenho dos objetivos estratégicos no exercício	40	Gráfico 62	Custos por atividades/serviços	71
Gráfico 13	Desempenho dos indicadores estratégicos no exercício	40	Gráfico 63	Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público	71
Gráfico 14	Desempenho dos projetos estratégicos no exercício	40	Gráfico 64	Normas publicadas em 2021	72
Gráfico 15	Evolução de desempenho dos indicadores 2016-2021	41	Gráfico 65	Normas internas adequadas à legislação vigente	72
Gráfico 16	i1. Taxa de atendimento às metas de cidadania	42	Gráfico 66	Servidores por situação funcional	73
Gráfico 17	i2. Taxa de confiança no TRE-BA	43	Gráfico 67	Servidores do TRE-BA removidos, cedidos ou licenciados para outros órgãos	73
Gráfico 18	i3. Número de entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA	43	Gráfico 68	Evolução do quantitativo por gênero	73
Gráfico 19	i34. Promoção de campanha de esclarecimento sobre o processo eleitoral (Meta Específica 2/2019 da JE/CNJ)	43	Gráfico 69	Servidores por faixa etária	73
Gráfico 20	i4. Taxa de congestionamento de processos judiciais - 1º grau	45	Gráfico 70	Servidores por faixa salarial	73
Gráfico 21	i4. Taxa de congestionamento de processos judiciais - 2º grau	45	Gráfico 71	Servidores por carreira	73
Gráfico 22	i5. Taxa de agilidade no Julgamento - 1º grau	45	Gráfico 72	Provimentos	74
Gráfico 23	i5. Taxa de agilidade no Julgamento - 2º grau	45	Gráfico 73	Servidores por área de atuação	74
Gráfico 24	i6. Taxa de julgamento de processos de conhecimento - 1º grau (Meta Nacional 1)	45	Gráfico 74	Distribuição na área administrativa	74
Gráfico 25	i6. Taxa de julgamento de processos de conhecimento - 2º grau (Meta Nacional 1)	45	Gráfico 75	Evolução de gastos com pessoal	75
Gráfico 26	i7. Taxa de julgamento de processos antigos - 1º grau (Meta Nacional 2)	45	Gráfico 76	Quantitativo de servidores capacitados	77
Gráfico 27	i7. Taxa de julgamento de processos antigos - 2º grau (Meta Nacional 2)	45	Gráfico 77	Investimento em capacitação	77
Gráfico 28	i8. Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo - 1º grau (Meta Nacional 4/2021)	48	Gráfico 78	Evolução do quantitativo de servidores com exame periódico finalizado	78
Gráfico 29	i8. Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo - 2º grau (Meta Nacional 4/2021)	48	Gráfico 79	Distribuição por grau de escolaridade	79
Gráfico 30	i9CAMP. Taxa de julgamento de prestação de contas de campanha de partidos políticos - 2º grau	48	Gráfico 80	Evolução de gastos com o programa de estágio (R\$)	79
Gráfico 31	i9PP. Taxa de julgamento das prestações de contas de partidos políticos - 2º grau	48	Gráfico 81	Total de contratações formalizadas	81
Gráfico 32	i9NE. Taxa de julgamento das prestações de contas de candidatos não eleitos - 2º grau	48	Gráfico 82	Contratações diretas	81
Gráfico 33	i10. Número de ações de promoção de valores éticos	48	Gráfico 83	Gastos das Contratações por Modalidade (R\$)	82
Gráfico 34	i11. Taxa de satisfação dos clientes	50	Gráfico 84	Gastos das Contratações por Finalidade (R\$)	82
Gráfico 35	i12. Índice de eleitores com cadastro biométrico	51	Gráfico 85	Histórico de custos com locação de equipamentos (R\$)	85
Gráfico 36	i13. Taxa de processos organizacionais no nível 3 de maturidade	52	Gráfico 86	Histórico de custos com locação de imóveis(R\$)	85
Gráfico 37	i14. Taxa de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas	53	Gráfico 87	Evolução da taxa de cumprimento do PETIC	89
Gráfico 38	i15. Número de adequações das instalações físicas às normas de acessibilidade	54	Gráfico 88	Consumo de papel (RESMAS) não reciclado próprio branco	95
Gráfico 39	i16. Número de pessoas atingidas por ações sociais	54	Gráfico 89	Consumo de água na capital e interior	95
Gráfico 40	i17AA. Número de ações ambientais	54	Gráfico 90	Ações ambientais executadas 2019-2021	95
Gráfico 41	i17AS. Número de ações sociais	54	Gráfico 91	Consumo de Copos Descartáveis	95
Gráfico 42	i18. Taxa de implementação de qualidade de vida no trabalho	56	Gráfico 92	Consumo de Energia Elétrica da Capital e do Interior	95
Gráfico 43	i19. Taxa de satisfação e motivação do servidor	57	Gráfico 93	IDS Ações Ambientais Executadas 2018-2020	95
Gráfico 44	i20. Taxa de governança em gestão de pessoas	57	Gráfico 94	Balanço Socioambiental	95
Gráfico 45	i21. Taxa de alinhamento das unidades à estratégia organizacional	58			
Gráfico 46	i22. Número de ações de gestão de riscos	58			
Gráfico 47	i23. Taxa de adequação ao Plano Anual de Contratações (PLANCONT)	59			
Gráfico 48	i25. Aderência da execução ao planejamento orçamentário	59			
Gráfico 49	i30. Taxa de execução financeira	59			
Gráfico 50	i32. Taxa de Alcance das metas do PLS 2018-2021	59			

Lista de *links*

Nome do link	Disponível em	Nome do link	Disponível em
Acórdão TCU nº 1.824/2016	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/KEY%253AACORDAO-COMPLETO-2028027/DTRELEVANCIA%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse	Acórdão TCU n.º 2.847/2021-PL	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A2847%2520ANOACORDAO%253A2021%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520
Acórdão TCU nº 1.421/2021	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A1421%2520ANOACORDAO%253A2021%2520RELATOR%253A%2522RAIMUNDO%2520CARREIRO%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520	Acórdão TCU n.º 2.686/2021-PL	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A2686%2520ANOACORDAO%253A2021%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520
Acórdão TCU n.º 2.988/2021	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A2988%2520ANOACORDAO%253A2021/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520	Acórdão TCU n.º 2.814/2021-PL	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A2814%2520ANOACORDAO%253A2021%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520
Acórdão TCU n.º 5.997/2021	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A5997%2520ANOACORDAO%253A2021/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/1/%2520	Acórdão TCU n.º 2.164/2021-PL	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A2164%2520ANOACORDAO%253A2021%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520
Acórdão TCU n.º 7.284/2021	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A7284%2520ANOACORDAO%253A2021/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/1/%2520	Acórdão TCU n.º 1.907/2021-PL	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A1907%2520ANOACORDAO%253A2021%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520
Acórdão TCU n.º 11.116/2021	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A11116%2520ANOACORDAO%253A2021/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/1/%2520	Acórdão TCU n.º 36/2021-PL	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A36%2520ANOACORDAO%253A2021%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520
Acórdão TCU n.º 11.159/2021	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A11159%2520ANOACORDAO%253A2021/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520	Acórdão TCU n.º 2.976/2021-PL	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A2976%2520ANOACORDAO%253A2021/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520
Acórdão TCU n.º 11.394/2021	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A11394%2520ANOACORDAO%253A2021/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/1/%2520	Acórdão TCU n.º 199/2011- PL	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A199%2520ANOACORDAO%253A2011/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520
Acórdão TCU n.º 14.847/2021	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A14847%2520ANOACORDAO%253A2021/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520	Acórdão TCU n.º 1.229/2014 – PL	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A1229%2520ANOACORDAO%253A2014/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520
Acórdão TCU n.º 16.714/2021	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A16714%2520ANOACORDAO%253A2021/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/1/%2520	Acórdão TCU n.º 2.617/2016 – PL	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A2617%2520ANOACORDAO%253A2016/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520
Acórdão TCU n.º 18.430/2021	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A18430%2520ANOACORDAO%253A2021/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520	Acórdão TCU n.º 1.055/2021 – PL	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A1055%2520ANOACORDAO%253A2021/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520
Acórdão TCU n.º 18.431/2021	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A18431%2520ANOACORDAO%253A2021/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520	Acórdão TCU n.º 1.421/2021	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A1421%2520ANOACORDAO%253A2021%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520
Acórdão TCU n.º 8.931/2021-2C	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A8931%2520ANOACORDAO%253A2021%2520COLEGIADO%253A%2522Segunda%2520C%25C3%25A2mara%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520	Acórdão TCU n.º 1.414/2021	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A1414%2520ANOACORDAO%253A2021%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520
Acórdão TCU n.º 8.314/2021-2C	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A8314%2520ANOACORDAO%253A2021%2520COLEGIADO%253A%2522Segunda%2520C%25C3%25A2mara%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520	Ações de supervisão, controle e correição Andamento processual	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acoes-de-supervisao-e-correicao
Acórdão TCU n.º 4.757/2021-1C	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A4757%2520ANOACORDAO%253A2021%2520COLEGIADO%253A%2522Primeira%2520C%25C3%25A2mara%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520	Balcão de atendimento virtual	https://balcaovirtual.tre-ba.jus.br
Acórdão TCU n.º 2.365/2021-1C	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A2365%2520ANOACORDAO%253A2021/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/1/%2520	Carta de Serviços	www.tre-ba.jus.br/eleitor/cartas-de-servicos/cartas-de-servicos
Acórdão TCU n.º 1.109/2021-PL	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A1109%2520ANOACORDAO%253A2021%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520	Certidões	https://www.tre-ba.jus.br/eleitor/certidoes/certidoes
Acórdão TCU n.º 2.829/2021-PL	https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A2829%2520ANOACORDAO%253A2021%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520	Chamada Pública REE nº 2/2019	https://servicos.neoenergiacoelba.com.br/a-coelba/eficiencia-energetica/Paginas/chamada-publica-2019.aspx
		Código Eleitoral	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737compilado.htm
		Comissões e Comitês do TRE-BA	https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/comissoes-e-comites/comissoes-e-comites
		Constituição Federal de 1988	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
		Dados sobre eleições	https://www.tre-ba.jus.br/eleicoes
		Decisão Normativa TCU nº. 187	https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/normas-e-orientacoes-para-contas-do-exercicio-de-2020-e-seguintes.htm
		Decisão Normativa CNJ n.º 0200889-53.2007.2.00.0000	https://www.cnj.jus.br/pjecnj/ConsultaPublica/DetailheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=11761ebcc73de0728ef90b1c03f6867839b484d172d84d8e
		Decreto Legislativo nº 6/2020	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm

Lista de *links*

Nome do link	Disponível em	Nome do link	Disponível em
Portaria CNJ n.º 295/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3646	Provimento da CRE n.º 2/2019	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/provimentos/2019/provimento-cre-ba-2-2019
Portaria CNJ n.º 135/2021	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3916	Provimento CRE n.º 3/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/provimentos/2020/provimento-cre-ba-3-2020
Portaria CNJ n.º 162/2021	https://atos.cnj.jus.br/files/original1355352021061460c75fd70e87f.pdf	Provimento CRE-BA n.º 9/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/provimentos/2020/provimento-cre-ba-9-2020
Portaria Conjunta n.º 1/2018 (CNJ / Poder Judiciário)	ps://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/16930432/do1-2018-06-04-portaria-conjunta-n-1-de-1-de-junho-de-2018-16930364	Quitação débitos	https://www.tre-ba.jus.br/eleitor/debitos-do-eleitor/debitos-do-eleitor
Portaria Conjunta n.º 1/2020 (ME/ SEF/ STN)	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-1-de-21-de-fevereiro-de-2020-244806754	Recomendação CNJ n.º 37/2011	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/846
Portaria DG TRE-BA n.º 87/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-diretoria-geral/2021/portaria-no-87-de-28-de-maio-de-2021	Recomendação CNJ n.º 84/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3630
Portaria STN n.º 157/2011	https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/integra/programas-antigos/pmimf/frentes-de-atuacao/frente-de-custos/download-de-arquivos/portstn_157_09mar2011.pdf	Recomendação CNJ n.º 102/2021	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3835
	https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/Links/30092015_CPU_Portaria_STN_548-2015_-_PIPCP1.pdf	Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública do TCU	https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-de-governanca/
Portaria STN n.º 548/2015	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2008/portaria-no-487-de-10-de-novembro-de-2008	Referencial Básico de Governança – TCU	https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-de-governanca/
Portaria TRE-BA n.º 487/2008	https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/157891851/portaria-n-484-de-1-de-dezembro-de-2014-do-tre-ba	Resolução Administrativa TRE-BA n.º 12/2013	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2013/resolucao-administrativa-no-12-de-5-de-dezembro-de-2013
Portaria TRE-BA n.º 484/2014	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/tre-ba-normas-de-licitacoes-e-contratos/tre-ba-portaria-fiscalizacao-de-contratos-192-2015/rybena_pdf?file=https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/tre-ba-normas-de-licitacoes-e-contratos/tre-ba-portaria-fiscalizacao-de-contratos-192-2015/at_download/file	Resolução Administrativa TRE-BA n.º 1/2015	http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-regimento-interno-da-corregedoria-resolucao-no-01-2015/rybena_pdf?file=http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-regimento-interno-da-corregedoria-resolucao-no-01-2015/at_download/file
Portaria TRE-BA n.º 192/2015	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/tre-ba-normas-de-licitacoes-e-contratos/tre-ba-portaria-dg-no-4-2016/rybena_pdf?file=https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/tre-ba-normas-de-licitacoes-e-contratos/tre-ba-portaria-dg-no-4-2016/at_download/file	Resolução Administrativa TRE-BA n.º 14/2015	https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-resolucao-administrativa-no-14-2015-pe-2016-2021/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-resolucao-administrativa-no-14-2015-pe-2016-2021/at_download/file
Portaria TRE-BA n.º 4/2016	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2016/portaria-no-448-de-20-de-junho-de-2016	Resolução Administrativa TRE-BA n.º 1/2017	http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-resolucao-administrativa-nr-01-2017/rybena_pdf?file=http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-resolucao-administrativa-nr-01-2017/at_download/file
Portaria TRE-BA n.º 448/2016	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2017/portaria-no-364-de-28-de-junho-de-2017	Resolução Administrativa TRE-BA n.º 4/2017	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2017/resolucao-administrativa-no-04-2017
Portaria TRE-BA n.º 364/2017	https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-portaria-103-de-10-de-agosto-de-2018/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-portaria-103-de-10-de-agosto-de-2018/at_download/file	Resolução Administrativa TRE-BA n.º 13/2017	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2017/resolucao-administrativa-no-13-de-18-de-dezembro-de-2017
Portaria TRE-BA n.º 103/2018	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/tre-ba-normas-de-licitacoes-e-contratos/tre-ba-portaria-no-97-2019-pesquisa-de-precos/rybena_pdf?file=https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/tre-ba-normas-de-licitacoes-e-contratos/tre-ba-portaria-no-97-2019-pesquisa-de-precos/at_download/file	Resolução Administrativa TRE-BA n.º 16/2018	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2018/resolucao-administrativa-no-16-de-13-de-junho-de-2018
Portaria TRE-BA n.º 97/2019	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-diretoria-geral/2019/portaria-no-257-de-08-de-outubro-de-2019	Resolução Administrativa TRE-BA n.º 17/2018	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2018/resolucao-administrativa-no-17-de-13-de-junho-de-2018
Portaria TRE-BA n.º 257/2019	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2019/portaria-no-305-de-20-de-agosto-de-2019	Resolução Administrativa TRE-BA n.º 31/2018	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2018/resolucao-administrativa-no-31-de-03-de-outubro-de-2018
Portaria TRE-BA n.º 305/2019	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2020/portaria-no-150-de-27-de-abril-de-2020	Resolução Administrativa TRE-BA n.º 38/2018	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2018/resolucao-administrativa-no-38-de-14-de-dezembro-de-2018
Portaria TRE-BA n.º 150/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2020/portaria-no-451-de-29-de-novembro-de-2020	Resolução Administrativa TRE-BA n.º 3/2019	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2019/resolucao-administrativa-no-3-de-11-de-marco-de-2019
Portaria TRE-BA n.º 451/2020	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-diretoria-geral/2021/portaria-no-87-de-28-de-maio-de-2021	Resoluções Administrativa TRE-BA n.º 29/2019	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2019/resolucao-administrativa-no-29-de-22-de-novembro-de-2019
Portaria TRE-BA n.º 87/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2021/portaria-no-167-de-22-de-abril-de-2021	Resolução Administrativa TRE-BA n.º 33/2019	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2019/resolucao-administrativa-no-33-de-16-de-dezembro-de-2019
Portaria TRE-BA n.º 167/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2021/portaria-no-223-de-03-de-maio-de-2021	Resolução Administrativa do TRE-BA n.º 4/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2021-1/resolucao-administrativa-no-4-de-12-de-abril-de-2021
Portaria TRE-BA n.º 223/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2021/portaria-no-294-de-10-de-junho-de-2021	Resolução Administrativa do TRE-BA n.º 5/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2021-1/resolucao-administrativa-no-5-de-20-de-abril-de-2021
Portaria TRE-BA n.º 294/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2021/portaria-no-295-de-10-de-junho-de-2021	Resolução Administrativa do TRE-BA n.º 06/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2021-1/resolucao-administrativa-ndeg-8-de-10-de-maio-de-2021
Portaria TRE-BA n.º 295/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2021/portaria-no-296-de-10-de-junho-de-2021	Resolução Administrativa do TRE-BA n.º 08/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2021-1/resolucao-administrativa-ndeg-12-de-26-de-maio-de-2021
Portaria TRE-BA n.º 296/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2021/portaria-no-306-de-15-de-junho-de-2021	Resolução Administrativa do TRE-BA n.º 12/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2021-1/resolucao-administrativa-no-13-de-09-de-junho-de-2021
Portaria TRE-BA n.º 306/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2021/portaria-no-311-de-18-de-junho-de-2021	Resolução Administrativa do TRE-BA n.º 13/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2021-1/resolucao-administrativa-no-14-de-09-de-junho-de-2021
Portaria TRE-BA n.º 311/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2021/portaria-no-331-de-01-de-julho-de-2021	Resolução Administrativa do TRE-BA n.º 14/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2021-1/resolucao-administrativa-ndeg-16-de-14-de-junho-de-2021
Portaria TRE-BA n.º 331/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2021/portaria-no-332-de-01-de-julho-de-2021	Resolução Administrativa do TRE-BA n.º 16/2021	
Portaria TRE-BA n.º 332/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2021/portaria-no-384-de-30-de-julho-de-2021		
Portaria TRE-BA n.º 384/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2021/portaria-no-404-de-16-de-agosto-2021		
Portaria TRE-BA n.º 404/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2021/portaria-no-405-de-17-de-agosto-de-2021		
Portaria TRE-BA n.º 405/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2021/portaria-no-462-de-28-de-setembro-de-2021		
Portaria TRE-BA n.º 462/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2021/portaria-no-504-de-19-de-outubro-de-2021		
Portaria TRE-BA n.º 504/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2021/portaria-no-546-de-11-de-novembro-de-2021		
Portaria TRE-BA n.º 546/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2021/portaria-no-655-de-06-de-dezembro-de-2021		
Portaria TRE-BA n.º 655/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2021/portaria-no-657-de-06-de-dezembro-de-2021		
Portaria TRE-BA n.º 657/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/portaria-da-presidencia/2022/portaria-no-24-de-20-de-janeiro-de-2022		
Portaria TRE-BA n.º 24/2022	https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/prt/2019/portaria-no-17-de-7-de-janeiro-de-2019		
Portaria TSE n.º 17/2019	https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/prt/2021/portaria-no-172-de-23-de-marco-de-2021		
Portaria TSE n.º 172/2021	https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/prt/2021/portaria-no-823-de-13-de-dezembro-de-2021		
Portaria do TSE n.º 823, de 13 de dezembro de 2021			
Prêmio CNJ de Qualidade	https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/premio-cnj-de-qualidade/		

Lista de *links*

Nome do link	Disponível em
Resolução Administrativa do TRE-BA n.º 18/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2021-1/resolucao-administrativa-ndeg-18-de-28-de-junho-de-2021
Resolução Administrativa do TRE-BA n.º 20/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2021-1/resolucao-administrativa-ndeg-20-de-01-de-julho-de-2021
Resolução Administrativa do TRE-BA n.º 28/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2021-1/resolucao-administrativa-no-28-de-24-de-agosto-de-2021
Resolução Administrativa do TRE-BA n.º 30/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2021-1/resolucao-administrativa-ndeg-30-de-02-de-setembro-de-2021
Resolução Administrativa do TRE-BA n.º 35/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2021-1/resolucao-administrativa-ndeg-35-de-15-de-setembro-de-2021
Resolução Administrativa do TRE-BA n.º 39/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2021-1/resolucao-administrativa-ndeg-39-de-19-de-outubro-de-2021
Resolução Administrativa do TRE-BA n.º 40/2021	https://www.tre-ba.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2021-1/resolucao-administrativa-ndeg-40-de-06-de-dezembro-de-2021
Resolução Administrativa do TSE n.º 23.379/2012	https://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2012/RES233792012.htm
Resolução CNJ n.º 14/2006	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/178
Resolução CNJ n.º 88/2009	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/87
Resolução CNJ n.º 182/2013	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1874
Resolução CNJ n.º 198/2014	https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2017/05/resol_gp_198_2014_copiar.pdf
Resolução CNJ n.º 201/2015	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2126
Resolução CNJ n.º 260/2018	https://atos.cnj.jus.br/files/compilado171719202007275f1f0c1fe5077.pdf
Resolução CNJ n.º 291/2019	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2992
Resolução CNJ n.º 294/2019	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3129
Resolução CNJ n.º 315/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3290
Resolução CNJ n.º 321/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3324
Resolução CNJ n.º 324/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3376
Resolução CNJ n.º 330/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3435#:~:text=1%C2%BA%20As%20medidas%20transit%C3%B3rias%20e,Mundial%20de%20Sa%C3%BAde%2C%20considerando%20as
Resolução CNJ n.º 336/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3497
Resolução CNJ n.º 340/2020	https://atos.cnj.jus.br/files/original162135202009255f6e190f1cc5d.pdf
Resolução CNJ n.º 344/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3460
Resolução CNJ n.º 345/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3512
Resolução CNJ n.º 351/2020	https://atos.cnj.jus.br/files/original192402202011035fa1ae5201643.pdf
Resolução CNJ n.º 370/2021	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3706#:~:text=Art.,e%20a%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20de%20DadosE2%80%9D
Resolução CNJ n.º 372/2021	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3742
Resolução CNJ n.º 376/2021	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3765
Resolução CNJ n.º 378/2021	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3773
Resolução CNJ n.º 380/2021	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3795
Resolução CNJ n.º 383/2021	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3829
Resolução CNJ n.º 385/2021	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3843
Resolução CNJ n.º 395/2021	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3973
Resolução CNJ n.º 396/2021	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3975#:~:text=1%20o%20Instituir%20a%20Estrat%C3%A9gia,Supremo%20Tribunal%20Federal%20(STF)&text=4%20A%20vis%C3%A3o%20da%20ENSEC,seguran%C3%A7a%20cibern%C3%A9tica%20no%20Poder%20Judici%C3%A1rio
Resolução CNJ n.º 398/2021	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3978
Resolução CNJ n.º 400/2021	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3986
Resolução CNJ n.º 401/2021	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3987
Resolução CNJ n.º 408/2021	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4065
Resolução CNJ n.º 413/2021	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4075
Resolução CNJ n.º 420/2021	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4133
Resolução CNJ n.º 430/2021	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4193
Resolução CONAMA n.º 401/2008	http://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo_download&id=570
Resolução TSE n.º 22.697/2008	https://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2008/RES226972008.html

Nome do link	Disponível em
Resolução TSE n.º 23.474/2016	https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2016/resolucao-no-23-488-de-28-de-junho-de-2016
Resolução TSE n.º 23.504/2016	https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2016/resolucao-no-23-504-de-19-de-dezembro-de-2016
Resolução TSE n.º 23.644/2021	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/seguranca-da-informacao/arquivos/2021/resolucao-tse-23-644-2021-psi-na-je/rybena_pdf?file=https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/seguranca-da-informacao/arquivos/2021/resolucao-tse-23-644-2021-psi-na-je/at_download/file
Resultado TRE-BA – Prêmio CNJ Qualidade 2021	https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiNjE5YTZhZTEtNDNiYS00YmYyLWE3QTAtNzVmZDBmOGRlYmRhlwidCI6ImFkOTE5MGU2LWM0NWQtNDYwMC1iYzVjLWVjYU1NGNjZjQ5NylsImMiOjJ9&pageName=ReportSection624cdbfbbf5b55a1025c
Rol de Terceirizados - Dezembro 2021	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-vi-empregados-de-empresas-contratadas/tre-ba-rol-de-terceirizados-dezembro-2021-xls/view
Serviços judiciais	https://www.tre-ba.jus.br/servicos-judiciais
Sítio do Tribunal na internet	https://balcaovirtual.tre-ba.jus.br
Tabela de lotação de pessoal -TLP	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal-tlp
Tabela de remuneração	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/recursos-humanos-e-remuneracao
TCU – Conecta	https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/conecta-tcu-a-plataforma-que-inova-no-relacionamento-com-o-publico-externo.htm
Título Net	http://www.tre-ba.jus.br/eleitor/titulo-net/titulo-net
Título e local de votação	https://www.tre-ba.jus.br/eleitor/titulo-e-local-de-votacao/titulo-e-local-de-votacao
Total de Contratação Formalizadas (Portal da Transparência)	https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/compras/compras-realizadas-em-2021

Lista de siglas e abreviaturas

ABNT	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS	E-título	TÍTULO ELEITORAL DIGITAL	OKR	OBJECTIVES AND KEY RESULTS
AH	ANÁLISE HORIZONTAL	ETP	ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES	ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
AMAVE	ASSISTÊNCIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	FC	FUNÇÃO COMISSIONADA	PAC	PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO
ANVISA	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	FRGPS	FUNDO DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	PAD	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINA
API	APPLICATION PROGRAMMING INTERFACE (EM PORTUGUÊS, INTERFACE DE PROGRAMAÇÃO DE APLICAÇÕES)	FUNPRESP-JUD	FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER JUDICIÁRIO	PCASP	PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO
ASCEP	ASSESSORIA DE EXAME DE CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS	GEORFI	SISTEMA DE GETÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	PCdoB	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
ASCOM	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	GND	GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	PCE	PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS
ASIWEB	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA	IDS	ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE	PCSTIC	PLANO DE CONTRATAÇÕES DE STIC
BI	BUSINESS INTELLIGENCE	iGestContrat	ÍNDICE DE CAPACIDADE EM GESTÃO DE CONTRATAÇÕES	PDI	PLANO DIRETOR DE DEMANDAS INTERNAS
CADIN	CADASTRO INFORMATIVO DE CRÉDITOS NÃO QUITADOS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL	iGestOrcament	ÍNDICE DE CAPACIDADE EM GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	PDTI	PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
CEIMPJ	COMITÊ ESTRATÉGICO DE INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	iGestPessoas	ÍNDICE DE CAPACIDADE EM GESTÃO DE PESSOAS	PDTIC	PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
CGE	CORREGEDORIA-GERAL ELEITORAL	iGestTI	ÍNDICE DE CAPACIDADE EM GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	PDPJ	PLATAFORMA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO
CGPSID	COMITÊ GESTOR DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	iGG	ÍNDICE INTEGRADO DE GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICAS	PEI	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL
CJ	CARGO EM COMISSÃO	iGovPub	ÍNDICE DE GOVERNANÇA PÚBLICA	PES	PLANO ESTRATÉGICO SETORIAL
CNJ	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	IGOV TIC-JUD	ÍNDICE DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	PETIC	PLANO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
CNJ-Connect-JUS	PLATAFORMA DE GOVERNANÇA DIGITAL COLABORATIVA DO PODER JUDICIÁRIO	IIA	INSTITUTO DE AUDITORES INTERNOS	PGFN	PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
CNPJ	CADASTRO NACIONAL DE PESSOAL JURÍDICA	IIRC	INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (TRADUÇÃO PORTUGUÊS: CONSELHO INTERNACIONAL PARA RELATO INTEGRADO)	PIPCP	PLANO INTERNO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS
COAUD	COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA	IN MPOG/SLTI	INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	PJe	PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO
COBIT 5	CONTROL OBJECTIVES FOR INFORMATION AND RELATED TECHNOLOGIES	IN RFB	INSTRUÇÃO NORMATIVA DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	PL	PROJETO DE LEI
CODEJE	COLÉGIO DE DIRIGENTES DAS ESCOLAS JUDICIÁRIAS ELEITORAIS	INMETRO	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL	PLANCONT	PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES
COELBA	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA	INMETRO/PBE	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA/PROGRAMA BRASILEIRO DE ETIQUETAGEM	PLANCONT- STIC	PLANO DE CONTRATAÇÕES DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
COELE	COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DE LOGÍSTICA DE ELEIÇÕES	INSS	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	PLANEL	PLANO INTEGRADO DE ELEIÇÕES
COFIC	COORDENADORIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	ISS	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	PLAS	NÚCLEO DE PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
COMAP	COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES, MATERIAL E PATRIMÔNIO	ITIL 4	INFORMATION TECHNOLOGY INFRASTRUCTURE LIBRARY (TRADUÇÃO PORTUGUÊS: BIBLIOTECA DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO)	PLOA	PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
CONAMA	CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	JE	JUSTIÇA ELEITORAL	PLS	PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
COORC	COORDENADORIA DE ORÇAMENTO	LED	LIGHT-EMITTING DIODE (DIODO EMISSOR DE LUZ)	PMC	PROGRAMA MENOR CIDADÃO
COPEG	COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE ESTRATÉGIA E GESTÃO	LSE	LEGENDAS PARA SURDOS E ENSURDECIDOS	PMOC	PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE
COSAD	COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	LSPD	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	PPE	PROCEDIMENTO POLICIAL ELETRÔNICO
COSO	COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAYCOMMISSION / COMISSÃO NACIONAL SOBRE FRAUDES EM RELATÓRIOS FINANCEIROS	LGBTQIA+	SIGLA DO MOVIMENTO SOCIAL REFERENTE A ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO PARA LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS, QUEER, INTERSEXO, ASSEXUAL E OUTROS GRUPOS E VARIAÇÕES	PQVT	PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO
COVID-19	CORONAVIRUS DISEASE 2019	LIBRAS	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	PRE	PRESIDÊNCIA
CPE	COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA	LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	PROCEL	PROGRAMA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA
CRE	CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL	MÇASP	MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO	PROQUALI	PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DO PLANO, ORÇAMENTO E GASTO
CTSIPD	COMISSÃO TÉCNICA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	ME	MINISTÉRIO DA ECONOMIA	PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
DATAJUD	BANCO NACIONAL DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO	MNI	MODELO NACIONAL DE INTEROPERABILIDADE	PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
DEA	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	MPE	MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	PSI	POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
DG	DIRETORIA-GERAL	NAIA	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	PSSS	PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO
DIAUP	DIRETORIA DE AUDITORIA DE PESSOAL	NAVE	NÚCLEO DE ATENDIMENTO VIRTUAL AO ELEITOR	PTE	PLANO DE TRABALHO DA ENTIC-JUD
DFT	DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO	NBC TSP	NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO	PTR	PLANO DE TRATAMENTO DE RISCOS
D MPL	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NBR ISO/IEC	NORMA BRASILEIRA INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION/INTERNATIONAL ELECTROTECHNICAL COMMISSION.	QR-Code	QUICK RESPONSE
DVP	DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	NBR 9050	NORMA BRASILEIRA SOBRE ACESSIBILIDADE A EDIFICAÇÕES, MOBILIÁRIO, ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS	RAE	REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA
EAD	ENSINO À DISTÂNCIA	NE	NOTA EXPLICATIVA	RAP	RESTOS A PAGAR
EC	EMENDA CONSTITUCIONAL	NECT	NOTAS DE EMPENHO CONTRATO	RDC-Arq	REPOSITÓRIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL CONFIÁVEL
ECT	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	NSA	NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL	RMB	RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS MÓVEIS
EFAS	ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES	NSI	NORMA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	RP	RESTOS A PAGAR
EJE	ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL	OFSS	ORÇAMENTO FISCAL DA SEGURIDADE SOCIAL	RPL	RESTOS A PAGAR LÍQUIDOS
ENEM	EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO			RPPS	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ENSEC-PJ	ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA DO PODER JUDICIÁRIO			SATRE	SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO À TRANSMISSÃO REMOTA
ENTIC-JUD	ESTRATÉGIA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO			SCR	SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL
EPC	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO COLETIVA			SEAD	SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
EPI	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL			SEAE0	SEÇÃO DE ANÁLISE E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
				SEAGG	SEÇÃO DE APOIO À GOVERNANÇA E À GESTÃO DE TIC
				SEAQUI	SEÇÃO DE ANÁLISE E AQUISIÇÕES
				SECONGE	SEÇÃO DE CONTABILIDADE GERENCIAL

Lista de siglas e abreviaturas

SECONT	SEÇÃO DE CONTRATOS
SECONTA	SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA
SEDAS	SEÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE
SEF	SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA
SEFIP	SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE INTEGRIDADE DE ATOS E PAGAMENTOS DE PESSOAL E DE BENEFÍCIOS SOCIAIS
SEGEPRO	SEÇÃO DE GESTÃO DE PROCESSOS, DA QUALIDADE E DE RISCOS
SEI	SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES
SEINFRA	SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA
SELIC	SEÇÃO DE LICITAÇÕES
SELOG	SEÇÃO DE LOGÍSTICA DE ELEIÇÕES
SEPROC	SEÇÃO DE PROCESSAMENTO E CONTAS DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO
SGA	SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS
SGCE	SISTEMA DE GESTÃO DE CONVOCAÇÕES PARA AS ELEIÇÕES
SGE	SISTEMA DE GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS
SGP	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SGR	SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS
SGRH	SISTEMA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
SGTIC	SISTEMA DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
SI	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
SIAFI	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL
SIGEC	SISTEMA DE REGISTRO DE IMÓVEIS E GERENCIAMENTO DE CUSTOS
SIGEPRO	SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
SINESP	SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
SISP	SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SJR	SECRETARIA JUDICIÁRIA REMOTA DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO
SJU	SECRETARIA JUDICIÁRIA
SOF	SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
SPIUNET	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE USO ESPECIAL DA UNIÃO
SPL	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE ESTRATÉGIA E DE ELEIÇÕES
SPU	SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO
STI	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
STN	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SWOT	STRENGTHS, WEAKNESS, OPPORTUNITIES AND THREATS (EM PORTUGUÊS: ANÁLISE "FOFA": FORÇAS, OPORTUNIDADES, FRAQUEZAS E AMEAÇAS)
TASE	TAXA DE AUSÊNCIA DE SERVIDORES EFETIVOS POR MOTIVO DE SAÚDE PRÓPRIA
TAXI-GOV	SERVIÇO DE INTERMEDIÇÃO DE TÁXI UTILIZADO PELO TRE-BA
TCU	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
TCU-Conecta	CANAL ÚNICO DE ACESSO A INFORMAÇÕES, DE INTERAÇÃO E DE INTERLOCUÇÃO ENTRE O TCU E O SEU PÚBLICO EXTERNO
TE	TÍTULO ELEITORAL
TEA	TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
TED	TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA
TI	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
TIC	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
TPU	TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS
TRE-BA	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
TRE-DF	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
TRE-MS	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
TRE-SC	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
TSE	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
UFBA	UNIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNICEF	UNITED NATIONS INTERNATIONAL CHILDREN'S EMERGENCY FUND (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA)

UO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
VOIP	VOZ SOBRE PROTOCOLO DE INTERNET
VPA	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS
VPD	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA
VPN	VIRTUAL PRIVATE NETWORK (REDE PRIVADA VIRTUAL)
VPNI	VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL
WWF	WORLD WIDE FUND FOR NATURE
1C	1ª CÂMARA
2C	2ª CÂMARA
20GP	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL



Justiça,
Cidadania
e Serviço

www.tre-ba.jus.br |  @trebahia |  @trebahia |  /trebahia |  /tvtreba